

DENISE ELIAS
RENATO PEQUENO
Organizadores



**TENDÊNCIAS DA
URBANIZAÇÃO BRASILEIRA:**
novas dinâmicas de estruturação
urbano-regional

LETRACAPITAL

Denise Elias
Renato Pequeno
Organizadores

TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA:
novas dinâmicas de estruturação urbano-regional

LETRAPITAL

Copyright © Denise Elias, Renato Pequeno, (orgs.), 2018

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem
os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Rian Narcizo Mariano

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T281

Tendências da urbanização brasileira [recurso eletrônico]: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional / organização Denise Elias, Renato Pequeno. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

recurso digital: 20 MB

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-599-5 (recurso eletrônico)

1. Geografia urbana - Brasil. 2. Geografia econômica - Brasil. 3. Planejamento regional - Brasil. 4. Geografia agrícola - Brasil. 5. Livros eletrônicos. I. Elias, Denise. II. Pequeno, Renato.

18-49922

CDD: 307.70981

CDU: 316.334.55/.56(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

ORGANIZAÇÃO

Denise Elias

Renato Pequeno

COMISSÃO CIENTÍFICA

Doralice Sátyro Maia (UFPB)

Eliseu Savério Sposito (UNESP/Presidente Prudente)

Everaldo Melazzo (UNESP / Presidente Prudente)

Julia Adão Bernardes (UFRJ)

Marcio Catelan (UNESP / Presidente Prudente)

Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP / Presidente Prudente)

Samuel Frederico (UNESP / Rio Claro)

AUTORES

Carlos Alberto Franco da Silva

Denise Elias

Edilson Alves Pereira Junior

Edna Maria Jucá Couto Amorim

Érica Maria Bezerra Pinheiro

Ester Limonad

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Jacob Binsztok

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Maria de Lourdes Vicente da Silva

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

Raquel Maria Rigotto

Renato Pequeno

Sumário

<i>A pesquisa, os mecanismos de interação e a coletânea</i>	9
Denise Elias	
Capítulo 1 - <i>Novidades na urbanização brasileira?</i>	25
Ester Limonad	
Capítulo 2 - <i>Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN)</i>	59
Denise Elias	
Renato Pequeno	
Capítulo 3 - <i>Novos elementos no processo de reestruturação e redefinição da cidade de Mossoró (RN)</i>	101
Edna Maria Jucá Couto Amorim	
Capítulo 4 - <i>Internacionalização e interiorização da exploração e produção de petróleo em campos terrestres no Nordeste brasileiro</i>	123
Jacob Binsztok	
Capítulo 5 - <i>Configurações espaciais produtivas: mudanças e permanências na região do Baixo Jaguaribe (CE)</i>	141
Edilson Pereira Junior	
Capítulo 6 - <i>Da política à rede política territorial</i>	167
Carlos Alberto Franco da Silva	
Capítulo 7 - <i>O mercado das certificações nas Regiões Produtivas do Agronegócio da Fruticultura</i>	191
Juscelino Eudâmidas Bezerra	
Capítulo 8 - <i>Rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura</i>	217
Maria Lucenir Jerônimo Chaves	

Capítulo 9 - <i>Expansão do agronegócio e sujeição camponesa nas relações de comercialização de frutas</i>	245
Érica Maria Bezerra Pinheiro	
Capítulo 10 - <i>A dialética entre a (agri)cultura e o (agro) negócio sob a ótica das mulheres: repercussões da modernização agrícola sobre o trabalho, o ambiente e a saúde das mulheres da Chapada do Apodi (CE)</i>	271
Maria de Lourdes Vicente da Silva	
Raquel Maria Rigotto	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo	
<i>Os autores</i>	301

A pesquisa, os mecanismos de interação e a coletânea

Denise Elias

A coletânea

A presente coletânea resulta do esforço coletivo de professores e pesquisadores no sentido de melhor compreender uma porção do território brasileiro que vem sendo progressivamente incorporada aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas, nacionais e multinacionais, o qual na sua maior parte permaneceu como lugar de reserva, à margem de tais circuitos até cerca de meados da década de 1990. Desde então, porém, de forma intensa, assume novos papéis na divisão social e territorial do trabalho em diferentes escalas e passa a ter atividades econômicas inseridas à dinâmica da produção moderna e vive importantes transformações socioespaciais.

Nas últimas décadas, o Brasil passa por visível dispersão espacial da produção e reorganização de seu território. De eminentemente agrário, transforma-se numa das dez economias do mundo. Com tudo isso, os fatores locacionais clássicos são redimensionados, e surgem novas possibilidades à produção. Os reflexos na sociedade e no território são muitos e complexos. Entre os resultados há o acirramento da divisão territorial do trabalho; uma nova distribuição de funções produtivas pelo território; uma nova geografia econômica, com consequente remodelação do território brasileiro. Como principais vetores dessa reorganização verificam-se: a descentralização industrial; a difusão do comércio e dos serviços especializados; a difusão do agronegócio; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território, entre outros.

Diante das novas características econômicas e territoriais do Brasil, é importante frisar: a nosso ver, os antigos esquemas utilizados para classificar sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas, a hierarquia urbana, necessitam de uma revisão que

dê conta da complexidade da realidade atual. São inúmeros os desafios para os estudos com vistas a melhor compreender tais processos e realidades.

Prova disto são os próprios estudos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alguns recentemente publicados, que já consideram algumas destas novas dinâmicas. Entre as preocupações de tais estudos está uma que nos serve de ponto de partida, qual seja, a premência de considerar para estudos algumas das novas regionalizações, novos recortes espaciais hoje existentes no Brasil, que fogem às tradicionais classificações oficiais, resultantes das transformações das últimas décadas, preconizadas com a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e sob o domínio do capital financeiro.

Desta maneira, como área de estudo tivemos a cidade de Mossoró e ampla região sob sua influência, abrangendo um conjunto significativo de municípios não só do Estado do Rio Grande do Norte, mas também do Ceará. Estão entre as novas áreas economicamente dinâmicas do Brasil, onde é possível observar as transformações na produção que se processa, cada vez mais, com utilização intensiva das mais modernas forças produtivas do presente período histórico. Nestas, como evidenciado, é visível a substituição crescente do meio natural e do meio técnico pelo “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1988, 1996), a resultar em processos de reestruturação urbano-regional, assim como de algumas cidades.

Em sua área de influência encontram-se os *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1986) de três atividades econômicas pilares da economia regional, estruturantes da organização do espaço agrícola e urbano do respectivo município e região, quais sejam: a extração e beneficiamento de sal; o agronegócio da fruticultura tropical (especialmente melão e banana) e da exploração do petróleo e do gás natural. Mossoró concentra a quase totalidade da extração de sal do país, corresponde ao principal produtor brasileiro de melão, voltado, em grande parte, à exportação para a Europa e Estados Unidos, além de ser o primeiro produtor brasileiro de petróleo com exploração em terra e o segundo em volume geral (terra e mar). Exceção feita à extração e ao beneficiamento de sal, que já se

processa há muitas décadas na região, as outras duas praticamente se iniciam de forma mais intensa na década de 1990. Estas atividades são responsáveis por boa parte do crescimento urbano desse município, assim como por inúmeras e complexas outras reestruturações das últimas décadas.¹

Este recorte espacial é totalmente pertinente para analisar, também, a emergência de novas regionalizações resultantes das dinâmicas socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio globalizado, por nós denominadas de “regiões produtivas do agronegócio” (ELIAS, 2006, 2011, 2013a, 2017), no caso específico associadas à produção de frutas tropicais. É um recorte espacial formado por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, e por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também por cidades médias). Estes subespaços, em forte e permanente simbiose e metamorfose, formam nós, pontos ou manchas do agronegócio globalizado e são perpassados pelos circuitos espaciais de produção e pelos círculos de cooperação (SANTOS, 1986, 1993, 1996) de importantes *commodities* ou outras produções agropecuárias. Isso ocorre tanto nas fronteiras agrícolas, as quais decidimos chamar de lugares de reserva,² inseridos mais recentemente ao agronegócio globalizado passíveis de serem ilustrados sobretudo a partir de casos nas regiões Norte, partes do Centro-Oeste e Nordeste, a exemplo da região adotada como recorte para a pesquisa que deu origem à presente coletânea, quanto nas regiões agrícolas há mais tempo integradas aos circuitos espaciais da economia do agronegócio,³ fortemente concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

Entre as maiores preocupações dos estudos e pesquisas que deram origem à presente coletânea, estava justamente avançar na compreensão tanto da economia política dessa urbanização quanto da economia política de algumas cidades. Dessa forma, entre os

¹ No capítulo 2, assinado por Denise Elias e Renato Pequeno, intitulado *Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN)*, é possível ver, no cartograma 2, os territórios produtivos formados por essas três atividades.

² Embora mais comumente chamados de fronteira agrícola, utilizamos lugares de reserva com base na noção utilizada por Santos (1993).

³ Empregamos a expressão de acordo com a mesma teoria que embasa o que Santos (1979) chama de os dois circuitos da economia urbana, transpondo-a para o caso da economia do agronegócio.

nossos principais objetivos destacamos: avançar nos estudos que auxiliem a melhor entender as novas tendências da urbanização brasileira; compreender os processos de reestruturação urbano-regional no âmago da regionalização promovida pelas principais atividades econômicas desenvolvidas na região considerada para análise; estudar as práticas espaciais dos novos agentes econômicos que chegam à região; melhor compreender as novas relações campo-cidade, entre outros.

Como estratégia metodológica, agrupamos os temas primordiais inerentes à pesquisa em cinco grupos: reestruturação produtiva da agropecuária; descentralização da produção industrial; difusão do comércio e dos serviços especializados; reestruturação urbano-regional e da cidade e, finalmente, desigualdades socioespaciais.

Conteúdo da coletânea

Muito embora a pesquisa desenvolvida tivesse como área de estudo Mossoró e ampla região sob sua influência, nem todas as pesquisas individuais, assim como os capítulos integrantes desta coletânea se limitam a tal recorte espacial. Alguns capítulos trazem análises estruturais para a compreensão de processos mais vastos que, direta ou indiretamente, têm rebatimento na área objeto da pesquisa guarda-chuva. Outros, ao contrário, tratam de processos mais específicos e seu rebatimento em porções da região objeto de pesquisa. De antemão, isto revela a necessária fluidez e flexibilidade para que se possa definir e delimitar uma região diante do processo de reestruturação produtiva. Situação semelhante poderia ocorrer em outros recortes espaciais investigados.

Abre a coletânea o capítulo de **Ester Limonad**. Neste, a autora traça um pano de fundo das políticas e dos processos socioespaciais que contribuíram para mudar a configuração espacial da urbanização brasileira contemporânea. É um esforço de análise que nos ajuda a melhor compreender processos gerais na busca da síntese da economia política da urbanização brasileira e, finalmente, a busca pelo direito à cidade e da construção de uma sociedade equânime e socialmente justa.

A (re)estruturação do espaço urbano da cidade de Mossoró (RN) é tema de dois capítulos da coletânea. **Denise Elias** e **Renato Pequeno** discutem a (re)estruturação urbano-regional e da cidade e focam como recorte espacial a cidade de Mossoró em particular e respectiva região sob sua influência. Além de elementos estruturadores da cidade e região, são abordados aspectos de reestruturação recente do centro, bem como a formação de uma nova centralidade. Apresentam ainda o aprofundamento das desigualdades socioespaciais no espaço urbano, tendo na moradia a variável principal escolhida para análise. Apesar dos autores reconhecerem as interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano, eles utilizam a classificação a cidade do mercado imobiliário a cidade das políticas públicas e a cidade espontânea e informal no intuito de melhor explicitar as dinâmicas socioespaciais evidenciadas nestes estudos.

Edna Maria Jucá Couto Amorim prossegue com o tema, mas propõe uma abordagem da produção e do consumo do espaço urbano da cidade de Mossoró (RN) correlacionando as mudanças nos hábitos de consumo, sobretudo mediante a ampliação das franquias de alimentação e do surgimento de novos produtos imobiliários, os espaços residenciais fechados. Evidencia como tais transformações implicam a ampliação e redefinição dos papéis urbanos, combinando processos gerais e singulares que, articuladamente, contribuem para a reestruturação da cidade.

Por sua vez, a indústria é tratada também em dois capítulos da coletânea. No capítulo assinado por **Jacob Binsztok**, são expostos os rebatimentos socioespaciais da cadeia produtiva de petróleo, assim como das transformações ocorridas em algumas áreas urbanas e rurais em outras partes do país. Desse modo, ilumina a melhor compreensão dos processos em curso em Mossoró e região, especialmente nas últimas três décadas. Neste âmbito, a indústria de extração de petróleo e gás natural é uma das mais importantes atividades de Mossoró e região, que se destaca como o primeiro produtor brasileiro com exploração em terra e o segundo em volume (terra e mar). São dezesseis

municípios,⁴ entre o Rio Grande do Norte e Ceará, cuja exploração do petróleo é comandada a partir da base da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) situada em Mossoró. A atividade é um marco para qualquer periodização sobre a cidade e região, em virtude dos profundos impactos socioeconômicos e espaciais dela advindos, especialmente com a instalação da Petrobras na cidade, no início da década de 1980. Desde então, várias atividades de apoio à extração ali se instalaram, realizadas por empresas nacionais e multinacionais, entre as mais poderosas no mundo.

Com a compreensão de que a atividade industrial se constituiu como uma das principais condicionantes de expansão e organização do espaço, a indústria de transformação e seus rebatimentos territoriais é tema do capítulo de **Edilson Alves Pereira Junior**. Como recorte empírico, abarca as dinâmicas presentes no Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, formado por dez municípios componentes da região sob influência de Mossoró (RN). O capítulo enfatiza as discussões sobre a zona industrial como resultado do padrão fordista de produção de calçados e sobre a resistência dos sistemas industriais localizados. A análise recai particularmente sobre uma zona industrial formada por investimentos exógenos, associados a indústria de calçados, entre as maiores beneficiárias dos programas de atração de investimentos e de interiorização de estabelecimentos industriais do governo estadual, sobretudo o Grupo Dakota Calçados. Incluem-se, ainda, três sistemas industriais localizados, ligados à produção de cerâmica vermelha, à confecção de redes de dormir e à pequena metalurgia. Estas últimas agregam empresas de capital local e com reduzido apoio de políticas de reestruturação produtiva.

Todos os demais cinco capítulos da coletânea estão diretamente vinculados aos estudos e pesquisas inerentes à difusão do agronegócio globalizado no Brasil de maneira geral e, de forma particular, sobre sua difusão na região adotada como objeto de estudo.⁵

⁴ Mossoró, Carnaubais, Açu, Pendências, Areia Branca, Apodi, Felipe Guerra, Macau, Upanema, Serra do Mel, Grossos, Alto do Rodrigues, Dix Sept Rosado, Guamaré, no Rio Grande do Norte, e Icapuí e Aracati, no Ceará.

⁵ Três capítulos resultaram de projetos de pesquisa associados diretamente ao projeto guarda-chuva Casadinho Procad, sendo um de pós-doutorado, um de doutorado e um de mestrado, todos sob supervisão e orientação da professora Denise Elias. O primeiro é fruto de um conjunto de pesquisas desenvolvidas por pesquisador da equipe do projeto

Pareceu-nos importante aqui destacar nosso entendimento sobre agronegócio globalizado, seja pelo número de capítulos contemplados com o tema na coletânea, seja porque embora hoje o termo seja utilizado de forma indiscriminada, há cerca de duas décadas passou a ter uso corrente no país e, apesar do pouco tempo, já assume caráter polissêmico, carregado de ideologia, com a criação de muitos mitos. Isto reforça a necessidade de trazermos alguns elementos de argumentação, mesmo que poucos, para a busca de uma visão crítica sobre o assunto e, principalmente, para que os leitores possam melhor compreender em qual contexto os capítulos são apresentados.

Como temos repetido (ELIAS, 2003, 2006, 2013b, 2017), na nossa ótica, conforme a própria palavra deixa explícito (agro + negócio), não estamos aqui falando das tradicionais atividades agropecuárias voltadas ao autoconsumo ou à produção simples de mercadorias, mas das atividades associadas à obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de mercadorias destinadas ao mercado urbano, nacional e internacional, de alimentos (*in natura* e cada vez mais por um conjunto de alimentos industrializados), de *commodities* (soja, café, cana-de-açúcar etc.) e de agrocombustíveis (etanol, biodiesel etc.).

Ao levarmos em conta os principais fatores de produção da atividade agropecuária, teríamos, entre as características da reestruturação produtiva da agropecuária, o capital e a tecnologia intensivos, difundindo um padrão estandarizado de produção, especialmente no intuito de relativizar um dos maiores problemas para a acumulação ampliada no setor, qual seja, a significativa diferença entre o tempo de produção sempre superior ao tempo de trabalho.

Contudo, entre os pressupostos do agronegócio globalizado existe o fato das atividades a ele associadas estarem sob o comando de poderosas corporações transnacionais, tais como *tradings* (Bunge, Cargill, ADM, Luis Dreyfus etc.), agroindústrias alimentares de laticínios, massas, carnes, biscoitos etc. (Nestlé, Del Monte etc.), corporações agroquímicas (BASF, Dupont, Syngenta, Bayer, Monsanto etc.), as grandes redes de hipermercados (Carrefour, Cassino, Pão de Açúcar

Casadinho Procad e o último é resultado de uma dissertação de mestrado produzida no âmbito de outro programa de pós-graduação de outra instituição (Prodema da UFC) e é o único que não fez parte da pesquisa do Casadinho Procad.

etc.) e, cada vez, mais pelo capital financeiro mediante seus vários instrumentos, entre os quais os fundos de investimentos de várias partes do mundo. A estes se somam os agentes tradicionais da agropecuária brasileira, isto é, os proprietários de terra, os agricultores, o Estado, as agências de financiamento etc.

Como evidenciado, os agentes hegemônicos do agronegócio formam verdadeiras redes de poder, que hoje controlam partes expressivas do território brasileiro. O capítulo de **Carlos Alberto Franco da Silva** contribui para a compreensão destes processos. Principia com a formulação teórica de rede política territorial e a desenvolve com uma leitura fortemente apoiada em filósofos. Entende rede política como categoria de análise do conceito de território. O objetivo básico do capítulo é abrir possibilidades de revelar valores que circulam em redes e que contribuem para diversas formações discursivas legitimadoras das transformações socioprodutivas verificadas no território brasileiro, sobretudo no âmbito do avanço do agronegócio e das diferentes formas de resistências contra-hegemônicas. Para tanto, como caminho norteador, de início, foca no sentido de política e das categorias que lhe são centrais, como interesse, estratégias, conflito e poder. Isso posto, anuncia-se o poder como fenômeno inerente à política. Em direção à Geografia, o texto lembra a importância das redes e do território como elementos intrínsecos à política. Por fim, assume-se uma definição de rede política territorial, destacam-se alguns princípios para sua operacionalização e faz-se ainda uma breve análise do agronegócio nos termos de uma rede política territorial.

Os agentes hegemônicos do agronegócio globalizado desenvolvem, cada vez mais e de forma mais complexa, poderosos mecanismos de controle e regulação da produção. Alguns destes são discutidos no capítulo de **Juscelino Eudâmidas Bezerra** quando trata de transformações na governança do setor agroalimentar, notadamente por meio dos modernos serviços de certificações internacionais que incidem sobre a produção de frutas tropicais e evidenciam alguns dos mecanismos de controle implementados pelas maiores redes de supermercados. Tem as principais áreas de produção de frutas do Nordeste brasileiro como área de estudo, e adota como recorte espe-

cífico as “regiões produtivas do agronegócio”, entre as quais se inclui a região sob influência de Mossoró, pois é nestas onde se encontram os grandes agentes econômicos em atuação no setor das certificações.

Como já defendemos exaustivamente (ELIAS, 2003, 2006, 2013b, 2017), é possível identificar municípios e regiões no Brasil cuja intensificação da urbanização, além da constituição de novas regionalizações, se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. A busca de explicações de tais processos nos leva a considerar a forte integração da atividade agropecuária aos circuitos da economia urbana, desenvolvendo-se extensa gama de novas relações entre o espaço agrícola racionalizado e os espaços urbanos próximos. Essas relações se dão atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas vinculadas ao agronegócio, e também para o armazenamento e escoamento da produção, processamento industrial, entre outros. Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e de porte médio, fortalecendo-as tanto em termos demográficos e econômicos como de novas regionalizações.

O capítulo assinado por **Maria Lucenir Jerônimo Chaves** corrobora as teses anteriores. Para tanto ela toma como recorte espacial de análise o da “região produtiva do agronegócio” da fruticultura comandada a partir da cidade de Mossoró (RN), composta por municípios cearenses e norte-rio-grandenses. Como principal objetivo do texto consta analisar a configuração de uma rede urbana funcional a este agronegócio. O intuito é discutir de forma sucinta o modelo do agronegócio e suas consequências geradas na região da sua difusão; analisar a centralidade de Mossoró e suas interações espaciais; mostrar a configuração da rede urbana do agronegócio da fruticultura polarizada por Mossoró. É discutido também o papel de complementaridade, cooperação e competição com a cidade de Limoeiro do Norte (CE) na rede urbana funcional ao agronegócio.

O capitalismo se desenvolve de forma contraditória. Portanto, não é incomum que parte dos pequenos agricultores ao invés de expulsos do campo sofram um processo de sujeição formal, na linha trabalhada por Martins (1990), ou seja, ao invés de expulsos pelo pro-

cesso que Oliveira (2001) chamou de territorialização do capital no campo e de monopolização do espaço agrário, subordinam-se diretamente às empresas agrícolas, as quais transferem uma parte da renda da terra. Esta subordinação se dá tanto por meio de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção como pela contratação da compra da produção.

No capítulo de autoria de **Érica Maria Bezerra Pinheiro**, podemos observar essa dinâmica na “região produtiva do agronegócio” de frutas tropicais formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte. Nesta região, o campesinato tem sofrido grandes impactos, entre eles, alguns são subordinados às empresas agrícolas no tangente ao processo de comercialização. O objetivo maior foi entender as formas de sujeição da renda da terra camponesa ao capital por meio das relações de comercialização na “região produtiva do agronegócio”. Para tal, a análise apoiou-se em três diferentes tipos de contratos, a saber: contrato de comercialização da produção, realizado por uma empresa localizada no município de Quixeré/CE; contrato de compra da produção, analisada em duas empresas localizadas nos municípios de Baraúna/RN e Ipanguaçu/RN; contrato de compra e financiamento da produção, relação desenvolvida por uma empresa no município de Baraúna/RN. Os contratos de produção analisados se caracterizam por um processo de sujeição do campesinato na medida em que o capital comercial controla os preços dos produtos da agricultura camponesa, o tipo de culturas produzidas e o modo de produzir.

Entre os resultados da difusão do agronegócio globalizado, com a expansão de *commodities* produzidas de forma standardizada, estão a destruição da biodiversidade, a transformação do sistema alimentar, o envenenamento da população pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, a destruição da biodiversidade, assim como de saberes e fazeres historicamente construídos, entre tantos outros. Tudo isso, porém, não tem ocorrido sem conflitos, no campo e nas cidades, que, em última instância, refletem a diversidade e os antagonismos de visões políticas, de objetivos e de interesses entre os agentes do agronegócio e os que não comungam com tal modelo de produção, a

evidenciar que a difusão do modelo do agronegócio globalizado não se dá sem resistências.

É neste sentido que o último capítulo da coletânea traz um estudo sobre repercussões da difusão do agronegócio nos diferentes modos de vida de mulheres camponesas moradoras da Chapada do Apodi, unidade geoambiental na divisa dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, notabilizada nas últimas duas décadas pela produção intensiva de frutas tropicais voltadas de forma especial à exportação.

De autoria de **Maria de Lourdes Vicente da Silva, Raquel Maria Rigotto e Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo**, o capítulo parte da crítica feminista ao papel da ciência, e das mulheres como sujeitos do conhecimento. Utilizam-se da abordagem das metodologias feministas para aprofundar os diferentes olhares e experiências das mulheres com base nas histórias de vida de onze mulheres de quatro comunidades da Chapada, feita por meio de entrevistas e observação participante e tendo como foco as categorias trabalho, saúde e ambiente. Resulta daí a descrição sobre as formas camponesas de vida e trabalho ameaçadas pelo agronegócio. São problematizados aspectos que analisam as transformações do território com o uso de agrotóxicos e suas consequências ao trabalho e à produção. Mediante a experiência dessas mulheres, apontam-se algumas bases para a análise – no confronto entre as contradições do agronegócio e a cultura camponesa – do importante e determinante papel das mulheres na disputa pela terra e pelo território, assim como na busca pela afirmação da cultura camponesa.

Equipe do projeto e mecanismos de interação

O projeto coletivo do qual resultou a presente coletânea foi realizado em parceria entre dois Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), apoiado pelo edital Casadinho Procad do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2011 e 2016. Dele participaram um conjunto

de professores e alunos. Entre os professores da primeira instituição mencionamos Denise Elias, coordenadora geral do projeto, Edilson Alves Pereira Junior e Renato Pequeno, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Embora integrante de outra instituição de ensino superior, Renato fazia parte da equipe como membro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau), à frente do projeto coletivo.⁶ Outros três colegas compunham também a equipe da UECE: Iara Rafaela Gomes,⁷ Juscelino Eudâmidas Bezerra⁸ e Denise Cristina Bomtempo.⁹ Da UFF participaram os professores Carlos Alberto Franco da Silva, Ester Limonad, Jacob Binsztok, Marcio Piñon de Oliveira e Rogério Haesbaert.

Ao mesmo tempo, participaram diretamente da pesquisa cerca de vinte alunos, entre graduandos, mestrandos e doutorandos, vários desenvolvendo seus respectivos projetos individuais associados ao projeto “guarda-chuva” do Casadinho Procad. Evidencia-se, desde já, desta forma, importante contribuição para a formação e capacitação de recursos humanos na graduação e na pós-graduação. Vale destacar: alguns dos pós-graduandos integrantes da equipe do projeto hoje já defenderam suas respectivas teses e compõem o corpo docente de algumas instituições de ensino superior ou tecnológico.

Rendemos a todos nossos agradecimentos. Direta ou indiretamente, todos estiveram presentes e contribuíram de diferentes formas nas inúmeras atividades realizadas durante a vigência do projeto.

⁶ O Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau) foi criado em 1999 pelos professores Denise Elias (UECE) e Renato Pequeno (UFC) por ocasião do momento no qual o CNPq passou a organizar a pesquisa e os pesquisadores no Brasil através do Diretório dos Grupos de Pesquisa, como parte da Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br>).

⁷ Então professora substituta do curso de Geografia e coordenadora executiva do *Laboratório de Estudos Agrários (LEA)*, coordenado por Denise Elias, e hoje professora adjunta da UFC.

⁸ Na ocasião era bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Capes associado ao *Laboratório de Estudos Agrários (LEA)*, coordenado por Denise Elias, e hoje é professor adjunto da UnB.

⁹ Então bolsista de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCT) do CNPq, associada ao *Laboratório de Estudos Agrários (LEA)*, coordenado por Denise Elias, e hoje é professora adjunta da UECE.

Vários foram os mecanismos utilizados para promover a interação entre os pesquisadores e alunos dos programas de pós-graduação, assim como de iniciação científica, partícipes do projeto. Entre outros, ressaltamos:

- Reuniões de planejamento e administrativas para discussão do funcionamento da pesquisa: além de algumas reuniões gerais de planejamento com toda a equipe do projeto, foram promovidas, com regularidade, reuniões administrativas e de planejamento pela equipe do PPGG UECE, com vistas ao planejamento e encaminhamentos gerais da consecução da pesquisa.
- *Workshops* para discussão e debate dos projetos de pesquisa individuais (pesquisadores e alunos) associados ao projeto Casadinho Procad.¹⁰
- *Workshop* geral da pesquisa, realizado no PPGG da UECE, que contou com a participação de todos os professores pesquisadores da UECE e da UFF, e, também, de todos os alunos da UECE associados à pesquisa (maio de 2014).
- Colóquios temáticos: reuniões com apresentação e debate sobre textos inerentes aos principais temas de interesse para a pesquisa, com a presença de todos os membros da equipe do PPG UECE, incluindo os alunos de iniciação científica. Iniciaram-se em meados do primeiro semestre de 2013, com discussão dos seguintes temas: a) região e regionalização; b) reestruturação produtiva; reestruturação territorial e reestruturação da agropecuária; c) urbanização e suas formas: um enfoque para urbanização dispersa; d) agronegócio e urbanização; e) redes, fluxos e circuitos espaciais da produção; f) segregação socioespacial, moradia e atividades econômicas.

¹⁰ Foram realizados 25 *workshops* com todos os membros da equipe do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, incluindo os alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado.

- Execução de trabalhos de campo na área de estudo. Alguns foram desenvolvidos pelo professor-pesquisador individualmente; outros, por um conjunto de professores-pesquisadores do projeto; outros ainda contaram com um professor e seus orientandos etc.
- Missões de docência e pesquisa: foram promovidas quatro missões de docência dos professores da UFF na UECE, respectivamente, pelos professores Carlos Alberto Franco da Silva (maio de 2013), Ester Limonad (dezembro 2013), Rogério Haesbaert (maio de 2014) e Marcio Piñon de Oliveira (outubro de 2014). Durante tais missões, foram implementadas várias atividades, tais como: disciplinas concentradas abertas aos alunos do PPG UECE e da UFC (em face da importância da atividade para os alunos, oferecemos uma parte das vagas para o outro Programa de Pós-Graduação em Geografia existente na cidade, mais precisamente na Universidade Federal do Ceará - UFC); reunião de trabalho com pesquisadores do PPGG UECE associados à pesquisa do Casadinho Procad, quando se discutia o andamento da pesquisa e suas perspectivas; colóquios com alunos associados ao projeto cujos temas de pesquisa diretamente se relacionam às linhas de pesquisa do professor em missão de docência; palestras abertas ao público em geral etc.
- Missões de estudos: foram efetivadas cinco missões de estudos de pós-graduandos do PPGG em Geografia da UECE no PPGG em Geografia da UFF. Durante as referidas missões, os alunos participaram de atividades não só no PPGG da UFF, mas também da UERJ, do IPPUR-UFRJ, onde realizaram trabalho de campo, participaram de grupos de estudos etc.. Assim, como evidenciado, a mobilidade acadêmica foi um dos ganhos de inegável relevância no desenvolvimento do projeto, pelas experiências e vivências possibilitadas aos alunos.
- Participação em bancas de qualificação ou defesa. Hou-

ve participação dos professores pesquisadores do projeto em bancas (de qualificação, de defesa de mestrado, defesa de doutorado, em trabalho de conclusão de curso) de alunos orientandos de outros professores participantes do projeto.

- Reuniões de trabalho por ocasião de reuniões científicas nacionais às quais alguns pesquisadores do projeto estavam presentes. Aproveitávamos tais encontros motivados pelas reuniões científicas para fazer ou ajustar algum planejamento, acertar detalhes das missões de estudos ou missões de docência etc.

Outros impactos advindos das ações e resultados do projeto podem ainda ser mencionados. Entre estes, por exemplo, a contribuição para a formulação do projeto e implantação do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC, pelo professor Renato Pequeno. Ademais, a promoção de seminários, *workshops*, o desenvolvimento de procedimentos metodológicos comuns etc. que também contavam com a participação de alunos do curso de graduação em Arquitetura, contribuiu favoravelmente e de forma imediata para a consolidação da prática de pesquisa, porquanto tal curso ainda não fora contemplado com pós-graduação. Hoje, contudo, já está com a sua terceira turma de mestrado.

Em todo esse processo, foi decisivo o apoio financeiro do CNPq, instituição à qual deixamos nossos agradecimentos.

Palavras finais

Desejamos a todos boa leitura e que os textos possam ser úteis para incrementar os estudos e debates para compreensão da complexidade e das novas tendências da urbanização brasileira, sempre com objetivo de construção de um Brasil melhor, com menos retrocessos políticos e desigualdades socioespaciais.

Sempre, e hoje mais do que nunca, com muitas saudades do futuro!!!

Referências

- ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura*. SP: Edusp, 2003.
- ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera*. Presidente Prudente, ano 9, n.8, p. 9-51, jan-jun 2006.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), vol.13, n. 1, p. 151-165, maio 2011.
- ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. da; ARRUIZZO, R. C. (orgs.). *Espaço e energia*. Mudanças no paradigma sucoenergético. RJ: Lamparina, 2013a. p. 201-220.
- ELIAS, Denise. Globalização, Agricultura e Urbanização. *Acta Geográfica*, Boa Vista, p.13-32, 2013b.
- ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 19-56.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton (com ELIAS, Denise). *Metamorfozes do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Novidades na urbanização brasileira?

Ester Limonad

Introdução

Até meados do século passado o Brasil era um país eminentemente rural. Então, a ocupação urbana de seu extenso território tinha como um de seus traços característicos, herdado do período colonial, a distribuição da maior parte de suas cidades em uma faixa de até 100 quilômetros do litoral, à exceção de algumas capitais estaduais e de um reduzido contingente de aglomerações dispersas no interior voltadas majoritariamente para atividades rurais.

Em 1960, o país contava com pouco mais de 70 milhões de habitantes, 54% dos quais viviam no campo. Apenas em 1970 a população urbana superou pela primeira vez a população residente no campo. Diversas iniciativas governamentais implementadas desde 1930 buscaram estimular a industrialização e o desenvolvimento econômico. Todavia, até o final da década de 1950, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a distribuição espacial de sua população eram marcadas pela ruralidade. As cidades dependiam econômica e politicamente do campo. A produção agrícola, de matérias-primas e de não manufaturados respondia então, e ainda hoje responde, pela maior parte das exportações. Então, o que mudou?

Passados 30 anos, a quase totalidade da população brasileira se tornou urbana, mas isso não significa que o rural e o campo tenham desaparecido, em sua totalidade (MONTE-MÓR, 2004, 2015), e muito menos a ruralidade, que persiste no urbano como mostram diversos estudos (ÁVILA SÁNCHEZ, 2015; GORENSTEIN et al., 2015; RUA, 2015). Há de se ressaltar que embora as iniciativas e programas governamentais de desenvolvimento econômico tenham contribuído para a modernização dos espaços de produção, tiveram efeitos limi-

tados para dirimir as desigualdades sociais, que se aprofundaram ao invés de diminuir, ao menos até o início do século XXI, uma vez que muitas dessas iniciativas permaneceram relegadas a um segundo plano, à exceção das gestões federais do Partido dos Trabalhadores (PT) – 2003-2016.

Dizer que o Brasil se tornou um país urbano não significa dizer que o espaço social em sua totalidade seja urbano, mas sim reconhecer a hegemonia do urbano, sem que este seja predominante. Significa reconhecer a existência da ruralidade, do rural e daquilo que se pode caracterizar ainda como um espaço natural; enfim, trata-se de reconhecer a persistência do não urbano sob a hegemonia do urbano (MONTE-MÓR, 2015; MONTE-MÓR; LIMONAD, 2015), de perceber uma reafirmação dialética do rural no urbano, um rural ressignificado pelo urbano e um urbano ressignificado pelo rural (ÁVILA SÁNCHEZ, 2015; GORENSTEIN et al., 2015; RUA, 2015).

Ao se considerar o Brasil como um todo são perceptíveis diversas mudanças em relação a períodos precedentes, em relação à distribuição espacial das atividades produtivas, à distribuição espacial da população e ao uso e ocupação do espaço social.

Nossa intenção neste capítulo é contribuir para a compreensão da complexidade da urbanização brasileira recente, a partir de um marco teórico crítico que dê conta, ainda que em parte, das “diversidades, complexidades e multiplicidades das formas e processos socioespaciais contemporâneos” (MONTE-MÓR, 2004, 2015). Para tanto, inicialmente tratamos de assinalar alguns dos fatores que contribuíram para isso, o que nos levou a traçar um pano de fundo das políticas e dos processos socioespaciais que contribuíram para mudar a configuração espacial da urbanização brasileira para, ao final, a título de conclusão, fazer algumas considerações sobre a urbanização brasileira contemporânea na perspectiva do direito à cidade e da construção de uma sociedade equânime e socialmente justa.

1. Um novo mapa do Brasil?

Assim como o mundo, o Brasil está mudando velozmente. Nos últimos 25 anos formou-se um novo mapa do Brasil, com respeito à distribuição espacial das atividades produtivas, da população e da renda. Alterou-se também a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, seja em escala subcontinental, seja em escala global. Nesse novo mapa evidencia-se a crescente interiorização da urbanização (Figura 1) e da distribuição espacial das atividades produtivas e da renda, que rompe com a lógica espacial pretérita e que permite diferenciar, de forma marcante, o Brasil de seus vizinhos latino-americanos (LIMONAD, 2008, p. 75-78; MACHADO, 2009 p. 11-12). Em um panorama geral, influíram para isso três ordens de fatores entrelaçados, aqui separados apenas para efeitos heurísticos, uma vez que uns não existem sem os outros.

Primeiro, na esfera do planejamento tem-se um conjunto heterogêneo de planos e de políticas governamentais desencadeados em distintos momentos, a partir de 1940, em particular, com maior intensidade e abrangência espacial, a partir da década de 1970 (OLIVEIRA, 1975; LAMPARELLI, 1982; BECKER, EGLER, 1993; NABUCO, 2007). Planos esses que contribuíram para criar condições gerais de produção nas diversas regiões do país, que serviram de base às mudanças havidas subseqüentemente e que deram suporte para a sua aceleração pós-1990. Momento em que Fernando Collor de Mello (1990-1991) assume a presidência, após um período de transição para a democracia e a elaboração de uma nova Constituição, que conferiu maior autonomia a estados e municípios e cortou, ainda que timidamente, a centralização político-administrativa imprimida no aparelho de Estado com o Golpe Militar de 1964.

Segundo, em termos da organização e configuração do espaço, temos processos socioespaciais mais gerais, com destaque para o alcance das mudanças relacionadas ao advento da globalização (SANTOS, 2000), em que se inserem a revolução informacional, a reestruturação produtiva (DINIZ, 2002; MOREIRA, 2004) e o avanço do

neoliberalismo, a partir do último quartel do século XX (LIMONAD, HAESBAERT, MOREIRA, 2004).

E, terceiro, no que se refere à sociedade e a sua reprodução, temos, quase como um corolário, as mudanças recentes ocorridas na conjuntura política e econômica do país que colocam em risco os avanços sociais e econômicos alcançados nas duas últimas décadas.

O papel do planejamento

Na esfera do planejamento, as diversas políticas e planos nacionais de desenvolvimento que contribuíram para essas mudanças podem ser aglutinados, grosso modo, em três distintos períodos com metas gerais distintas, que se justapõem entre si.

Um primeiro período, caracterizado pelo desenvolvimentismo, que se estende de 1930 a 1964, marcado pela ação do Estado (IANNI, 1977; OLIVEIRA, 1975; LIMOEIRO, 1978) através de políticas macroeconômicas e de iniciativas governamentais, durante os governos dos presidentes Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954) e Juscelino Kubistchek (1955-1960) (IANNI, 1977), que buscavam garantir um projeto de industrialização nacional próprio e autônomo. Esses governos contribuíram para assentar as bases para a industrialização com a política de substituição de importações, implantação e expansão de indústrias de base, criação de empresas estatais¹ e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)², a que se seguiu, mais tarde, a implantação de indústrias de bens duráveis de consumo (OLIVEIRA, 1975), com crescentes investimentos diretos do capital estrangeiro. A construção de Brasília, a mudança do Distrito Federal e a implantação da rodovia Belém-Brasília (1958) contribuíram para abrir caminhos e expandir a ocupação do interior do país, rompendo com a lógica pretérita da ocupação litorânea.

Um segundo período, que se estende durante a ditadura militar

¹ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras); Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de um total de ao menos 53 estatais criadas entre 1930 e 1960, majoritariamente durante as gestões de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek (DAVIDOVICH, 1986, p. 346).

² Lei Federal nº 1.628, de 20/06/1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que apenas em 1982 passou a se chamar Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

(1964-1984) e a assim chamada “transição democrática” (1985-1990), que se caracteriza tanto por medidas políticas repressivas quanto por medidas de cunho político-administrativo e por um conjunto de políticas macroeconômicas de caráter setorial. Destinadas, respectivamente, a assegurar ao governo federal um controle social político estrito, uma centralização financeira dos recursos e o controle e integração do território nacional.

As medidas políticas repressivas aboliram os partidos políticos, as liberdades democráticas, as possibilidades de associação política, de contestação e de livre manifestação social, mediante um conjunto de atos institucionais e decretos-lei.

As medidas político-administrativas contribuíram para reforçar o poder político e o controle econômico do governo federal através da criação de instituições federais e de mecanismos financeiros centralizados de poupança, gestão e empréstimo (BNH³, SFH⁴, SBPE⁵). Aos quais se seguiram: a reforma tributária de 1966, que retirou a autonomia financeira de estados e municípios; a regulação das relações industriais (FGTS⁶, PIS-PASEP⁷), com a subordinação dos sindicatos de trabalhadores; e a criação de órgãos setoriais no âmbito do Ministério do Interior (MINTER) para tratar dos problemas urbanos (SERFHAU⁸),

³ Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 21 de agosto de 1964 pela Lei Federal nº 4.380, extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291 de 21 de novembro de 1986, passando suas atribuições para a Caixa Econômica Federal.

⁴ Sistema Financeiro da Habitação (SFH), implementado pelo BNH, após sua extinção passou para a Caixa Econômica Federal.

⁵ Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

⁶ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

⁷ “O Fundo PIS-PASEP é resultante da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Essa unificação foi estabelecida pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 78.276/1976, e hoje gerido pelo Decreto nº 4.751 de 17 de junho de 2003. Desde 1988, o Fundo PIS-PASEP não conta com a arrecadação para contas individuais. Além disso, o art. 239 da Constituição Federal alterou a destinação dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP, que passaram a ser alocados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fonte: Caixa Econômica Federal.

⁸ Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em agosto de 1964. Extinto em 22 de agosto de 1975 pelo Decreto Lei 76.149, passando suas atribuições para o BNH.

da seca (DNOCS⁹), do meio ambiente (IBDF¹⁰), da colonização (INCRA¹¹), bem como Superintendências Regionais de Desenvolvimento¹², nos moldes da SUDENE¹³, criada em 1959.

Essas ações deram suporte ao chamado “milagre brasileiro” (1969-1973), à construção e modernização do aparelho de Estado, e a uma significativa concentração industrial no Sudeste e Sul do país, que apenas se modificou em meados da década de 1990, como veremos adiante.

Ao passo que os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), implementados no período, contribuíram para a expansão das fronteiras de povoamento e de produção na Amazônia e no Centro-Oeste com a criação de diversas cidades e agrovilas (BECKER 1982, 2001; MACHADO, 1982; SANTOS, 1993).

Assim, em termos gerais, entre 1964 e 1989, tem-se uma difusão da urbanização em diferentes escalas no território nacional. Durante esse período, surgem inúmeras novas aglomerações urbanas nas proximidades das principais ligações rodoviárias, muitas delas gestadas em decorrência seja de políticas de colonização e de integração nacional (PIN), seja de políticas de desenvolvimento regional e/ou de grandes projetos governamentais (DINIZ, 2002; NABUCO, 2007; MOREIRA, 2004), os quais, sob o pretexto de dirimir os “desequilíbrios” e/ou disparidades regionais, contribuíram para ampliar e reforçar o domínio e o controle estatal do território nacional (MORAES, 2008, p. 97) através da implantação, expansão e extensão das redes técnicas de transportes, energia e comunicação (BECKER, 2001, 2005). Para tanto, ampliaram-se os investimentos em grandes obras de porte faraônico (Transama-

⁹ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), precedido pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), 1919, e pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), 1909.

¹⁰ Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), que deu origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA).

¹¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹² Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL); Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

¹³ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

zônica, Tucuruí, Projeto Jari etc.), que fortaleceram as grandes empreiteiras (CAMPOS, 2012) e criaram condições gerais para o desenvolvimento de atividades empresariais de cunho agrário-industrial em regiões até então economicamente inexploradas, a partir de uma perspectiva capitalista.

Já no período pós-ditadura e pós-transição para a democracia, em um primeiro momento, tem-se o avanço do neoliberalismo, que levou a um enxugamento do aparelho do Estado, durante as gestões presidenciais de José Sarney (1985-1990) e de Fernando Collor de Mello (1990-1992). A que se seguiu uma onda de privatizações das companhias estatais e a formação de “ilhas de prosperidade”¹⁴ em diversas partes do país, notadamente no Nordeste (nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) e no Centro-Oeste (nas regiões metropolitanas de Goiânia e nas cidades da soja no Mato Grosso – Sinop, Alta Floresta, Lucas do Rio Verde, entre outras), implementada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

A formação dessas “ilhas de prosperidade”, pontos estratégicos de acumulação no território, também estaria relacionada em parte à abertura dos portos encetada com o fim do protecionismo da produção industrial nacional iniciada durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1989-1991), que resultou em uma desestruturação das concentrações industriais no Sudeste e no Sul, em particular da produção têxtil e de calçados, a que se seguiram outros setores industriais, que migraram para o Nordeste e outras partes do país, assim como a indústria automobilística, no âmbito do que Milton Santos (1996) caracterizou como guerra dos lugares.

Merece destaque durante esse período (1990-2002), o papel do BNDES, enquanto propulsor de planos e projetos governamentais através de licitações e de parcerias público-privadas (PPP). Muitas das empresas que ganhavam essas licitações contavam com a participação acionária do braço financeiro acionário do BNDES (BNDESPar¹⁵) e, por vezes, os projetos licitados diziam respeito a de-

¹⁴ Ver a respeito Pacheco (1998).

¹⁵ BNDESPar – BNDES Participações S.A., subsidiária do BNDES que atua nas bolsas de valores e possui participações nas empresas nacionais para viabilizar o seu crescimento.

mandas de crédito postas em questão por essas empresas, subsidiadas pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)¹⁶ e pelo BNDESPar.

Em um segundo momento, pós-ditadura, já durante as gestões do PT, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e de Dilma Roussef (2011-2014; 2015-2016) tem-se a implementação de políticas sociais (Bolsa Família, Bolsa Educação etc.), bem como investimentos em educação, saúde e infraestruturas, que contribuíram para tirar o país do mapa da fome e para dirimir, ainda que parcialmente, as fortes desigualdades socioespaciais que configuravam a existência de ao menos dois “Brasis”, em termos de distribuição de renda, alfabetização e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Enquanto no período anterior tratou-se de afirmar o país internamente, nessa segunda fase – pós-ditadura e de gestão do PT – incisivas iniciativas em escala global por parte do governo federal contribuíram para mudar a inserção econômica e política do Brasil no plano mundial. Deu-se ênfase, então, às relações e interações internacionais Sul-Sul, que além de firmarem o Brasil como uma das economias emergentes – junto com a Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) –, levaram a sua afirmação enquanto potência, ao menos até o impedimento da presidente Dilma Roussef, em setembro de 2016.

Um fator decisivo para isso foi a ampliação da ação do BNDES, que deu suporte à ação da Petrobras, da Eletrobrás e da VALE¹⁷ em países em desenvolvimento em diversos continentes (África, América do Sul, América Central e Ásia), para atender às demandas de implantação de infraestruturas de transportes, comunicações e abastecimento desses países. Isso contribuiu para o crescimento e expansão das grandes empreiteiras nacionais – Odebrecht, Camargo Correa, OAS, entre outras – (CAMPOS, 2012), lembrando que o BNDES só pode financiar empresas brasileiras.

¹⁶ O FINAME é uma linha de financiamento do BNDES voltado para as micro, pequenas e médias empresas para investimentos em máquinas e equipamentos.

¹⁷ Nova designação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 6 de maio de 1997.

Essa projeção internacional do Brasil contribuiu para o desenvolvimento das relações com seus vizinhos do Cone Sul com um expressivo crescimento das interações comerciais e de exportação com os países sul-americanos. Essas interações serviram para dinamizar a economia nacional para além das regiões metropolitanas em um amplo conjunto de cidades médias, que é perceptível seja na quantidade de interações havidas, seja no aumento e multiplicação das ligações aéreas entre cidades brasileiras com os países da América do Sul.

De fato, os últimos 25 anos foram marcados pela globalização dos processos e pela neoliberalização da economia. Durante esse período, o Brasil passou por uma série de transformações na esfera política, econômica e social. O fim da ditadura, a Constituição de 1988 e a retomada do estado de direito, conjugados à crise fiscal e da previdência social, aos quais veio se somar o advento da III Revolução Industrial, com transformações no âmbito das comunicações, bioengenharia e nos processos de trabalho, marcaram a transição para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e no processo de globalização. Transição essa abortada com a deposição da presidente eleita, Dilma Roussef, que levou a uma mudança de rumo na política interna e externa.

Temos, assim, durante o ano de 2016, mais uma reversão de curso, com a retomada acelerada e radical das práticas pretéritas do neoliberalismo, com a implementação de novas privatizações, com o leilão dos recursos naturais para exploração por empresas multinacionais, com a desregulação das relações de trabalho e um reenxugamento do aparelho de Estado, que tende a cercear as políticas sociais do período precedente (2003-2016). A ênfase internacional passa a ser, agora, nas relações Norte-Sul, com uma subordinação crescente às necessidades hegemônicas dos países centrais, deixando de lado as articulações no bloco do Mercosul e dos BRICS.

O papel da globalização e do neoliberalismo

Após a década de 1980, o avanço da globalização, da acumulação flexível e da reestruturação produtiva desempenharam um papel

fundamental na intensificação dos fluxos materiais e imateriais com desdobramentos diversos na conformação da rede urbana (LIMONAD, 2003).

A globalização contribuiu e contribui para alterar as hierarquias e organizações espaciais pretéritas; para engendrar regiões ganhadoras e perdedoras (BENKO, LIPIETZ, 1994) e especializações funcionais espacialmente localizadas. Uma vez que agora se privilegiam, conforme Santos (1996), as redes estruturadas através de contiguidades temporais (verticais) em relação às fisicoespaciais (horizontais) em termos da construção de novas regionalizações (LIMONAD, 2010).

As tecnologias de comunicação, ao viabilizarem novas formas de interação e de regionalização (SANTOS, 1996) através de interações verticais e imateriais, em detrimento das interações horizontais, contribuíram, e seguem contribuindo, para eliminar as intermediações, para reforçar as interações diretas entre os fluxos globais e as questões locais, bem como para alcançar e articular globalmente diferentes lugares a um só tempo.

Em termos da sociedade e da reprodução social, em que pesem as diversas crises econômicas passadas e o mercado neoliberalismo dos governos de 1990 a 2002, que tiveram por característica as privatizações e o “enxugamento” do aparelho de Estado e das políticas sociais, o desenvolvimento experimentado pelo país a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva colaborou para a retomada do crescimento econômico, para a implementação de medidas diversas de cunho social e para diversas mudanças qualitativas no âmbito econômico e social com reflexos em diversas escalas.

A começar pelas medidas de cunho social destinadas a reduzir a fome e a pobreza; a ampliar o acesso ao ensino técnico e superior com a multiplicação de centros de ensino e de universidades federais; às quais se soma, entre outras iniciativas, a universalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas políticas, além de terem contribuído para retirar um volume significativo de famílias do limiar da fome e da pobreza, viabilizaram e expandiram o acesso de classes sociais com menor poder aquisitivo a bens, a serviços e ao ensino de nível técnico e superior.

Criaram-se, assim, além de melhores condições de vida para grupos sociais com baixa renda, mais possibilidades de ascensão e mobilidade social (FERNANDES, NOVY, 2010, p. 962). Cabe ressaltar, como efeito colateral, que a difusão e interiorização de *campi* universitários contribuiu, também, para dinamizar e articular cidades pequenas e médias em diversas partes do país, como são os casos das universidades federais do Recôncavo Baiano (UFRB), do vale do Jequitinhonha e do Mucuripe (UFVJM), e da fronteira sul (UFFS) no oeste de Santa Catarina, entre muitas outras.

Durante os governos neoliberais anteriores, a adequação das estruturas pretéritas dos diversos espaços de produção nacional às exigências da acumulação flexível e da crescente internacionalização do capital impactou de forma diferenciada e em diferentes graus as diversas regiões do país.

No século XXI, com a acumulação flexível, aumentou a mobilidade espacial e setorial do capital e acelerou-se a esfera de circulação do capital financeiro. A inserção e articulação aos fluxos globais de várias empresas estatais (Petrobras, Eletrobrás, Embraer etc.), a internacionalização de vários setores da economia (agronegócio, máquinas e equipamentos etc.) – inclusive do capital imobiliário, lado a lado com a mudança de atuação do Estado de interventor para financiador – contribuíram, por conseguinte, para a expansão das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia com a formação de regiões produtivas do agronegócio em diversas partes do país (ELIAS, 2016), a realocação e dispersão espacial da indústria pelo território nacional (DINIZ, 2002; MOREIRA, 2004), inclusive no Nordeste, vis a vis à centralização das sedes administrativas das grandes empresas, concentradas principalmente nas regiões metropolitanas do Sudeste, com destaque para a região metropolitana de São Paulo. A que se soma à difusão espacial dos polos extrativos relacionados à exploração de petróleo, minérios e madeira, cujo avanço indiscriminado põe em risco a Amazônia.

Além disso, criaram-se condições favoráveis à promoção imobiliária e ao loteamento da costa litorânea dos estados da Bahia ao Ceará, em velocidade exponencial aos 500 anos da chegada das

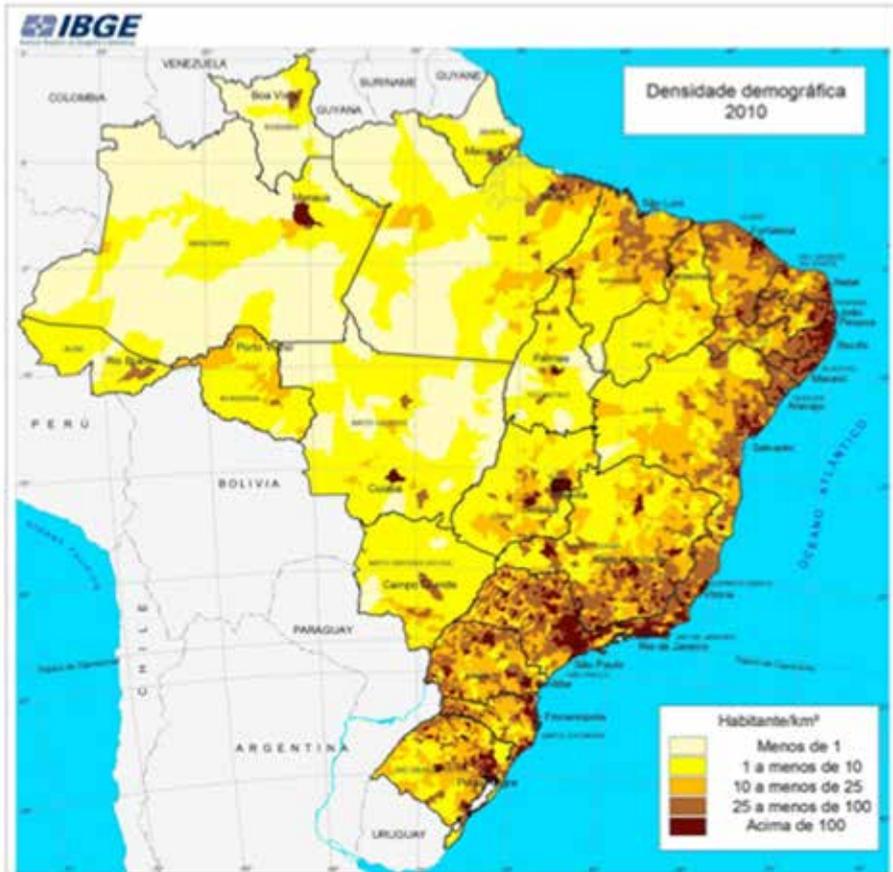
naus portuguesas, através de ações integradas dos capitais fundiário e imobiliário nacional com capitais do setor imobiliário, turístico e financeiro internacional (LIMONAD, 2007, 2008; DANTAS et al., 2008).

Essas ações e processos foram financiados em parte ou em sua totalidade pelo BNDES e vinculados a programas setoriais – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur I e II), Projeto Orla – enquanto parte dos programas nacionais de desenvolvimento implementados desde a década de 1990 – Brasil em Ação e Avança Brasil dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – que tiveram continuidade com o Brasil de Todos (2003-2006) e os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2010; 2011-2014; 2015-2016), em particular, de forma mais agressiva desde o primeiro governo de FHC.

Em contraste com diversas iniciativas implementadas pelo Estado, durante 25 anos de ditadura e de planejamento autoritário setorial (ARAÚJO, 1997), tem-se que a ação combinada e a articulação de diferentes capitais e interesses concretizou, em menos de uma década, a partir de 1989, ainda que em parte, a almejada desconcentração e dispersão espacial da produção e das atividades produtivas em escala nacional, que integrou a pauta de diversos planos nacionais de desenvolvimento durante a ditadura militar.

Em consequência, a urbanização se difundiu pelo território, se diversificou, se especializou e se tornou mais complexa. Aglomerações urbanas, enclaves de distintos tipos industriais e respectivas bacias de emprego pipocaram ao longo das estradas, nas proximidades e ao redor de enclaves produtivos isolados, multiplicaram-se e especializaram-se, em razão da reestruturação produtiva e das exigências impostas pelo regime de acumulação flexível a diferentes capitais. Mudou, portanto, a distribuição espacial das atividades produtivas e da população. Todavia, prevalece, ainda, uma maior concentração e densidade populacional no território contido em uma faixa de até 200 km do litoral (Figura 1), porém agora com uma cunha de interiorização da ocupação em direção ao Centro-Oeste.

Figura 1:
Brasil – densidade demográfica em 2010 (IBGE, 2010)



Mudanças na distribuição espacial das atividades produtivas

Observa-se, desde a década de 1990, em escala nacional, a desconcentração e dispersão da produção de diversos setores e ramos de atividades pelo território nacional. Têm-se, assim, a disseminação de atividades industriais, imobiliárias e de serviços, que contribuiu para conformar e disseminar enclaves produtivos extrativos, industriais e turísticos, caracterizados em meados da década de 1990 como “ilhas de prosperidade”.

O setor automotivo é o que melhor ilustra essa desconcentração produtiva. Automóveis e veículos deixaram de ser fabricados quase

exclusivamente no ABC paulista¹⁸, lembrando que a única exceção foi a instalação da Fiat Automóveis em Betim, Minas Gerais, no início da década de 1970. Montadoras instalaram-se, a partir de 1995, no interior dos estados de Goiás¹⁹, Minas Gerais²⁰, Rio de Janeiro²¹, Rio Grande do Sul²² e São Paulo²³; e nas regiões metropolitanas dos estados do Amazonas²⁴, Bahia²⁵, Ceará²⁶ e do Paraná²⁷, entre outras. Soma-se a essa desconcentração/dispersão das atividades produtivas, o avanço das fronteiras de produção de grãos no cerrado, no Centro-Oeste e no Norte do país.

Há de se considerar que a realocização das indústrias de trabalho intensivo, do Sudeste para o Nordeste e outras áreas do país, teve por base a busca de zonas de trabalho barato e com pouca organização sindical vis a vis à necessidade de modernização dos processos produtivos e redução de custos fiscais.

No Nordeste verifica-se a instalação de portos de última geração e a formação de enclaves produtivos de caráter industrial nas áreas do entorno metropolitano de Salvador (Camaçari e Porto de Aratu no município de Candeias), Recife (Porto de Suape nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho) e Fortaleza (Maracanaú e Porto de Pecém no município de São Gonçalo do Amarante). O resultado é uma segmentação do espaço social com funções especializadas, que caracteriza um zoneamento em escala regional.

Em consonância e em paralelo a essa referida realocização industrial, têm-se a multiplicação de condomínios de segunda residên-

¹⁸ ABC paulista – polígono industrial na Região Metropolitana de São Paulo, composto por um conjunto de municípios; deve seu nome à conurbação dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

¹⁹ Hyundai, Mitsubishi e máquinas agrícolas John Deere.

²⁰ Além da FIAT, implantada na década de 1970, vieram a Iveco, Mercedes-Benz e máquinas agrícolas da CNH New Holland.

²¹ Consórcio PSA-Peugeot, Citroen, MAN-Volkswagen caminhões e ônibus e Hyundai.

²² GM International.

²³ Honda e Toyota.

²⁴ Fábricas de motos Bramont (Mahindra), Dafra (BMW), Effa, Harley-Davidson, Honda, Haobao, Kasinski, Traxx, Triumph, Suzuki, Yamaha e Kawasaki.

²⁵ Ford.

²⁶ Ford-Troller.

²⁷ Audi, Fiat, Nissan, Renault, Volkswagen e Volvo.

cia e de *resorts* litorâneos voltados para o turismo internacional ao longo da costa brasileira, com maior ênfase na faixa litorânea do Nordeste, que se estende desde o litoral sul da Bahia até o extremo oeste do Ceará, atendendo a diferentes faixas de renda e tipos de turistas internacionais.

No caso da Região Metropolitana de Salvador essa segmentação espacial se evidencia na separação das atividades portuárias, industriais e de turismo receptivo internacional. Uma vez que o porto de Aratu encontra-se no município de Candeias, na Baía de Todos os Santos, ao passo que as atividades industriais encontram-se concentradas no município de Camaçari e as de turismo e veraneio no município de Mata de São João.

Já na Região Metropolitana de Recife há uma concentração espacial dessas atividades nos municípios de Ipojuca e de Cabo de Santo Agostinho, que abrigam respectivamente o complexo portuário de Suape, composto pelo terminal portuário e por um distrito industrial e a Reserva do Paiva, que constitui um megacomplexo de condomínios residenciais e de turismo e veraneio (ver mais detalhes a respeito em BARBOSA, 2016).

Na Região Metropolitana de Fortaleza observa-se uma segmentação semelhante à de Salvador. No extremo oeste situa-se o Complexo Industrial e Portuário de Pecém, nos municípios de São Gonçalo do Amarante e de Caucaia. Ao sul, as atividades industriais concentram-se no distrito industrial de Maracanaú e ao longo da BR-116, nos municípios de Horizonte e Pacajús, e no núcleo industrial nas proximidades do Porto do Mucuripe, na cidade de Fortaleza. Já as atividades de turismo e veraneio localizam-se à oeste e a leste, nos municípios de Caucaia, Eusébio e de Aquiraz, com condomínios de segunda residência no primeiro e atividades de turismo e veraneio receptivo internacional nos dois últimos.

Cabe destacar a variação de tipos de condomínios e *resorts* na orla entre Salvador e Fortaleza, seja pelo padrão construtivo, seja pelo tipo de imóveis ofertados, seja pela localização espacial. Os *resorts* e condomínios na Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte da Bahia oferecem residências unifamiliares em centro de terreno em reservas ambientais, atendendo a faixas de renda mais elevadas do

que os seus congêneres em Fortaleza e Natal, que oferecem condomínios de apartamentos em unidades multifamiliares para turistas internacionais de médio poder aquisitivo. Ao passo que na Reserva do Paiva, em Cabo de Santo Agostinho, assim como na APA Litoral Norte da Bahia, os imóveis são de alto padrão aquisitivo, destinados a atender não só ao turismo internacional, mas aos executivos de Suape, situado em sua divisa sul²⁸.

Mudanças na distribuição espacial da população e na dinâmica demográfica

A redistribuição, segmentação especializada e realocação espacial das atividades produtivas em diversas partes do território nacional, propulsionadas pelo aumento da mobilidade espacial e setorial do capital, somadas à desregulação das relações industriais levaram, inicialmente, a um aumento do desemprego e da ocupação no setor informal da economia nos grandes centros urbanos e nos polos tradicionais de emprego. O êxodo de atividades produtivas de caráter industrial e de serviços para cidades médias em áreas dinâmicas refletiu-se não só nas taxas de crescimento das grandes regiões metropolitanas, mas principalmente na inflexão e nas mudanças dos fluxos migratórios inter-regionais e regionais (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Dados dos Censos Demográficos (IBGE, 1991, 2000, 2010) revelam que muda o tipo de migrante, a escala e o tipo de migração. Os migrantes sem instrução e sem renda deram lugar a migrantes com mais de oito anos de estudo e com nível superior, que saem das regiões metropolitanas do Sudeste rumo a outras regiões do país. Ao nível nacional, migrações de trabalhadores do Nordeste deixam de se dirigir prioritariamente para a Região Metropolitana de São Paulo e voltam-se para o interior do Estado de São Paulo, para a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE)²⁹ do Distrito Federal e para outros centros urbanos do Sul e do Sudeste. Passam

²⁸ Trabalho de campo realizado em 2011, em Suape e na Reserva do Paiva.

²⁹ Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) são áreas de caráter metropolitano que congregam municípios de diferentes unidades da federação. A RIDE do Distrito Federal foi a primeira a ser estabelecida após a Constituição de 1988.

a predominar os fluxos intrarregionais e interurbanos em lugar dos fluxos inter-regionais de períodos anteriores. A partir da década de 1990 são registrados saldos migratórios negativos nos principais núcleos metropolitanos (IBGE, 1991), em consonância com a involução metropolitana assinalada por Milton Santos (1990).

Em consequência, na passagem do século, em meio ao cerrado do Planalto Central, onde há pouco mais de cinco décadas dominava o mato, encontra-se hoje uma aglomeração descontínua, com cerca de 5 milhões de habitantes distribuídos ao longo de quase 200 km no eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, conforme dados do Censo de 2000. Esse polígono de aglomerações urbanas, limitado ao norte pela RIDE do Distrito Federal e a sudoeste pela Região Metropolitana de Goiânia, ultrapassou os 6 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Um arquipélago urbano, como diria Indovina (2005), ou uma nebulosa urbana conforme Lencioni (2004, 2015), ao se referir à nebulosa urbana formada pela mancha urbana descontínua de quase 400 km que se estende entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (GUNN, 1995, LENCIONI, 2004, 2015).

Ao mesmo tempo, mais de 2 milhões de habitantes residem e trabalham na Região Metropolitana de Manaus, às margens do encontro dos rios Negro e Amazonas, em meio à selva amazônica. Os resultados dessas mudanças na distribuição espacial da população podem ser observadas na Figura 1.

Verifica-se, ainda, a partir de meados da década de 1980, uma queda no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, um aumento do crescimento demográfico das cidades de porte médio (ver Tabela 1, grifadas em negrito) e tendências de realocação da população em áreas intersticiais entre diversos centros urbanos, em áreas em que prevalecem atividades industriais, turísticas ou de serviços. Essas tendências se mantêm inalteradas, segundo dados dos Censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2000, 2010) e como apontam diversos estudos desenvolvidos no âmbito de redes de pesquisas sobre cidades médias³⁰.

³⁰ ReCiMe - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (<http://www.recime.org>) e Rede Brasileira de Cidades Médias (<http://www.redbcm.com.br>)

Tabela 1
BRASIL população dos municípios em 2000-2010 segundo a classe de tamanho e taxa média geométrica de crescimento ao ano

	População dos Municípios		Taxa média geométrica de crescimento ao ano
	2000	2010	
Total	169.799.170	190.732.694	1,17
Até 10.000 habitantes	13.833.892	12.939.583	-0,67
De 10.001 a 50.000	48.436.112	51.123.648	0,54
De 50.001 a 100.000	20.928.128	22.263.598	0,62
De 100.001 a 500.000	39.628.005	48.567.389	2,05
De 500.001 a 1.000.000	12.583.713	15.793.132	2,30
DE 1.000.001 a 2.000.000	9.222.983	12.505.516	3,09
De 2.000.001 a 5.000.000	8.874.181	10.062.422	1,26
De 5.000.001 a 10.000.001	5.857.904	6.323.037	0,77
Mais de 10.000.000	10.434.252	11.244.369	0,75

Fonte: elaborada com base em dados do IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Observa-se, também, uma mudança na pirâmide etária, em razão da queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Porém, apesar da queda na taxa média geométrica de crescimento anual, que atingiu 1,17% ao ano na última década (IBGE, 2010), consolida-se nas duas últimas décadas uma inversão das projeções e estimativas demográficas da década de 1980, que previam uma incessante expansão das áreas metropolitanas. Estas, ao invés de se expandir formando megalópoles, capturando a população das demais áreas do país, multiplicaram-se, diversificaram-se e difundiram-se por quase todos os estados da federação.

Essa multiplicação exponencial ocorreu de acordo com critérios político-administrativos variados, estabelecidos pelas Assembleias Legislativas estaduais, que passaram a ser responsáveis, com a Constituição de 1988, pela definição e instalação das regiões metropolitanas. Assim, o atual leque de áreas que recebem a designação político-administrativa de regiões metropolitanas abrange conurbações como a Região Metropolitana de Lages, no Estado de Santa Catarina, com 171.531 habitantes, e no outro, a

de São Paulo, no Estado de São Paulo, com 19.672.582 habitantes (IBGE, 2010).

De fato, muitas das novas regiões metropolitanas foram criadas como um artifício para capacitar conjuntos de municípios não metropolitanos a aumentar a sua receita através de sua inserção em programas federais destinados exclusivamente a municípios metropolitanos, como é o caso das faixas populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)³¹, que constroem conjuntos em municípios “metropolitanos” de pequeno porte que registram perda populacional. Destarte, muitas dessas regiões metropolitanas sequer podem ser caracterizadas enquanto tal, seja em termos político-administrativos, seja em termos do que se poderia caracterizar como um processo de metropolização, em que ocorre uma intensificação concentrada da urbanização.

Ao desconsiderar os critérios políticos locais e, ao tomar por base os parâmetros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (2006) para a definição das regiões metropolitanas, temos que, embora cerca de 90% da população brasileira seja urbana, menos da metade desta residia em áreas que podem ser designadas de regiões metropolitanas de fato (ver Tabela 2). Assim, menos da metade da população brasileira residia em regiões metropolitanas que atendessem ao menos a três dos quatro critérios estabelecidos pela OECD. Critérios esses definidos para categorizar as regiões metropolitanas do conjunto heterogêneo de países que a compõem, quais sejam: dimensão superior a 1,5 milhão de habitantes, densidade superior a 150 habitantes por km², nucleação de ao menos 20% da população do país (que aqui consideramos como população estadual), e mobilidade pendular para fora da região metropolitana inferior a 10%.

³¹ Programa habitacional implementado em março de 2009 pelo governo federal com o objetivo de aumentar o acesso à casa própria, especialmente para faixas de baixa renda, gerido pela Caixa Econômica Federal. Além de fornecer habitações contribuiu para dinamizar o setor da construção civil.

Tabela 2
Brasil, Regiões Metropolitanas – critérios para delimitação 2010
(assinalados em fundo cinza os que não cumprem os critérios mínimos)

	Núcleo População	RM - RIDE ≥ 1,50 milhão hab.	densidade +150 hab/km ²	Nucleação % pop. Estadual	
				> 20%	<10%
São Paulo	11.253.503	19.683.975	2.476,81	47,7	4,5
Rio de Janeiro	6.320.446	11.835.708	2.221,92	74,02	4,0
Belo Horizonte	2.375.151	5.414.701	375,49	27,63	3,8
Porto Alegre	1.409.351	3.958.985	403,85	37,02	4,5
RIDE Brasília	2.570.160	3.717.728	67,10	-	3,9
Recife	1.537.704	3.690.547	1.330,50	41,95	6,5
Fortaleza	2.452.185	3.615.767	623,98	42,78	9,4
Salvador	2.675.656	3.573.973	820,87	25,5	12,3
Curitiba	1.751.907	3.174.201	205,87	30,39	4,4
Campinas	1.080.113	2.797.137	767,41	6,78	
Goiânia	1.302.001	2.173.141	297,08	36,2	7,8
Manaus	1.802.014	2.106.322	20,76	60,46	53,6
Belém	1.393.399	2.101.883	828,52	27,73	14,0
Grande Vitória	327.801	1.687.704	724,03	48,01	
Baixada Santista	419.400	1.664.136	691,69	4,03	
Natal	803.739	1.351.004	481,21	42,64	
Grande São Luis	1.014.837	1.331.181	459,2	20,25	
João Pessoa	723.515	1.198.576	382,35	31,82	
Maceió	932.748	1.156.364	600,83	37,06	
N/NE Catarinense	515.288	1.094.412	101,06	17,51	
Florianópolis	421.240	1.012.233	135,58	16,2	
Vale do Rio Cuiabá	551.098	944.163	12,5	31,11	
Aracaju	571.149	835.816	965,37	40,42	
Londrina	506.701	764.348	178,36		2,0
Maringá	357.077	612.545	192,02		2,8

Fonte: elaborada com base em dados do IBGE Censo Demográfico, 2010.

Soma-se a isso a expressiva multiplicação de cidades de pequeno e de médio porte, bem como o significativo incremento das taxas de crescimento das cidades médias, entendidas aqui enquanto cidades que desempenham um papel polarizador e/ou funções de intermediação com um certo porte (SPOSITO, 2007). Essas cidades médias aumentaram de forma significativa sua participação na população e no Produto Interno Bruto (PIB) nacional em diversas partes do país, com a formação de outros tipos de arranjos urbanos. Muitas cidades médias no interior do país ganharam importância como alternativas de investimento, de desenvolvimento de atividades econômicas e de moradia, vindo a desempenhar de forma gradativa um papel relevante na economia nacional e na dinâmica espacial da urbanização (SPOSITO, 2010). Muitas caracterizam-se por apresentar um menor nível de desigualdade social do que as grandes concentrações urbano-metropolitanas (FERNANDES; NOVY, 2010, p. 961).

O significativo aumento das migrações inter-regionais para as regiões Norte e Centro-Oeste, a redistribuição espacial das atividades produtivas e a conformação de novas centralidades metropolitanas no interior do país são indicadores de que o padrão de ocupação herdado do período colonial foi superado com o avanço da urbanização e das atividades produtivas em áreas não muito povoadas.

Destaca-se, em particular, o crescimento econômico e demográfico das cidades das regiões Centro-Oeste e Norte do país (SATHLER, MONTE-MÓR, CARVALHO, 2009). Muitas das quais devem sua origem às políticas de integração nacional e a projetos de colonização públicos e privados implementados no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), como são os casos de Sinop, Alta Floresta, Lucas do Rio Verde, entre outras no Estado do Mato Grosso, que configuram uma região produtiva do agronegócio (ELIAS, 2016) centrada na produção de grãos e, mais recentemente, voltada também para a produção de produtos alimentícios industrializados de origem animal.

2. Intensificação e extensificação³² da urbanização

O consumo crescente do espaço por atividades urbanas, industriais e de serviços é acompanhado por um avanço da ocupação das florestas, com a ampliação das fronteiras agrícolas e expansão das monoculturas intensivas de cana, soja e milho, entre outras.

Intensificou-se, assim, a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia, bem como mudou o perfil e distribuição espacial das atividades produtivas do Nordeste, Sudeste e do Sul do país. Atividades diversificadas, que por sua natureza demandam para sua implementação e seu desenvolvimento trabalhadores e aglomerações urbanas dotadas de infraestruturas de transportes, serviços e abastecimento. Como corolário desses processos, em escala nacional, temos a expansão e/ou realocação das atividades produtivas (agrárias ou industriais), a formação de enclaves produtivos de diversos tipos: extrativos e/ou industriais, em que se incluem a mineração, extração de petróleo, indústrias de refino e beneficiamento de matérias primas; ou ainda, a conformação de enclaves voltados para a prestação e intermediação de serviços, em que se incluem áreas (aero)portuárias, estações aduaneiras interiorizadas, enclaves comerciais e empresariais, turísticos e de segunda residência.

Tem-se, assim, nos diversos rincões do país uma intensificação e uma extensificação da urbanização, com um consumo voraz e crescente do espaço (Limonad, 2007a).

A intensificação da urbanização contribui para a formação e multiplicação de grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se afirma a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta por excelência. Nas aglomerações urbanas de grande e médio porte esse processo pode ser associado à combinação de ao menos três padrões de urbanização e periferização (HARVEY, CLARK, 1965), considerados clássicos, que de forma sintética se caracterizariam:

³² Monte-Mór (1994, p.171) introduz a ideia de urbanização extensiva com base em Henri Lefebvre e a define como a “urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...”

- a) por uma expansão contínua do perímetro do marco construído, com a densificação e verticalização da aglomeração;
- b) pela multiplicação de periferias em anéis concêntricos, entremeados com áreas de baixa densidade e ocupação; e
- c) por um crescimento tentacular, que acompanha os eixos de transportes e infraestrutura.

A intensificação da urbanização resulta em uma expansão da franja urbana e das áreas periféricas metropolitanas e tende a formar ao longo do tempo macroaglomerações urbano-metropolitanas, na perspectiva da “cidade-região global” com um núcleo forte, como São Paulo e Rio de Janeiro (LIMONAD, 2007a, 2007b).

A extensificação da urbanização, por sua vez, contribui para uma ocupação esparsa do território por atividades de caráter urbano, que resulta em última instância em uma urbanização em escala territorial, ideia desenvolvida por Henri Lefebvre em seu livro *La Production de L'Espace* (1974) e por Milton Santos em *A Natureza do Espaço* (1996). No Brasil, esse processo assume diversas manifestações em termos de sua localização espacial, seja enquanto meio de expansão das periferias metropolitanas, seja através da multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de enclaves industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas.

A dispersão aparece em um primeiro momento como um êxodo urbano. Esse movimento centrípeto estaria relacionado, por um lado, a uma tentativa de diferentes grupos sociais, de distintos segmentos da força de trabalho, de acompanhar a realocação industrial e a formação de centros de comércio e serviços fora das cidades. Por outro lado, esse movimento faz parte não só da busca de um novo estilo de vida, por parte das classes mais abastadas mas, também, de estratégias de sobrevivência de diferentes grupos sociais em busca de moradias a preços mais acessíveis em áreas mais distantes dos grandes centros.

Soma-se a essa dispersão de população em condomínios e de centros mono ou multifuncionais sobre o território o crescimento

das áreas urbanizadas destinadas a atividades de turismo e veraneio. A produção de diversos locais com belezas naturais e temperaturas amenas para o turismo, ao mesmo tempo em que os converte em simulacros da realidade local destinados ao consumo exclusivo para o turismo internacional, torna-os inacessíveis para os que neles trabalham e para os habitantes locais, que podem vê-los mas não usufruí-los, ao serem expropriados e convertidos em prestadores de serviços que não requerem qualificação profissional.

Há que se destacar que, embora a intensificação e a extensificação da urbanização aparentem ser contrapostas, há diversas indicações de ambas estarem a se desenvolver de forma complementar. É possível observar na periferia das grandes áreas metropolitanas brasileiras uma crescente tendência à dispersão através da multiplicação de núcleos e aglomerações urbanas (LIMONAD, 2007a, 2007b). Esse padrão foi designado de *Leap Frog* por Jean Gottman (1961) ao descrever a ocupação de forma descontínua de algumas áreas agrícolas, ao mesmo tempo em que outras eram circundadas ou deixadas intactas.

Ambas tendem a apresentar uma expansão territorial da malha urbana. Apesar de seu caráter disperso, a extensificação da urbanização também tende a gerar aglomerações de grande porte, que cobrem vastas extensões territoriais, como é o caso da RIDE do Distrito Federal e entorno.

Não obstante a afirmação da tendência crescente à dispersão territorial, a extensificação da urbanização não implica o desaparecimento da intensificação da urbanização com a formação de grandes aglomerados urbanos. Pelo contrário, ambas desenvolvem-se de forma simultânea. Tampouco significa o fim do rural, enquanto tal.

Embora diversos, esses movimentos partilham não só uma tendência a estender a urbanização além dos limites do marco construído da cidade, mas também um consumo intensivo e voraz do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais. O corolário é uma incessante incorporação de novos espaços à dinâmica da urbanização, com a transformação dos usos pretéritos e uma crescente degradação ambiental.

Contribuem, ainda, para um aumento da complexificação e es-

pecialização do espaço social e para um aprofundamento da segregação socioespacial, à medida que criam-se lugares, aglomerações dispersas, destinados a cumprir funções específicas, bem como a satisfazer as necessidades de consumo e reprodução de diferentes capitais e grupos sociais.

Têm-se, assim, para diferentes estratos de renda e classes sociais, distribuídos de forma dispersa no território: lugares de residência, enquanto condomínios e loteamentos fechados; lugares de consumo sob a forma de *shopping centers* mono e multitemáticos; lugares de lazer e ócio metamorfoseados em bolhas turísticas, parques temáticos, em *Cinemas Multiplex* e, principalmente, lugares de produção e de serviços destinados a abastecer mercados supralocais e suprarregionais, enfim, voltados para as necessidades globais. O resultado é a alteração da organização territorial pretérita com a conformação de uma rede multipolar de núcleos urbanos, em diversos níveis e escalas, que rompe com esquemas consagrados de hierarquias urbanas. A articulação e integração das cidades deixa de obedecer necessariamente a uma lógica hierárquica de tamanho ou de poder econômico.

3. Para pensar a urbanização brasileira

A urbanização se constitui, assim, em um processo chave para a estruturação territorial movida por distintas lógicas, do capital, do trabalho e do Estado (LIMONAD, 1996), que tendem a construir ao longo do tempo uma coerência territorial (HARVEY, 1985). Assim, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas soem caminhar juntas, uma vez que de nada vale a concentração espacial de condições gerais de produção sem atividades produtivas, ou sem trabalhadores.

É interessante notar que na maioria dos países sul-americanos a distribuição e concentração espacial da população em poucas áreas acompanha a distribuição espacial concentrada e localizada das atividades produtivas (LIMONAD, 2008). Ao passo que no Brasil, a globalização, a acumulação flexível, as políticas federais implementadas nos últimos 50 anos e os processos espaciais engendrados contribuíram para que a divisão territorial do trabalho

ganhasse uma outra configuração em relação a períodos anteriores, com o adensamento produtivo em áreas fora do Sudeste e do Sul. Resulta daí que a dispersão espacial das atividades produtivas no território nacional foi acompanhada por uma dispersão espacial da população, com diferentes tipos de adensamentos produtivos e distintos tipos de arranjos urbanos.

Essa dispersão espacial das atividades produtivas e da população está relacionada às necessidades impostas pelo regime de acumulação flexível e à nova divisão espacial do trabalho. As novas condições gerais de produção demandam um consumo crescente de espaço, que se torna estratégico para a reprodução em geral. Resulta daí uma desregulação do uso e da ocupação do espaço em geral em diferentes escalas, que atinge não apenas as áreas urbanas, mas a totalidade do espaço social. E isso ocorre a despeito dos discursos de preservação ambiental de matizes variados, das iniciativas governamentais no âmbito das políticas sociais.

Para atender às necessidades crescentes de incorporação de novos espaços são revistas as legislações ambiental e de uso do solo e ocupação do solo. Entre as quais se inserem o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10/07/2001), o Gerenciamento Costeiro (Portaria Ministerial nº 0440, de 20/12/1996), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000) e, mais recentemente, a reformatação do Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25/05/2012), entre outras medidas de regulação.

Na escala local, nas áreas urbanas implementam-se operações interligadas e instrumentos diversos (solo criado, imposto territorial progressivo, contribuição de melhoria e outros instrumentos) legitimadas pelo Estatuto da Cidade. Sem embargo, embora esse instrumento seja celebrado como um marco na legislação urbana, facultou também, em certa medida, uma intensificação do crescimento desordenado ao possibilitar a anulação de algumas posturas urbanísticas e da legislação urbana mediante o pagamento de taxas e ônus legais para fundos de destinação social (LIMONAD; BARBOSA, 2003).

Introduzem-se, ainda, mudanças casuísticas voltadas para atender conjunturalmente a interesses específicos, seja em escala local ou regional. Disponibilizam-se sítios antes intocáveis. A função social

se sobrepõe à função ambiental da propriedade (COSTA, 2007; LIMONAD; ALVES, 2008). Áreas de preservação permanente passam a integrar áreas de proteção ambiental. E, em nome da função social da propriedade mediante elaborados zoneamentos econômicos ecológicos destinados a garantir a sustentabilidade da ocupação, embora eventualmente sequer contenham áreas destinadas à conservação, essas áreas de proteção ambiental soem ser ocupadas por condomínios e mega-resorts, tornam-se destinos turísticos ou são degradadas para atender à implantação de grandes projetos industriais, de infraestrutura (complexos portuários), de extração mineral (Petrobras) ou de geração de energia (hidrelétricas).

Crise urbana, crise ecológica, crise ambiental, são evidências da crescente predação do espaço social por diferentes capitais, secundados pelo Estado, que se fazem acompanhar por diferentes formas de exclusão social.

A dispersão espacial das atividades econômicas e da riqueza é acompanhada *pari passu* por uma dispersão de favelas e loteamentos de baixa renda em áreas rurais, ao passo que as franjas urbanas em áreas de agricultura intensiva se veem tomadas por assentamentos de moradias de trabalhadores rurais. Essa dispersão espacial da pobreza pode ser interpretada como uma expressão de tentativas de aumentar a mobilidade espacial do trabalho e parte de uma estratégia do trabalho em fazer frente ao movimento de dispersão e deslocalização espacial do capital. Esses movimentos combinados do capital e do trabalho, para dentro e para fora das áreas urbanas e rurais, rompem com coerências regionais pretéritas e contribuem para mudar o conteúdo e o significado das regiões³³.

Resulta daí um vertiginoso aumento da exclusão social e da precarização das condições de vida de grandes contingentes sociais, nos campos e nas cidades que, ao serem espoliados de sua condição de existência conforme se alteram os locais onde viviam, são incorporados à lógica hegemônica de reprodução dos meios de produção.

Exclusão que se manifesta nas áreas urbanas e em suas periferias através da multiplicação das favelas e das ocupações ilegais, em

³³ Harvey (1985) chama a atenção para a questão das coerências regionais, enquanto Milton Santos (1996) trabalha com as configurações territoriais.

decorrência de processos espoliativos do capital imobiliário; que se concretiza através da proliferação de acampamentos de sem-terra nos campos e nas cidades ou, ainda, através da expansão e crescimento de favelas em pequenas e médias cidades em áreas de expansão das culturas intensivas de grãos nas regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e mesmo no Sudeste. E essas ocupações precárias seguiram ocorrendo em áreas economicamente dinâmicas, a despeito dos avanços realizados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Esse programa, de certa forma, contribuiu a um só tempo para satisfazer as necessidades de habitação de famílias de baixa renda, bem como para beneficiar o capital imobiliário e dinamizar a economia de pequenos e médios municípios, a partir da construção de conjuntos habitacionais, dentro e fora das áreas metropolitanas (FERNANDES; NOVY, 2010, p. 962).

Enfim, embora o Brasil tenha se tornado um país urbano, há diferenças de grau e de qualidade nesse urbano. Há que se considerar, ainda, que a despeito da multiplicação exponencial de regiões metropolitanas, o Brasil tampouco se converteu em um país metropolitano, uma vez que a maior parte de sua população urbana se encontra distribuída em municípios e aglomerações de diferentes classes de tamanho, não apenas nas de grande porte, muitos dos quais são não metropolitanos. Em consequência, cabe relativizar a questão metropolitana, uma vez que nem todas as grandes aglomerações são compactas, como é o caso das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e de muitas das novas Regiões Metropolitanas, como por exemplo várias das catarinenses, entre outras.

Há de se relativizar, também, a questão urbana, pois a disseminação da urbanização, concomitante à dispersão espacial das atividades produtivas e da população, além de não acompanhar integralmente a modernização da estrutura produtiva e das infraestruturas (comunicações, abastecimento e transportes), ocorreu sem ser acompanhada por uma universalização e socialização da modernização social em termos da melhoria das condições de vida e da acessibilidade a bens e serviços como em sociedades de países mais avançados. Isso colaborou para uma disseminação e expansão da precariedade social e de problemas próprios dos grandes centros urbanos nos diversos tipos de aglomerados urbanos em várias partes do país.

Padecemos, assim, de uma modernização incompleta com uma urbanização incompleta. Agora muitas aglomerações urbanas de diferentes portes em diversas partes do território nacional apresentam, ainda hoje, condições gerais aquém da satisfação das necessidades básicas e das demandas quotidianas de seus habitantes ou dos que para aí migraram em busca de melhores condições de vida, embora tenham havido avanços significativos entre 2003 e 2016. Essas aglomerações urbanas têm de lidar com o ônus de implantação de infraestruturas de abastecimento e comunicações, com a sobrecarga de infraestruturas e de serviços, com o aumento dos tempos de locomoção, com o agravamento da acessibilidade social a bens e serviços, com o aumento da poluição e dos impactos ambientais, com a violência urbana, débito fiscal público crescente, bem como com problemas de governabilidade.

A escassez de infraestruturas, de bens e de serviços e sua distribuição desigual nos espaços urbanos faz com que ricos e pobres disputem os mesmos espaços. Isso contribui para uma verticalização das edificações nas áreas de alta e média renda e um crescimento especulativo exponencial da propriedade fundiária urbana, com o alijamento dos mais pobres para periferias cada vez mais distantes, desprovidas de infraestruturas, carentes de bens e de serviços, bem como sem condições de urbanidade.

Para muitos, isso se deveria à uma falta de planejamento. Culpar o planejamento é reduzir os problemas sociais urbanos a um problema técnico, quando de fato trata-se de um problema político. É uma forma de eximir aqueles que decidem de sua responsabilidade social; é uma forma de manter e garantir os privilégios patrimonialistas daqueles que detêm o poder econômico e político e que conferem um caráter de dação clientelista ao que realizam e ao que concedem. Quando, de fato, tais realizações constituem uma obrigação do Estado ou são fruto de conquistas de lutas classistas.

Para superar as carências, as desigualdades sociais e alcançar uma outra sociedade mais equânime na perspectiva do direito à cidade, a solução, a saída não se encontra no planejamento por si só, tampouco nos planos urbanísticos e projetos de cidades futurísticas. A superação das condições da urbanização e da modernidade incom-

pletas da sociedade brasileira demanda várias reformas, que superem o atraso histórico, que ultrapassem os legados da ditadura militar e que democratizem o acesso social a bens e serviços e a melhores condições de vida para a população. Os programas sociais implementados entre 2003 e 2016 constituíram um avanço nesse sentido, havendo contribuído para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida de grandes parcelas da população.

Urgem, assim, uma reforma tributária, uma reforma fundiária e, principalmente, uma reforma política. Uma reforma tributária que torne mais transparentes as formas de arrecadação tributária, que viabilize uma maior autonomia dos entes federados. Uma reforma agrária e uma política habitacional que propiciem condições dignas de vida e de trabalho para a população, que permitam eliminar a separação entre a cidade formal e informal, que satisfaçam as necessidades dos cidadãos. E, mais importante, uma reforma política que contemple novas formas de representação e de participação que contribua para a superação do patrimonialismo e do clientelismo, e para transformar consumidores em cidadãos, e para ampliar a consciência social em relação ao direito à cidade. Para construir, através do fortalecimento dos movimentos sociais, a cidade que queremos, ao invés de produzir o espaço do capital e do Estado. Detroit está aí como exemplo do que acontece quando o capital financeiro consegue o que quer, como quer e para nos lembrar que sem pessoas não há cidades.

Referências

ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7, 1997, Recife, *Anais...* Recife: ANPUR; UFPE, 1997, p. 1.070-1.099.

ÁVILA SÁNCHEZ, H. Lo Urbano-Rural en el Estudio de los Procesos Territoriales en México. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Org.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 240-262.

BARBOSA, A. G. Planejamento urbano empresarialista em complexos imobiliários, residenciais e de serviços: a Reserva do Paiva em análise. *Cadernos de Metrópole*, v. 18, n. 37, 2016, pp. 785-802.

BECKER, B. Geopolítica na Amazônia. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

- _____. Revisão das políticas de ocupação na Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n.12, p. 135-158, set. 2001.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. G. *Brasil: uma nova potência na Economia Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BECKER, B. K. The State and the Land Question on the Frontier. In: *Contribution to the Latin American Regional Conference*. Rio de Janeiro: IGU-IBGE, 1982.
- BENKO, Georges B.; LIPIETZ, Alain (Org.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e redes. Os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.
- CAMPOS, P. H. P. A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- COSTA, H. S. M. Práticas de preservação ambiental e dinâmica imobiliária na metrópole: um falso dilema? Notas a partir de Belo Horizonte. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 7, 2007, Niterói, *Anais...* Niterói: ANPEGE; UFF, 2007. CD-ROM.
- DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.
- DAVIDOVICH, F. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE), 1986, v. 48, n. 3, p. 346.
- DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II*. Rio de Janeiro: Manaud / BNDES, 2002, v. 3, p. 239-274.
- ELIAS, Denise. A cidade e o campo: ambiente e sociedade. In: SPOSITO, E. S. et al. (Org.). *A diversidade da geografia brasileira*. Escalas e dimensões da análise e da ação. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p. 211-232.
- FERNANDES, A. C.; NOVY, A. Reflections on the Unique Response of Brazil to the Financial Crisis and its Urban Impact. *International Journal of Urban and Regional Research*. Volume 34.4 Dec. 2010, p. 952-66. DOI:10.1111/j.1468-2427.2010.01029.
- GORENSTEIN, S. et al. Tópicos del Debate Contemporáneo sobre Ruralidad e Intermediación Urbana. Aportes para estudios en Argentina. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Org.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 260-278.
- GOTTMAN, J. *Megalopolis, The Urbanized North Eastern Seaboard of the United States*. New York: The Twentieth Century Fund, 1961, p. 334.
- GUNN, P. Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1995, p. 85-109.

HARVEY, D. The Geopolitics of Capitalism. In: GREGORY, D. & Urry, J. (Eds.). *Social Relations and Spatial Structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985, pp. 129-163.

HARVEY D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, R. & CLARK, W. The Nature and Economics of Urban Sprawl. *Land Economics*, v. 41, n. 1 Feb. 1965, pp.1-9 <[http://links.jstor.org/sici?sici=0023-7639\(196502\)41%3A1%3C1%3ATNAEOU%3E2.0.CO%3B2-9](http://links.jstor.org/sici?sici=0023-7639(196502)41%3A1%3C1%3ATNAEOU%3E2.0.CO%3B2-9)> Acesso em: 2 setembro de 2017.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed., 1977.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INDOVINA, F. La nuova dimensione urbana: L'arcipelago metropolitano. In: MARCELLONI, M. *Questioni della città contemporanea*. Milano/Itália: FrancoAngeli, 2005.

LAMPARELLI, C. M. Tres decadas de alguma planeacion en Brasil (1950/1980). In: *Revista Interamericana de Planificación*. México, SIAP, vol. XVI, n. 63-64 - septiembre-diciembre, 1982.

LEFEBVRE, H. *La Production de L'Espace*. Paris: Antrophos, 1974.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969, ps. 72-78.

LENCIONI, S. O processo de metropolização do espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, S. R. (Org.). *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004, p.153-165.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. *e-metropolis*, nº 22, ano 6, setembro 2015. pp. 6-15.

LIMOEIRO, M. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil: JK-JQ*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1978.

LIMONAD, E. América Latina mais além da urbanização dependente? In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; CORREA, Aureanice; COELHO, Maria Célia Nunes. (Org.). *Espacialidades contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o mundo*. 1. ed. São Paulo: Lamparina, 2008, v. 1, p. 75-93.

LIMONAD, E. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...” Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XII, p. 1-15, 2008.

_____. No todo acaba en Los Angeles un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa? *Biblio 3w* (Barcelona), v. XII, p. 1-18, 2007a.

_____. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. São Paulo:

Universidade de São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado). Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/pt-br.php>>

_____. Regiões Reticulares: algumas considerações metodológicas para a compreensão de novas formas urbanas. *Cidades*. Presidente Prudente/SP, v. 7, p. 1-15, 2010.

_____. Urbanização dispersa, mais uma forma de expansão urbana? *Formação*. Presidente Prudente/SP, v. 1, p. 31-45, 2007b.

_____. Yes, Nós Temos Bananas! Praias, condomínios fechados, *resorts* e problemas Socioambientais. *GEOgraphia* (UFF), v. 8, p. 12-32, 2007.

_____. Considerações sobre o novo paradigma do espaço de produção industrial. *Ciência Geográfica*. Bauru/SP, v. 1, n. 25, p. 1-12, 2003.

LIMONAD, E.; ALVES, J. Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente como instrumento legal de regulação urbano-ambiental? In: Encontro Nacional da ANPPAS, 4, 2008, Brasília, *Anais...Brasília: ANPPAS, 2008 CD-ROM*.

LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana – algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. *GEOUSP*, nº. 13, 2003, pp. 87-106.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.

MACHADO, L. O. Urbanization and Migration in Legal Amazonia. In: *Contribution to the Latin American Regional Conference*. Rio de Janeiro: IGU-IBGE, 1982.

MACHADO, M. S. Urbanização em tempos de globalização, de “americanização” do mundo: algumas reflexões. In: *Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 12., 2009, Montevideo. Montevideo: EGAL, 2009.

MONTE-MÓR, R. L. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Org.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 237-259.

MONTE-MÓR, R. L.; LIMONAD, E. O urbano e o rural frente à urbanização da sociedade. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Org.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 200-215.

MONTE-MÓR, R. L. M. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Mestrado e doutorado Santa Cruz do Sul, *Anais... RS – Brasil*. 28 setembro a 01 de outubro de 2004.

MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. 3. Edição. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.;

MOREIRA, R. (Org.). *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 123-152.

NABUCO, M. R. A (Des)institucionalização das políticas regionais no Brasil. *Etc*, nº. 2 (6) vol. 1, 15 de setembro de 2007. Disponível em < http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_6.pdf>. Acesso em: 2 de setembro de 2017.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development – *Competitive Cities in the Global Economy*. Paris: OECD, 2006. (Acessível em http://www.oecd.org/document/2/0,2340,en_2649_201185_37801602_1_1_1_1,00.html).

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Estudos CEBRAP 1 – Brasiliense, 1975.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

RUA, J. Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural? In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Org.) *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 184-200.

SANTOS, M. Involução metropolitana e economia segmentada. In: RIBEIRO, A. C. T.; MACHADO, D. P. (Org.). *Metropolização e rede urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L. M.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. *Nova Economia* (UFMG), v. 19, p. 10-39, 2009.

SPOSITO, M. E. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia* (São Paulo), v. 35, p. 51-62, 2010.

WIRTH, L. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. [1938]

Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN)¹

Denise Elias
Renato Pequeno

Introdução

Com a expansão dos *sistemas de objetos* e dos *sistemas de ação* (SANTOS, 1996) voltados a dotar o território brasileiro de fluidez para os investimentos produtivos, ocorre descentralização da produção. Nesse contexto, até a década de 1980, muitos lugares que, do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, compunham o que Santos (1993) chamou de “exército de lugares de reserva”, tornam-se atrativos à produção moderna e são incorporados aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais hegemônicas em diferentes ramos da economia. Acirra-se, assim, a divisão territorial do trabalho e as trocas inter-setoriais e interescolares, resultando em reestruturações urbanas e regionais de várias magnitudes por todo o território nacional.

Diante das novas características econômicas e territoriais do Brasil, os antigos esquemas utilizados para classificar sua rede urbana, as divisões regionais, as regiões metropolitanas e a hierarquia urbana necessitam de revisões capazes de dar conta da complexidade da realidade atual. Os estudos sobre os espaços urbanos não metropolitanos detentores de intenso dinamismo econômico, em diferentes regiões do país, representam um dos caminhos ne-

¹ O presente capítulo é fruto de algumas pesquisas realizadas, assim como orientadas sobre a cidade de Mossoró e respectiva região de influência. Compõe-se da junção de fragmentos revisados de alguns capítulos e artigos já publicizados. Agradecemos ao CNPq pelo apoio oferecido, especialmente dos editais Casadinho Procad, o primeiro em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Presidente Prudente, e o segundo com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). A parceria com os colegas e alunos foi de extrema importância para a produção das pesquisas e para as ideias ora expostas.

cessários para avançar na compreensão da complexidade da realidade brasileira contemporânea. Com a generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território verificada no país no final do século XX, os trabalhos de investigação científica sobre esses espaços em tais condições têm sua relevância reforçada.

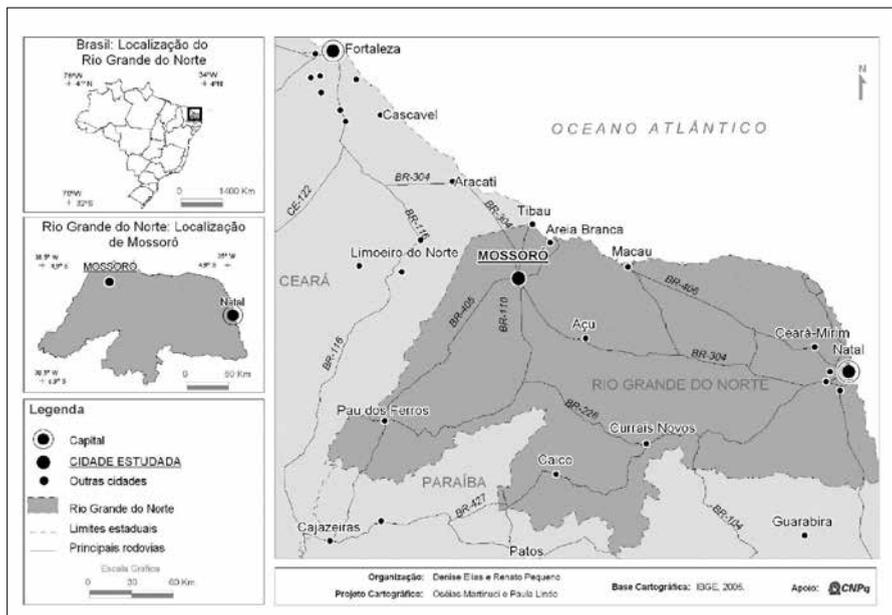
Entre as partes do Brasil recentemente incorporadas aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas ressaltamos neste capítulo um exemplo no semiárido brasileiro que, em grande parte da sua história, permaneceu como lugar de reserva, à margem de tais circuitos até muito recentemente. Nas últimas três décadas, porém, assume novos papéis na divisão territorial do trabalho em variadas escalas e passa a ter atividades econômicas inseridas à dinâmica da produção moderna e vive, desde então, importantes transformações socioespaciais. Mossoró, segunda principal cidade do Estado do Rio Grande do Norte, e ampla região sob sua influência, está entre essas áreas economicamente destacadas.

Sua posição geográfica, como mostra a figura 1, equidistante cerca de 200 quilômetros das respectivas capitais – Fortaleza (CE) e Natal (RN) –, assim como a histórica presença de marcantes atividades econômicas na sua região de influência, contribuem para que Mossoró ganhe relevância na rede urbana nordestina. Com população estimada em 295 mil habitantes em 2017 (IBGE),² conheceu transformações na produção processadas, em parte, com utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, maiores forças produtivas do atual período histórico, sendo visível a substituição crescente do meio natural e do meio técnico pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988, 1996).

Quando da difusão de inovações e da descentralização da produção moderna no Brasil, Mossoró mostrou-se um espaço propício para o seu exercício, dada sua baixa presença de rugosidades (SANTOS, 1988) e pouca resistência aos capitais externos. Rapidamente, tornou-se lócus de expansão de novos capitais, permitindo que tanto esses quanto suas práticas hegemônicas se disseminassem velozmente e substituíssem parte das formas tradicionais de produção. Desse modo, dificultaram uma regulação local e a ação de empresas menos competitivas.

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Consulta realizada em setembro de 2016.

Figura 1:
Mossoró. Situação geográfica



De acordo com os resultados apresentados pelos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), sob a denominação de Regiões de Influência de Cidades (Regic),³ Mossoró possui uma área de influência com algo próximo a 650 mil habitantes, composta por 39 municípios, localizados no mesmo estado. Portanto, mais de 21% do total da população potiguar. Ainda de acordo com o mesmo estudo, a rede urbana composta por municípios sob a influência de Mossoró organiza-se em quatro níveis: Mossoró como capital regional; Açu como subcentro regional; Apodi, Patu e Umarizal como centros de zona, e todas as demais como centros locais.⁴

Consideramos necessário mencionar a evolução da população total, urbana e da taxa de urbanização de Mossoró. Os dados relativos

³ Mais informações sobre os procedimentos metodológicos adotados para a realização dos estudos sobre as Regiões de Influência de Cidades efetuados pelo IBGE e os bancos de dados utilizados encontram-se disponíveis nos respectivos links: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml> e ftp://geoftp.ibge.gov.br/Regic/Banco_de_dados/.

⁴ Esse estudo tem buscado reconhecer as Regiões de Influência das Cidades, com base na seguinte classificação dos municípios brasileiros, segundo uma ordem hierárquica: metrópoles, capitais regionais, subcentros regionais, centros de zona e centros locais.

à população total do município dão-nos um contingente de cerca de 97 mil habitantes em 1970 e uma estimativa de cerca de 295 mil em 2017, de acordo com dados do IBGE (2010). Por sua vez, a população urbana passou de pouco mais de 79 mil para mais de 237 mil habitantes de 1970 a 2010, a evidenciar que o crescimento da população urbana é mais acelerado do que o da população total. Como mostram os dados, aquela cresceu cerca de três vezes no período.

Tabela 1
Mossoró. População total e urbana. 1970 a 2010

	1970	1980	1991	2000	2010
População total	97.245	145.981	192.267	213.841	259.815
População urbana	79.302	122.936	177.331	199.081	237.241
Taxa de urbanização (%)	81,55	84,16	92,23	93,10	91,31

Fonte: IBGE (2008, 2010). Organização: Renato Pequeno.

Entre os 39 municípios integrantes da região de influência de Mossoró, no referente aos aspectos demográficos, verifica-se forte concentração populacional em Mossoró, com mais de um terço do total. Entre os demais, somente um município (Açu) tem mais de 50 mil habitantes.⁵

Na área de influência de Mossoró, encontra-se parte dos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1986) de três expressivas atividades econômicas, estruturantes na organização do espaço urbano e rural do município e região. Juntas apresentam visível dinamismo e são responsáveis por parte do crescimento urbano desse município e por significativas outras reestruturações. Trata-se da extração e beneficiamento de sal; do agronegócio da fruticultura tropical (especialmente melão e banana) e da exploração do petróleo e do gás natural. Mossoró concentra a quase totalidade da extração de sal do país, além de ser o principal produtor brasileiro de melão, voltado, em grande parte, à exportação para a Europa e Estados Unidos. Também é o primeiro produtor brasileiro

⁵ Apodi, cerca de 34 mil e Areia Branca e Baraúna, com cerca de 25 mil, seriam os outros municípios em destaque considerando o total demográfico. Do restante, composto por pequenos municípios, 11 com população entre 10 e 20 mil pessoas e 24 com menos de 10 mil habitantes. Desses últimos, exatamente a metade (12) têm população inferior a 5.000 habitantes (IBGE, 2008).

de petróleo com exploração em terra e o segundo em volume geral (terra e mar).

Conforme observamos, baseados em pesquisas realizadas diretamente em Mossoró e região, outros municípios, localizados nos vizinhos estados do Ceará e da Paraíba, mesmo sem fazer parte da região de influência da cidade segundo os critérios adotados pela Regic, possuem relações de cunho comercial e de prestação de serviços fortemente associadas a Mossoró. Ressaltamos os municípios do Baixo Jaguaribe, no Ceará (tais como Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas) em decorrência do agronegócio da fruticultura,⁶ e os municípios do litoral leste cearense, como Aracati e Icapuí, onde a exploração do petróleo é comandada a partir da base da Petrobras situada em Mossoró. Portanto, entre esses espaços complexificam-se as teias formadas pelos *círculos de cooperação* e *circuitos espaciais da produção* das respectivas atividades.

Uma especificidade muito importante de Mossoró é a seguinte: o que existe de moderno é totalmente fundamentado nas velhas formas de apropriação da natureza, ou seja, as três atividades produtivas pilares da economia da cidade e área sob sua influência são baseadas na apropriação da natureza, transformando fatores naturais em mercadorias, em especial: 1) um recurso natural proveniente da água do mar: o sal; 2) um mineral e fonte de energia especialmente extraído da terra e do mar: o petróleo e gás natural; 3) a terra agrícola, a partir da qual, no caso, se produzem frutas tropicais.

Dessa forma, boa parte da economia de Mossoró e da sua região de influência está alicerçada na apropriação privada de alguns significativos recursos naturais e na transformação destes em mercadorias. Isso é determinante para o estabelecimento do preço final, pois significa que as empresas atuantes nas respectivas atividades auferem, além de rendas absolutas, também rendas diferenciais e de monopólio.

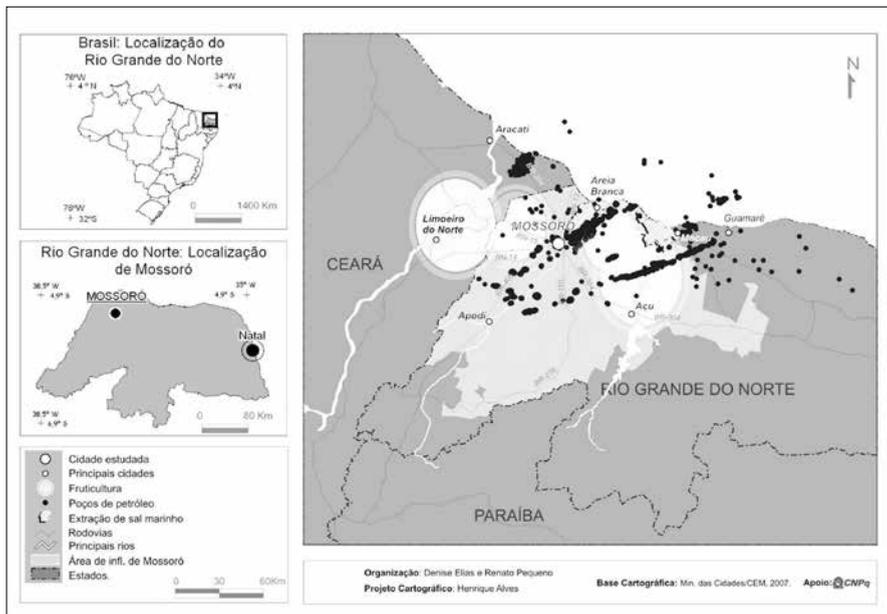
Outra especificidade totalmente inerente à anterior diz respeito ao fato de que, na sua grande maioria, os territórios produtivos do sal, do petróleo e da fruticultura encontram-se somente numa pequena parte no município de Mossoró, porquanto maior parte se encontra no

⁶ Sobre a difusão do agronegócio de frutas tropicais e novas dinâmicas socioespaciais nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte podem ser vistos os estudos de Elias (2000, 2002); Elias e Pequeno (2006 e 2010a) e Elias, Muniz, Bezerra (2007).

seu entorno, parte, inclusive, em outro estado, Ceará. Mas no espaço urbano de Mossoró passam todos os circuitos locais e regionais de produção dessas três atividades produtivas, que se conectam permanentemente com outras partes do mundo, sendo nítidos os rebatimentos na economia e no território. Tudo isso tem resultado, entre outros impactos, em mudanças na estrutura fundiária, em transformações nas relações sociais de produção, na economia urbana e modificações nos padrões de urbanização e da reestruturação da cidade.

Na figura 2 consta o conjunto dos territórios produtivos, associados às principais atividades econômicas. Eles avançam para o vizinho Estado do Ceará, no tocante à extração do petróleo e ao agronegócio da fruticultura tropical.

Figura 2
Mossoró e região. Territórios produtivos da fruticultura, do sal e do petróleo



Neste capítulo discutimos o quadro de dinâmicas urbanas contemporâneas associadas à presença de novos agentes econômicos, notadamente do setor terciário, relacionados às atividades

produtivas supramencionadas, assim como inerentes ao crescimento populacional.

A primeira seção do texto faz uma síntese dos novos comércios e serviços implantados em Mossoró, sobretudo desde a década de 2000, alguns antes restritos às principais cidades brasileiras. Justifica-se tal abordagem em virtude de na cidade de Mossoró se realizar parte do consumo produtivo (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003) vinculado à salinicultura, à extração do petróleo e à fruticultura, mesclando-se ao consumo consumptivo em franca expansão. Tudo isso tem ampliado a complexidade do seu espaço intraurbano. Dessa forma, o objetivo é contribuir para a compreensão de como se processa a expansão da estrutura urbana de Mossoró.

No intuito de apontar o quadro de estruturação urbana dos seus elementos estruturantes, resultantes da presença dos novos agentes econômicos, a segunda seção traz ao leitor informações decisivas para a compreensão da especificidade desse processo para o caso dessa cidade. Além de elementos estruturadores da cidade, são abordados aspectos de importante reestruturação do centro ocorrida nos anos 2000, bem como a formação de nova centralidade.

Na terceira seção nosso principal objetivo é expor algumas das evidências constatadas com base em um dos temas pesquisados, qual seja, o do aprofundamento das desigualdades socioespaciais no espaço urbano, tendo na moradia a variável principal escolhida para análise, onde sobressai um conjunto de processos adjacentes. São discutidos, também, os principais processos constatados, com vistas a sistematizar o conjunto de pressões que levam à ocorrência deles. Além dos impactos derivados e das possíveis respostas até aqui propostas pelos diferentes agentes produtores do espaço. Apesar de reconhecermos as interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano, destacamos a cidade das políticas públicas, a cidade espontânea e informal e a cidade do mercado imobiliário.

Em face do dinamismo econômico, social e territorial de Mossoró e região das últimas décadas, assim como a situação política e econômica em curso no Brasil desde 2016, que afetou sobremaneira

por exemplo a Petrobras, empresa líder na economia do município, talvez alguns aspectos aqui enfatizados não correspondam mais à realidade atual em sua totalidade. A nosso ver, porém, não invalida que os apresentemos, porquanto são fundamentais para a compreensão da história e da geografia da cidade e sua respectiva região de influência, incluindo os processos determinantes para a produção do espaço urbano e agrícola.

1. Difusão de Novos Agentes Econômicos do Comércio e Serviços

O comércio e os serviços desempenham relevante papel para buscarmos compreender como se processa a expansão da economia e da estrutura urbana de Mossoró. Além de evidenciar muitos tipos de fluxos de pessoas, de matérias-primas e de mercadorias, o crescimento do terciário serve de guia para essa análise. Em parte, a expansão deste importante setor da economia é devida ao crescimento populacional e à revolução do consumo, erigida sob os auspícios do consumo de massa, associadas à existência individual e das famílias. Ao mesmo tempo, as próprias demandas das atividades produtivas fazem crescer uma série de comércios e serviços especializados, e desse modo, aumentam também o consumo produtivo (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003).

Como evidenciado, o dinamismo das três principais atividades econômicas da região polarizada por Mossoró contribuiu para a elevação da média salarial e da renda, principalmente dos trabalhadores especializados associados aos respectivos ramos, com conseqüente expansão da classe média. Isso propiciou o surgimento de um número de casas de comércio e de estabelecimentos que oferecem serviços especializados, alguns bastante modernos, restritos às principais metrópoles do país até poucas décadas.

Nessas condições, expandiu-se o consumo produtivo e consumptivo (SANTOS, 1993), de bens duráveis e não duráveis, e de uma série de outras atividades enquadradas dentro do terciário. Essa realidade pode ser observada, por exemplo, pela implantação de ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos.

Entre esses citaríamos a implantação de serviços de saúde especializados; de agências bancárias, incluindo bancos privados; de serviços de educação superior; de redes de venda de eletrodomésticos e eletrônicos; de empresas do setor imobiliário; de supermercados e hipermercados; de lojas de departamento; de franquias nacionais e multinacionais; de serviços de transporte de carga, de segurança etc. Tudo isso multiplicou e tornou mais complexos os fixos e os fluxos (SANTOS, 1988) em Mossoró e região, que vêm reorganizando sua estruturação urbana e regional.

Podemos ilustrar com o ramo de supermercados. Até o segundo semestre de 2008, Mossoró caracterizava-se por deter um ramo de supermercados sem nenhum investimento de capital nacional ou multinacional. Logo, todos os empreendimentos existentes eram de capital local ou regional.

Ao considerarmos somente os estabelecimentos que mais diretamente interessavam às nossas pesquisas, ou seja, pelo porte e abrangência do mercado, ressaltamos duas redes como as principais em atuação na cidade, ambas instaladas na década de 1990: Queiroz e Rebouças. A primeira possui seis lojas em Mossoró, além de três em cidades vizinhas (Apodi, Baraúnas e Açu). Já a rede de supermercados Rebouças possui três lojas em Mossoró, além de uma em Açu. Vale destacar: os supermercados localizados em Mossoró atendem a toda a região polarizada pela cidade.

A grande novidade no segmento de distribuição no varejo e no atacado foi a chegada da loja Atacadão, no final da década de 2000, pertencente ao grupo Carrefour, empresa em franca expansão tanto no Nordeste, quanto em outras cidades de porte médio pelo Brasil. Menos de um ano após, em 2009, instalou-se também na cidade uma loja do grupo estadunidense Walmart, com a *grife* Hiper Bompreço. Já em 2013 foi a vez da loja Maxxi Atacado, também pertencente a esse mesmo grupo. Como sabemos, o ramo dos estabelecimentos popularmente chamados de supermercados se mostra disperso pela cidade. No entanto, os dois hipermercados supracitados já se instalaram na nova centralidade da cidade, como será visto na seção seguinte.

Fruto também das transformações no âmbito da troca de merca-

dorias no varejo, Mossoró teve seu primeiro *shopping center* inaugurado em julho de 2007. Até então, o centro reunia a quase totalidade do seu comércio varejista. Desde então, reorganiza parte da atividade comercial da cidade e região e concentra fatia importante do comércio de luxo, e desse modo introduz novos hábitos e costumes, principalmente da elite local, em atendimento aos padrões do consumo de massa. Assim, é um elo importante para equiparar o consumo da cidade e região ao das grandes capitais, sobretudo na aquisição de extensa gama de bens de consumo duráveis, como de eletrodomésticos e da moda de vestuário.

Teve à frente um grupo empresarial italiano⁷ e localiza-se numa extensão do bairro Nova Betânia, mais afastado do centro onde se encontra uma população de classe média alta, constituindo-se numa nova centralidade de Mossoró. A empresa proprietária do projeto, em entrevista coletiva à imprensa por ocasião do lançamento do empreendimento (jornal *O Mossoroense*, 16/fevereiro/2007), justifica a iniciativa pela renda *per capita* da cidade, além da localização estratégica do município no oeste do Rio Grande do Norte. Prova disto é que o *shopping center* foi construído quase à margem de uma rodovia de acesso ao município, como ocorre em outras cidades de porte médio. Com o novo empreendimento chegam também algumas poderosas lojas de redes nacionais, lojas de departamento, franquias de vestuário, lojas de eletrônicos e eletrodomésticos etc.⁸

A produção moderna é dependente de grandes quantias de capital para se realizar e o dinheiro também é, cada vez mais, uma mercadoria, no período histórico atual. Com isso, os agentes financeiros passam a desempenhar novas funções, além do tradicional papel de captar e emprestar dinheiro. Desse modo, transformam-se nos reguladores das finanças em nível mundial e em instrumentos de financiamento da reorganização da produção e do espaço.

⁷ Hoje pertence a outro grupo empresarial e teve seu nome modificado para Partage Shopping Mossoró.

⁸ Mencionamos a instalação da primeira loja Americanas de Mossoró, além de lojas como Marisa, Riachuelo, O Boticário, Pólo Play, Camisaria Colombo, livraria Siciliano, Suedos, L'acqua di Fiori, entre outras. Isto para citar as conhecidas nacionalmente, pois, se levamos em conta as redes com atuação regional, os exemplos aumentariam.

O país como um todo conheceu um processo de proliferação de agentes operadores no sistema financeiro, difundindo-se pelos mais distantes pontos do território nacional. Em Mossoró, não foi diferente. Enquanto os bancos públicos, especialmente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, desempenharam papel pioneiro ao financiar as obras de infraestrutura, de habitação, da modernização da produção agrícola e industrial, os bancos privados dirigiram-se preferencialmente para as áreas mais propícias à reestruturação econômica. Como resultado, verificou-se, uma nova qualidade do espaço, condição e causa da intensificação da sua urbanização.

Ao se considerar o número de empresas bancárias e de agências, assim como o volume dos depósitos e fluxos de dinheiro e capital realizados, Mossoró não está entre as principais praças financeiras do país. No entanto, também conheceu mudanças inerentes ao sistema financeiro, na condição de agente básico para a difusão da reestruturação produtiva no setor salineiro; da mudança do sistema técnico da fruticultura; das pesquisas tecnológicas que fizeram avançar as forças produtivas em vários setores; dos sistemas de objetos associados às telecomunicações; da massificação do consumo de novos produtos e serviços com o oferecimento de crédito etc.

Dessa forma, atrelado à produção e ao consumo, produtivo e consumptivo, devemos destacar a difusão dos serviços inerentes ao novo nexos financeiro e à monetarização da vida social e da difusão do crédito (agências bancárias, caixas eletrônicas, corretoras etc.). São cerca de 15 agências bancárias, distribuídas entre bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste) e privados (Bradesco, HSBC e Itaú).

Aqui ressaltamos: a reorganização econômica de Mossoró e região; suas rendas monetárias; o desenvolvimento de atividades assalariadas; a difusão do crédito como instrumento de viabilização da inserção da cidade na lógica da produção e das trocas globalizadas; a construção das infraestruturas econômicas urbanas, tudo isto nos faz entender a expansão e o funcionamento do sistema financeiro em Mossoró.

Inegavelmente, a regulação financeira foi decisiva seja na coleta de poupança local, seja ao intermediar a internalização dos capitais ex-

ternos, assim como substituindo as fontes usurárias tradicionais. Dessa forma, o sistema financeiro tanto atuou como condição para a difusão dos novos padrões de produção, circulação e consumo, quanto foi uma consequência dessa mesma reestruturação econômica.

Ademais, os serviços de ensino técnico e superior, público e privado, revelam-se também importantes para observar as especificidades de Mossoró. São cinco as instituições de ensino superior, sendo três universidades, duas públicas – Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) – e uma privada, Universidade Potiguar(UNP); e duas faculdades: Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (Facene) e Faculdade Materchristi.

A Ufersa é a mais antiga e consolidada instituição de ensino superior da cidade. Até muito recentemente, denominava-se ESAM e é uma das instituições de ensino de ciências agrárias mais respeitadas do país. Recebeu a atual nomenclatura mediante sua federalização, ocorrida em 2005. Vale ainda destacar a criação de um novo *campus* desta IES no município de Pau-dos-Ferros (RN).

Outro serviço alvo de investimentos de novos agentes econômicos é o de hospedagem. Mossoró caracterizava-se, até final de 2012, por apresentar um setor hoteleiro com poucos estabelecimentos, sem nenhum hotel de alto padrão ou de alguma rede nacional ou internacional. Todos os empreendimentos existentes eram de capital local ou, no máximo, regional. Mas a demanda crescente por serviços de hospedagem provocou reorganização no ramo com a construção de um empreendimento totalmente baseado nos parâmetros internacionais de hospedagem executiva. O empreendimento mais representativo pertence à multinacional do setor Accor, que possui mais de 4.000 hotéis em todo o mundo, e tem a bandeira Íbis.

A proliferação de serviços associados às novas formas de consumo inerentes ao lazer também é visível em Mossoró: restaurantes, bares, videolocadoras e *lan houses*, de forma especial, se ampliaram na cidade desde os anos 2000.

Cabe enfatizar: boa parte desses fixos associados ao terciário encontra-se localizada na centralidade tradicional e outros – embora dispersos – favorecem o surgimento de nova centralidade, promovendo

do com isso a reestruturação do espaço intraurbano de Mossoró, que será discutida na seção seguinte.

2. Processo de Estruturação da Cidade

No intuito de apontar o quadro de estruturação urbana de Mossoró e seus elementos estruturantes, resultantes da presença dos novos agentes econômicos, trazemos ao leitor nesta seção informações passíveis de contribuir para a compreensão da especificidade deste processo para o caso de Mossoró.

2.1 Os elementos estruturadores da cidade

Entre os elementos estruturantes da cidade de Mossoró, merece destaque particular seu sistema viário regional, seja ele intrarregional, ao interligar a cidade aos municípios componentes da sua área de influência, seja interestadual, entre Mossoró e as capitais mais próximas. Sua posição, entre as regiões metropolitanas de Natal e de Fortaleza, garante para a rodovia que as interliga um papel estruturante, o qual conduz o processo de expansão da cidade.

Da mesma maneira, conforme verificamos, algumas das antigas rotas comerciais, por onde as matérias-primas eram transportadas em estradas rudimentares e que influenciaram fortemente a estruturação da cidade, remanescem sob novas formas. Apesar da implantação da alça de contorno na década de 1970, que retirou das áreas centrais o grande fluxo de caminhões transportadores de sal, o centro permanece como elemento estruturante da cidade. Para tanto, contribui para a reestruturação viária, com a abertura de novas vias ou a duplicação de outras, interligando a área central aos eixos viários regionais principais, como a BR 110 (que atravessa o intraurbano mossoroense de sul a norte, vinda do sertão em direção ao município de Areia Branca) e à BR 304 (de oeste a leste, vinda de Fortaleza em direção a Natal).

Ao tratarmos da cidade inserida na região, é notória a relação entre a localização das principais atividades produtivas e sua atual estrutura intraurbana. Representando mais de 95% da produção de sal,

boa parte da qual escoada por caminhões provenientes de municípios situados no litoral (Grossos e Areia Branca), nota-se a existência de estruturas de apoio logístico à circulação e à distribuição da produção, bem como atividades de beneficiamento a oeste e a noroeste da cidade, ao longo das BRs 110 e 304 (em direção a Areia Branca). Destaque deve ser dado às indústrias de materiais de construção instaladas no município nos anos 2000.

Embora em condições precárias, essa infraestrutura de circulação atende também à produção agrícola, especialmente ao agronegócio da fruticultura implantado no espaço agrícola de Mossoró e nos municípios vizinhos situados no vale do Açu e na chapada do Apodi, expandindo-se até o Ceará, no vale do Jaguaribe, sobretudo no seu baixo curso. Com isso, parte dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para o agronegócio, que atendem a toda a *região produtiva do agronegócio*⁹ comandada por Mossoró, vem se deslocando para a BR 304. Configura-se, pois, em uma localização especial voltada para o agronegócio, particularmente da fruticultura tropical.

Desde a implantação da Base 35 da Petrobras, sede regional da empresa, em trecho lindeiro à avenida Wilson Rosado, no Alto do Sumaré, em substituição às instalações provisórias no Alto de São Manoel, primeiro endereço da Petrobras no município, observa-se a concentração de empresas prestadoras de serviços terceirizados à Petrobras nas suas proximidades. Define-se, assim, a saída para Natal como o setor que agrega as atividades vinculadas ao petróleo.

Ressaltamos, ainda, que a leitura da cidade, pautada na sua compartimentação em zonas que agregam bairros, segundo eixos viários e atividades produtivas definidoras de usos nas vizinhanças, permite antever a diferenciação social com que o espaço urbano vem sendo produzido. Visualizam-se, por um lado, diversas frentes periféricas tendentes a abrigar os grupos socialmente excluídos, e por outro, a indicação de um vetor de expansão de empreendimentos de incorporadores imobiliários voltado às camadas mais abastadas. A implantação dos empreendimentos residenciais associados ao Programa Mi-

⁹ Para mais informações sobre a noção de região produtiva do agronegócio podem ser vistos Elias (2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017).

nha Casa Minha Vida (PMCMV) corrobora essa lógica ao evidenciar clara diferenciação na localização dos conjuntos para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos em relação àqueles promovidos para outras com maior poder aquisitivo.

Os valores representados pelo consumo de bens materiais e imateriais, assim como a reestruturação da cidade vêm se introduzindo na vida dos indivíduos e da coletividade mossoroense. No jogo do mercado, as áreas onde a população possui renda mais elevada mostram-se como prioritárias para o desenvolvimento de certos setores da produção não material, agravando os desequilíbrios intraurbanos e regionais, por meio da expansão do comércio e dos serviços. Da mesma forma, as áreas de implantação dos equipamentos e infraestruturas modernas passam a ser áreas de incremento da especulação imobiliária, com a chegada de novos produtos imobiliários, introduzindo práticas inerentes ao mercado imobiliário até então pouco comuns na cidade, com a consequente elevação do preço da terra urbana.

A estrutura fundiária rural de Mossoró, como de todo o entorno, até então com grandes propriedades, somada aos interesses de natureza fundiária e imobiliária, tem contribuído para o crescimento do tamanho da cidade, que se espraia com velocidade nas últimas três décadas. O maior exemplo é a nova frente de expansão do mercado imobiliário com a concentração de importantes empreendimentos desde a BR 304 em direção a oeste do centro tradicional, na mesma área onde foi instalado o *shopping center*.

Ademais, a situação geográfica de Mossoró parece ser, também, uma explicação significativa para o espraiamento da cidade, porquanto não há nas proximidades nenhuma outra cidade de mesmo porte. Estendem-se, assim, não só a cidade como também os papéis regionais por ela desempenhados. A análise da rede urbana à qual pertence Mossoró não deixa dúvidas sobre isto.

2.2 Reestruturação do centro

Como ocorre na cidade capitalista, o espaço é organizado de forma fragmentada. Opta-se por realizar os investimentos de maneira seletiva, ficando o restante da cidade à margem das grandes

inversões públicas e privadas, a denotar a natureza da reestruturação da cidade, marcada pela ampliação das desigualdades socioespaciais.

No caso de Mossoró, sua área central considerada pela intervenção urbanística, anteriormente ocupada pela via férrea, foi escolhida para receber portentosos investimentos públicos inerentes à reestruturação urbana. Seguindo claramente um caminho de politização e espetacularização de algumas festas tradicionais a Mossoró e região como modo de legitimar o poder, a oligarquia dominante no executivo municipal, há décadas, decidiu-se pela realização de vultosos investimentos para a construção de alguns equipamentos destinados a receber grandes eventos. Numa sociedade na qual a cultura adquire valor de mercado, tal processo tem rebatimento na reorganização do espaço urbano (BEZERRA, 2007).

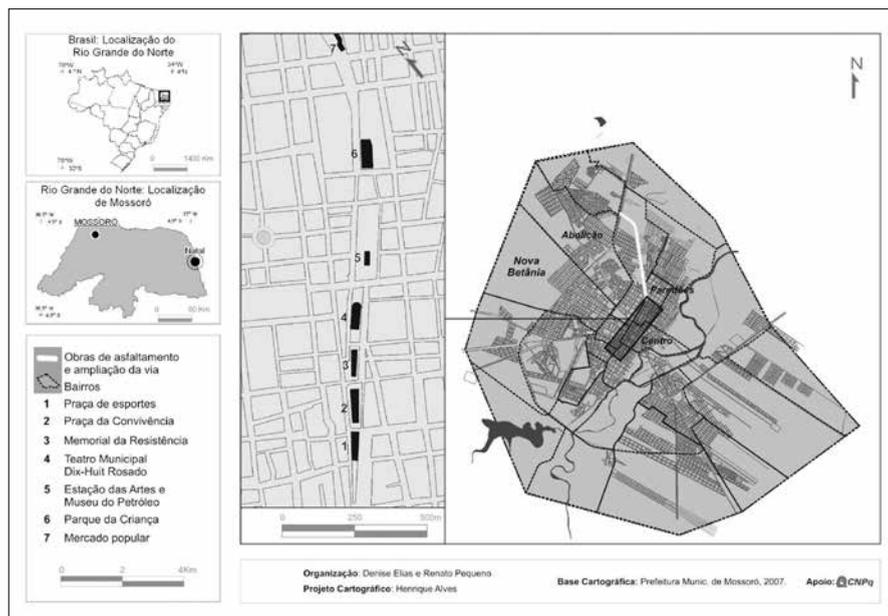
Configura-se, claramente, um processo de “embelezamento” dos seus espaços públicos, por meio da recuperação de alguns equipamentos socioculturais, assim como a implantação de novos edifícios e equipamentos para realização de eventos. É neles que ocorrem as principais festas tradicionais da região sobre as quais recaem fortes sistemas de marketing, promovidos pelo executivo local, no intuito de transformá-las em produtos a serem consumidos por parcelas crescentes da população local e regional.

Algumas manifestações são verdadeiros signos da cultura do semiárido nordestino apropriados pela racionalidade empresarial inerente ao atual sistema temporal. Envolvem toda a complexa discussão sobre a cultura de massa, associada à unificação do território e do mercado para a expansão da sociabilidade urbana.

No tocante diretamente aos objetivos do presente capítulo, destacamos os espaços fixos e transitórios para a promoção de grandes eventos, reunidos num só conjunto situado em volta da área central, com destaque para a intervenção urbanística ao longo do trecho central da via férrea: o Teatro Municipal Dix-Huit Rosado Maia; o Centro de Exposições e Eventos de Mossoró (Expocenter); o Ginásio Poliesportivo Dr. Pedro Ciarlini Neto e o Estádio de Futebol Leonardo Nogueira; a Avenida Cultural Nestor Saboya; o Corredor Cultural de

Mossoró (av. Rio Branco). A construção destes resultou na reestruturação e em nova dinâmica da cidade de Mossoró, trazendo novo significado para essa área (ver figura 3).

Figura 3:
Mossoró. Equipamentos da avenida Rio Branco



2.3 Nova centralidade

Apesar da forte centralidade do centro principal, já se observa uma nova centralidade baseada em produtos imobiliários antes não existentes na cidade, tal como o *shopping center*. Ambas as centralidades, antiga e a que se configurou como fruto das transformações econômicas das últimas décadas, agregam atividades do terciário, enquanto outras tendem a se dispersar, seja para atendimento às demandas locais, como os supermercados, seja pela preexistência de equipamentos.

No caso da instalação do *shopping center*, a despeito do tempo da sua implantação (2007), ele está funcionando como um verdadeiro extensor urbano. Instalado em área até então pouco ocu-

pada, em terras com preços bastante baixos, desde o início das obras, alguns outros importantes empreendimentos já se estabeleceram no “rastros” da sua construção. Dentre os mais importantes exemplos, citamos a instalação de uma universidade privada, a UNP (“filial” de unidade existente na capital do Estado, Natal); um condomínio fechado de casas do grupo Alphaville Urbanismo S/A, de São Paulo; uma loja do Atacadão (grupo Carrefour); uma loja de *fast food* com cerca de 1,2 mil metros quadrados de área construída etc. Tudo isso na mesma avenida do *shopping center* ou nas suas imediações tem provocado intenso processo de especulação imobiliária. Com isso o preço dos lotes se multiplica exorbitantemente em pouco tempo.¹⁰

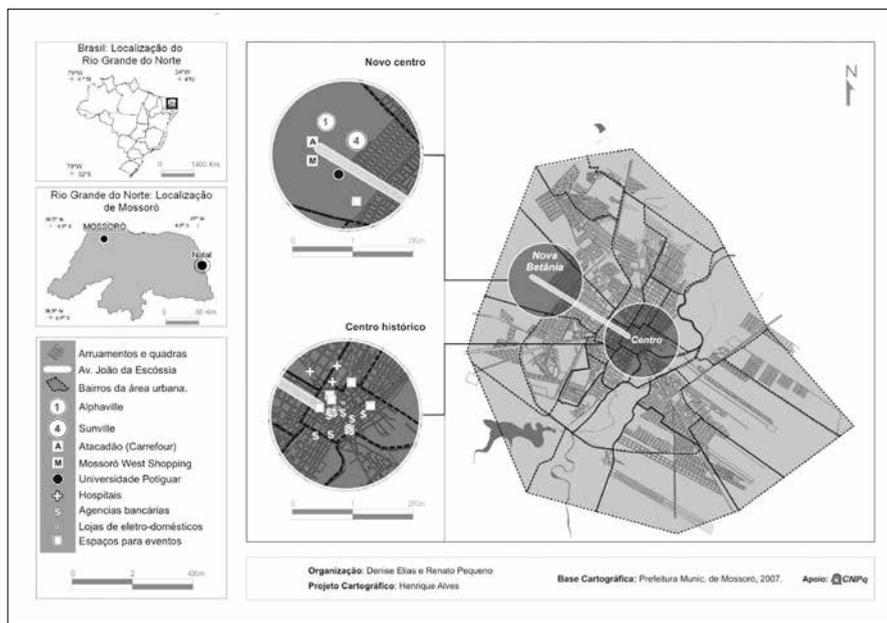
Dessa forma, já é possível observar a configuração de uma nova centralidade. A facilidade de acesso por meio de vias regionais, como a BR 304, também confirma essa tese, visto que as duas centralidades, quando associadas, assumem um caráter regional, atendendo a demandas de vários outros municípios vizinhos. Nessas centralidades concentra-se parte significativa dos investimentos públicos e privados, dos recursos financeiros de várias magnitudes e naturezas, tais como para implantação dos sistemas técnicos inerentes às telecomunicações, aos transportes, à eletrificação, dando maior fluidez a essas partes da cidade, requisito básico para a implantação das empresas. Toda essa reestruturação da cidade explica também o significativo crescimento do ramo da construção civil.¹¹

Na figura 4 constam as duas centralidades existentes na estrutura intraurbana de Mossoró. Nela sobressai a presença do processo de verticalização ao longo das mesmas.

¹⁰ O depoimento de uma moradora dá-nos ideia da intensidade da especulação atual. Segundo afirma, ela comprou um terreno em 2001 pelo preço de R\$ 1.200,00. Passados sete anos, era possível vendê-lo por R\$ 40.000,00 (entrevista realizada por Rodrigo Góis).

¹¹ Sobre o crescimento da construção civil em Mossoró pode ser vista a tese de Fábio Ricardo Beserra (2017).

Figura 4:
Mossoró. Centro histórico e novo centro nucleado pelo shopping center



3. Aprofundamento das Desigualdades Socioespaciais e Crise Urbana

Em Mossoró e região, campo e cidade têm sido modificados ao sabor de uma racionalidade excludente. Ao lado da descentralização espacial de uma série de atividades que chegam ao município, existem processos crescentes de centralização e concentração da riqueza. Concomitantemente, de maneira veloz e complexa, o jogo do mercado passou a ser predominante, difundindo a moral representada pelo consumo de bens materiais e imateriais. Da mesma forma, a entrada de capitais externos gerou novas lógicas de localização das atividades comerciais e de serviços, redefinindo a centralidade de Mossoró. Tais aspectos têm contribuído para o agravamento das desigualdades socioespaciais e desequilíbrios intraregionais.

Associadas ao rápido crescimento demográfico e de reestruturação territorial em curso na sede do município, essas desigualdades têm se refletido na forma de organização da cidade, que passa

a apresentar e reproduzir alguns dos problemas urbanos existentes nas cidades maiores, porquanto ocorrem sem o devido acompanhamento de uma política de desenvolvimento urbano eficaz, pautada em instrumentos de planejamento urbano adequados ao controle da especulação imobiliária. Ampliam-se, então, o aumento das irregularidades fundiárias e uma série de conflitos de uso e ocupação do solo, além de problemas de circulação e mobilidade.

Entre esses problemas, destacamos: acessibilidade desigual aos equipamentos e às redes de infraestrutura; insuficiência de equipamentos (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; intensificação da favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; surgimento de áreas em situação de risco; presença de vazios urbanos com consequente especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga; polos geradores de tráfego sem capacidade de escoamento, entre outros.

Tudo isso repercute na atração de mão de obra, especializada ou não, e contribui sobremaneira para o crescimento urbano desse município, onde passam a emergir, além de formas precárias de moradia associadas à carência de redes de infraestrutura urbana e equipamentos sociais, uma série de conflitos de uso e ocupação do solo. Da mesma maneira, sobressaem os espaços de riqueza na cidade, compostos tanto por condomínios verticais e horizontais, quanto por loteamentos fechados recém-lançados, estabelecendo um quadro de segregação socioespacial na cidade. Embora denominados como habitação econômica, observa-se também o surgimento de condomínios de menor porte em bairros providos de infraestrutura urbana, em atendimento à demanda com renda entre 3 e 10 salários mínimos graças aos recursos disponibilizados desde 2009 pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Cabe ressaltar: em decorrência do rápido crescimento demográfico, o quadro de desigualdades se torna cada vez mais evidente.

É possível reconhecer o agravamento das desigualdades socioespaciais em Mossoró, nas escalas regional e intraurbana, mediante a análise das variáveis vinculadas às suas condições de moradia. Os processos aqui abordados, no intuito de indicar essas disparidades, associam-se

diretamente às transformações ocorridas na estrutura econômica do município e da sua região de influência, a sinalizar a compreensão de que o espaço urbano, na forma como é produzido, reflete as mudanças históricas nos processos produtivos (CORRÊA, 2003).

Em coadunação com o proposto por Pequeno (2010), que utiliza a moradia como variável-chave para a identificação das desigualdades socioespaciais das cidades, podemos falar na existência de diferentes “cidades” que se superpõem no intraurbano de Mossoró, distinguindo-as da seguinte maneira: a) a cidade das políticas públicas, onde prevalece a localização de conjuntos habitacionais de interesse social; b) a cidade espontânea e informal, correspondente às formas de moradia predominantemente precárias; c) a cidade do mercado imobiliário, agrupando as áreas sob influência do mercado imobiliário, voltadas para aqueles com maior poder aquisitivo. Essas são o objeto de estudo da presente seção.

Reconhecemos claramente, no entanto, a existência de interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço, nem sempre explícitas, que se tornam, por vezes, visíveis mediante análise dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano, formulados sob a égide do poder local.

3.1 A cidade das políticas habitacionais de interesse social

Quando analisamos o processo de crescimento urbano de Mossoró, em suas diferentes fases, é possível verificar seu forte atrelamento à distribuição espacial das atividades econômicas de maior importância para a região, ao longo do tempo. Com isso, a cada mudança na sua estrutura produtiva, a morfologia da cidade sofre alterações, e definem-se historicamente os fragmentos que representam o processo desigual como o espaço intraurbano mossoroense vem sendo produzido.

Consolidada como núcleo urbano graças à sua localização como entroncamento de vias provenientes do sertão, onde as relações comerciais ligadas à pecuária, à cultura do algodão e ao extrativismo de recursos naturais da caatinga se estabeleciam, Mossoró teve a salinicultura como atividade motriz capaz de atrair grandes contingentes populacionais, ganhando posição de destaque na rede urbana regio-

nal. Diante do elevado número de postos de trabalho originados com a fase artesanal de extração do sal, motivando progressivos fluxos migratórios, formaram-se áreas residenciais reconhecidamente homogêneas no seu conteúdo socioocupacional, concentradas ao norte da área central. Com isso, ficou estabelecida, ao longo da sua evolução urbana, uma diferenciação entre uma parte que reunia o centro comercial e seus bairros residenciais adjacentes, melhores providos de serviços urbanos, e outra ao norte, onde vivia a mão de obra salineira, sobressaindo as moradias inadequadas e a precariedade urbana.

A década de 1970 é um marco para a história de Mossoró. Intensificaram-se os movimentos populacionais do campo para a cidade, motivados pelas recorrentes dificuldades da agricultura de subsistência, atividade até então predominante no semiárido nordestino, e, em especial, pela substituição da força de trabalho manual pela mecânica na salinicultura. Além disso, reduzem-se as oportunidades de trabalho em face da decadência das atividades agroindustriais de beneficiamento de cultivares do semiárido, principalmente a partir da crise da produção de algodão, ocasionada por pragas nas plantações. Em consequência, traz para a cidade um cenário pouco alentador, ampliando-se os espaços da pobreza.

Entretanto, é nessa mesma década que, por conta da sua condição como segundo maior município potiguar, equidistante entre Fortaleza e Natal, ao se constituir num centro regional consolidado, Mossoró passou a ser alvo de programas nacionais de desenvolvimento urbano. Assim, foi incluído em Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano para Cidades de Porte Médio.

Nesse período, o Estado passa a intervir no âmbito da produção habitacional nas suas diferentes esferas: a) federal, com a liberação de recursos provenientes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), obtidos junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH); b) estadual, via Companhia Estadual de Habitação (Cohab-RN), com a construção de milhares de moradias e implementação de redes de infraestrutura urbana; c) municipal, mediante a desapropriação de imóveis para implantação de conjuntos habitacionais, assim como pela formulação de Plano Diretor de Organização do Espaço Urbano de Mossoró, em 1975. Cabe a este definir, em seu

zoneamento, os usos compatíveis com as possibilidades trazidas com a política nacional de desenvolvimento urbano estabelecida pelo governo federal.

Como ocorreu em todo o restante do Brasil, observa-se, desde a implantação do primeiro conjunto habitacional em Mossoró, ainda nos anos 1960, a adoção da localização periférica desses assentamentos. No caso, o primeiro conjunto habitacional de Mossoró foi construído no bairro de Alto São Manoel, a leste, no outro lado da margem do rio Mossoró. O baixo custo do terreno era sempre a justificativa para tais escolhas. Com isso, pretendia-se induzir a expansão da cidade para o sudeste, em direção a Natal, capital do Estado.

Em meados dos anos 1970, por ocasião do Programa Estadual Habitacional, a prefeitura passou a interferir mais diretamente na expansão urbana de Mossoró, ao definir as áreas a serem desapropriadas, via decreto, situadas a noroeste e a sudeste, nas quais os conjuntos habitacionais foram implantados.

É possível afirmar que a escolha dos terrenos para assentamentos residenciais populares favorece os proprietários de glebas vizinhas em áreas intermediárias entre o centro da cidade e essas frentes periféricas onde os conjuntos habitacionais vieram a ser instalados, visto que essas áreas passaram a contar com redes de infraestrutura urbana e serviços. Além disso, de acordo com o Plano Diretor de Mossoró, de 1975, contribuiu como fator de escolha dessas localizações periféricas, em especial a noroeste, a localização de distrito industrial, então em implantação, às margens da BR 304, seguindo a lógica do binômio localização das indústrias e política pública de habitação.

Mesmo distantes do centro e dos serviços urbanos, fatores como a presença de infraestrutura básica e a motivação pelo “sonho da casa própria” tornaram esses conjuntos atraentes para o tipo de demanda habitacional local, sobretudo as associadas às classes de renda média-baixa. Vale aqui ressaltar: nesse período, os recursos provenientes do Estado foram utilizados não apenas para as classes populares como também para a classe média, mediante a obtenção de financiamentos para a construção da casa própria, com taxas de juros inferiores às de mercado, assim como longos prazos para o seu pagamento.

Com isso, segundo se observa, em Mossoró, como na maior par-

te das cidades brasileiras, a população em situação de exclusão social só não ficou totalmente à margem das políticas habitacionais em virtude de ser incluída como mão de obra para a execução de moradias e redes de infraestrutura.

Conforme enfatiza Pinheiro (2006) ao analisar o processo de urbanização de Mossoró, a produção habitacional com recursos do Sistema Financeiro de Habitação por meio dos programas do BNH, executados pela Cohab-RN e pelo Inocoop, representaram as principais intervenções urbanas dos anos 1970 e 1980. Eles contribuíram diretamente para a configuração de um novo eixo de expansão da cidade associado às direções para Fortaleza a noroeste e para Natal a sudeste.

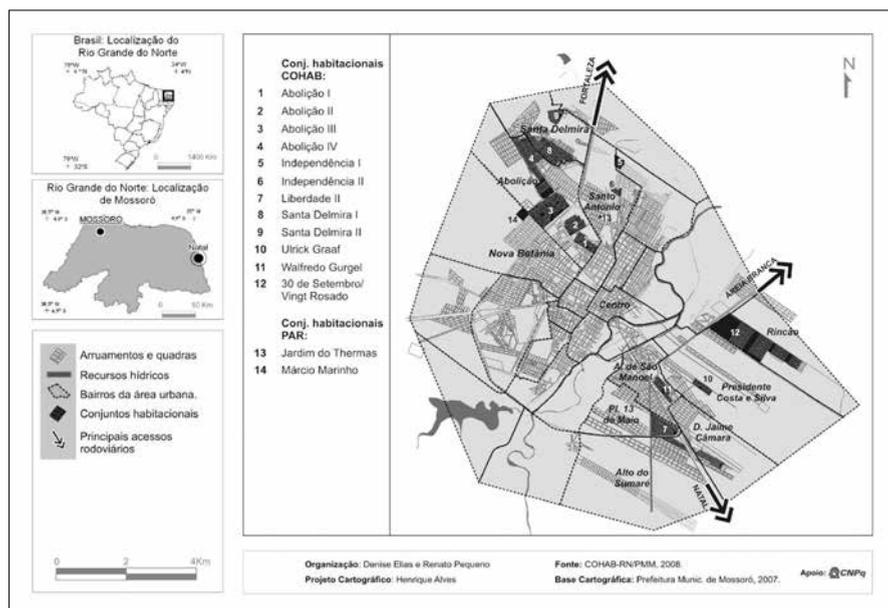
Cumprе ressaltar que as diferenças de público-alvo da Cohab-RN e do Inocoop influenciaram na definição da localização destes. Os conjuntos populares mais distantes, promovidos pela Cohab-RN, voltaram-se para segmentos sociais de renda média-baixa situados na direção noroeste, enquanto outros, vinculados ao Inocoop, abrigaram segmentos relativamente superiores, mais próximos das áreas de interesse do mercado imobiliário, a oeste da área central, onde mais tarde veio a se conformar um eixo de segregação residencial.

Nos anos 1990, outros conjuntos foram construídos. Em parte, os novos núcleos residenciais reforçaram o setor noroeste, porém em terrenos mais distantes do centro. Outros foram implementados a leste e a sudeste, mas tendo como público-alvo setores de renda média-baixa associados aos usos vizinhos, como as universidades públicas e a Petrobras, ao longo da BR 304 (ver figura 5).

Em decorrência da implantação desses conjuntos habitacionais, a cidade começou a vivenciar um processo de crescimento descontínuo. Entretanto, devemos destacar que a localização majoritariamente periférica levou a um quadro de disparidades socioespaciais no acesso aos equipamentos sociais, predominantemente localizados no centro e bairros vizinhos. Tratando-se de cidade média, onde os serviços públicos de transporte ainda não se faziam presentes, os moradores desses novos setores passaram a enfrentar problemas cotidianos de mobilidade. Ainda hoje os

problemas da mobilidade urbana remanescem como desafios para os gestores municipais.

Figura 5:
Mossoró. Conjuntos habitacionais. 2008



Posteriormente, a produção pública de habitação de interesse social começou a ter nas formas de moradia subnormal, como as favelas e as áreas de risco, o principal indicador para quantificação da demanda, a evidenciar processo de fragmentação da provisão de moradia, comprovado pelo número reduzido de unidades habitacionais de cada intervenção.

Mais recentemente, desde o lançamento do PMCMV, verificou-se em Mossoró a retomada do vetor noroeste de expansão, que veio a receber vários conjuntos habitacionais de interesse social. Justamente nas proximidades dos antigos conjuntos construídos pela Cohab-RN, centenas de unidades residenciais destinadas a famílias com renda abaixo de R\$ 1,6 mil reforçaram o processo de segregação involuntária dos mais pobres nas franjas periféricas da cidade.

3.2 A cidade informal e espontânea

Em virtude da forma como foram implementadas, as políticas habitacionais de interesse social das décadas de 1970 e 1980 levaram à consolidação de áreas de exclusão social preexistentes onde viviam os trabalhadores braçais da extração do sal, assim como ao surgimento de dezenas de áreas de ocupação irregular. Em decorrência desse cenário, trouxe para a cidade novos setores marcados pelo acesso desigual às redes de infraestrutura urbana, diretamente vinculados à distribuição de equipamentos sociais.

Com a extinção do BNH, em 1986, e a conseqüente queda da intervenção estatal na produção social da moradia, a favelização passa a predominar como alternativa para provisão habitacional por parte das classes sociais menos favorecidas. Desde então, as áreas de favelas viveram processo de adensamento, num primeiro momento, mediante sua expansão para terrenos vagos nas vizinhanças ainda disponíveis para ocupação. Em seguida, essas ocupações irregulares tiveram seus lotes ocupados ao extremo, e posteriormente se transformam em alvo de verticalização autoconstruída, substituindo-se as coberturas de telha por lajes, nas quais novos compartimentos vieram a ser edificados. Todavia, é nas franjas periféricas ao sul e nas proximidades de faixas de preservação permanente que as ocupações espontâneas vêm sendo mais numerosas e precárias. Desse modo, tornam a favela o alvo preferencial das políticas públicas de habitação mais recentes.

No tocante à localização das áreas de favela na cidade de Mossoró, é possível perceber a presença de dois agrupamentos: a) um primeiro, do norte da área central ao noroeste, aglutinando-se a partir das bordas dos bairros populares ao norte do centro da cidade (outrora bairros mais empobrecidos) em direção ao noroeste, onde se localizaram conjuntos habitacionais posteriores à fase do BNH; b) um outro que agrega áreas de ocupação próximas às áreas de preservação permanente ao sul e outras ao sudeste, lindas aos loteamentos populares e conjuntos habitacionais situados nessa direção.

A presença da “cidade ilegal”, justamente a mais desigual, reúne, todavia, empreendimentos habitacionais dos diferentes agentes produtores do espaço urbano. Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial da Prefeitura de Mossoró, indicam a presença de loteamentos irregulares, promovidos pelo setor imobiliário privado e destinados à população de baixa renda, desde a década de 1990. Tais loteamentos conformam um arco periférico entre o noroeste e o sudeste, passando pelas partes mais distantes dos bairros ao norte e ao leste da cidade.

A irregularidade apontada para esses assentamentos populares diz respeito tanto à ausência de infraestrutura urbana como à indefinição de áreas públicas institucionais, que apesar de constarem na Lei Federal de Parcelamento do Solo, Lei 6766/1979, como obrigatórias, não foram consideradas na sua totalidade.

No intuito de reduzir os custos do empreendimento e maximizar seus lucros, os empreendedores veem nesse modelo de produção da cidade uma maneira de atender às demandas populares não supridas pelo poder local por meio de políticas públicas. Contudo, diante da forma precária e inadequada como esses assentamentos são implantados, tem-se, como consequência, a produção de fragmentos periféricos desprovidos de saneamento, cujos espaços livres terminam por alojar favelas, nas quais se reúnem grupos ainda mais empobrecidos.

No caso de Mossoró, paradoxalmente, a produção irregular da moradia é também constatada mediante produção habitacional pelo Estado, ao ajuntar cerca de 50 assentamentos populares. Em parte, representam pequenos conjuntos habitacionais voltados para áreas de ocupação (favelas) que teriam sido urbanizadas ou removidas, mas cujas condições de relocação ficaram aquém dos requisitos legais. Tratando-se de medidas emergenciais no atendimento às demandas sociais ou mesmo do uso de recursos pulverizados nos anos posteriores à extinção do BNH e da Cohab-RN, esses núcleos de moradia popular mais recentes acabam por não atender aos parâmetros mínimos da legislação urbanística municipal, que também não se adequou à nova realidade. Por ser o município seu próprio controlador e fiscal, abrem-se assim as oportu-

nidades para a implantação de formas irregulares com a anuência dos órgãos municipais.

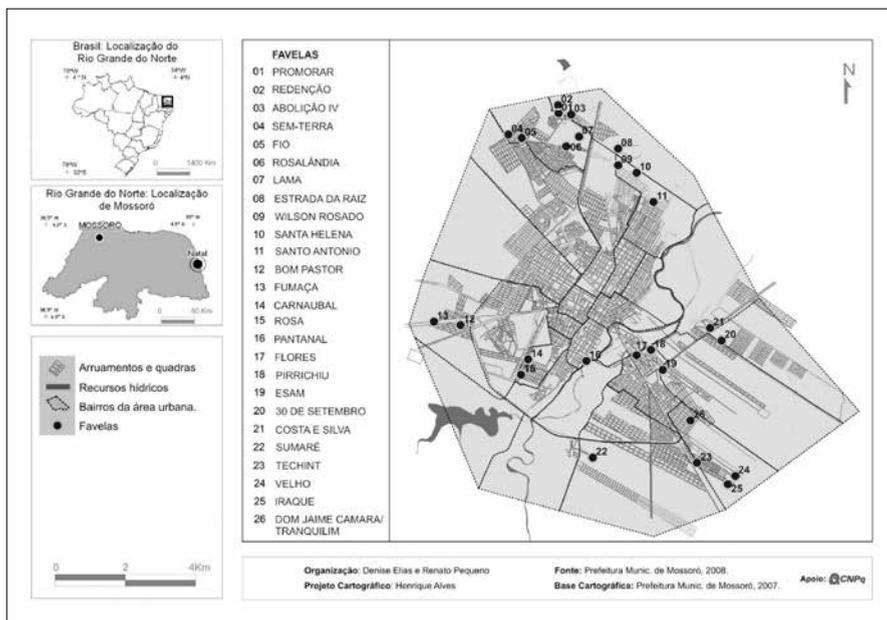
Esse processo de favelização, reconhecido em blocos, porém disperso e fragmentado pelas franjas periféricas da cidade, tem representado a principal demanda por políticas públicas de habitação mais recentes. Em relação às favelas de pequeno porte, no referente ao número de famílias, o poder local tem buscado viabilizar sua remoção especialmente em duas situações: a) localizações estratégicas associadas a investimentos futuros de parcerias público-privadas; b) ocupações em áreas de preservação ambiental permanente.

Noutros casos, segundo se observa, a alternativa tem sido a urbanização da área, mas evitando-se ao máximo a remoção definitiva de moradias. Dá-se, pois, preferência à implantação das redes de infraestrutura, ao remanejamento de partes de algumas moradias para a abertura de vias e instalação de saneamento. Como medida de menor custo, progressivamente adotada nas gestões desde meados dos anos 1990, as práticas de urbanização permitiriam ao município estabelecer um horizonte futuro no qual Mossoró não mais teria favelas. Em virtude de permanecer, em muitos casos, a indefinição quanto à situação fundiária posterior à urbanização, se requer um programa complementar que viabilize a regularização sustentável dessas áreas.

Trabalhos de campo realizados,¹² quando percorremos áreas periféricas da cidade, fizeram-nos concluir que a realidade da desigualdade urbana, no tangente à expansão de áreas de ocupação se dá em progressão geométrica, ampliando o desafio do poder local no enfrentamento da questão habitacional. A despeito da tentativa de erradicar as moradias de taipa, a cada dia, novas casas são erguidas utilizando tal material. Isto reflete o quadro de modernização excludente predominante na cidade, onde as oportunidades atraem muitos, mas efetivamente são alcançadas por poucos. Em sua maior parte, essas novas moradias são construídas em situações de risco, seja às margens de recursos hídricos, seja ao longo das linhas de alta tensão (ver figura 6).

¹² Em diferentes momentos entre 2008 e 2016.

Figura 6:
Mossoró. Favelas



Deve-se aqui ressaltar a importância adquirida pela questão habitacional por parte do poder local, que demonstrou ter compreendido que as ações nesse setor deveriam ser empreendidas a partir do âmbito municipal. Apesar da extinção da Cohab-RN, o município buscou recursos para realizar intervenções voltadas para amenizar o problema habitacional. Nesse sentido, elaborou, em 2003, um Plano Estratégico para Moradias em Assentamentos Subnormais (PEMAS), com vistas à formulação de política municipal de habitação, junto ao Programa Habitar Brasil, com recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Posteriormente, em 2009, deu-se a elaboração do Plano Local Habitacional de Interesse Social, caracterizando os problemas de inadequação domiciliar em assentamentos precários urbanos e rurais. Da mesma forma, o plano apresentou as necessidades por novas unidades habitacionais que compunham o déficit habitacional, com o intuito de estabelecer estratégias para atender às demandas.

Todavia, segundo se constata, não houve um processo de planejamento na condução dessas ações, que se configuram como intervenções pontuais efetuadas com base em oportunidades de recursos obtidos junto a diversas fontes. Evidencia-se, assim, o que Cardoso (2002) denominou como lógica perversa da municipalização das políticas habitacionais.

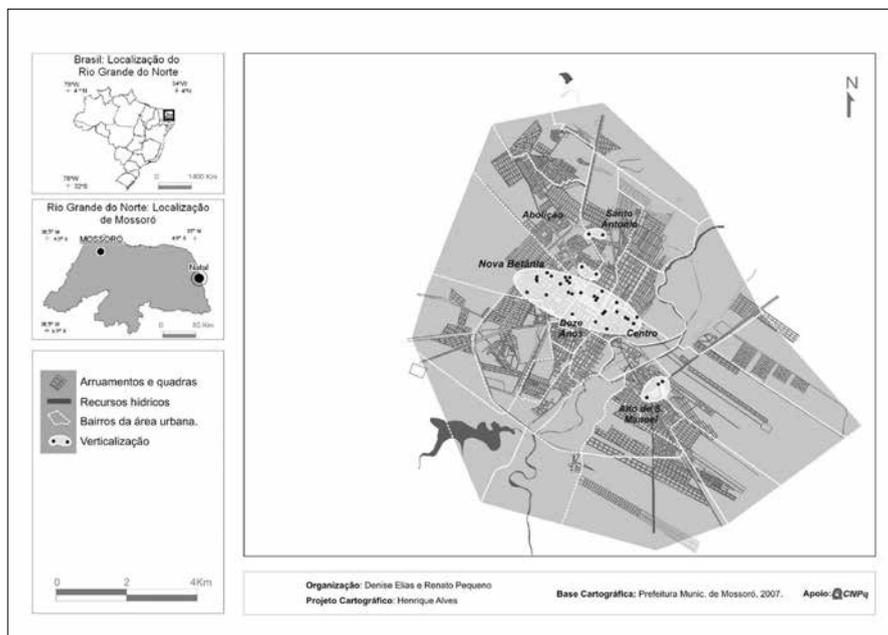
3.3 A cidade do mercado imobiliário

A compreensão das desigualdades sócio-habitacionais em Mossoró torna-se mais clara quando se busca identificar as áreas nas quais tem havido maiores investimentos do setor imobiliário formal. Embora as empresas atuantes no setor imobiliário sejam pouco numerosas e recentemente instaladas, e haja espaço para a chegada de empreendedores do setor provenientes de Fortaleza (CE), Natal (RN) e João Pessoa (PB), é perceptível o dinamismo desse setor na cidade. Ele torna-se mais visível notadamente pela concentração de empreendimentos a oeste do centro tradicional em direção à nova centralidade que está se formando, onde já estão o *shopping center*, os três hipermercados de capital multinacional (Atacadão, Hiper Bompreço e Maxxi), a universidade privada e alguns loteamentos fechados, dentre os quais o Alphaville Mossoró, de maior destaque, integrante da famosa rede de empreendimentos imobiliários original de São Paulo.

Em sua maior parte, a verticalização na cidade de Mossoró vai do centro tradicional em direção a oeste, onde os loteamentos fechados passam a ser implantados. Voltados para famílias de renda média-alta, os condomínios verticais ocupam grandes lotes remanescentes da primeira fase de ocupação do bairro Nova Betânia, marcada pela construção de residências unifamiliares em grandes lotes (ver figura 7).

Ressaltamos aqui a crescente presença em Mossoró de condomínios horizontais como uma forma diferenciada dos loteamentos fechados, em sua maioria localizados no mesmo bairro que concentra a verticalização. Com porte igual ou inferior ao de uma quadra, estes condomínios residenciais possuem um número limitado de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, cujas áreas de lazer, via de acesso interno e serviços condominiais são compartilhados.

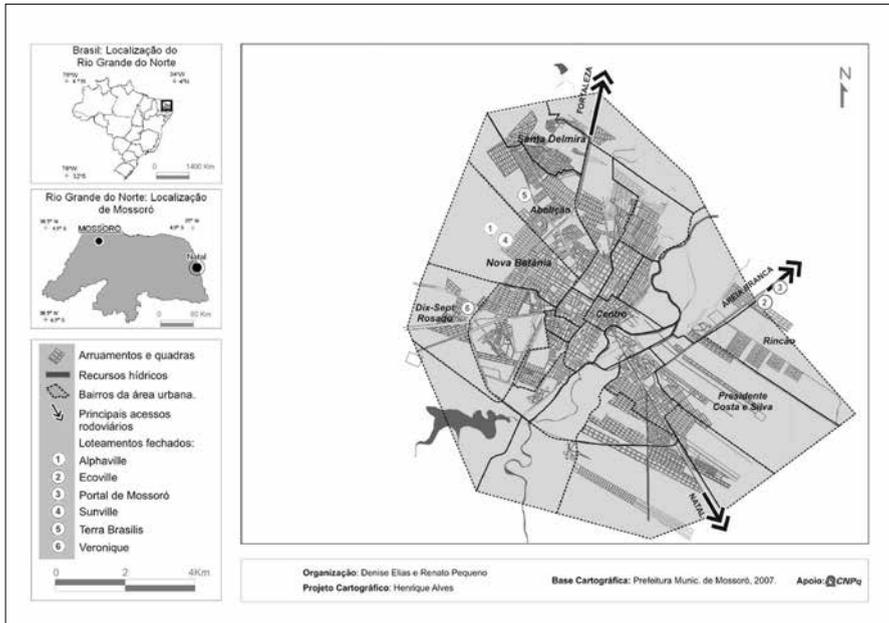
Figura 7:
Mossoró. Processo de verticalização



Mais recentemente, passam a ser lançados pelo mercado imobiliário alguns loteamentos fechados, que se diferenciam pelo tamanho da área e pela presença de sistema viário privativo entre muros. A figura 8 mostra os loteamentos fechados aprovados especialmente nos anos 2000 no espaço intraurbano de Mossoró. Consoante se observa, eles se concentram em dois setores: na porção oeste da cidade, próximos a grandes áreas vazias; e na parte leste, em direção ao município de Areia Branca.

Somados aos condomínios verticais e horizontais localizados no bairro Nova Betânia, essas formas de parcelamento do solo se revelam como grandes alvos de especulação imobiliária. Neste caso, induzem a implantação de infraestruturas urbanas - como as redes de água e esgotamento sanitário - e sistema viário nessas direções em detrimento de vasta periferia desprovida de boas condições de habitabilidade urbana.

Figura 8:
Mossoró. Loteamentos fechados



Ao tomarmos como ponto de partida a espacialização de processos de produção de moradia voltados para famílias de maior poder aquisitivo, como da verticalização e a produção de condomínios horizontais e loteamentos fechados, é possível identificar a presença intensiva do setor imobiliário desde o centro da cidade em direção ao setor oeste. Configura-se, assim, em verdadeiro eixo de segregação residencial, onde, como afirma Villaça (1998), se reproduz a lógica da apropriação por parte das elites dominantes dos investimentos públicos feitos em infraestrutura.

Outros bairros a sudeste foram alvo de investimentos imobiliários privados voltados para a produção de residências unifamiliares, porém, diante das condições existentes de infraestrutura urbana, findaram por não vingar com a mesma intensidade. Desse modo, passou a prevalecer a implantação de loteamentos populares.

No tocante às melhores localizações da cidade, dotadas inclusive de mais condições de mobilidade e de acessibilidade aos serviços urbanos, esse eixo se subdivide em três partes distintas: a) trecho

inicial com edifícios verticais mais próximos ao centro, junto às áreas residenciais tradicionais que ainda remanescem nas adjacências do centro; b) trecho intermediário onde se percebe a presença de residências unifamiliares de maior porte e melhor padrão justapostas a novos edifícios residenciais verticais e de condomínios horizontais, prosseguindo até a BR 304; c) trecho final, desde a BR 304 em direção ao oeste, onde ocorre a nova frente de expansão do mercado imobiliário agrupando o trinômio loteamentos fechados, *shopping center* e universidade privada. Ressalta-se, todavia, a complementaridade entre essa nova centralidade e o centro tradicional mediante a interligação viária facilitada entre eles através de avenida estruturante do eixo de segregação, tornando-se ambos disponíveis aos setores privilegiados que se apropriaram das melhores localizações no espaço urbano.

Pesquisa nos anúncios populares contidos nos dois periódicos diários locais para os anos de 2007 e 2008¹³, comprovam essa análise, dada a existência de imóveis residenciais para locação ou venda situados nesses bairros a preços inferiores em relação aos imóveis com as mesmas características situados nos bairros atravessados pelo eixo de segregação residencial.

Conforme se supunha, diante da realidade local, similar ao verificado com a grande maioria das cidades brasileiras, não haveria demanda com poder de compra suficiente para que duas áreas distintas fossem alvo de investimentos imobiliários. Por conta disso, remanescem alguns empreendimentos imobiliários na direção sudeste repletos de vazios e com infraestruturas urbanas inacabadas, apesar de terem sido destinados à classe média. Contudo, desde o lançamento do PMCMV o aumento do crédito imobiliário e a disponibilidade de recursos financeiros para o setor da construção civil favoreceram a implementação de vários empreendimentos nesta direção sudeste. Voltados às famílias com renda entre R\$ 1,6 mil a R\$ 5 mil, em sua maioria foram edificados sob a forma condomínio fechado aproximando esta faixa de renda dos padrões urbanísticos de autosegregação residencial.

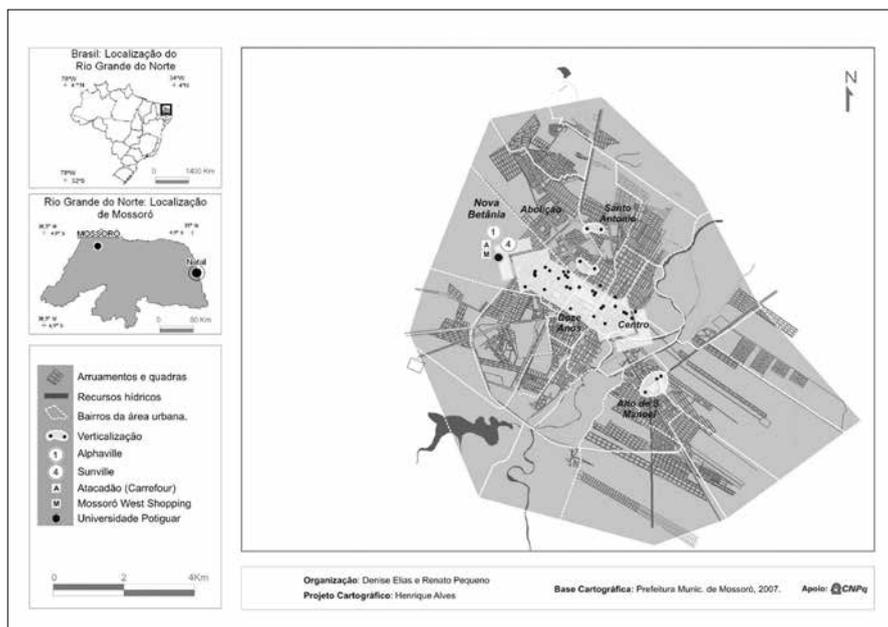
¹³ Dados coletados nos arquivos dos periódicos locais *Gazeta do Oeste* e *O Mossoroense*, pesquisados entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2009.

Ao mesmo tempo, com os importantes investimentos públicos na área central, a evidenciar um processo de embelezamento dos seus espaços públicos, especialmente mediante intervenção urbanística ao longo do trecho central da via férrea, reunindo museu, teatro, memorial, parque infantil, praça de alimentação, entre outros, como vimos na seção anterior, propiciou-se novo significado para essa área da cidade.

Constatamos estar diante de uma situação na qual se consolida uma bipolarização de centralidades principais da cidade, interligadas por avenida que se constitui em eixo da segregação residencial, onde, por um lado, o centro tradicional foi complementado com investimentos públicos nesses novos equipamentos e, por outro, a nova centralidade se consolida a cada novo empreendimento imobiliário residencial ou inerente ao terciário. A facilidade de acesso através de vias regionais, como a BR 304, também confirma essa hipótese, porquanto as duas centralidades, quando associadas, assumem um caráter regional, atendendo a demandas de outros vários municípios vizinhos.

Ainda como se percebe, nas margens dessa intervenção urbanística na área central, já se delineia a presença de futuros investimentos imobiliários verticalizados por conta de novos edifícios residenciais já concluídos ou em construção. Esse adensamento pode ser associado ao aumento do preço da terra no mercado imobiliário, o que leva à intensificação do uso do solo urbano, à progressiva homogeneização da sua população e à segregação residencial, como mostra a figura 9. Com isso, abre-se o caminho para processos especulativos nesse setor, que poderão significar o retardamento da implantação de investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos sociais nos bairros periféricos populares. Amplia-se, assim, a profundidade do fosso entre os diferentes grupos sociais presentes na cidade.

Figura 9:
Eixo de segregação



Para não Concluir

Diante das pesquisas empreendidas é possível reconhecer um conjunto de aspectos que podem ser mencionados como singularidades, desse peculiar espaço não metropolitano organizado por Mossoró, na condição de cidade média.

No pertinente aos principais papéis que desempenha, a expansão da produção e do consumo de produtos modernos e sofisticados, inerente às novas formas de produção, distribuição e consumo, evidenciam-se mudanças no espaço urbano, assim como seu reforço como cidade que polariza um mercado regional.

A nosso ver, em termos de funções regionais, Mossoró exerce alguns papéis clássicos de cidade média, para atividades como ensino superior, saúde, comércio e serviços especializados. Da mesma forma, desempenha papel importante no oferecimento de parte das demandas das principais atividades produtivas em curso na sua área de influência, compondo um conjunto urbano e econômico maior.

Vale destacar: esses papéis regionais se combinam com interesses e comandos advindos de outras escalas. Podemos classificá-la, então, no bloco de cidades já consolidadas como cidades médias.

A chegada das médias e grandes empresas nacionais e multinacionais na área sob influência de Mossoró aumenta a especialização da produção e as trocas. Ao mesmo tempo, reforçam-se as determinações exógenas à cidade e à região, especialmente no tocante aos mercados consumidores cada vez mais longínquos e competitivos, uma vez que parte do objetivo maior da produção da região são os mercados externos.

Fato semelhante ocorre em relação aos preços, internacionais e nacionais, alguns comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Também aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de comando e de pesquisa. Exemplos podem ser dados para as mais destacadas atividades econômicas, algumas com produções bastante verticalizadas, com pouca interação com os poderes locais. Umás praticamente ignoram por completo as legislações estaduais e municipais, como é muito frequente com a legislação ambiental e trabalhista no caso das empresas agrícolas da fruticultura.

O que vemos é um choque permanente entre os elementos dos diferentes pares dialéticos (SANTOS, 1988) para a análise da produção e do espaço, tais como as relações estabelecidas entre o público e o privado; entre as novas relações de produção e de trabalho e as preexistentes, ainda pouco monetarizadas em certas atividades; a cultura de subsistência do semiárido e a cultura das multinacionais; a solidariedade orgânica, localmente tecida há séculos, e a solidariedade organizacional difundida com a chegada dos grandes capitais etc.

Na nossa ótica, então, o que temos não é a predominância nem do novo, nem do velho, nem das rupturas, nem das permanências, mas uma convivência permanente entre ambos. Assim, ora sobressai um, ora outro, consoante pode ser observado em vários aspectos da vida de relações, tais como nas de trabalho, que combinam formas assalariadas com formas rentistas, a exemplo do ocorrido na produção de frutas.

A chegada de um grande número de empresas acirrou a divisão social e territorial do trabalho, com a refuncionalização do espaço agrícola e urbano. Difundiram-se especializações produtivas, denotando-se, então, uma seletividade na organização da produção e do espaço. Novos agentes econômicos surgem para atender às demandas

produtivas do petróleo, da fruticultura e do sal e a ampliação e diversificação do setor de serviços em geral, com uma readequação no setor atacadista e no varejo. Da mesma maneira, muitas novas atividades vêm buscando se expandir, como a de turismo de eventos e negócios.

As características do crescimento econômico em Mossoró nos levam a afirmar que se formou aí um espaço “dócil” às novas formas de regulação, aberto à realização da racionalidade vigente no período histórico atual, constituindo-se uma região do fazer (SANTOS, 1996), ou seja, com pouca ou nenhuma possibilidade de reger os processos hegemônicos. Mas, conforme destacamos, não se trata aqui de uma situação clássica de enclave, vistas as horizontalidades e verticalidades construídas, assim como sua participação numa cooperação globalizada.

Muito embora Mossoró não tenha o poder de comando sobre as suas três principais atividades, a cidade funciona como uma espécie de ponto de interseção para a solidariedade organizacional entre as empresas hegemônicas em atuação na região sob sua influência, oferecendo os meios para a coesão entre elas. Dessa maneira, a cidade é organizada para servir aos interesses das grandes empresas do circuito superior da economia do agronegócio (ELIAS, 2003) da fruticultura, da extração do sal e do petróleo, que se apresentam como hegemônicas na organização do espaço urbano de Mossoró e região.

Na condição de mera região do fazer, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação das empresas associadas às três principais atividades se realizam em várias outras partes do mundo. Nesse prisma, a quantidade de relações, materializadas em fluxos materiais e imateriais, demonstra crescimento constante, a evidenciar que a articulação entre diferentes escalas geográficas é muito forte.

A reprodução de uma modernização conservadora da economia, que já mostrou seus efeitos danosos por todo o país, tem aumentado, de fato, a produção e a produtividade, ampliando a competitividade do setor empresarial atuante em Mossoró e região. Mas a grande maioria da população encontra-se alijada dessas benesses. Desse modo, os níveis de pobreza se elevam e tornam-se ainda mais visíveis na cidade. Assim, se o crescimento econômico é um resultado efetivo da apropriação de Mossoró e região pelos grandes capitais, o mesmo se pode dizer dos impactos negativos, sejam sociais, territoriais ou ambientais, acentuando-se as históricas desigualdades socioespaciais.

Compreender os fixos e os fluxos, os sistemas de objetos e os sistemas de ação das principais empresas territorializadas em Mossoró e região - sobretudo as associadas ao circuito superior da economia urbana (SANTOS, 1979) - com vistas a entender seus circuitos espaciais de produção e os seus círculos de cooperação, é um exercício de análise. Tal exercício permite a síntese das estratégias de ação tanto dos grandes conglomerados e das empresas em geral atuantes na cidade e região, quanto do território resultante desses processos, ou seja, das novas especializações territoriais produtivas, como de toda sorte de desigualdades socioespaciais.

Essas constatações são importantes, inclusive, para pensar nas formas de expansão da urbanização brasileira nas últimas três décadas, pois evidenciam a associação direta de grandes capitais nacionais e multinacionais com capitais locais e regionais em diferentes lugares do país e mudam, radicalmente, as antigas articulações da rede urbana, seja regional seja nacional.

Tudo isso tem resultado, entre outros impactos, em alterações na estrutura fundiária, transformações nas relações de trabalho e, especialmente, modificações nos padrões de urbanização e de estruturação da cidade.

Apesar do quadro de desigualdades identificado pelas condições de moradia, a elaboração do Plano Diretor Municipal, em 2006, segundo os princípios propostos pela Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade - leva-nos a perceber um cenário no qual as desigualdades até aqui identificadas tendem a remanescer. Mediante a análise desse plano, segundo constatou-se, ele pretende a utilização de quase todos os instrumentos disponibilizados pelo estatuto supracitado, seja para regularização fundiária, seja para combate da especulação imobiliária ou mesmo para a promoção da gestão democrática e participativa.

Por um lado, aponta para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas franjas periurbanas de Mossoró, ao norte e ao sul, próximas às áreas onde predomina a exclusão social. Por outro, destaca a criação de Zonas Especiais de Adensamento (ZEAs), que reúnem os bairros adjacentes ao centro, induzindo investimentos imobiliários que reforçam as boas localizações da cidade. Além disso, ao definir uma superfície de 2.000 m² quadrados como limite mínimo de vazio que não esteja cumprindo a função social da propriedade,

restringindo-se à mesma zona especial de adensamento, favorece os processos de especulação imobiliária existentes na porção oeste, onde se configuram a nova centralidade e os novos investimentos.

Com isso, investidores privados do setor imobiliário tendem a se voltar para um mesmo setor da cidade, em atendimento a uma demanda específica das classes de maior poder aquisitivo. Assim, consolida-se um eixo de segregação residencial e promove-se cada vez mais sua diferenciação social em relação às demais áreas e bairros.

Ao se analisar segundo a presença de novos instrumentos de gestão do solo urbano e em face da realidade sócio-habitacional diagnosticada, conforme se observa as áreas consideradas como ZEIS inclusas no Plano Diretor se situam, majoritariamente, nas franjas periféricas da cidade, ao norte, a noroeste, a sudoeste e ao sul, onde o quadro de exclusão social é a regra. Portanto, os instrumentos voltados para o combate à especulação imobiliária, disponibilizados nessa lei e adotados no Plano Diretor municipal, têm sua eficácia comprometida em decorrência da sua utilização restrita ao centro e aos bairros limítrofes onde os vazios são de pequeno porte e em reduzida quantidade.

Além disso, nas áreas onde a especulação imobiliária se mostra mais forte, como nas de expansão a oeste e a noroeste, além da BR 304, não se encontra previsto o uso do parcelamento, edificação e utilização compulsória, instrumento que antecede a aplicação do imposto predial e territorial urbano progressivo. Ressaltamos, ainda, a presença de grandes glebas vazias em notável processo de especulação, como a Fazenda São João, que passaram a abrigar empreendimentos imobiliários residenciais e do terciário.

Ainda que se possa identificar enormes espaços vazios na cidade, por conta do seu processo desordenado de crescimento, o Plano Diretor delimita como Zona Especial de Adensamento o conjunto de bairros adjacentes ao centro (direções norte e sul) e outros, que de modo contínuo se orientam para o oeste, indo até a BR 304, onde a ocupação tem sido mais intensivamente produzida.

Essa mesma zona de adensamento coincide com o uso de outros instrumentos de combate à especulação imobiliária. Dentre estes, o parcelamento, a edificação e a utilização compulsória, antecedendo a adoção do IPTU progressivo no tempo, que revela percentual de crescimento nas alíquotas bastante reduzido. Assim, o Plano Diretor

deverá consolidar essa área como aquela favorável a novos investimentos do setor imobiliário.

Com isso, investidores privados e consumidores de moradia produzida pelo setor imobiliário tendem a voltar os olhos para um mesmo setor da cidade, promovendo, cada vez mais, sua diferenciação social em relação às demais áreas e bairros. Os próprios padrões de segregação espacial trazidos com o PMCMV nos últimos anos podem ser apontados como indicadores desta diferenciação. Configura-se, assim, com base no estabelecido pela nova política urbana, a reprodução de velhos processos com novas roupagens: a consolidação de uma cidade dividida entre a cidade do mercado imobiliário e a cidade informal; a disponibilidade de grandes vazios periféricos como alvo para novos programas habitacionais, pautados em velhos modelos.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia. *O território do sal*. A exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. Natal: CCHLA/ UFRN, 1995. Coleção Mossoroense. V. 848.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados* (IEA/USP), São Paulo, v. 2, n. 29, p. 7-36, 1997.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BEZERRA, Amélia Cristina. Cidade, festa e identidade em tempo de espetáculo. In: BEZERRA, A.C.A.; GONÇALVES, C.U.; NASCIMENTO, F.R. do; ARRAIS, T.A. (orgs.). *Itinerários geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007 (p. 171-189).
- BESERRA, Fabio Ricardo Silva. *Diferenciação do espaço e transformações urbanas: expansão da indústria da construção em Mossoró (RN)*. Tese (Doutorado) – UECE, Fortaleza, 2017.
- CARDOSO, A. *Política habitacional: a descentralização perversa*. RJ: IPPUR / DP&A, Cadernos IPPUR, ano XV, n. 1, jan./jul. 2002.
- CARLOS, Ana Fani A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. *Mercator* (Revista de Geografia da UFC), Fortaleza, v. 5, p. 8-13, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. RJ: Ática, 2003 (4. ed.).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.
- COUTO, Edna Maria Jucá; ELIAS, Denise. Evolução do comércio e dos serviços em uma cidade média no Brasil. *GeoUECE*, v. 4, p. 36-62, 2015.
- EGLER, Cláudio Antônio G.; PIRES DO RIO, Gisela A. Territórios do Petróleo no Brasil: redes globais e governança local. In: Colloque international les

integrations regionales : quelles dynamiques transfrontalières et transnationales ? Les enseignements du bassin de la Plata dans le Mercosud, 2004, Toulouse. *Actes du Colloque...* Université de Toulouse 2 – Le Mirail, 2004. v. 1. p. 72-86.

ELIAS, Denise. Modernização Conservadora da Agropecuária no Baixo Jaguaribe (CE). *Propostas Alternativas*, Fortaleza, p. 18-21, 2000.

ELIAS, Denise (org.). *O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)*. Fortaleza: Funece, 2002. 363p.

ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura*. SP: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção dos espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. SP: Expressão Popular, 2007. 632 p. p. 113- 138.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XII, p. 74-96, 2008.

ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Anpur), v.13, n.2, p.153-167, novembro 2011.

ELIAS, Denise. Les territoires d´agrobusiness au Brésil. *Confins* (Paris), v. 15, p. 1-20, 2012.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia A. da; ARRUIZZO, Roberta C. (orgs.). *Espaço e Energia*. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013. p. 201-220.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. (org.). *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 25-44.

ELIAS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BUHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. (orgs.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 63-82.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (orgs.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 19-56.

ELIAS, Denise; MUNIZ, A. M. V.; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 32-47, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. 484p.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.1, p.25-39, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M.E.; ELIAS, D.; SOARES, B.R. (orgs.). *Agentes Econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. SP: Expressão Popular, 2010a. 286 p. (série Cidades em Transição, livro 1, parte II). p. 101-283.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v.12, n.24, p.441-465, jul./dez. 2010b.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestrutura o econômica e urbana em uma cidade média do Semiárido brasileiro. *Revista da Anpege*, v.8, n.9, p.15-28, jan./jul. 2012.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. *Geotextos* (Online), v. 8, p. 2012-145, 2012.

FELIPE, José Lacerda. A. *A (re)inven o do lugar: os Rosados e o "país de Mossoró"*. João Pessoa: Grafset, 2001.

HARVEY, David. *Condi o pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007 (Regic)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

PEQUENO, Renato. Condi o da moradia: retrato das desigualdades socioespaciais. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: UFAM, 2010. p.40-56.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. (Re)estrutura o urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 10-39, 2015.

PINHEIRO, Kariza L. C. B. *O Processo de urbaniza o da Cidade de Mossoró: dos processos históricos   estrutura urbana atual*. Disserta o (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. *Plano Diretor de Organiza o do Espaço Urbano*. Mossoró: PMM, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. *Relatório de Diagnóstico do Município de Mossoró*. Mossoró: PMM, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. *Plano Diretor de Mossoró*. Mossoró: PMM, 2006.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Os circuitos espaciais da produ o. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (orgs.). *A constru o do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A urbaniza o brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarna o; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. In: SPOSITO, M.E.; ELIAS, Denise; SOARES, B.R.(orgs.). *Agentes Econômicos e reestrutura o urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. SP: Expressão Popular, 2010. p.7-27.

VILLAÇA, F. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Novos elementos no processo de reestruturação urbana e da cidade de Mossoró (RN)¹⁴

Edna Couto

Introdução

Pensar o processo de reestruturação urbana e das cidades pressupõe compreender o processo histórico de reestruturação produtiva em nível mundial que vem ocorrendo desde a década de 1970, e caracteriza-se por uma crise no modo capitalista de produção, com a transição do sistema de acumulação fordista para um sistema de acumulação flexível (HARVEY, 2007).

Segundo Harvey (2007, p. 140), esse novo sistema está apoiado “[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, desencadeando a reestruturação econômica, política, social, espacial e ideológica em nível mundial. A análise da reestruturação produtiva nos ajuda na compreensão da sociedade e do momento econômico que ela atravessa, balizado pela difusão do meio técnico-científico-informacional que, de acordo com Santos (2008a, p. 239) “é a cara geográfica da globalização”.

¹⁴ O presente texto traz algumas das questões discutidas em nossa tese de doutorado (COUTO, 2016). A delimitação espacial da pesquisa desta considerou duas cidades médias brasileiras, Marília/SP e Mossoró/RN, porém, para esse capítulo, optamos por trabalhar somente com a segunda cidade. A tese foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – *campus* de Presidente Prudente, sob a orientação do professor Everaldo Santos Melazzo. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Doutorado que viabilizou a realização desta pesquisa. Nossos estudos sobre as redefinições espaciais do comércio em Mossoró iniciaram-se ainda por ocasião da realização da pesquisa de mestrado (COUTO, 2011), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, sob orientação da professora Denise Elias.

Esse momento é caracterizado pela incorporação de ciência, tecnologia e informação à produção e pela presença de novas lógicas produtivas em múltiplas dimensões e escalas que, combinados, redefinem o espaço geográfico. Santos (2008a, p. 239) assinala que “os espaços assim requalificados atendem, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”. Dessa maneira, a reestruturação produtiva nos anos de 1970 suscitou uma transformação dos espaços e das relações sociais, as quais desde então atendem, com mais vigor, aos interesses hegemônicos.

No Brasil, a adoção do regime de acumulação flexível levou à incorporação de novas relações de produção e de trabalho, de novas estratégias de gestão e de escolhas locacionais, favorecendo, em muitos casos, a desconcentração das atividades industriais e a difusão territorial de grandes filiais de empresas nacionais e estrangeiras. Em contrapartida, estimulou a concentração e centralização econômicas, inserindo o país em uma economia globalizada, resultado de uma nova divisão internacional do trabalho.

Ao longo da reestruturação produtiva alguns processos tornaram-se significativos, dada sua relevância para o próprio aprofundamento e extensão dos mesmos, como, por exemplo, o acirramento da divisão social e territorial do trabalho; um maior número de investimentos em infraestruturas, integrando as regiões e dotando o território de fluidez a partir da implantação dos sistemas técnicos; a dispersão espacial da produção, na qual o capitalismo estende seus sistemas produtivos para áreas agrícolas, expandindo a produção industrial, a agricultura científica e o agronegócio em novas regiões do país; e a ampliação do consumo, produtivo e consuntivo. Correlacionados, contribuíram para a ampliação da escala da urbanização, aumentando a importância dos centros urbanos brasileiros, fortalecendo-os demográfica e economicamente, ao passo que a divisão do trabalho entre as cidades tornou-se mais complexa (SANTOS, 2008a, 2008b).

No bojo dessas transformações, os papéis urbanos foram modificados, as interações espaciais (CORRÊA, 1997) em múltiplas escalas tornaram-se mais intensas e complexas e as estruturas intraurbanas

foram redefinidas, caracterizando processos de reestruturação urbana (SOJA, 1993) e das cidades (SPOSITO, 2004, 2007).

É preciso ressaltar que as temporalidades desses dois movimentos de reestruturação (urbana e da cidade) não são necessariamente coincidentes e homogêneas, comparando como especificidade de um momento de profundas alterações na economia política do capitalismo (HARVEY, 2005, 2007; BRANDÃO, 2007).

Nesse sentido, é preciso atentar para duas dimensões relevantes na análise: uma refere-se às condições gerais do desenvolvimento capitalista brasileiro, e a outra diz respeito aos “[...] desdobramentos, evoluções, continuidades e rupturas daqueles processos presentes na origem da cidade” (MELAZZO, 2012, p. 273), cuja articulação é fundamental à compreensão das redefinições da divisão do trabalho e das particularidades da inserção da cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, nesse desenvolvimento.

Aliado à articulação dessas duas dimensões, o debate sobre o consumo e os novos meios e estratégias de sua realização, integrado ao da produção e da articulação entre escalas, constitui-se como importante contribuição para a compreensão da redefinição dos conteúdos das cidades em geral, e das cidades médias mais especificamente, e de sua estruturação urbana, sem desconsiderar que as transformações ocorrem de maneiras, intensidades e ritmos diferentes, ressaltando sobretudo essa especificidade atinente ao conjunto das cidades médias¹⁵.

Com base nesses pressupostos, estudamos a atuação dos agentes sociais responsáveis pelas lógicas de localização de novas formas espaciais e a reestruturação da cidade de Mossoró. Iniciamos a análise correlacionando as mudanças nos hábitos de consumo e a ampliação do ramo de alimentação, particularmente o de restaurantes e *fast-food*, com a instalação de diversas franquias desse tipo de negócio pela cidade.

Em seguida, para além da compreensão do consumo “no” espaço, mas procurando compreender o consumo “do” espaço, analisamos as localizações e os impactos dos espaços residenciais fechados em Mosso-

¹⁵ Não é objetivo do presente texto discutir a noção de cidade média, especialmente considerando a grande quantidade de material já produzido e disponível sobre o tema, dentre as quais destacamos Corrêa (2007), Costa (2002), Sanfeliu (2009), Sanfeliu e Llop (2004), Castello Branco (2006) e Sposito (2001, 2004, 2007, 2010a, 2014), dentre outros. No Brasil, destaca-se a contribuição recente da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Ver: <http://www.recime.org/>.

ró, demonstrando de que maneira eles contribuem para a reestruturação da cidade e para a reiteração das desigualdades socioespaciais.

Desse modo, procuramos, neste capítulo, alinhar contribuições atinentes ao processo de reestruturação urbana e da cidade, considerando as novas formas de consumo no e do espaço e como elas vêm contribuindo para a ampliação das desigualdades socioespaciais num contexto recente. A delimitação espacial para o presente texto considera a cidade de Mossoró (RN).

1. As franquias de *fast-food* e as novas configurações socioespaciais

Um dos aspectos que ilustram o conjunto de mudanças nos hábitos de consumo é a associação entre “comer fora” e “lazer”, aumentando o consumo de refeições fora de casa e, conseqüentemente, ampliando o número de estabelecimentos no ramo comercial alimentício (SPOSITO, 2004).

De acordo com Ribeiro (2012, p. 93), fatores como a urbanização intensificada e a praticidade e redução do tempo para o preparo e consumo de alimentos podem ajudar na compreensão dos novos hábitos de consumo alimentar, sustentados “pela formação e consolidação da sociedade de massa, pelo processo de internacionalização da indústria de alimentos e pelas mudanças sociais ocorridas ao longo do século passado”.

É notório o crescimento da “indústria de alimentos” no país, bem como existe uma tendência ao aumento do tipo de negócio *food service*, diretamente relacionado à alimentação fora de casa (BEZERRA; SICHIERI, 2010; FIESP; ITAL, 2010; RIBEIRO, 2012). Dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) sobre o mercado interno da alimentação, demonstraram que entre 2005 e 2014 as vendas no varejo alimentício¹⁶ e no *food service*¹⁷ cresceram bas-

¹⁶ “Compreende diversos tipos de estabelecimentos de autosserviço, com destaque para os supermercados, mercearias e lojas de conveniência” (FIESP; ITAL, 2010, p. 145).

¹⁷ “Envolve todas as atividades que de alguma maneira contribuem para a elaboração do produto final, desde os insumos e equipamentos à distribuição, englobando os serviços prestados aos operadores que efetivamente preparam e fornecem os alimentos prontos para o consumo. Pode ser a atividade principal de um negócio, como é o caso de restau-

tante no país. Na Tabela 1 é possível ver que em 2005 os montantes de vendas no varejo alimentício consistiam em 73,27% (R\$ 105 bilhões) do total das vendas da chamada “indústria da alimentação” no país, enquanto os de *food service*, diretamente ligado à alimentação *fora de casa*, correspondiam a 26,73% (R\$ 38,6 bilhões). Já em 2014, esses montantes sofreram algumas mudanças, sendo que a participação relativa do varejo alimentício proporcionalmente decresceu, de 73,27% para 67,69%, muito embora tenha crescido sobremaneira em valores nominais (de R\$ 105 para R\$ 277 bilhões), enquanto a alimentação fora de casa passou de 26,73% para 32,31% em sua participação relativa, e também demonstrou crescimento importante dos dados absolutos (de R\$ 38,6 bilhões para R\$ 132 bilhões).

Tabela 1:

Brasil. Participação no total de vendas da indústria da alimentação no mercado interno (%) e variação relativa (%), por segmento, 2005 a 2014.

Segmentos	Participação (%)	
	2005	2014
Varejo Alimentício	73,27	67,69
<i>Food Service</i>	26,73	32,31
Total	100	100

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). Organizado pelo autor.

No bojo desse crescimento, um aspecto que aparece com bastante força é o aumento do número de franquias nas cidades brasileiras (ORTIGOZA, 1996; PORTO-SALES, 2014; RIBEIRO, 2012) e, em particular, franquias relacionadas à alimentação.

O *franchising*, isto é, o licenciamento de franquias, é um fenômeno que se generalizou em economias centrais e periféricas (COSTA, 2008), e no Brasil impulsionou bastante as atividades de serviços (KON, 2004). Esses sistemas estão atrelados a novos métodos organizacionais e gerenciais das empresas pela difusão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), cujo objetivo principal é

rantes, redes de *fast-food*, lanchonetes, bares, cafés, padarias e rotisseries, entre outros, ou parte complementar de negócios onde está inserido, a exemplo de hotéis, escolas, serviços de *catering*, hospitais e empresas, caracterizando-se, nesse caso, como uma prestação de serviços” (FIESP; ITAL, 2010, p. 159).

a flexibilização dos processos produtivos e de distribuição, com menores custos e maiores lucros (COUTO, 2011). De acordo com dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF), no ano de 2013 o faturamento do segmento no país foi superior aos R\$ 115 bilhões, o que correspondeu, no mesmo ano, a praticamente um décimo do PIB de todo o setor industrial brasileiro. Em apenas 10 anos (2003-2013), o número de redes de franquias passou de 678 para 2.703, um crescimento de cerca de 300%. No tocante ao número de unidades franqueadas, este passou de 56.564 em 2003 para 114.409 em 2013, isto é, praticamente dobrou em uma década.

De acordo com a pesquisa “Perfil do Candidato à Franquia Brasil”, realizada pela Rizzo Franchise (2014), consultoria especializada em estruturação e implantação de redes de franquias¹⁸, o segmento de *fast-food* e alimentação¹⁹ é o que desperta maior número de interessados em abrir uma unidade (53%), seguido do ramo de vestuário, preferência de 26% dos candidatos²⁰.

Na referida pesquisa, o segmento de *fast-food* e alimentação apresenta um crescimento acima da média nos quesitos franqueadores, redes franqueadas, receita anual e empregos diretos gerados²¹, confirmando os dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF) (2015), que indicam o ramo comercial da alimentação como um significativo faturamento no país no ano de 2014 (20,1% do total).

A ampliação recente do ramo comercial da alimentação, particularmente no segmento restaurantes e *fast-food*, tem se tornado cada vez mais comum nas áreas urbanas brasileiras, expandindo-se também para além das capitais e regiões metropolitanas, em cidades do interior do país (IWAKURA, 2009; MELLO, 2013; RODRIGUES, 2015), sobretudo àquelas com importante dinâmica econômica e que têm desempenhado funções de intermediação na rede urbana.

¹⁸ <http://rizzofranchise.com.br/>. Acesso em: 13/2/15.

¹⁹ Referimo-nos à alimentação fora de casa que não tipifica apenas o *fast food*, mas qualquer outra forma de franquias de alimentação, como, por exemplo, franquias de sorvetes, açaí, chocolates etc.

²⁰ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/fast-food-e-o-setor-preferido-dos-interessados-em-franquias>. Acesso em: 13/2/15.

²¹ Disponível em: http://rizzofranchise.com.br/?pag=franchise_news&cat=1&id=335. Acesso em: 13/2/15.

Assim, a tendência de expansão das franquias tornou-se cada vez mais presente em cidades médias, tal como em Mossoró, conforme apontam estudos sobre o tema (COUTO, 2011; PORTO-SALES, 2014; SILVA, 2014; SILVA, 2015; SPOSITO; GÓES, 2015). Nesse movimento,

Estruturas urbanas organizadas por um centro principal e único são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários que implantam *shoppings centers*, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais (SPOSITO, 2007, p. 242).

De acordo com Rodrigues (2015), com base nos dados de pesquisa realizada por Data Popular e SEBRAE (2014), uma em cada quatro franquias está fora das capitais e das regiões metropolitanas, demonstrando o alto potencial de consumo das cidades do interior brasileiro. Em razão dessa constatação procuramos analisar o exemplo da cidade de Mossoró, e averiguamos, a partir dos dados expostos na Tabela 2, retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)²² para os anos de 1998, 2003, 2008 e 2012, que a quantidade de estabelecimentos no ramo comercial da alimentação aumentou significativamente: se no ano de 1998 eram 33 estabelecimentos em Mossoró, já em 2012 eram 295. Isso representou um crescimento de 262 novos restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas em Mossoró ou de 793,94%, entre os anos de 1998 e 2012.

Tabela 2:
Mossoró. Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas. 1998 a 2012.

	1998	2003	2008	2012	Variação absoluta e relativa (%)							
					1998-2003		2003-2008		2008-2012		1998-2012	
Mossoró	33	67	164	295	34	103,03	97	144,78	131	79,88	262	793,94

Fonte: RAIS. Organizado pelo autor (2014).

²² Seleccionamos os dados para cada ano na RAIS a partir da variável “Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas”, correspondente ao Grupo 561 da Classificação CNAE 95.

A alteração na composição dos gastos associados à alimentação fora do domicílio e aos novos hábitos de consumo alimentar acarretaram transformações nas atividades comerciais e de serviços, tanto no que diz respeito às formas e aos conteúdos, como nas suas lógicas espaciais. Conforme nos explica Cleps (2004, p. 129),

As novas formas de comercialização de bens e serviços são a razão para o aparecimento de novos empreendimentos e de novas lógicas territoriais para o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviços. Esta nova dinâmica é incorporada pelas grandes empresas que atuam no setor, pelos agentes imobiliários e pelos próprios donos do solo urbano, pois significa mais uma forma de acumulação de capital. Por outro lado, é importante ressaltar que aspectos geográficos como o tamanho das cidades, o sítio urbano onde ela está inserida, o seu grau de centralidade e as próprias características do espaço interno destas são importantes fatores que poderão interferir no desenvolvimento de novas centralidades e territorialidades urbanas.

A nosso ver, a implantação de novas estruturas comerciais na cidade de Mossoró intensificou e complexificou as interações espaciais em múltiplas escalas, redefinindo a estruturação da cidade e a centralidade urbana²³. No intuito de investigar novos elementos no processo de reestruturação da cidade, selecionamos para análise a localização das franquias de *fast-food*, por revelarem uma uniformização dos produtos e dos procedimentos adotados nos estabelecimentos e uma diferenciação das práticas sociais. Optamos por localizar somente as principais franquias pertencentes a grandes redes regionais, nacionais e internacionais, atentando para a importância que a “marca” tem nos conjuntos dos novos signos do consumo, sendo a marca o principal ativo das empresas (BAU-DRILLARD, 1969, 2011; PORTO-SALES, 2014).

²³ A esse respeito há uma vasta bibliografia em língua portuguesa, porém mencionamos algumas publicações por nós consultadas durante o desenvolvimento desta pesquisa, e dentre elas destacamos Lefebvre (2002), Villaça (2001) e Sposito (2001c, 2004, 2010b e 2013). Concernente à centralidade em cidades médias, esse tema foi objeto de debate em recente publicação de Maia, Silva e Whitacker (2017).

Na Figura 1 verificamos a localização dessas franquias e seus respectivos anos de instalação, sendo a primeira de 2007, o McDonald's (1). No ano seguinte, duas franquias da rede Pittsburg²⁴ foram inauguradas (2 e 3), uma no *shopping center* (Mossoró West Shopping, atual Partage Shopping Mossoró) e outra na avenida de acesso ao *shopping* e a um dos principais bairros da cidade, o Nova Betânia. Nos anos de 2009 e 2010, mais duas franquias de capital local foram inauguradas na cidade, a Xerife's (4 e 5), estando uma no *shopping* e outra no bairro Ilha de Santa Luzia; e entre 2011 e 2012 instalaram-se na cidade três novas lojas da mesma rede, todas no *shopping center* (6, 7 e 8). Em 2013 e 2015 duas novas franquias foram inauguradas na cidade, ambas em áreas distantes do *shopping center*, demonstrando uma nova lógica locacional destas empresas. Uma delas localiza-se na Avenida Rio Branco, conhecida como Corredor Cultural²⁵ (9) e outra no bairro Alto de São Manoel (Figura 1). É interessante destacar que não há nenhuma empresa de *fast-food* instalada no centro da cidade²⁶.

A partir da localização das franquias de *fast-food*, podemos compreender como a chegada à cidade desse tipo de empreendimento constituiu-se como um novo elemento do processo de reestruturação da cidade. Nota-se que a difusão dessas formas espaciais teve início em meados da segunda metade da década de 2000, momento em que o processo de reestruturação urbana estava iniciando em Mossoró.

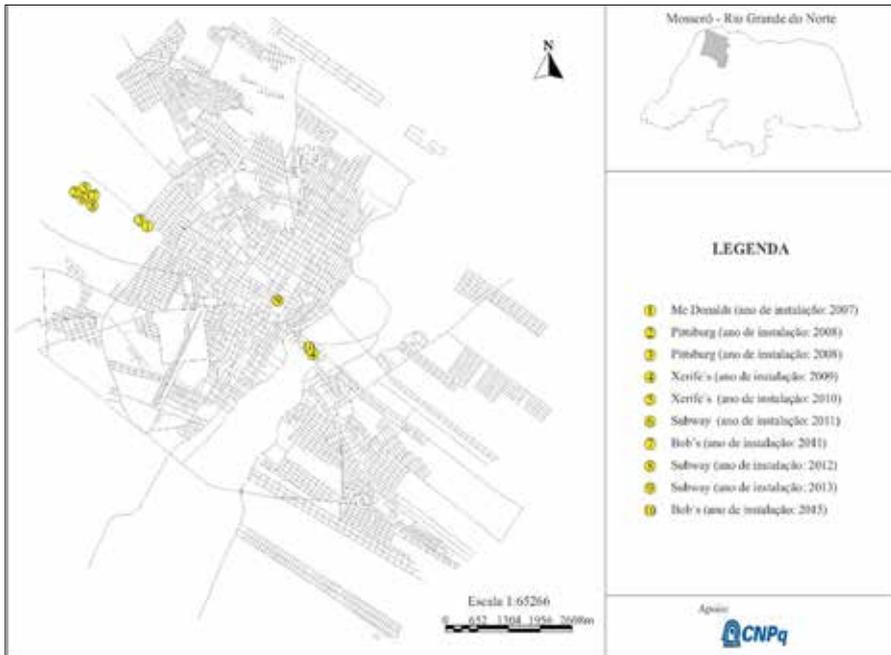
A instalação desse tipo de empreendimento na cidade faz parte de um conjunto de novas práticas sociais, conforme apontam Elias e Pequeno (2010) e Couto (2011), destacando-se o crescimento do consumo de bens duráveis, a expansão do horário de funcionamento do comércio, o incremento da alimentação fora de casa, dentre outras.

²⁴ Essa rede teve origem na cidade de Natal-RN no ano de 1984 (Fonte: <http://www.pittsburg.com.br/>).

²⁵ Para mais informações, ver: Elias; Pequeno (2010); Sousa (2016).

²⁶ Para mais informações sobre franquias em Mossoró, ver: Andrade e Dorvillé (2015); Cresce [s.d]; Monteiro (2014); Município (2013); Potiguares (2014).

Figura 1:
Mossoró. Localização das franquias de *fast-food*. 2015.



Fonte: Couto (2016, p. 128).

Em sua discussão sobre a temática do consumo e de como os novos hábitos a ele associados transformam as práticas sociais, Baudrillard (2011, p. 100) aponta a “profunda contradição entre a sociedade civil e a política na ‘sociedade de consumo’, na qual o sistema vê-se obrigado a intensificar a produção do individualismo consumidor ao mesmo tempo que tem de o reprimir cada vez com maior dureza”. Indo ao encontro dessa ideia, Bauman (2008, p. 102) alega que “a *fast food*” está aí para proteger a solidão dos consumidores solitários”, fazendo uma crítica ao que ele chama de “sociedade líquido-moderna dos consumidores”.

É importante ressaltar ainda que para que haja uma “manipulação” do consumo via homogeneização das franquias e seus serviços (ORTIGOZA, 1996), é preciso dotar o espaço de novas formas e conteúdos, com mudanças do ponto de vista do ambiente construído, dos movimentos da oferta de bens e serviços, das relações socioespaciais e da divisão econômica e social do espaço.

Logo, é crucial compreender os novos fluxos e as redefinições nas centralidades urbanas, pois, conforme nos explica Sposito (2001b), a circulação e os transportes têm papel importante nesse conjunto de mudanças, considerando, por exemplo, o aumento da “mobilidade” dos cidadãos pela ampliação do acesso ao transporte individual e as continuidades e descontinuidades territoriais, com a formação de áreas e redes, respectivamente.

Não obstante, sabe-se que há um acirrado jogo de forças e interesses no processo de produção do espaço urbano, no qual o Estado e o mercado – compreendendo aqui as corporações, os agentes sociais privados, os promotores imobiliários etc. – têm demonstrado um forte protagonismo no Brasil, tais como a partir de políticas públicas habitacionais recentes. A seguir, aprofundaremos este debate sobre os processos de reestruturação urbana e das cidades, considerando as novas formas de produção e consumo na/da cidade e apresentando as mudanças que vêm ocorrendo no espaço urbano, a partir da produção de moradias de alto padrão, em particular, dos espaços residenciais fechados.

2. Os espaços residenciais fechados e as desigualdades socioespaciais

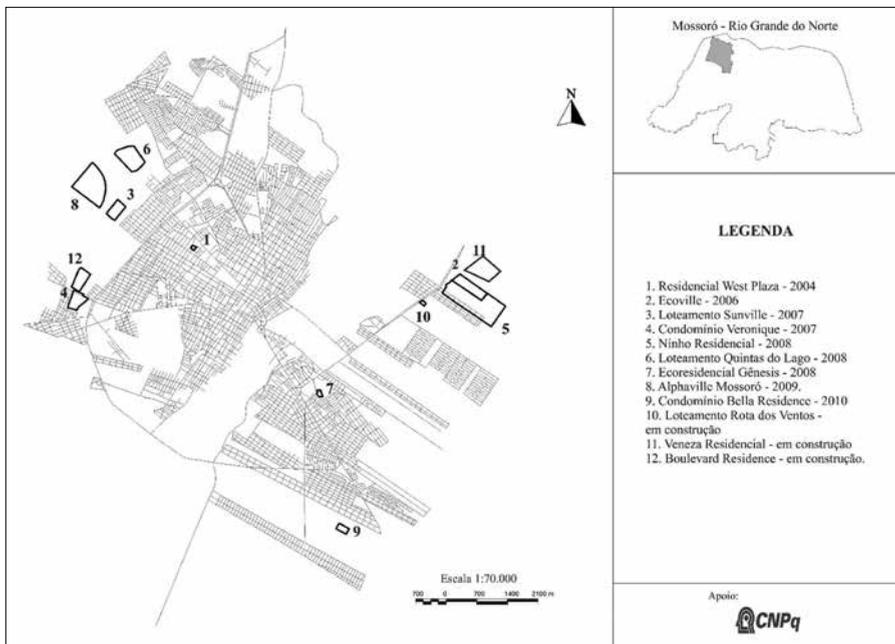
A disseminação de novos produtos imobiliários, tais como *shopping centers*, e os novos *habitats* produzidos a partir da concepção de espaços residenciais fechados, tem “alterado a distribuição, na cidade, dos grupos sociais e das funções urbanas, rearticulando os usos dos espaços e os fluxos que lhes animam a vida, por meio de formas de segmentação mais complexas” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 69), alterando, assim, seus conteúdos e as lógicas de estruturação do espaço urbano.

Foge ao escopo deste artigo esgotar as possibilidades de discussão sobre esse tema, porém, é importante analisar as localizações e os impactos desses novos produtos imobiliários na escala da cidade e da rede urbana, tomando como referência o exemplo de Mossoró, na medida em que sua compreensão possibilita aqui-latar o conjunto e a intensidade das transformações diferenciadas

e diferenciadoras pelas quais passa a cidade analisada, e que se constituem em uma condição *sine qua non* dos processos de reestruturação urbana e da cidade.

Em Mossoró, identificamos 12 espaços residenciais fechados²⁷ (Figura 2), que têm contribuído para transformações nas lógicas de estruturação urbana, com a expansão da malha urbana (ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013). A implantação de espaços residenciais fechados na cidade é bastante recente, sendo o primeiro empreendimento de 2004 e o segundo, de 2006²⁸.

Figura 2:
Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados. 2015.



Fonte: Couto (2016, p. 187).

²⁷ Na elaboração do mapa consideramos somente os espaços residenciais fechados que se encaixaram nos critérios estabelecidos para definição dos espaços residenciais fechados: a existência de vias de circulação internas e de área de lazer; a presença de guarita de segurança e controle de entrada/fluxos, com vigilante; e o mínimo de 20 lotes por empreendimento.

²⁸ De acordo com Silva (2013, p. 212), o Plano Diretor de Mossoró de 2006 (PDM) instaurou “[...] pela primeira vez na legislação urbanística de Mossoró, a permissão legal para implantação dos loteamentos fechados e pequenos condomínios horizontais, ratificando a implantação desses empreendimentos, que já havia se iniciado há pouco tempo”.

Foi somente a partir da segunda metade dos anos 2000 que os loteamentos fechados e os condomínios horizontais se difundiram em Mossoró, de modo mais acentuado na década de 2010²⁹. Elias e Pequeno (2010, p. 250) explicam que os condomínios horizontais apareceram

[...] como uma forma diferenciada dos loteamentos fechados, em sua maioria localizados no mesmo bairro que concentra a verticalização [**Nova Betânia**]. Com porte igual ou menor ao de uma quadra, estes condomínios residenciais apresentam número reduzido de residências, semelhantes em sua forma e conteúdo, tendo as áreas de lazer, vias de acesso interno e os serviços condominiais compartilhados [destaque nosso].

Quanto à localização dos espaços residenciais fechados em Mossoró, verificamos que eles se concentram em dois sentidos: a oeste, em sua maioria no bairro Nova Betânia (números 3, 4, 6, 8 e 12), e a leste, no bairro Rincão, às margens da rodovia BR-110, na saída para o município de Areia Branca (números 2, 5, 10 e 11), mantendo o padrão periférico dos empreendimentos e, preferencialmente, instalando-se em setores de verticalização da cidade (ELIAS; PEQUENO, 2010).

Em alguns deles são encontradas irregularidades relacionadas a questões jurídicas. Oliveira (2013) relata que dois empreendimentos³⁰ foram denunciados por propaganda enganosa, pois, segundo o autor, eles foram “[...] comercializados como lotes de condomínio fechado, porém seus registros nas instâncias oficiais correspondem a loteamentos” (OLIVEIRA, 2013, p. 232)³¹.

A localização dos espaços residenciais fechados em Mossoró, além de contribuir para o espraiamento e a descontinuidade da malha urbana, tem papel importante na ampliação das desigualdades socioespaciais. Para uma melhor compreensão dos padrões de localização dos espaços residenciais fechados, analisamos a distribuição

²⁹ No intervalo entre 2010 e 2015 foram lançados 26 empreendimentos na condição de condomínio residencial horizontal, que não aparecem na lista por não atenderem a um ou mais dos critérios adotados na pesquisa.

³⁰ Alphaville Mossoró e Quintas do Lago.

³¹ Para mais informações sobre a definição jurídica que distingue loteamentos de condomínios ver Sposito e Góes (2013), no capítulo 7.

espacial dos chefes de família com rendimentos iguais ou superiores a 20 salários mínimos³².

Com base nas informações apresentadas na Figura 3, tomando por referência a distribuição desses chefes de família por setores censitários, percebe-se que a classe com maior concentração de chefes de família nessa condição, em azul mais escuro, é a que agrega apenas três setores censitários, que juntos representam um percentual entre 5,67% e 11,4% do total de chefes de família, desse modo demonstrando sua forte concentração espacial.

Quanto aos espaços residenciais fechados, dos 12 empreendimentos listados, oito estão localizados em setores que concentram, em maior ou menor quantidade, chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos – apenas um deles, o Residencial West Plaza, localiza-se em área onde há a maior concentração de chefes de família nessa faixa de renda –, um empreendimento situa-se onde não há chefes de família com esses rendimentos, e dois aparecem em área fora do perímetro urbano, onde não foi possível identificar os rendimentos dos chefes de família (números 2, 5 e 11 na Figura 3), embora sejam da década de 2000, motivo que se deve ao fato de que a base cartográfica adotada não abrangia a área em questão.

Essas localizações revelam uma mudança na divisão econômica e social do espaço, enquanto “efeito espacial da atividade dos agentes e seu modo de vida, *da totalidade da estrutura da formação social* (com seu passado) (grifo do autor)”³³ (LIPIETZ, 1985, p. 104), aprofundando as desigualdades socioespaciais e redefinindo as articulações entre as diferentes frações da cidade, os usos do solo urbano e as práticas espaciais³⁴.

Desse modo, “a expansão do mercado imobiliário residencial tem provocado alterações relevantes sobre a dimensão socioeconô-

³² Exercício semelhante foi realizado por Melazzo (2014) para um conjunto de oito cidades médias brasileiras, dentre as quais inclui-se Mossoró – embora dê ênfase para os exemplos de Campina Grande-PB e Londrina-PR –, através do qual constatou a seletividade e a concentração espacial dos chefes de família com maiores rendimentos em cidades médias, acirrando as desigualdades socioespaciais. Para mais informações sobre a abordagem metodológica e a análise dos dados por setores censitários e faixas de rendimento, consultar Melazzo (2014), Amorim (2015, p. 394-409) e Camacho (2013).

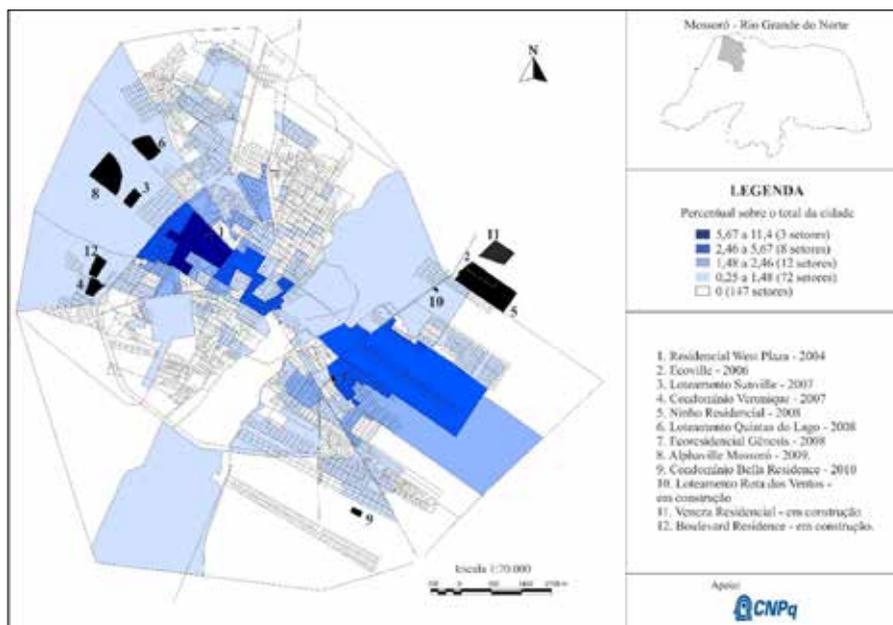
³³ Tradução nossa de “*efecto espacial de la actividad de los agentes y en su modo de vida, de la totalidad de la estructura de la formación social* (con su pasado)”.

³⁴ Foge ao escopo do presente capítulo aprofundar o debate sobre todas essas questões, porém, as consideramos importantes para nossa análise.

mica, bem como sobre o atual processo de reorganização do espaço urbano de Mossoró” (NASCIMENTO, 2013, p. 15), ampliando, assim, as desigualdades socioespaciais, mediante uma clara tendência de preferência pelos empreendimentos voltados aos chefes de maiores rendimentos (COUTO, 2011, 2016; ELIAS; PEQUENO, 2010; NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2013).

Além disso, a localização periférica dos empreendimentos implica na redefinição dos conteúdos da periferia e das centralidades em Mossoró a partir da segmentação e seletividade socioespacial, com a instalação de equipamentos de consumo modernos em determinadas áreas da cidade (*shopping centers*, franquias de alimentação etc.) e com a distinção das formas de uso e apropriação do espaço urbano pelos diferentes segmentos socioeconômicos presentes na cidade e região.

Figura 3:
Mossoró. Localização dos espaços residenciais fechados (2015), e setores censitários com rendimento superior a 20 salários mínimos por chefes de família (2010).



Fonte: Couto (2016, p. 193).

Considerações finais

Desde a década de 1980 Mossoró vem passando por processos de reestruturação, inicialmente da produção, com a modernização das atividades econômicas, e mais recentemente, a partir dos anos 2000, a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade. Tais processos vêm intensificando as interações espaciais, reorganizando as relações hierárquicas, estabelecendo relações de domínio e dependência que transcendem a escala local/regional e alterando a divisão interurbana do trabalho.

Do ponto de vista da reestruturação urbana, ela é mais nítida na última década em Mossoró e vem ocorrendo de modo acelerado em virtude das condicionantes históricas, políticas e econômicas que, ao longo do tempo, foram articuladas em favor dos grandes capitais, permitindo-lhes sua rápida difusão diante das inovações, da descentralização da produção no Brasil, das poucas rugosidades e da pouca resistência que a cidade e a região ofereceram aos capitais externos (ELIAS; PEQUENO, 2010).

Esses capitais nacionais e transnacionais estão agrupados em diversos setores da economia e ramos de atividade, dentre os quais destacamos para análise o segmento de franquias de *fast-food*, associadas ao ramo comercial (setor terciário), e os espaços residenciais fechados, relacionados à produção imobiliária (a qual estende-se ao setor secundário [indústria da construção civil] e setor terciário [mercado imobiliário]).

No que diz respeito ao primeiro, verificou-se que a chegada de agentes econômicos associados a grandes capitais regionais, nacionais e transnacionais que operam no setor promoveu mudanças na organização das atividades comerciais e de serviços do ponto de vista técnico, organizacional e espacial.

As estratégias de localização de franquias de *fast-food* em Mossoró, assim como em outras cidades brasileiras, respondem a interesses econômicos hegemônicos, reorientados a partir de processos de centralização e concentração com reconcentração econômica³⁵ nas

³⁵ Em “espaços luminosos” “eleitos” no processo de difusão do meio-técnico científico informacional (SANTOS, 2008b).

últimas três décadas. Associadamente, interesses de natureza imobiliária e fundiária destas grandes empresas potencializaram fluxos e expandiram suas áreas de atuação para cidades fora de regiões metropolitanas, com importantes papéis e funções regionais, a exemplo de Mossoró, redimensionando a relação centro-periferia em diferentes escalas (SPOSITO, 2001a, 2001c).

Logo, ao se instalarem nas cidades, essas franquias de *fast-food* constituíram-se como novas formas comerciais dotadas de conteúdos “importados”, introduzindo novas práticas que impelem “a formação socioeconômica em direção a uma mudança estrutural [...]” (SANTOS, 2007, p. 201).

Além disso, reforçaram o papel polarizador da cidade, tanto em relação ao mercado consumidor regional, como pela sua situação geográfica, permitindo-a estabelecer relações com outros espaços urbanos de mesma e até de maior importância na escala da rede urbana (SPOSITO, 2001b).

Quanto ao segundo exemplo analisado, o de produção de moradias de alto padrão, verificou-se uma reorganização das estratégias de expansão do setor imobiliário privado que atualmente capitaneia a produção habitacional, sendo os espaços residenciais fechados um exemplo disto.

Essa nova lógica de produção do espaço urbano apresenta tendências à homogeneização dos “produtos imobiliários” e à manutenção de padrões históricos de localizações privilegiadas, reproduzindo e aprofundando as desigualdades socioespaciais e redefinindo os conteúdos das periferias das cidades (MELAZZO, 2013, 2014; SPOSITO; GÓES, 2013), mediante uma seletividade espacial e socioeconômica que acarreta uma especialização dos espaços (SANTOS, 2008a).

Reiteramos que esses processos precisam ser interpretados e compreendidos à luz da reestruturação urbana e das cidades, que complexificam e redefinem os papéis de intermediação que as cidades desempenham na rede urbana e as articulações que elas estabelecem em múltiplas escalas, alterando, também, as lógicas de estruturação do espaço urbano.

Referências

AMORIM, Wagner Vinicius. *A produção imobiliária e a reestruturação das cidades médias*: Londrina e Maringá/PR. (2015). 413f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2015.

ANDRADE, Nara; DORVILLÉ, Raphaella. Empresários mostram as vantagens de franquia no interior potiguar. *Sebrae*. 04/08/15. Disponível em: <http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/empresarios%E2%80%93mostram%E2%80%93as%E2%80%93vantagens%E2%80%93de%E2%80%93franquia%E2%80%93no%E2%80%93interior%E2%80%93potiguar>. Acesso em: 5/11/15.

BAUDRILLARD, Jean. *El sistema de los objetos*. México/D.F.: Siglo Veintiuno, 1969.
_____. *A sociedade de consumo*. 54ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRANDÃO, Carlos A. *Território e desenvolvimento*. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.

BEZERRA, Ilana Nogueira; SICHIERI, Rosely. Características e gastos com alimentação fora do domicílio. *Revista Saúde Pública*. Vol. 44, n. 2, abr. 2010, p.221-229.

CAMACHO, Vitor A. L. *Problematizando mudanças espaciais e temporais entre os censos dos anos de 2000 e 2010*: os mapas da exclusão/inclusão social de Presidente Prudente/SP. (2013) 91f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

CASTELLO BRANCO, Maria L. G. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S. *Cidades Médias*: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 245-271.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia/MG, v. 16, n. 30, p. 117-132, jun. 2004.

CORRÊA, Roberto L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidades médias*: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-34.

COSTA, Eduarda M. da. Cidades médias. Contributos para a sua definição. *Finisterra*. Lisboa, XXXVII, 74, p. 101-128, 2002.

COUTO, Edna Maria Jucá. *Redefinições espaciais do comércio em Mossoró – RN*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, 2011.

_____. *As cidades médias e suas múltiplas particularidades: produção e consumo do espaço urbano em Marília/SP e Mossoró/RN*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2016.

CRESCE mercado de franquias em Mossoró. *TCM, canal 10* [s.d.]. Disponível em: <http://portaltcm.com.br/canal10/cresce-mercado-de-franquias-em-mosso-ro/>. Acesso em: 5/11/15.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular. 2010. p. 101-283.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (ITAL). *Brasil Food Trends 2020*. São Paulo: FIESP; ITAL, 2010. 176p.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Condição pós-moderna*. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IWAKURA, Mariana. Interior é aposta para expansão do setor de franquias. *Folha de São Paulo*. 8/11/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/negocios/cn0811200903.htm>. Acesso em 7/11/15.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LIPIETZ, Alain. Una versión marxista de la renta del suelo urbano. In: PARDO, Maite Martínez (ed.). *Estudios sobre la renta del suelo*. Comunidad de Madrid, 1985. pp. 97-134.

MAIA, Doralice S.; SILVA, William R. da; WHITACKER, Arthur M. *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MELAZZO, Everaldo Santos. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 161-279.

_____. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *Mercator*. Fortaleza, v. 12, número especial (2). set. 2013. p. 29-40.

_____. Cidades médias e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais. In: *Anais do XIII Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio (RII)*. XIII RII, 2014, Salvador/BA.

MELLO, Roberta. Franchising aposta na interiorização para manter crescimento no país. *Jornal do Comércio (RS)*. 1/11/2013. Disponível em: <http://www.abf.com.br/franchising-aposta-na-interiorizacao-para-manter-crescimento-no-pais/>. Acesso em: 7/11/15.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <http://trabalho.gov.br/>.

MONTEIRO, Sandra. Modelo de negócio atrai empreendedores no interior. *Sebrae*. 05/06/2014. Disponível em: [http://www.rn.sebrae.com.br/noticia/modelo-de-negocio-atrai-empresenedores-no-interior/](http://www.rn.sebrae.com.br/noticia/modelo-de-negocio-atrai-empresendedores-no-interior/). Acesso em: 5/11/15.

MUNICÍPIO de Mossoró tem bom potencial de expansão. *Jornal De Fato*.

25/07/2013. Disponível em: <http://www.defato.com/noticias/22728/mosso-ro-tem-bom-potencial-de-expansao-apontam-investidores>. Acesso em: 5/11/15.

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre. *A expansão do mercado imobiliário em Mossoró: acumulação capitalista e o aprofundamento das contradições socioespaciais*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Jionaldo Pereira de. *O desafio da moradia: a reprodução da habitação popular no espaço urbano de Mossoró (RN) na vigência do Estatuto da Cidade (2001-2011) e suas questões socioespaciais*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil*. 1996. 180f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Rio Claro.

PORTO-SALES, Andréa Leandra. *A situação espacial de franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

POTIGUARES avançam como franquias. *Tribuna do Norte*. 23/2/14. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/potiguares-avancam-como-franquias/275130>. Acesso em: 5/11/15.

QUEIROZ, Rodrigo José de Gois. *Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró: uma investigação acerca das políticas de implantação da rede de esgotamento sanitário*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Mestrado acadêmico em Geografia. Fortaleza, 2012.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes. *Tudo pronto: o comer fora e o prazer reinventado (1970-2000)*. 2012. 259f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RIZZO FRANCHISE. *200 melhores mercados para franquias*. 2014. 34p.

RODRIGUES, Gizella. Interior do país é mercado promissor para franquias. *Agência Sebrae de notícias*. 9/2/2015. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Interior-do-pa%C3%ADs-%C3%A9-mercado-promissor-para-franquias>. Acesso em: 7/11/15.

SANFELIU, Carme B. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tiempos la globalización. In: SANFELIU, Carmen B.; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Universitat de Lleida, 2009, p. 21-40.

SANFELIU, Carmen B.; LLOP Josep. M. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, 15 de mayo de 2004, vol. VIII, n. 165, p. 1-24.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE); DATA POPULAR; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Dossiê Interior do Brasil: dimensionamento, características e oportunidades*. Abril, 2014. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/interior%20do%20brasil_completo.pdf. Acesso em: 7/11/15.

SILVA, Henrique Alves da. *Transformações do planejamento urbano em cidades de porte médio e em cidades médias brasileiras*. (2013). 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2013.

SILVA, Deivid Francisco. Cidades médias e consumo: uma análise a partir da crescente expansão do setor de franquias e o movimento de “interiorização” do capital. In: *Anais do XIII Seminário Internacional da RII*. Salvador, 2014. 16p.

SILVA, William Ribeiro da. Cidades médias, agentes econômicos e novos espaços de consumo. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (Eds.). *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias*. (Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias) Presidente Prudente/SP: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 241-254.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, Michele. *A diferenciação socioespacial em Mossoró-RN*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M.E. (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: UNESP, 2001a. pp. 235-253.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001b. pp. 609-643.

_____. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001c, 83-99.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente. 508p.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. Desafios para o estudo das cidades médias. *Anais do XI Seminário Internacional da RII - Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y*

Territorio. Mendoza. Trabajos completos. Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, p. 01-18, 2010a.

_____. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Org.). *Uma Geografia em movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b, p. 199-228.

_____. Centros e centralidades. In: FERNANDES, José Alberto R.; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: CEGOT, 2013, p. 45-59.

_____. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, Patrícia C.; LOPES, Diva F. (Org.). *Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão*. Salvador: Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2014, v. 1, p. 23-35.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade urbana, em cidades médias. In: SANFELIU, Carmen Bellet et al. (Eds.). *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias. (Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias)*. Presidente Prudente/SP: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. pp. 107-131.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nobel - FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

Internacionalização e interiorização da exploração e produção de petróleo em campos terrestres no Nordeste brasileiro

Jacob Binsztok³⁶

Introdução

O artigo representa a continuidade dos estudos referentes aos rebatimentos socioespaciais da cadeia produtiva de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na análise dos impactos da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e das transformações ocorridas nas áreas urbanas e rurais de Macaé, decorrentes da exploração de petróleo e gás *offshore* da Bacia de Campos, no Norte Fluminense.

A opção pelo acompanhamento do processo de internacionalização e interiorização da exploração de petróleo em campos terrestres maduros no litoral do Nordeste, bem como o ordenamento regional e ambiental dessa atividade, deve-se às recentes decisões da Petrobras em ampliar a disponibilidade desses ativos para pequenas e médias empresas, na medida em que essas áreas foram consideradas incompatíveis com a magnitude operacional da empresa, que pretende concentrar suas atividades nos campos *offshore* de maior rentabilidade localizados na camada do Pré-sal como estratégia para o enfrentamento da atual conjuntura recessiva da economia global e consequente redução de preços no mercado internacional do petróleo.

Estas pesquisas estão sendo realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Sistemas de Gestão Sustentáveis, respectivamente do Departamento de Geografia e da Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³⁶ O autor agradece a FAPERJ e ao CNPq pelos apoios as suas pesquisas.

1. Contextualizando

As recomendações aprovadas durante a Conferência do Clima (COP21), em Paris, em 2015, preconizaram a necessidade da redução dos combustíveis fósseis visando mitigar os efeitos da emissão de gás carbônico (CO₂) e consequente controle do aquecimento global. O evento obteve êxitos relativos, pois foram estabelecidas metas de diminuição de temperatura estimadas entre 1,5º e 2º até o final do século e consignados recursos no valor de 100 bilhões de dólares por ano entre 2020 e 2025 destinados ao fomento de atividades de transição para uma economia de baixo carbono. No entanto, os avanços conseguidos na COP21 precisam ser contextualizados, na medida em que previsões contidas no Relatório World Energy Outlook 2013 da Agência Internacional de Energia (IEA, 2013) ressaltam para 2035 o petróleo na forma de óleo e gás como responsável pelo suprimento de 50,5% da oferta de energia primária do globo. Segundo a fonte, em 2035, 76% da demanda de energia primária mundial será suprida por três matrizes energéticas: óleo, gás natural e carvão. No Brasil, de acordo com a Agência IEA, em 2035, o petróleo será responsável por 50,4% do suprimento total da demanda de energia primária, com 34,44% na forma de óleo e 16% na forma de gás.

O exame das informações contidas no *Balanço Energético Nacional 2014*, abaixo relacionadas, destaca as posições do petróleo com 39,44%, do gás natural com 13,5% e do carvão com 5,7%, destacando os três energéticos de origem fóssil, representando cerca de 58,64% da demanda de energia primária do país. Também, pode ser ressaltada a posição ocupada pela lenha, atingindo 8%, responsável por significativa parcela de emissão de CO₂ e consequente desmatamento em vastas regiões brasileiras. Assim, verificamos que 66,64% das fontes apontadas no *Balanço Energético Nacional* podem ser consideradas altamente poluentes, portanto em desacordo com as recomendações preconizadas pela COP21. A biomassa, mencionada como renovável, também não está isenta de riscos, na medida em que é fortemente concentradora de terras, eliminadora de cultivos alimentares e responsável por graves conflitos fundiários, envolvendo grandes corporações, movimentos populares camponeses, indígenas, quilombolas, entre outros.

Tabela 1
Balço Energético Nacional 2014.

Fontes	Participação (%)
Petróleo	39,44
Biomassa	15,7
Gás Natural	13,5
Hidro	11,5
Lenha	8,1
Carvão Mineral	5,7
Urânio	1,3
Outros	4,7

Fonte: Balço Energético Nacional 2014 – Relatório Síntese, ano base 2013 – Ministério de Minas e Energia, 2014 (<http://www.epe.gov.br>). Acesso em: 03/11/2016.

A exploração de petróleo e gás no país está representada por dois segmentos: o primeiro em campos terrestres (*onshore*) abrangendo 8.180 poços, concentrados no Rio Grande do Norte, com 3.890, Bahia com 1.600, Espírito Santo com 337, Ceará com 324 e outros com menor representatividade; o segundo, pelo *offshore*, onde destacamos cerca de 840 poços em atividade, com 554 poços no Rio de Janeiro, seguido do Rio Grande do Norte, com 83 poços.

A Figura 1 mostra as pequenas bacias terrestres de Sergipe/Alagoas, Recôncavo Baiano, Espírito Santo e Potiguar, consideradas maduras, com potencial petrolífero esgotado e sem atrativos para as grandes empresas. Cabe ressaltar que a bacia de Cumuruxatiba está proibida em caráter permanente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a exploração de petróleo.

No caso da exploração dos campos terrestres, objeto do estudo, em virtude de seus impactos ambientais e implicações regionais para cerca de 90 municípios nordestinos, verificamos que cerca de 50% dessas reservas encontram-se em plena maturidade e marginalidade econômica, em função do seu longo tempo de funcionamento e ausência de investimentos de recuperação.

Figura 1
Bacias sedimentares do Brasil



Fonte: ANP, 2010.

A definição de campos marginais, conforme a Portaria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) nº 279/03 é descrita da seguinte forma: campos marginais de petróleo são caracterizados por apresentarem uma produção máxima de 500 barris/dia, ou 15 mil barris/mês, cujas últimas previsões aprovadas pela ANP não ultrapassem esse limite. Para os campos marginais de gás natural ficou estabelecido o limite de 70 mil metros cúbicos diários de gás não associado, e cuja última previsão realizada pela ANP não ultrapasse o referido limite. Caso não exista infraestrutura até 10 quilômetros de distância para o escoamento da produção, o limite para o conceito de campos

marginais de gás natural passará para 150 mil m³ diários do produto não associado.

Com o objetivo de aprofundar e qualificar as questões referentes à marginalidade dos campos de petróleo, Ferreira (2009), com propriedade, acrescenta as seguintes questões econômicas:

- **Estratégia do concessionário:** os investimentos necessários para aumentar ou prolongar a produção não fazem parte dos planos do concessionário. Caso o operador tenha que optar entre dois campos, o de melhor economicidade será priorizado em detrimento do que apresenta rentabilidade inferior.
- **Exaustão econômica:** devido ao nível de maturidade econômica do campo, a curva de declínio torna-se irreversível. Assim, economicidade está sujeita as condições físicas e técnicas dos reservatórios. Logo, cada empreendimento apresenta um limite de exposição máxima em relação a investimentos.
- **Porte ou escala:** um projeto pode envolver reservas e produção reduzidas, reservas de gás ainda não desenvolvidas podendo apresentar problemas técnicos ou de escala.
- **Questões técnicas:** a manutenção das atividades de extração depende da assimilação de novas técnicas ou diferentes processos de produção que não motivam o concessionário na perspectiva econômica ou estratégica.
- **Bloqueios de infraestrutura:** os poços ficaram temporariamente abandonados, o equipamento e a infraestrutura de escoamento foram deteriorados. A infraestrutura de processamento de óleo cru pode estar obsoleta, o investimento para viabilizar sua adequação pode não ser economicamente viabilizado. O investimento e o tempo necessário para retomar a produção podem não ser econômicos ou não representar a melhor estratégia de reinício das atividades.
- **Comercialização do óleo:** o concessionário consegue produzir bem e economicamente, porém não consegue obter contratos visando à comercialização da produção.
- **Mercado:** o cenário mercadológico pode ser desfavorável por um longo período, inviabilizando a produção, fato comum

num nível global na exploração de petróleo, com sérias repercussões nas comunidades locais impossibilitadas de oferecer resistência às imposições ditadas pela lógica das grandes corporações nacionais e estrangeiras.

A revitalização de campos terrestres pode se constituir em um procedimento capaz de iniciar a reversão da clássica configuração territorial exógena constituída de enclaves de exploração e produção de petróleo e gás, provocando a denominada “maldição dos recursos naturais” que não contribuem para o desenvolvimento local das regiões produtoras, fato constatado por Pierre George e Yves Lacoste em seus clássicos trabalhos na década de 1960 e, recentemente, por Michael Ross (2015), mostrando o atual panorama da indústria do petróleo e gás no mundo.

2. Retrospecto histórico e contemporâneo do tema

Nessa etapa foram consultadas contribuições teóricas nacionais e internacionais dedicadas ao estudo dos desequilíbrios socioespaciais e formas de superação dos impasses, destacando-se Dollfus (1972), que ressalta a “tutela das áreas urbanas sobre as áreas rurais bem como a construção de rodovias seccionando comunidades tradicionais”. Essas constatações podem ser observadas quando verificamos os impactos que as estradas de serviços ocasionam na estrutura fundiária das propriedades rurais localizadas em área de exploração de petróleo terrestre no Nordeste, inviabilizando as atividades agropecuárias anteriormente praticadas pelos produtores locais.

Segundo Bauman (1999), na contemporaneidade o poder decisório dos acionistas das grandes corporações opera em detrimento dos interesses comunitários locais. Essa afirmativa pode ser percebida quando Ross (2015) menciona o fato de que a atual fronteira de exploração de petróleo incorpora países pobres da antiga União Soviética, como Uzbequistão, Azerbaijão e Turquemenistão, e da África Subsariana, como o Sudão, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Chade e Camarões, prevendo “a guerra de lugares” pela disputa das futuras locações das explorações petrolíferas, contrariando parcial-

mente a tese da terminalidade dos combustíveis fósseis anunciada por determinados círculos acadêmicos ambientalistas.

George (1969), investigando os impactos proporcionados pelos enclaves petrolíferos no Oriente Médio e norte da África, e Soja (1993) antecipando o fracionamento dos espaços decorrentes da reestruturação produtiva contemporânea, abrangendo tanto as economias centrais, quanto as periféricas. Santos (1997), Harvey (2007) e Lefebvre (1999) pesquisando a importância do Estado como indutor do crescimento e não do desenvolvimento, e paralelamente revelando os limites da regulação estatal em relação aos avanços das grandes corporações globais.

A contribuição de Ross (2015) é relevante, pois apresenta as estratégias utilizadas pelas empresas na disputa com as comunidades locais atingidas pela exploração do petróleo *onshore*, pois, no *offshore*, os impactos não alcançam da mesma forma as populações localizadas no continente. Assim, o pesquisador analisa os diferentes procedimentos adotados pelas petroleiras, relatando práticas como cooptação de lideranças, pagamento de suborno, assépticas operações nos enclaves produtores e estímulo ao fracionamento territorial visando o controle total das áreas selecionadas para a exploração dos recursos. Logo, as orientações preconizadas por Bauman (1999), particularmente no caso da exploração *onshore* precisam ser reavaliadas de forma crítica e convenientemente adequadas às especificidades socioeconômicas das comunidades locais.

Com cerca de 8.000 poços concentrados em áreas próximas do litoral nordestino, a exploração de petróleo *onshore* no país não apresenta as graves rupturas encontradas nos países da África e Oriente Médio, seguramente pela atuação da Petrobras, que, por intermédio de políticas compensatórias pontuais nos setores de Responsabilidade Civil e de Pesquisa & Desenvolvimento, mantém excelentes níveis de estabilidade nos campos de produção *onshore* e *offshore*.

No setor de Responsabilidade Civil destacamos o apoio da empresa a significativos projetos destinados à preservação, educação ambiental e cidadania proativa envolvendo universidades, organizações governamentais, instituições federais, estaduais e municipais. No setor de Pesquisa & Desenvolvimento, registramos a execução pela Petrobras do projeto “Agrofloresta: Sustento da Vida”, iniciado em 2003 nas cidades de Carmópolis e Japarutuba, Sergipe, objetivando a recuperação ambiental de

áreas degradadas pela exploração de petróleo na Fazenda Outeirinho, seguindo recomendações do agrônomo suíço Ernst Gotsch, conforme pesquisas de Trindade Neto (2003) e Formoso (2007).

O monopólio exercido pela Petrobras, além de permitir à empresa investir recursos em projetos compensatórios de Responsabilidade Civil e de Pesquisa & Desenvolvimento, possui forte apelo popular de cunho nacionalista e expressivo apoio de segmentos da sociedade brasileira, contribuindo para a estabilidade em um setor tradicionalmente marcado pela instabilidade ditada pelos interesses geopolíticos das corporações dedicadas à exploração de petróleo e gás em diferentes pontos do globo.

Concordamos com Ross (2015) na consistente crítica aos defensores da livre concorrência e dos limites das regulações estatais, ao afirmar que as petroleiras não competem entre si; logo a saída do monopólio estatal, por si só, não democratiza o mercado, que seria prontamente substituído pelo monopólio das corporações privadas nacionais e internacionais.

Contudo, a exploração *onshore* não está isenta de problemas decorrentes do descompasso entre o aumento dos passivos ambientais e a eventualidade das intervenções compensatórias de Responsabilidade Civil e de Pesquisa & Desenvolvimento. Como também, a ausência de iniciativas visando o fomento ao desenvolvimento local/regional dos municípios produtores, constitui o que Bernard Kayser (1968) denominou de “regiões deprimidas” e estagnadas em relação aos centros mais dinâmicos da economia do país. A solução para as “regiões deprimidas” seria obtida mediante intervenções governamentais similares à que ocorreu nos Estados Unidos na década de 1930, no Vale do Tennessee, sob o comando da Authority Valley Tennessee, privilegiando ações de acesso à terra e recuperação de áreas degradadas pelos antigos latifundiários escravocratas produtores de algodão.

Investigando a dinâmica das intervenções mitigadoras em áreas de mineração na Amazônia, Binsztok e Carneiro (2015) constataram a contínua expansão dos passivos ambientais e da persistente falta de integração local dos enclaves mineradores. Assim, os autores, inspirados por Harari (2015), mostraram que, com o decorrer do tempo, os passivos são transformados em despojos de complexa recuperação e

inviabilizando a permanência das comunidades localizadas no entorno desses empreendimentos.

As advertências precisam ser consideradas, no momento em que o governo federal pretende ampliar o processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1990, nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás nos campos terrestres. Esse procedimento pode agravar as atuais condições precárias das populações, que teriam que suportar os desinvestimentos da Petrobras, reduzindo consideravelmente a força de trabalho em municípios de baixa renda, camuflando políticas ditadas pela lógica do neoliberalismo, em sua máxima de privatizar lucros e socializar prejuízos. Harvey (2013), analisando a retomada de ciclos produtivos, registra o conceito de acumulação por espoliação, advertindo para uma nova escalada na destruição dos recursos naturais e mercantilização da natureza, em detrimento de terras comunais e comunidades tradicionais.

3. Pequenas e médias empresas na exploração de petróleo em campos terrestres: internacionalização e interiorização

A Tabela 2 apresenta as empresas componentes da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), fundada em 2007 com sedes no Rio de Janeiro e em Salvador, reunindo detentores de concessões de campos e seus aspirantes e, também, prestadores de serviço. Embora tenha como objetivos formais apoiar as iniciativas de geração de emprego e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas complementares ao trabalho das grandes corporações, verificamos, pelo exame das associadas, a presença de grandes conglomerados nacionais e estrangeiros ao lado de médias e pequenas, ressaltando a capacidade de mobilização desempenhada pela ABPIP na defesa dos interesses do setor privado na reestruturação produtiva da exploração e produção de gás em campos terrestres.

A entrada desses novos atores foi facilitada pela flexibilização das leis de monopólio, ocorrida em 1995, e também pela decisão da Petrobras em privilegiar a exploração em águas profundas e ultraprofundas, procurando campos de maior rentabilidade e relegando a segundo pla-

no a realização de investimentos na recuperação dos campos terrestres, reduzindo sensivelmente a participação desses campos, estimados em cerca de 160 mil barris por dia (bpd), de um total de 2 milhões e 500 bpd perfazendo a produção nacional de petróleo do país.

Tabela 2:
Empresas filiadas à Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP).

Empresa	Atuação	Sede
Alvopetro	Extração de petróleo na Bacia do Recôncavo e Tucano	Calgary/Canadá
Apolo Tubulars	Produção de tubos de aço	Lorena/São Paulo
Braserv Petróleo LTDA	Locação de sondas e equipamentos de suporte	Alagoinha/Bahia
Cemes Petróleo S.A.	Serviços e atividades de suporte	Contagem/Minas Gerais
Cowan Petróleo e Gás S.A.	Exploração e produção de petróleo e gás	Belo Horizonte/Minas Gerais, Namíbia
Global Participações em Energia S.A.	Distribuição de energia elétrica	Salvador\Bahia
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo	Exploração na Bacia do Espírito Santo e Solimões	Manaus/Amazonas
Hidrolog	Serviços de Perfilagem	Bauru/São Paulo
Parnaíba Gás Natural S.A.	Opera campos de gás na Bacia do Parnaíba	Rio de Janeiro
Partex Brasil LTDA	Equipamentos e produtos para pesquisa de petróleo	Recife/Pernambuco
Recôncavo E & P	Opera campos maduros no Recôncavo Baiano	Mata de São João/Bahia
Petrogal Brasil LTDA	Exploração de petróleo na Bacia de Santos	Rio de Janeiro
PetroSynergy	Exploração de petróleo na Bahia e Rio Grande do Norte	Rio de Janeiro
Queiroz Galvão S.A.	Opera em vários pontos do litoral brasileiro	Rio de Janeiro
Severo Villares Projetos e Construção	Serviços especializados de engenharia de construção	São Paulo
Schlumberger Serviços de Petróleo	Serviços de perfuração de poços	Rio de Janeiro
UTC Óleo e Gás	Exploração de blocos da Bacia Potiguar	Mossoró/RN

Fonte: Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP), 2015. Elaboração: Camila Faria e Jacob Binsztok.

Analisando a produção dos campos terrestres, destacamos a mudança ocorrida na liderança do número de poços, anteriormente ocupada pela Bahia, que atualmente possui 1.600, ultrapassada pelo Rio Grande do Norte, com 3.890, sinalizando uma posição relevante no processo de reestruturação produtiva, na medida em que o estado possui campos maduros *onshore* e também no *offshore*. Assim, na leitura da Tabela 2, verificamos o posicionamento da UTC Óleo & Gás S.A. que optou em sediar suas instalações em Mossoró, embora represente uma operadora de pequeno porte, e essa decisão pode ser considerada produto de uma lógica espacial antecipatória, com pretensões de obter futuras concessões e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras na exploração de campos maduros terrestres e marítimos.

Prosseguindo na análise da Tabela 2, constatamos que as empresas vinculadas à Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP) estão sediadas em diferentes pontos do país, inclusive, atuando no exterior, como a Cowan Petróleo & Gás S.A., na Namíbia e Alvipetro, com sede no Canadá.

A internacionalização é uma das condições fundamentais da reestruturação produtiva, segundo as orientações de Soja (1989) e Harvey (2007), não se restringindo aos casos da Cowan e da Alvipetro, abrangendo também a atuação da HRT & OG Exploração e Produção de Petróleo que, necessitando de recursos para operar projetos, transferiu 55% da empresa para a Rosneft Brasil, filial da estatal russa Rosneft que, dessa forma, obteve o controle total da exploração de hidrocarbonetos na bacia sedimentar do Solimões, Amazonas, reafirmando os estudos de Ross (2015) ao destacar que a exploração de petróleo e gás na contemporaneidade resulta de tensões e, sobretudo, de conciliações entre os interesses do Estado, das corporações nacionais e de *players* globais.

A Rosneft Brasil também atua inserida em uma lógica espacial antecipatória, pois pretende ampliar sua atuação na exploração e produção de petróleo e gás na Amazônia e estabelecer sinergias com a Rosneft Venezuela, cumprindo determinações geopolíticas preconizadas pela matriz russa.

A financeirização apontada como uma das características

básicas da expansão do desenvolvimento capitalista contemporâneo, conforme revelam Soja (1989) e Harvey (2007), está presente no processo de reestruturação produtiva, quando examinamos a composição acionária da PetroRecôncavo coligada à Recôncavo E & P, sediada na Bahia, no município de Mata de São João. Na composição acionária do grupo estão representados significativos conglomerados financeiros, como PetroSantander e Opportunity Holding FIP, e a prestadora de serviços Empresa Brasileira de Perfurações, que está pretendendo ingressar no setor de exploração e produção.

Tendo em vista os exemplos descritos, podemos afirmar que o monopólio exercido pela Petrobras não se configurou como obstáculo à expansão do segmento privado nas atividades de exploração *onshore* e não interferiu nas articulações realizadas pelas empresas visando sua internacionalização e financeirização, ou seja, o setor construiu oportunidades rentáveis e, talvez, uma “cabeça de ponte” para novos negócios, visando à ampliação das concessões de campos maduros terrestres e, no futuro, participar da aquisição de ativos *offshore* maduros.

A atuação da Petrobras limitou-se a exercer um papel na seletividade dos ativos, abandonando campos *onshore* de baixa rentabilidade, portanto, incompatíveis com a magnitude de suas operações e colocando esses investimentos à disposição da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que efetivamente inicia o processo de reestruturação produtiva do segmento no país.

A concepção divulgada pela grande mídia, destacando as corporações privadas como isentas de ingerências políticas, não se justifica, em virtude do predomínio de um sistema de alianças dirigido pela tecnoburocracia, de cunho estamental, que migra constantemente entre o público e o privado.

Os movimentos da reestruturação produtiva registram as clássicas contradições e desigualdades promovidas pela dinâmica capitalista. De um lado, percebemos as exitosas articulações entre empresas e atores de ponta da internacionalização e financeirização do país; de outro, notamos a reduzida interiorização das atividades decisórias, comprometendo o desenvolvimento regio-

nal desejado pelas comunidades locais, embora sempre enunciado nos discursos privados e oficiais, está rigorosamente ausente das intervenções concebidas pelas lideranças dos respectivos setores.

A capacidade de organização dos atores não está restrita à atuação da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP), pois em 2007, em Salvador, foi fundada a Associação de Pequenos Produtores de Petróleo em Campos Marginais (APPOM), reunindo empresas com o objetivo de defender interesses dos empreendedores dedicados à exploração e produção de ativos, que devido à sua rentabilidade econômica não são compatíveis com a estrutura das grandes operadoras. A APPOM é constituída pelas empresas abaixo relacionadas (Tabela 3):

Tabela 3
Empresas filiadas à Associação de Pequenos Produtores de Petróleo em Campos Maduros (APPOM)

Empresa	Atuação	Sede
Alvorada Petróleo S.A.	Exploração de petróleo	Belo Horizonte
A.R.G. Óleo e Gás	Exploração de petróleo	Belo Horizonte
EGESA Engenharia S.A.	Exploração de petróleo	Belo Horizonte
Egepel	Exploração de petróleo	Belo Horizonte
Consórcio Panergy	Exploração de petróleo	Salvador
C. Foster Serviços e Equipamentos Eletrônicos LTDA	Equipamentos e componentes eletrônicos	Rio de Janeiro
Imetame Energia LTDA	Exploração de petróleo	Belo Horizonte
New Primiun	Tecnologia de petróleo e gás	Belo Horizonte
PetroRecôncavo S.A.	Exploração de petróleo	São João da Mata/ Bahia
Real Engenharia S.A.	Construção civil	Belo Horizonte
Severo & Villares Projeto e Construção LTDA	Construção civil	São Paulo
W. Washington Empreendimentos & Participação LTDA	Consultoria	São Paulo

Fonte: APPOM, 2016. Elaborado por: Jacob Binzstok e Camila Faria.

Comparando as informações das Tabelas 2 e 3 constatamos que as empresas vinculadas à Associação dos Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP) apresentam maior relevância econômica e atua-

ção internacionalizada, ao contrário das reunidas pela Associação de Pequenos Produtores de Petróleo em Campos Marginais (APPOM), de menor porte, e expressivo número de associados com sede em Belo Horizonte, revelando uma das centralidades construídas pelo *onshore* no Sudeste brasileiro.

A referida centralidade precisa ser investigada, contudo o fato de Belo Horizonte se constituir em um importante polo de difusão da construção civil justifique a decisão de empreendedores do setor em investir na exploração de petróleo e gás no Nordeste brasileiro. A questão que deve ser explicitada refere-se à natureza do movimento empresarial em direção ao *onshore*, voluntário ditado pela lógica do mercado ou planejado por lideranças decididas a ocupar espaço no segmento. A segunda hipótese nos parece mais factível, em virtude das características cartoriais do desenvolvimento capitalista brasileiro, onde a modernização conservadora convive em harmonia com movimentos pretensamente liberalizantes que, periodicamente, são ofertados como soluções mágicas para o enfrentamento do secular atraso econômico brasileiro.

O relacionamento entre as associações aparentemente não apresenta dificuldades, pois o secretário-geral da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP) ocupa o cargo de presidente da Associação de Pequenos Produtores de Petróleo em Campos Marginais (APPOM) alternando presença entre o Rio de Janeiro e Salvador. Esse relacionamento também pode ser constatado quando observamos que pelo menos duas empresas participam de ambas, como a Severo & Villares e a PetroRecôncavo, uma das líderes do setor, com seu representante ocupando, atualmente, a presidência da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP).

A presença da Redepetro Bahia também deve ser destacada, embora não vinculada às associações, reúne fornecedores locais como: Odebrecht Ambiental, Serventec, PWR Mission, Tecfibra e Translogitics, entre outras. A Redepetro, fundada no mesmo período das associações, está presente ainda nos estados do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, abrangendo, integralmente, o *onshore*, mobilizando pequenos e microempresários

para a divulgação de notícias e realização de palestras de interesse para a cadeia produtiva de óleo e gás.

A articulação da Redepetro com o processo de reestruturação produtiva pode ser percebida pelas interações da rede com as atividades do SEBRAE, instituição de âmbito nacional dedicada à difusão de políticas e práticas neoliberais para o pequeno e microempresário, que realizam suas atividades em ambiente capitalista concorrencial e marcado pela precarização, flexibilização e terceirização da força de trabalho, presentes também nas corporações, embora, neste caso, regidas pela lógica dos monopólios.

Estabelecendo uma rota não pautada, exclusivamente, pela reestruturação produtiva, a ANP e a Petrobras, mediante parcerias com instituições universitárias públicas e privadas, contribuíram para a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos e para a elaboração de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&DI). Nesse particular, cabe ressaltar a iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que fundaram, em 2004, a Associação Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás (ABPG), com sede em Natal/RN, objetivando construir interações entre a comunidade científica, o poder público e o setor produtivo. A ABPG promove encontros bianuais com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre outras instituições nacionais e internacionais, editando, trimestralmente, pela mídia eletrônica o *Brazilian Journal Of Petroleum and Gas* (BJPG). Também, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) está desenvolvendo pesquisas na área do desenvolvimento regional, investigando a participação de rendas geradas pelo petróleo na dinâmica do mercado imobiliário da cidade de Mossoró/RN.

O conhecimento gerado pelas universidades se constitui em importante acervo cognitivo, devendo ser incorporado, inclusive, em suas manifestações críticas, visando estabelecer um contraponto com as novas demandas exigidas pelo processo de reestruturação produtiva nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás.

Considerações finais

A política para exploração de petróleo e gás no país está pautada pela abertura de novas fronteiras, representada pelo Pré-sal localizado em águas profundas e ultraprofundas. A opção contrasta com a tendência global que, paralelamente à incorporação de novas fronteiras, também consegue obter aproximadamente 47% da produção proveniente de campos maduros, mostrando o sucesso das técnicas de revitalização e contingenciamento dos reservatórios terrestres e marítimos.

A decisão pelas novas fronteiras adotada pela Petrobras justifica-se pela necessidade de obter receitas de ativos rentáveis e a conveniência em gerar recursos para novos e onerosos empreendimentos. Esse procedimento resultou no abandono de um grande número de campos terrestres de baixo rendimento, localizados nas bacias sedimentares dos estados do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, formando grandes passivos ambientais e “regiões deprimidas”, agravando problemas econômicos e sociais de municípios dependentes da exploração e produção de petróleo e gás.

Com objetivo de mitigar impactos e passivos ambientais, recomenda-se que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e a Petrobras, em parceria com prefeituras, instituições estaduais e da sociedade civil, fomente iniciativas similares a Carmópolis, Sergipe, onde o projeto “Agrofloresta: Semeando a Vida”, executado pela empresa estatal implantou um processo de recuperação de áreas degradadas, envolvendo comunidades camponesas locais na sustentabilidade de trechos da Mata Atlântica. A prioridade pela Mata Atlântica se justifica, pois o bioma apresentou o mais elevado nível de degradação florestal do país.

Além de proporcionar a manutenção da biodiversidade, a iniciativa permitiu que as famílias envolvidas no projeto tivessem aumento de renda, mediante o manejo integrado e comercialização das inúmeras espécies vegetais existentes no experimento, possibilitando, ainda, a elaboração de conexões entre a agricultura e a Mata Atlântica.

A atuação das organizações de produtores, das redes de apoio e das universidades apresentou uma dinâmica, em grande parte, des-

tinada ao atendimento das externalidades, principalmente no que se refere às atividades da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP). No entanto, em função do grande acervo cognitivo acumulado por essas instituições, as vantagens à externalidade poderão ser mitigadas com a incorporação de pautas privilegiando a interiorização e conseqüente fomento ao desenvolvimento regional das áreas de exploração e produção de petróleo e gás do litoral Nordeste brasileiro.

Bibliografia

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. Relatório World Energy Outlook 2013 da Agência Internacional de Energia (IEA), 2013.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE PETRÓLEO. Portaria ANP n° 279/03. Disponível em: <http://www.liquigas.com.br/wps/wcm/connect/794328004bd74508981fde04fba782ca/PORTARIA+ANP+N%C2%BA+297.pdf?MOD=AJPERES>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE PETRÓLEO (ABPIP). Disponível em: <http://www.abpip.com.br/> Acesso em: junho de 2016.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE PETRÓLEO EM CAMPOS MADUROS (APPOM). Disponível em: <http://www.redepetrobahia.org.br/home.php?page=apresentacao> Acesso em: junho de 2016.

BACOCOLI, Giuseppe. *O dia do dragão: ciência, arte e realidade no mundo do petróleo*. Rio de Janeiro/RJ: Sinergia, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 1999.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte – PA. Revista *Nera*. Presidente Prudente/SP, ano 18, n. 28, Edição especial, 2015, p. 92-105.

DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA, Doneivan Fernandes. *Produção de petróleo e gás natural no Brasil – desafios e oportunidades em produção de petróleo e gás em campos maduros*. Doneivan F. Ferreira (Org.). Campinas/SP: Komedi, 2009.

FORMOSO, Silvia Cupertino. Recuperação de áreas degradadas através de Sistemas Agroflorestais: a experiência do projeto “Agrofloresta: Sustento da Vida”. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Ambiental. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Rio Claro/SP, 2007.

GALDINO, C. A. B. Passivo ambiental das organizações: uma abordagem teórica sobre a avaliação de custos e danos ambientais no setor de exploração de

petróleo. *XII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)*. Curitiba/PR, 2003.

GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*. São Paulo: Difel, 1978.

GOTSH, E. *O renascer da agricultura*. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS.PTA). Rio de Janeiro/RJ, 1995.

HARARI, Y. N. *Sapiens: a história breve da humanidade*. Porto Alegre/RS: Editora L&PM, 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2013.

KAYSER, B.; GUGLIELMO, R; GEORGE, P. *Geografia ativa – Saber atual*. São Paulo: Difel, 1968.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel, 1966.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Balanço Energético Nacional 2014 – Relatório Síntese, ano base 2013 – Ministério de Minas e Energia, 2014*. Disponível em <http://www.epe.gov.br> Acesso em: junho de 2016.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Orgs.) *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

NOVAES, Ricardo Célio Sesma. *Campos maduros e áreas de acumulação natural de petróleo e gás natural: uma análise da atividade econômica no Recôncavo Baiano*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

ROSS, Michael. *A maldição do petróleo*. Porto Alegre: CDG, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS JR., Anabal. *Produção de petróleo e gás natural em campos com acumulação marginal no Brasil*. Uma visão pragmática. Dissertação de mestrado em Regulação da Indústria de Energia. Universidade de Salvador. Salvador/BA, 2006.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria sociocrítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 1993.

TRINIDADE NETO, I. Q. *Reintegrando a floresta à natureza humana – um estudo sobre conservação florestal em consórcio com agricultura e produção de petróleo*. Carmópolis/Japarutuba, Sergipe. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe/SE, 2003.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Configurações espaciais produtivas: mudanças e permanências na região do baixo Jaguaribe (CE)¹

Edilson Pereira Júnior

Introdução

O presente capítulo objetiva analisar os recortes regionais como produto e condicionante de novos processos produtivos, mas também como elementos de resistência de atividades econômicas tradicionais. A escolha empírica destaca a região do Baixo Jaguaribe, localizada na porção leste do Estado do Ceará, na fronteira com o Estado do Rio Grande do Norte, onde é possível investigar algumas dinâmicas da indústria de transformação.

Entendemos que a organização da geografia industrial nessa região pode ser trabalhada por aquilo que chamamos de configurações espaciais produtivas, que representam o funcionamento específico de certo processo de produção e seu rebatimento territorial. A materialização das mesmas se pauta em parâmetros que podem ser definidos a partir de diversas características, entre elas, a origem e dimensão dos capitais industriais instalados, o alcance dos circuitos espaciais da produção dos ramos produtivos envolvidos, o papel do Estado na efetivação dos empreendimentos, as relações de trabalho utilizadas nas fábricas/oficinas e as formas espaciais específicas das aglomerações produtivas (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Todas essas características, em combinação entre si e com a região, tendem a gerar um conjunto de economias ou deseconomias associadas à própria aglomeração, marcadas por uma atmosfera industrial que produz superfícies, áreas, eixos ou pontos, entre outros, definindo uma concentração em termos de dinâmica espacial dos processos produtivos.

¹ Outras versões deste texto já foram publicadas em anos anteriores (PEREIRA JÚNIOR, 2010, 2012). As mesmas serviram para que recebêssemos contribuições e fizéssemos algumas revisões do trabalho, que incluíram cortes e adições, resultando nesta versão final. Agradecemos aos colegas que colaboraram com sugestões e nos responsabilizamos por eventuais erros ou omissões que tenham permanecido.

Essas configurações espaciais produtivas têm como característica a relação estabelecida entre proximidade e descontinuidade geográfica (GAY, 1995; PIRES DO RIO, 2012), que demarca as divisões entre sistemas políticos regulatórios, vantagens competitivas, propostas de governança, ação de agentes econômicos etc., sendo a verdadeira responsável pela delimitação dos diferentes recortes espaciais consolidados pelas atividades industriais. De igual maneira, articulam diferentes escalas, manifestando a interdependência dos agentes envolvidos no processo e os fluxos por eles desencadeados.

Seriam exemplos os complexos industriais, os sistemas industriais localizados, os tecnopolos, as zonas industriais, os eixos industriais, os condomínios industriais, entre outros, onde estão materializadas as relações institucionais (interempresariais, estatais etc.)² e a infraestrutura como princípios de orientação geográfica para promover a eficiência e a constituição de um quadro de coordenação produtiva.

A atividade industrial, tradicionalmente, se constituiu como uma das principais condicionantes de expansão e organização do espaço, assim como estabelece uma relação de mão dupla com o mesmo, ora aproveitando inúmeras vantagens da aglomeração de pessoas e serviços, ora estimulando a montagem de infraestrutura e a circulação de bens e informações. Atualmente, cada vez mais submetida a uma difusa rede de relações territoriais que integram pessoas, mercadorias e capital, a indústria incorpora mudanças diretamente vinculadas tanto à engenharia produtiva como à abrangência espacial de seu mercado consumidor. Tais alterações engendram transformações quantitativas e qualitativas, atingindo a distribuição de estabelecimentos em regiões de forte tradição produtiva ou em áreas anteriormente consideradas periféricas.

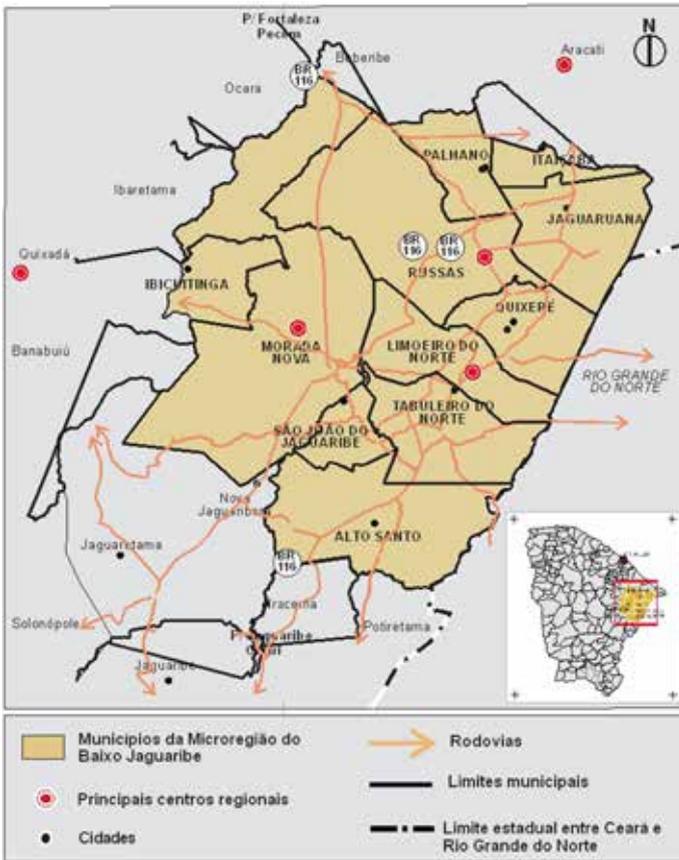
Como consequência, antigas regiões industrializadas atravessam importantes modificações ou experimentam declínio, enquanto outras sem tradição fabril adotam um projeto de acumulação pautado na valorização da produção local, ou na atração de investimentos externos, consolidando políticas econômicas focadas em ações públicas e na reestruturação territorial e urbana como estratégia de dinamização produtiva.

O recorte empírico do Baixo Jaguaribe, formado por dez muni-

² Para uma classificação mais detalhada e maior aprofundamento sobre o assunto, ver Finatti (2017).

cípios³ (Cartograma 1), manifesta o jogo de ambivalências apresentadas pelos processos em destaque. Configura-se como um dos mais dinâmicos no âmbito das transformações sociais e econômicas sentidas pelo Ceará na atualidade, principalmente devido aos serviços urbanos e à penetração de grupos investidores ligados ao agronegócio da fruticultura e a outros processos produtivos.

Cartograma 1
Região do Baixo Jaguaribe, Ceará – divisão municipal



Fonte: Baixo Jaguaribe - Plano de Desenvolvimento Regional. Governo do Estado do Ceará, 2003. Adaptado pelo autor.

³ Consideramos a região a partir do recorte estabelecido pelo IBGE, a definir a Microrregião do Baixo Jaguaribe/CE, formada pelos municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Russas e Tabuleiro do Norte, que estão entre 150 e 250 quilômetros de Fortaleza.

Os elementos que garantem uma reestruturação produtiva e territorial do Baixo Jaguaribe nas duas últimas décadas estão diretamente ligados às políticas econômicas implementadas pelos governos estaduais do Ceará, que, primando pela aplicação técnica no desenvolvimento da agricultura, consolidaram sistemas de objetos de armazenamento/transporte/abastecimento d'água, ampliaram a infraestrutura de transportes e comunicação e estimularam o dinamismo do comércio e dos serviços regionais (ELIAS, 2002a; ELIAS, 2002b; ELIAS e PEQUENO, 2013). Da mesma forma, garantiram a instalação de novas empresas ligadas à indústria de transformação, por decorrência de programas de atração de investimentos e de interiorização de estabelecimentos industriais. Como resultado, ampliou-se a fluidez das ações e dos objetos, acelerando também as mudanças que se processam na economia urbana.

São as sedes dos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova que melhor expressam o impacto sofrido pelas mudanças, revelando que tais cidades, mesmo não desempenhando as maiores polaridades da rede urbana cearense, se configuram como importantes centros econômicos no Baixo Jaguaribe. Desse modo, são os “lócus” da gestão, circulação e consumo das riquezas produzidas.

No âmbito da indústria de transformação, foco deste capítulo, identificamos na região duas configurações espaciais produtivas bem definidas, quais sejam: 1) a zona industrial formada pela instalação de investimentos do gênero de calçados; e 2) os sistemas industriais localizados (REIS, 1992; PECQUER, 1993; COURLET, 1993). São configurações que representam uma organização espacial da produção no Baixo Jaguaribe, revelando um exemplo do complexo jogo de interesses manifestados por diferentes agentes e suas múltiplas intencionalidades e escalas.

Assim, as transformações e permanências da atividade econômica em destaque são tributárias das configurações espaciais produtivas predominantes na região, representadas pelos novos investimentos na produção de calçados e pela permanência de sistemas industriais localizados ligados à produção de cerâmica vermelha, à confecção de redes de dormir e à pequena metalurgia. Elas tendem a definir o tipo de capital investido nas cidades, o alcance da produção maquinofatureira, a geração de emprego e renda, as formas espaciais erguidas em

função da melhor fluidez produtiva e os impactos socioespaciais da mobilidade de produtos e de pessoas.

Na medida em que apresentam padrões tradicionais ou expressam mudanças econômicas e produtivas, também indicam o conjunto de articulações definidas em função das relações de submissão, centralidade e comando do Baixo Jaguaribe face ao Ceará e ao Brasil. Através da convivência entre as duas configurações espaciais produtivas citadas, a própria região confronta ritmos e valores socioespaciais diferenciados, remetendo às suas principais cidades uma reestruturação urbana, ora marcada pela resistência do tempo lento da sociabilidade tradicional, ora influenciada pelas imposições das racionalidades modernas.

O artigo é composto por essa introdução e outros itens que vão tratar das temáticas já citadas, com destaque para as discussões sobre a zona industrial como resultado do padrão fordista de produção de calçados e sobre a resistência dos sistemas industriais localizados, quando o debate, finalmente, será conduzido às considerações finais.

1. A zona industrial como resultado do padrão fordista de produção de calçados

Uma das configurações espaciais produtivas no Baixo Jaguaribe é representada pelos investimentos na indústria de calçados, que estabelece amplo fluxo de bens e de capital e emprega milhares de trabalhadores em linhas de produção com padrão de base, simultaneamente, fordista e flexibilizada. São investimentos que estão associados à fase da atividade produtiva do Nordeste brasileiro, que se iniciou nos anos de 1990 e vinculouse, sobretudo, à transferência de fábricas de outras partes do país para a região.

Como resultado desse movimento, algumas empresas de calçados procuraram os estados nordestinos e instalaram suas unidades de produção nas capitais ou nas cidades do interior, interessadas, principalmente, na oferta de força de trabalho a baixo custo, nos benefícios fiscais e na maior possibilidade de flexibilizarem a produção e as relações de trabalho. Para isso, foram articulados interesses políticos e econômicos locais com a capacidade adquirida pelos capitais

produtivos de acelerar os movimentos por meio de novas tecnologias de informação. Isso fez da relação nacional/regional/local um sistema integrado em rede, capaz de servir aos interesses hegemônicos de acumulação de lucros em curto prazo.

Os capitais atraídos introduziram em cidades médias e pequenas uma atividade produtiva caracterizada pela aceleração do tempo da fábrica, materializada em zonas de produção formadas a partir da instalação de uma ou mais unidades. Essas zonas industriais são, portanto, a forma espacial de uma organização pautada numa produção estandardizada, que reúnem fábricas de grande porte e geram centenas ou milhares de empregos formais em áreas onde predominavam a agricultura de subsistência e o comércio e serviços ligados ao *círculo inferior da economia urbana* (SANTOS, 1979).

Para se conceber tais zonas é preciso que o Estado, em seus mais diversos níveis, defina uma técnica de zoneamento a fim de estabelecer condições adequadas de localização das atividades produtivas no espaço urbano regional. No entanto, apesar do termo ser utilizado amplamente pelo planejamento urbano como uma noção desenvolvida para uso instrumental (FINATTI, 2017), é preciso levar em conta que “não se pode adquirir um bom conhecimento do fenômeno zona industrial limitando-se somente aos aspectos urbanísticos dos problemas colocados em escala intra-urbana” (FISCHER, 2008, p. 53). Mesmo que os objetivos gerais do zoneamento sejam a regulamentação de características e dimensões da fábrica em relação ao terreno e à morfologia da cidade, a “significação relativa à zona industrial muda de modo considerável a partir do momento que ela é realocada no quadro mais geral dos problemas de planificação e ordenamento” (FISCHER, 2008, p. 54), deixando de ser uma “simples técnica de urbanismo” para se tornar “um instrumento privilegiado de certas estratégias econômicas e espaciais” (FISCHER, 2008, p. 54).

Assim, é também uma expressão de uma vontade de planificação das atividades econômicas e produtivas e de um ordenamento espacial concebido em muitas escalas, onde se destacam os impactos sobre a cidade e a região. São atingidos por essas estratégias, diferentes agentes, entre os quais poderíamos destacar a empresa, a coletividade

local, o Estado, entre outros, cujos objetivos são múltiplos e nem sempre concordantes (FISCHER, 2008).

Portanto, a zona industrial, em sua transescalaridade, pode ser vista tanto como um recorte pontual na cidade, onde o Estado assume parte dos gastos provocados pela criação de equipamentos diversos e de serviços comuns para a instalação de uma ou mais empresas, como por um meio utilizado pelo poder público para reforçar o potencial econômico e as funções centrais de um determinado espaço, reestruturando as relações com a coletividade local e também com as mais diversas parcelas do espaço que agora passam a responder pelo funcionamento das dinâmicas ali materializadas.

Para o caso do Baixo Jaguaribe, a análise do Grupo Dakota Calçados é representativa. Desde 1998 ele se instalou no município de Russas e de lá comanda uma rede de relações entre empresas e trabalhadores que atinge toda a região, na qual a flexibilização territorial e produtiva se instala ao lado da maximização da produção com base em ganhos obtidos em escala.

A Dakota⁴ corresponde a um dos mais importantes grupos empresariais produtores de calçados no Brasil e seus produtos estão entre os mais difundidos pelo mercado nacional. A empresa nasceu quando empreendedores gaúchos, em dezembro de 1976, fundaram a Calçados Rubelo, no município de Nova Petrópolis/RS. Depois de garantir fusão com outra empresa gaúcha, a Sussa Calçados, definiu sua inserção no mercado calçadista, se especializando na produção de calçados femininos e infantis, com uso quase exclusivo do couro como matéria-prima para a fabricação dos seus produtos.

Atualmente, são quatro empresas que formam o conglomerado: a Dakota S.A., que mantém duas unidades no Estado do Rio Grande do Sul (municípios de Nova Petrópolis e Sarandi); a Dakota Nordeste S.A., com três unidades no Estado do Ceará (municípios de Russas, Maranguape e Iguatu); a Dakota Calçados S.A., com duas unidades no Estado de Sergipe (municípios de Simão Dias e Poço Verde); e a Mississipi Indústria de Calçados S.A., que possui uma unidade tam-

⁴ O conjunto de informações sobre a empresa Dakota utilizado para a elaboração deste texto foi obtido em alguns trabalhos de campo realizados nas próprias fábricas no Ceará, em diferentes momentos, desde 2010 até 2017. Isso implica que mudanças podem ter ocorrido entre o período citado e a data de publicação deste livro.

bém no Estado do Ceará (município de Quixadá). Totaliza 16 mil trabalhadores responsáveis por uma produção de 90 mil pares de calçados por dia. Desse total, 5% são exportados para cerca de 50 países⁵.

Quando iniciou seu processo de disjunção funcional da produção (FISCHER, 1994), no ano de 1995, o Estado do Ceará foi imediatamente selecionado para a instalação de uma fábrica no município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em 1998, foram montadas duas outras unidades, uma no município de Iguatu (centro-sul cearense) e outra em Russas, no Baixo Jaguaribe. A última planta aberta no Ceará foi a do município de Quixadá, em 2006, na região central do estado.

O maior destaque entre as unidades produtivas de todo o grupo empresarial é aquela instalada no município de Russas, que faz parte de nosso recorte espacial. Ela se tornou a mais importante planta industrial da Dakota no país, entre outros motivos: 1) por agregar o maior número de funcionários (cerca de 2,5 mil)⁶; 2) por realizar uma grande produção voltada para o mercado nacional e internacional; 3) por fabricar componentes para todas as outras empresas do Ceará; e 4) por assumir a posição de matriz das demais unidades nordestinas, treinando lideranças para outras empresas subsidiárias⁷.

Segundo os diretores mais antigos a trabalharem na empresa, nos primeiros dois anos de funcionamento a Dakota de Russas reunia apenas 300 funcionários e se encontrava instalada num galpão alugado, só adquirindo sua atual estrutura no ano de 2000. Desde então, ocorreram mudanças importantes. Em 2017, a empresa apresentava uma planta de 30 mil metros quadrados, disposta num terreno de 207,1 mil m². A produção total é de 18 mil pares de sapatos e 27 mil pares de sandálias por dia. Sua produção de componentes⁸ também é expressiva: todos os solados consumidos pelas unidades do Nordeste saem dessa

⁵ As exportações da Dakota, segundo o gerente industrial da empresa entrevistado no ano de 2017, ocorrem pelo aeroporto de Guarulhos/SP e pelos portos de Pecém/CE, de Salvador/BA e de Santos/SP.

⁶ Esse número já chegou a 4.000, mas em consequência de um programa de aperfeiçoamento de tecnologia e de reengenharia de produção intitulado "Ideias e Resultados", implantado a partir de 2015, a unidade de Russas reduziu parte significativa do total de funcionários.

⁷ Constatou-se, em entrevista, que o atual diretor da fábrica em Iguatu já tinha sido funcionário da unidade de Russas.

⁸ Solados, forros, tiras, adesivos, palmilhas, fitas, enfeites, saltos etc.

fábrica. Ela abastece a própria demanda da unidade de Russas e a das demais plantas industriais, estas últimas através de caminhões fretados que circulam com muita frequência para os municípios de Quixadá, Maranguape e Iguatu. Todas as razões elencadas reforçam a centralidade do estabelecimento de Russas, que se afirma como o nó principal de uma rede que conecta a estrutura produtiva estadual.

A unidade encontra-se ainda em um eixo de rápida conexão (BR-116) com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e o Aeroporto Internacional Pinto Martins, localizados na RMF. Isso confere à fábrica mais vantagens para a aquisição de matérias-primas e exportação do produto final, reduzindo os custos de exportação, principalmente para os Estados Unidos e a Europa.

Também é a fábrica que mantém as relações mais frequentes com a matriz do Rio Grande do Sul. Segundo funcionários do almoxarifado da fábrica de Russas, além dos fluxos de informações, que são constantes e em tempo real, chegam desse estado principalmente couro, produtos sintéticos e espumas. A compra é toda informatizada e a quantidade de insumos e componentes é detalhadamente calculada por computador em Nova Petrópolis/RS, para evitar estoque de material.

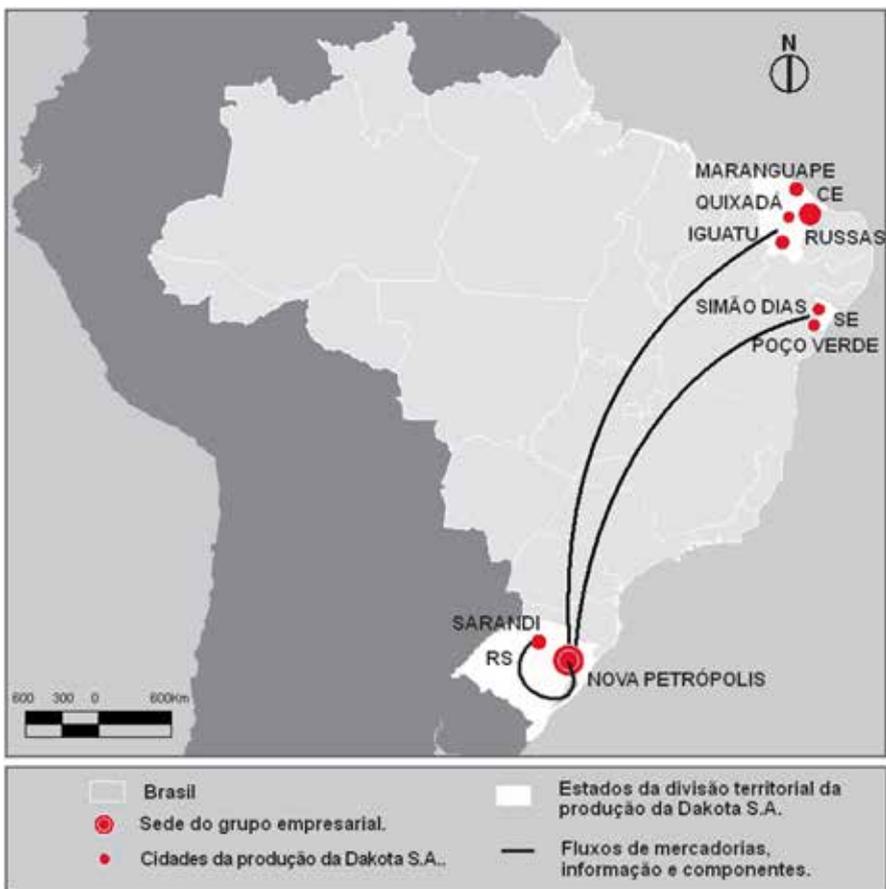
A Dakota não transferiu para a unidade de Russas mais do que suas atividades de montagem e produção desqualificadas. Ela mantém na sua matriz de Nova Petrópolis/RS o controle financeiro e administrativo, e de lá também envia as ordens para a fabricação de produtos através de complexo sistema tecnológico que permite programar e revisar modelos por meio da Internet.

Esse conjunto de fluxos e interações no espaço busca movimentar um processo produtivo dentro da fábrica, ainda marcado por características de uma produção verticalizada, em que as etapas são amplas e encadeadas. No entanto, novas estratégias organizacionais que incorporam certas medidas flexíveis de produção e trabalho também devem ser consideradas. O mecanismo tradicional de funcionamento de uma produção taylorista/fordista ganha ares de renovação com a implantação de novos sistemas organizacionais de trabalho.

Opera-se, desse modo, com base em sistemas de controle de qualidade considerando as inovações impostas pelo *Just in time* (CORIAT, 1994). Também é importante saber o quanto esse mecanismo organiza-

cional de produção articula diferentes escalas geográficas, na medida em que os pedidos de clientes são feitos junto à matriz no Rio Grande do Sul e ela transmite as ordens definidoras das metas de produtividade. Assim, a partir das demandas da sede de Nova Petrópolis, os pedidos chegam ao Departamento de Programação da unidade de Russas, que controla o ritmo da produção. Suas funções são: 1) receber e organizar a encomenda; 2) enviar informações acerca da quantidade e do tempo necessário para a produção; 3) controlar o ritmo da esteira, sobretudo para garantir o atendimento ao cliente na quantidade e no tempo exigido; e 4) realizar a expedição do produto.

Cartograma 2
Divisão geral da gestão e produção do Grupo Dakota Calçados



Fonte: Departamento de expedição da Dakota. Elaboração do autor.

O ritmo frenético da produção da fábrica reorganiza a lógica da cidade e da região, dinamizando a economia urbana através do aumento da renda da população e do consumo consumptivo⁹ (SANTOS, 1999), ao mesmo tempo em que insere novos padrões de velocidade ao tempo lento da sociabilidade tradicional. Assim, os mais distintos fluxos transformam Russas num ponto central de onde parte um feixe variado de relações a atingir outros municípios do Baixo Jaguaribe. O Cartograma 3 ilustra isso para o caso dos empregos formais gerados pela empresa Dakota.

São veículos, pessoas e informações que articulam múltiplas escalas. O tempo da fábrica reconfigura o movimento da vida e os horários de entrada e saída de funcionários da grande planta industrial dita os ritmos da pequena cidade, sobretudo ao fazê-la exercer mais influência econômica na região do que o seu tamanho parece demonstrar. Assim, na cidade de cerca de 46 mil habitantes em 2017 (IBGE, 2017), que já apresentava relativa centralidade regional no Baixo Jaguaribe antes da chegada do investimento calçadista, é possível perceber, com a ampliação também dos equipamentos e das formas de consumo¹⁰, um crescente aumento da influência de Russas sobre as cidades próximas.

Não só os bairros da cidade, mas os demais municípios e distritos do Baixo Jaguaribe são diretamente atingidos, compondo ampliada malha cada vez mais influenciada pelos impactos de uma economia industrial. Amplia-se o fluxo pendular de trabalhadores, sobretudo através da mobilidade de uma população ativa para o trabalho, vinda dos mais variados distritos e de municípios da região, mas também oriunda de várias partes do Ceará ou do Estado do Rio Grande do Norte.

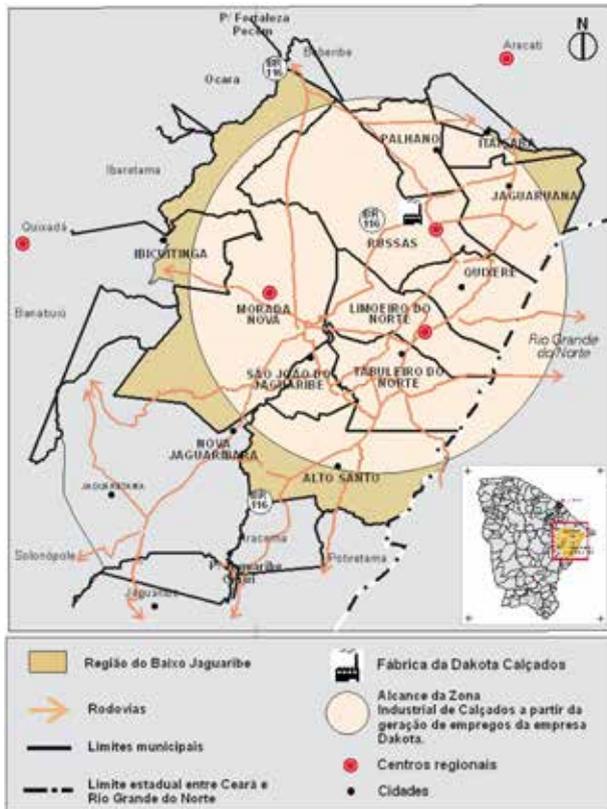
As mudanças na paisagem também são significativas. Além da grande planta a reunir cerca de 2.500 trabalhadores que chegam e saem diariamente, uma nova disposição de *fixos* e de *fluxos* impõe a diversidade das *formas* e das *funções* (SANTOS, 1999) no espaço urbano, que passa a ser mais condicionado pela disciplina do tempo da fábrica.

⁹ São inúmeros lojistas, trabalhadores do comércio e até consumidores que, ao serem entrevistados, relacionaram o aumento do poder de consumo da população de Russas à instalação da empresa Dakota, sobretudo a partir da expansão do emprego formal.

¹⁰ De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre os anos de 1993 e 2015, o número de estabelecimentos comerciais e de serviços em Russas cresceu em 532 estabelecimentos, ou seja, 656,5% (passou de 81 para 613), enquanto o número de empregos formais, no mesmo setor, avançou 359%, isto é, 4.140 empregados (passou de 1.153 para 5.293).

O maior movimento de trabalhadores dá-se no âmbito do município e da região. No município, é traduzido a partir de um fluxo diário, conduzido por ônibus, motos, automóveis e bicicletas que atendem os mais diversos bairros e distritos. Os ônibus são ofertados por uma empresa subcontratada¹¹ que disponibiliza 24 rotas diárias, a maioria delas contemplando a própria cidade de Russas, mas também outros distritos, tais como São José, Peixe, São João de Deus e Flores, todos no mesmo município.

Cartograma 3
Alcance da zona industrial de calçados na região do Baixo Jaguaribe segundo a geração de empregos formais da empresa Dakota



Fonte: pesquisa direta realizada na Dakota. Base cartográfica: adaptada de Baixo Jaguaribe – plano de desenvolvimento regional. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2003. Elaboração do autor.

¹¹ Informações obtidas em entrevista com o proprietário da empresa Viação Russana, que disponibiliza o transporte de funcionários da Dakota.

Para a região, à exceção dos municípios de Palhano e Jaguaruana, que apresentam rotas diárias e regulares, outros municípios importantes como Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, principalmente, disponibilizam um contingente de trabalhadores que impactam sobre o consumo urbano e movimentam o mercado imobiliário de Russas, sobretudo o de aluguéis, em função da maior demanda por habitação para operários¹². É comum os trabalhadores alugarem casas na cidade e dividirem o uso de seus cômodos, destacadamente no período da noite, quando estão dispensados do trabalho e precisam descansar. Eles dormem principalmente em redes, permitindo que casas de quatro a seis cômodos possam comportar entre 10 e 15 pessoas em dias de funcionamento da empresa¹³.

Desse modo, a chegada da Dakota S.A. em Russas promove reorganização no padrão tradicional de acumulação econômica regional, mas também nos laços quotidianos que tradicionalmente articularam a composição social e política do Baixo Jaguaribe. A região agora está inserida numa dinâmica que alcança uma dimensão escalar muito mais ampla, como demonstram os novos agentes e padrões produtivos inseridos pela empresa. São transformações que apontam para uma cada vez maior destituição de características de uma *solidariedade orgânica*, em benefício da inserção de várias formas de expansão dos valores de uma *solidariedade organizacional* (SANTOS, 1999).

A manipulação regional face aos interesses exógenos, no entanto, não é completa. Elementos de resistência no âmbito da própria atividade industrial persistem, como pode ser visto a partir do item a seguir.

¹² Sobre o assunto, ver a dissertação de mestrado de João Vítor Oliveira de Alencar (ALENCAR, 2014).

¹³ Informações obtidas em visitas às casas dos trabalhadores, em 2016, quando foi possível constatar que os mesmos costumam dormir em redes, geralmente duas pessoas por cômodo, entre segunda e sexta-feira. Nos fins de semana se deslocam com frequência para outros municípios.

2. A resistência dos sistemas industriais localizados

Na região do Baixo Jaguaribe também é possível encontrar outras importantes atividades industriais, em especial aquelas demarcadas pelos gêneros de confecção de redes de dormir (em Jaguaruana), as oficinas e pequenas metalurgias (em Tabuleiro do Norte) e a fabricação de telhas (em Russas, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Alto Santo). Correspondem a uma configuração espacial produtiva que agrega empresas de capital local, com padrão tecnológico variado, de funcionamento irregular¹⁴ e com reduzida ajuda de políticas de modernização administrativa e técnica.

Acreditamos que ela contempla um padrão que denominamos sistemas industriais localizados (REIS, 1992; PECQUER, 1993; COURLET, 1993), que reforçam a resistência regional. Apresenta-se de maneira diferente daquela produzida pela atividade industrial da qual a Dakota faz parte, em que as etapas do processo produtivo são amplamente racionalizadas e a força de trabalho não se efetiva sem uma irrestrita proletarização.

Por sistemas industriais localizados, entendemos uma configuração regional ou local de empresas concentradas em torno de um ou vários gêneros industriais. Segundo Courlet (1993), eles operam com base em relações de produção e de trabalho peculiares e estão diretamente relacionados aos padrões locais de acumulação, estabelecidos através de articulações entre a produção industrial e a vida local. Como esses sistemas não apresentam iguais feições nos diversos lugares onde se materializam, é difícil enrijecer o conceito que os explica, ficando a apreensão do seu conteúdo muito mais vinculada à ideia de crescimento produtivo difuso, com feições próprias e condições socioeconômicas relacionadas aos modelos locais predominantes de acumulação. Seria o que Reis (1992, p. 55) chama de

um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido simultaneamente por: a) condições industriais próprias; b) formas de representação

¹⁴ Boa parte das empresas, nos três sistemas citados, deixa de produzir em alguns meses do ano.

coletiva; c) condições sócio-econômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominantes.

Um dos aspectos importantes da organização em pauta é sua capacidade de reproduzir valores sociais e produtivos tradicionais. Na região do Baixo Jaguaribe destacam-se os três sistemas citados. Vejamos suas características:

a) O sistema industrial localizado de confecção de redes de dormir¹⁵

A origem da produção de redes de dormir no Baixo Jaguaribe é herança da cultura indígena na região. O processo de confecção sempre foi uma tarefa exclusiva das mulheres, que dominavam o saber técnico e o transmitiam para suas filhas como tradição familiar, reservando aos homens apenas os trabalhos complementares. Com a expansão da produção têxtil, a partir da década de 1930, o homem passou a controlar todo o processo produtivo, transformando a fabricação simples e artesanal numa atividade comercial, voltada para o mercado local.

O município de Jaguaruana centralizou esse processo, reunindo, por muitas décadas, uma produção obtida a partir do trabalho realizado em pequenas unidades familiares, geralmente residenciais, marcadas pela utilização de instrumentos rudimentares como o “tear de três panos”, que permitia o entrelaçamento de dois conjuntos de fios para a produção de um tecido sem o uso de técnicas mais complexas.

Na década de 1950, com a ampla utilização do “tear grande” ou “batelão”, instrumento de tecer de madeira responsável pela “tapação” do tecido, em que a inserção do fio de trama na urdidura se dá por lançadeiras¹⁶, a produção ganhou caráter definitivamente comercial e assumiu ares de uma atividade manufatureira de importância para o município, sendo comandada principalmente por arte-

¹⁵ As informações utilizadas para a elaboração deste texto foram obtidas através de entrevistas com os pequenos empresários a produtores e trabalhadores locais, realizadas até o ano de 2014. Isto implica que mudanças podem ter ocorrido entre o ano citado e a data de publicação deste capítulo.

¹⁶ A urdidura é formada por um conjunto de fios tensos e a trama é um fio que passa por esse último sucessivamente, de um lado para o outro, realizando a tecelagem.

sãos locais. A maior capacidade produtiva do “batelão”, que permite uma confecção de até 20 redes por dia, deu aos produtores expansiva penetração no mercado regional, garantindo à Jaguaruana uma especialização no gênero têxtil e de confecções.

Ao ampliar sua produção, o município passou a atender à demanda da cidade de Fortaleza e de outros estados do Nordeste e do Norte do país, a exemplo de Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A partir da década de 1980, com a chegada do “tear elétrico”, a produção assumiu definitivamente um modelo aperfeiçoado e a técnica artesanal, gradativamente, foi substituída por um sistema produtivo em escala, organizado em pequenas fábricas.

Desde então, o trabalho têxtil incorporou um ritmo mais dinâmico, preso a jornadas diárias mais longas em galpões distribuídos pela sede do município. Os proprietários das fábricas ampliaram seu controle sobre os trabalhadores locais, definindo uma disciplina mais efetiva sobre o tempo de trabalho e a produtividade, nem sempre tão respeitadas. Criou-se o ambiente propício para a formação de um sistema industrial localizado de relativa importância, com participação de investidores locais, comercializando a produção para o mercado nacional e internacional¹⁷.

A partir de 1985, o período de maior destaque da fabricação e do consumo, a quantidade de peças produzidas por mês chegou a mais de 20 mil unidades, compreendendo um esquema de produção que envolvia desde bordadeiras, artesãos, costureiras e operários das fábricas têxteis. Na segunda metade da década de 1990, a produção de redes entrou em crise, provocada, entre outros fatores, por baixa rentabilidade associada ao aumento da concorrência¹⁸. Também o despreparo financeiro e administrativo dos empresários e a incapacidade de reação às oscilações do mercado nacional contribuíram para o aumento das perdas. Dos 300 estabe-

¹⁷ “Fabricávamos quase exclusivamente para Alemanha, França e Portugal. Enviávamos para a Europa uma média de três mil redes por mês”. Entrevista com José Pinheiro Júnior, produtor local (Artesãos mantêm produção de rede em Jaguaruana, 2012).

¹⁸ Os principais concorrentes dos produtores de Jaguaruana estão em São Bento, na Paraíba, que conseguiram incorporar inovações técnicas e comerciais, ampliando seu mercado consumidor no Brasil e no exterior.

lecimentos que fabricavam redes em 1985, restam 200, sendo que a maioria é formada por pequenos produtores que trabalham no fundo do quintal ou nos cômodos da casa, ou seja, sem uma maior qualificação técnica ou produtiva.

Em 2014, a maioria das empresas negocia sua produção com compradores na Região Metropolitana de Fortaleza ou se submete aos interesses de atravessadores, o que tende a ampliar as formas de endividamento. Como informam os principais produtores entrevistados, a exceção fica por conta de 12 empresas, que, por possuírem certa autonomia, ainda negociam sua produção diretamente com os vendedores finais do produto.

b) O sistema industrial localizado das pequenas metalurgias¹⁹

O circuito produtivo metal mecânico tem pouca tradição no Ceará. O contexto estadual para o gênero é o de iniciativas localizadas, marcadas por um saber técnico regionalmente tecido, de modesto quadro tecnológico e operacional, geralmente de origem familiar. No Baixo Jaguaribe, tais características despontaram no município de Tabuleiro do Norte, que oportunizou a criação de um processo produtivo voltado para os serviços mecânicos de veículos de carga.

Inicialmente, o município destacou-se por reunir oficinas que apenas concertavam e adaptavam peças e equipamentos para caminhões e carretas, mas com o aperfeiçoamento dos saberes técnicos, o que eram apenas oficinas tornaram-se metalúrgicas, e inúmeras unidades passaram a produzir peças para máquinas e veículos. Na primeira metade da década de 1980, as principais metalúrgicas prosperaram e aperfeiçoaram seu padrão produtivo, negociando a produção de peças para vários municípios.

O predomínio do trabalho doméstico e artesanal é a grande característica dessas pequenas empresas, que mesmo crescendo em quantidade, resistem em incorporar tecnologia e padrões operacionais difundidos por centros técnicos especializados,

¹⁹ Informações obtidas através de entrevistas com gestores públicos, mecânicos e metalúrgicos de Tabuleiro do Norte, realizadas no ano de 2014.

como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)²⁰.

Até 2014, existiam cerca de 30 pequenas metalúrgicas, com média de dez funcionários cada, movimentando um circuito de produção, venda e consumo associado à mecânica em geral, que atendem todas as demandas da região do Baixo Jaguaribe e de outros municípios do estado. Como informaram os produtores entrevistados, as metalúrgicas produzem diversas mercadorias e com o desenvolvimento das atividades ampliaram sua capacidade produtiva para além das peças para veículos, fabricando ferragens para transformadores elétricos, máquinas e equipamentos para a produção de cerâmica vermelha, ferramentas de uso na atividade agrícola, bombas de sucção, tubos e outros materiais produzidos sob encomenda.

No entanto, a especialização profissional ainda se apresenta reduzida, principalmente no que diz respeito à aplicação de algumas tecnologias e aos procedimentos do trabalho técnico. Isso fica evidente quando se circula pela cidade, onde é comum encontrar inúmeras oficinas instaladas em galpões provisórios, sem qualquer indicação da atividade ali realizada. Distribuídas principalmente pelas ruas do centro, mesmo assim elas expressam a tendência da dinamização produtiva local, resistindo a transformações econômicas presentes no município e na região.

c) O sistema industrial localizado de cerâmica vermelha²¹

No Baixo Jaguaribe, a produção ceramista tem contribuído desde muitas décadas com o crescimento econômico, ao lado de outras atividades importantes, como a extração de cera de car-

²⁰ O IFCE de Tabuleiro do Norte apresenta três cursos técnicos, quais sejam: Manutenção Automotiva, Soldagem, e Petróleo e Gás. Eles foram criados no intuito de atender às demandas desse sistema industrial localizado. No entanto, como informaram alguns entrevistados, os proprietários das metalúrgicas resistem à incorporação de técnicas difundidas pelo instituto, o que provavelmente tende a mudar para os casos nos quais os filhos dos empreendedores assumirem o controle das empresas.

²¹ Informações obtidas através do relatório *A produção de cerâmica vermelha na região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará*, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2014) e de entrevistas com o presidente do SINDICERÂMICA, a produtores e a trabalhadores das cerâmicas de Russas, realizadas no ano de 2014.

naúba e, posteriormente, a fruticultura. Seu desenvolvimento, entretanto, ocorreu no início dos anos de 1980, quando as políticas habitacionais do governo federal, sob o comando do Banco Nacional de Habitação (BNH), estimularam a construção de habitações mais estruturadas nos municípios da região, e as casas de taipa passaram a ser substituídas pelas de alvenaria, aumentando a demanda por tijolos e telhas.

Diante do contexto, multiplicou-se a produção ceramista na região, com destaque para os municípios localizados às margens dos rios Jaguaribe, Banabuiu e Quixeré, que concentram mais estabelecimentos e abastecem a crescente demanda. O resultado foi a consolidação de um importante sistema industrial localizado, responsável pela dinamização da economia, com consequências positivas para o mercado de trabalho e o comércio nas cidades.

Os municípios que concentram o maior número de estabelecimentos são Russas (96), Alto Santo (9), Quixeré (9) e Limoeiro do Norte (8), mas também é possível encontrar plantas de produção em Palhano (6), Jaguaruana (5), Tabuleiro do Norte (2), Itaiçaba (2), São João do Jaguaribe (2) e Morada Nova (1). Ao todo, oficialmente, são 140 unidades de produção por toda a região. As telhas, tijolos e outros (lajes volterranas, lajotas, blocos cerâmicos e cobogós) são os três grupos que caracterizam a produção regional (64.353 milheiros mensais), mas a telha é de longe o produto mais fabricado, correspondendo a 86% do total (DNPM, 2014).

É preciso considerar que esses dados oficiais estão longe de corresponder ao total de estabelecimentos em funcionamento e a produção integral na região. Devido à peculiaridade do gênero cerâmico, que demanda procedimentos de extração de argila de difícil legalização e recruta considerável número de trabalhadores em grande rotação, o total de estabelecimentos a funcionar e a produção costumam ser três ou quatro vezes maior que o anunciado pelas estatísticas de órgãos de pesquisa²².

²² “O total de cerâmicas funcionando e de empregos que elas geram é três ou quatro vezes maior do que aponta os dados do governo.” Entrevista a produtor ceramista feita em março de 2014.

O município de Russas é o de maior produção na região e, além de reunir a maior quantidade de estabelecimentos (o equivalente a 68,5%), concentra os produtores mais antigos, apresentando, igualmente, as empresas mais estruturadas. Os primeiros estabelecimentos surgiram das antigas olarias localizadas às margens do rio Jaguaribe e do riacho Arahibu (no entorno da cidade de Russas), mas também na localidade de Ingá, a 4km do distrito-sede.

Aos poucos, ganharam expressão escoando a produção para Fortaleza e para outros estados do Nordeste, com destaque para a Bahia. A boa margem de rentabilidade de algumas empresas fez expandir a atividade para outras áreas, a exemplo do distrito russense de Flores, que concentra 18 estabelecimentos, e de algumas localidades próximas às sedes de Quixeré, Limoeiro do Norte e Alto Santo, entre outros.

A proximidade dos rios se faz essencial para o gênero ceramista, pois entre as matérias-primas necessárias para a produção de telhas e tijolos, a argila se apresenta como a de maior custo. Essa característica justifica a dificuldade encontrada por muitas áreas da região Nordeste para se firmarem como grandes produtoras. Para competir com o sistema industrial localizado do Baixo Jaguaribe é preciso ter as condições aluviais apropriadas que permitam que a qualidade do solo se traduza em diminuição dos custos de produção.

Desde 2004, a produção de cerâmicas vermelhas em Russas passou a ser atendida pelos programas federais e estaduais de apoio ao produtor local no Ceará. Em especial, houve a tentativa de introduzir novas técnicas e tecnologias com o objetivo de melhorar a produtividade e diminuir o forte impacto ambiental do uso não planejado da lenha e da argila. O problema é a pequena adesão dos estabelecimentos aos programas. De um total de cerca de 96 empresas em funcionamento no município, apenas 19 estiveram envolvidas nos programas, o que confirma que a maioria das unidades produtivas ainda é representada por empreendimentos com precárias condições de produção, distribuição e venda do produto. De maneira geral, uma estrutura desse porte recruta tra-

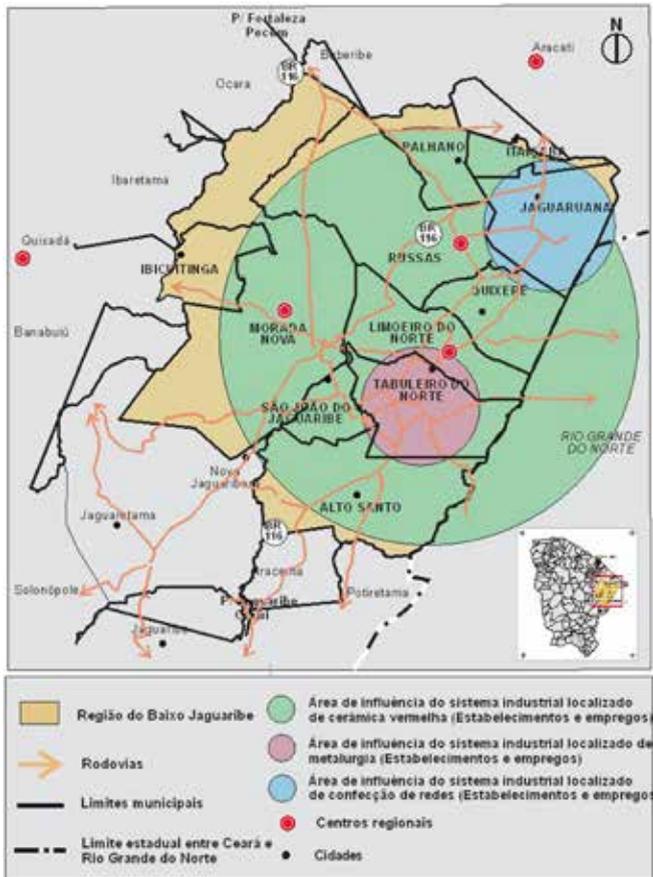
balho barato, precário e não formal, o que dificulta uma melhor geração de renda e de qualidade de emprego para os trabalhadores envolvidos.

Em termos gerais, constatou-se que o sistema industrial localizado ceramista do Baixo Jaguaribe diminui sobremaneira as suas margens de rentabilidade nos últimos anos, o que acarreta falência ou paralisação temporária de muitos estabelecimentos. Entretanto, apesar do pequeno poder empreendedor dos empresários locais, da desqualificação dos funcionários e da baixa tecnologia utilizada na produção, o gênero tende a preservar as maiores empresas, em virtude, principalmente, da penetração de seus produtos nos mercados mais exigentes do Nordeste.

Os três sistemas industriais localizados apresentam fatores de resistência da indústria tradicional na região. Destacam-se a partir de uma matriz regional de produção que abrange um sistema de pequenas empresas (ver Cartograma 4), reúne principalmente atividades artesanais e de serviços não especializados, combina padrões de acumulação que mesclam trabalho assalariado com trabalho doméstico – este último transmitido por antigas gerações – e recebem pouco ou nenhum apoio institucional, diferentemente do modelo consolidado pela produção calçadista corporativa, que não se materializaria sem um conjunto de políticas de apoio. Em contrapartida, teimam e resistem, mesmo experimentando realidades contraditórias, como crise e prosperidade, precariedade e dinamização produtiva, instabilidade comercial e maior inserção em mercados competitivos. É símbolo de contradição, característica da expansão das atividades econômicas produtivas sem o devido planejamento regional, e isso está cada vez mais consolidado na realidade do Baixo Jaguaribe.

Cartograma 4

Área de influência dos sistemas industriais localizados na região do Baixo Jaguaribe, segundo a distribuição dos estabelecimentos e localização dos empregos gerados



Fonte: Trabalho de campo. Projeto cartográfico: Adaptado de Baixo Jaguaribe - plano de desenvolvimento regional. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2003. Elaboração do autor.

Considerações finais

Nos estudos sobre as relações transescalares a articularem a região e as dinâmicas hegemônicas da economia, o movimento do mundo, como aponta Santos (1999), não pode ser visto senão como um conjunto de possibilidades. A efetivação de ações ditas modernizadas só se dará diante das oportunidades oferecidas pelas regiões, pois

são elas que oferecem ao mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Assim, para se tornar espaço, o mundo também depende das virtualidades representadas pelas dinâmicas regionais (SANTOS, 1999). Elas, no entanto, não se dão sem contradição. Nem todas as intencionalidades de agentes hegemônicos encontram correspondentes na região e, quando isso ocorre, um jogo de articulação/fragmentação e inclusão/exclusão se materializa.

No Baixo Jaguaribe, essa manifestação é evidente a partir das diferenças crescentes dentro de um importante setor da economia regional, o da indústria de transformação. A despeito da tentativa de generalização de um modelo de produção estandardizado, marcado pela racionalização da produção, do tempo de trabalho e da vida cotidiana nos municípios da região, encabeçado pela fabricação de calçados, temos a resistência e a permanência de sistemas industriais localizados, que utilizam da tradição local para impor atividades de combinação específica de processos históricos regionais.

O resultado desse movimento é a formação de um conjunto de relações socioespaciais delineado pelas diferenças multidimensionais e transescalares da realidade geográfica, marcado pela contradição na organização do espaço industrial. É um movimento que abrange todos os componentes responsáveis pela reestruturação da região, reunindo os mais recentes valores evidenciados pela alteração de certos elementos, mas preservando alguns antigos padrões, resultando na concomitância de diferentes configurações espaciais produtivas.

Por fim, a região do Baixo Jaguaribe vai sentir os efeitos da própria condição de existência do desenvolvimento das forças industriais na modernidade, um ordenamento que remete à organização espacial um acúmulo crescente de objetos e velocidades, mas, em contrapartida, produz uma realidade marcada pelo abrangente crescimento das contradições econômicas e sociais.

Referências

ALENCAR, João Vitor Oliveira de. A indústria e o urbano: o papel da Dakota Nordeste S/A em Russas no Ceará. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2014. Dissertação de mestrado.

Artesãos mantêm produção de rede em Jaguaruana. *Diário do Nordeste*, Caderno Regional, 16 de dezembro de 2012.

BATTIAU, M. Essai de typologie des régions anciennement industrialisées. In: *Revue Belge de Géographie*. 116^{ème} année, 1992. p. 67 a 74.

CARNEIRO, Fernando Macedo. *Indústria têxtil e crescimento econômico: uma abordagem geográfica da evolução, estrutura e dinâmica da aglomeração produtiva de redes de dormir de Jaguaruana/Ceará*. São Paulo: UNESP Rio Claro/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. Tese de doutorado.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

COURLET, Claude. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). *Ensaços FEE*. Porto Alegre. Volume 01. Número 14. 1993, p. 09 a 25.

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). *A produção de cerâmica vermelha na região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará*. Lavra, beneficiamento, industrialização e meio ambiente. Fortaleza: Gráfica LCR, 2014.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise. *O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE*. Fortaleza: Funece, 2002a (p. 281-355).

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002b (p.12-36);

ELIAS, Denise; PEQUENO, Luis Renato Bezerra (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB/ETENE, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. *Mercator*. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, mai./ago. 2013.

FINATTI, Rodolfo. *Agglomerações industriais no Brasil: uso do território e transformações recentes*. São Paulo: Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo (USP), 2017. Tese de doutorado.

FISCHER, A. Zonas industriais e estratégias econômicas e espaciais. In: FIRKOWSKI, O. L. C.; SPOSITO, E. S. *Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

FISCHER, A. *Industrie et espace géographique*. Paris: Masson, 1994.

GAY, Jean-Christophe. *Les discontinuités spatiales*. Paris: Economica, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Baixo Jaguaribe – plano de desenvolvimento regional. Fortaleza: Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-global – dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidades – Russas. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/russas/panorama>. Acesso em janeiro de 2018.

- MÉNDEZ, R.; CARAVACA, I. *Organización industrial y territorio*. Madrid: Síntesis, 1996.
- MOUHOUD, E. M. *Mondialisation et délocalisation des entreprises*. Paris: Éditions La Découvert, 2008.
- PECQUER, Bernard. Sistemas industriais localizados – O exemplo francês. *Ensaio FEE*. Porto Alegre. Volume 01. Número 14. 1993, p. 26 a 48.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Velhos modelos produtivos e reestruturação fordista na indústria, Baixo Jaguaribe, Ceará. In: *Mercator*. Fortaleza. Volume 09. Número 18, p. 53 a 70, jan./abr. 2010.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. São Paulo: Editora da Unesp/Selo Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em <http://www.culturaacademica.com.br/>.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. In: *Mercator*. Fortaleza, Volume 14, Número 4, Número Especial, p. 63-81, dez. 2015.
- PIRES DO RIO, Gisela A. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. In: CASTRO, Iná Elias et alli. *Olhares geográficos – modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- REIS, José. *Os espaços da indústria – a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *A natureza do espaço*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mônica (Organizadoras). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Edusp, 2006, p. 19-26.
- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). *Geografia Humana – sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 215-247.
- VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Édition revue et augmentée. Paris: Éditions Gallimard, 2008.

Da política à rede política territorial

Carlos Alberto Franco da Silva

Introdução

Na análise científica, a interpretação da realidade nos coloca diante de conceitos e categorias. Mas os conceitos são sempre possibilidades de interpretação, nunca podem ser confundidos com a realidade concreta. Os conceitos resultam de valoração dada pelo investigador a partir de seus interesses ideológicos, religiosos, geográficos, políticos. Os conceitos não são inocentes; estão a serviço de uma verdade a ser legitimada. Por isso os conceitos estão quase sempre em confronto com outras valorações conceituais. Na obra *Sobre a Verdade e Mentira no Sentido Extra Moral* (1873), Nietzsche já alertava para a possibilidade das verdades conceituais se revelarem não verdades: “E se a condição da verdade fosse a mesma da mentira?” Para ele, a questão dos valores das verdades era mais importante do que a questão das certezas. Por isso, os conceitos são apenas vontade de verdade que quer se afirmar como poder capaz de interpretar a realidade ou mascará-la.

Assim assumida a dimensão rizomática e político-ideológica do conceito, este artigo parte da formulação teórica de rede política territorial concebida por Ivaldo Lima (2005). A objetivação de Lima foi o ponto de partida para o artigo, mas não o ponto de chegada, já que apontamos uma leitura fortemente apoiada em filósofos. Além disso, entende-se rede política como categoria de análise do conceito de território. A busca de uma verdade para a categoria de rede política territorial também não se coloca aqui neste texto. O objetivo básico é abrir possibilidades de revelar valores que circulam em redes e que contribuem para diversas formações discursivas legitimadoras das transformações socioprodutivas pelas quais tem passado o território brasileiro, sobretudo no âmbito do avanço do agronegócio e das di-

versas formas de resistências contra-hegemônicas. Para tanto, um caminho se apresenta como norteador. De início, partimos do sentido de política e das categorias que lhe são centrais, tais como interesse, estratégias, conflito e poder. Isso posto, anuncia-se o poder como fenômeno inerente à política. Em direção à Geografia, o texto lembra a importância das redes e do território como elementos intrínsecos à política. Por fim, assume-se uma definição de rede política territorial e destacam-se alguns princípios para sua operacionalização. No final, faz-se pequena análise do agronegócio nos termos de uma rede política territorial.

1. Da política à rede política territorial

A palavra política é de origem grega: *ta politika*, vinda de *polis*, uma comunidade organizada e formada por cidadãos. Na obra *Política*, Aristóteles afirma que “o homem, por natureza, é um animal político” (isto é, destinado a viver em sociedade). Há uma tendência natural em todos os homens a tal associação (2007, p. 56-7). A política, de acordo com Aristóteles, era o cenário em que se decidia o poder e a autoridade na figura do governante (p.12). Nesse cenário, a política era também o sentido de união entre os desiguais.

Para Maquiavel, política é a arte de governar conflitos entre quem quer dominar e os que não desejam ser governados. Desse modo, Maquiavel, em 1513, colocou o conflito na base da política pela primeira vez em sua obra-prima *O Príncipe*. Assim, cabe à política mediar conflitos sociais.

Já Hobbes (2008), na sua obra *O Leviatã*, de 1651, relacionou política à necessidade de um poder absoluto para eliminar os conflitos sociais existentes. Tal poder é constituído a partir da vontade de indivíduos livres e iguais e de comum acordo, ou seja, do consenso.

John Locke (1632-1704) afirmava que os homens se juntam em sociedades políticas e se submetem a um governo com o interesse de conservarem suas propriedades. Daí também surge um contrato que constitui o Estado, de modo a garantir a realidade individualista da sociedade burguesa (2009).

No século XVIII, Jean Jacques Rousseau (1973) sinalizava para

outro sentido da política. Para ele, a sociedade política resulta de um contrato entre os homens. O contrato é um pacto de igualdade entre todos. De acordo com Rousseau, a liberdade individual só existe com a liberdade coletiva construída pelos indivíduos para estabelecer seus direitos. A política seria, então, a possibilidade de os seres humanos regerem no coletivo sua própria convivência.

No século XIX, o filósofo Friedrich Nietzsche (2007, p. 99), por outra via de interpretação, vai afirmar que a comunidade é a condição da vida dos homens, em detrimento da sua individualidade. Assim, historicamente, o interesse comum é mais antigo do que o egoísmo (p. 109). Para Nietzsche, de início, o homem só se reconhecia por intermédio do social. Os primeiros interesses eram não individuais e estavam voltados à autoconservação do todo social.

Vale uma ressalva ao pensamento de Nietzsche. Apesar da individualidade se afirmar no coletivo, há um predomínio das ações individuais sobre as coletivas. De qualquer modo, é correto que há uma tendência originária para a relação entre os homens de modo a garantir objetivos comuns. Esse é o ponto de partida de Nietzsche para entender o significado de política. O homem tende a participar de relações comuns por espaço, riqueza, i.e., por reprodução e manutenção de pretensões coletivas e individuais.

Ainda no século XIX, Karl Marx apresenta alguns pensamentos acerca da política. Para ele, a política se situa no confronto entre classes sociais. Em análise de sua época, Marx destacava que a burguesia se apresentava de modo contrarrevolucionário, como forma de manter sua dominação sobre o proletariado. Mas também havia espaço para uma burguesia revolucionária, sobretudo no *Manifesto do Partido Comunista*, de Friedrich Engels e Karl Marx (1993), quando os autores se voltam para a Alemanha, que se encontrava às vésperas de uma revolução burguesa, conforme assinalavam.

De qualquer modo, Marx anuncia a existência de um Estado de classe funcionando como instrumento de sustentação e reprodução da dominação burguesa. Para Marx, pensar em política é pensar nas relações sociais entre classes e na forma de o Estado se organizar. Neste ponto, verifica-se que o interesse dos representantes de uma classe dominante era o ponto de partida para o sentido da política.

A partir do ponto de vista gregário, Hannah Arendt (2007, p. 21) afirma que “a política se baseia na pluralidade dos homens”. No livro *A condição humana*, Arendt (2004) conclui que a política exige a ação e o discurso realizado entre homens em relação aos interesses que lhes são comuns.

Igualmente, a política deve organizar e regular o convívio dos diferentes. A ação política nunca se realiza no isolamento, sempre é uma ação em conjunto, configurando um acordo entre iguais e desiguais. Como dizia Aristóteles, a política é a arte de igualar os desiguais. Assim, a ação política pressupõe a fala, o discurso e a persuasão como forma de lidar com as diferenças existentes entre os homens. Logo, a ação política é a atividade pela qual os homens, apesar das suas diferenças, se comunicam, procuram se entender e se organizar “para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDRT, 2004, p. 188).

De um modo geral, a política, como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligada ao poder. O poder é traduzido por uma rede de interesses e estratégias que consiste em meios adequados à obtenção de qualquer vantagem ou alcançar os efeitos desejados. Aqui é importante sinalizar a relação entre poder e meio como parte de um mesmo fenômeno.

De acordo com Foucault (1981), o poder é uma relação de forças; está sempre em relação com outras forças. O poder é menos uma propriedade do que uma estratégia; e seus efeitos são não atribuíveis a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, técnicas e funcionamentos (DELEUZE, 2005, p. 41). O poder circula através das relações que se estabelecem entre indivíduos; só funciona em cadeia, em interligação. Desse modo, o poder se espalha por toda a sociedade através de redes materiais e imateriais.

Foucault não pensava o poder a partir da divisão social e dos conflitos inerentes a sua dinâmica, conforme Karl Marx defendia em suas obras. Nessa argumentação, o poder se desloca do dualismo marxista entre explorado/explorador (CHAUI, 2007). O poder não é privilégio de uma classe dominante, mas o efeito total de suas posições estratégicas, isto é, um exercício de sua estratégia.

Foucault sinalizava para o fato de as pessoas negociarem rela-

ções de poder. A relação de poder é um conjunto de relações de forças, que passa tanto pelas forças dominadas como pelas dominantes, constituindo ambas as singularidades. Assim, a relação de poder é “uma relação da força com a força, uma ação sobre uma ação” (DELEUZE, 2005, p. 44). A relação de força é uma função do tipo incitar, suscitar, repartir, compor, normalizar, reprimir, controlar, dominar, dentre outros. A lista é imensa; varia para cada caso a ser investigado.

Se o poder é uma relação de forças com outras forças, o sentido de rede se apresenta. Para Foucault (1981, p. 142), “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em condições de exercer poder e de sofrer a sua ação”.

O poder está ligado ao saber por meio do discurso da racionalidade que efetua uma ordenação dos indivíduos e do espaço através de procedimentos disciplinares. O discurso está sempre enquadrado. A produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, e dominar acontecimentos (FOUCAULT, 2004, p. 9). Nesses termos, o poder disciplinar é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber. Para tanto, o poder disciplinador demanda um discurso de saber que objetiva e subjetiva os indivíduos. A articulação poder/saber trata de “extrair dos indivíduos um saber, e de extrair um saber sobre esses indivíduos submetidos ao olhar e já controlados” (FOUCAULT, 2004, p. 89). Em suma, saber, poder e discurso constituem a epistemologia política de Foucault.

Foucault deu um peso excessivo à programação e controle dos corpos e das ideias por forças hegemônicas. As cantilenas da alienação e do controle entram em choque com o entusiasmo da luta por direitos à liberdade. De qualquer modo, ele chama a atenção para dois termos interessantes: dispositivos e heterotopia. O primeiro se refere aos discursos, leis, controle e instituições, que manipulam estrategicamente uma rede de relações de força de modo a orientar e fixar interesses e bloquear outros. Mas há dispositivos de contrapoder, contraespaços, que são as heterotopias, espaços materiais/imateriais de alteridade e de contestação política do real em que vivemos.

Tais leituras teóricas registram que política, poder, interesse e conflitos são indissociáveis. De fato, os interesses, as estratégias e os conflitos são as categoriais centrais da política, que interessam ao estudo em tela.

Nesse sentido, cabe sinalizar sobre o significado de interesse defendido ao longo do texto. De acordo com Neves (2006, p. 134), interesses “são formas em que as relações entre meios e fins manifestam-se no comportamento e nas comunicações de indivíduos e grupos”. O interesse impregna uma ação estratégica e discursos entre os que participam de uma rede política. Hannah Arendt (1988, p. 181) afirma que “os interesses só são relevantes como interesses de grupos... e que se façam representar de tal forma que seu caráter parcial seja preservado”. Nesse ponto, Abreu destaca o interesse como algo parcial em relação ao conjunto da rede política. Se for de toda a rede, está-se referindo ao bem público e não ao interesse (ABREU, 2008, p. 13). Se a rede se afirma em torno de um interesse coletivo, isso não significa a inexistência de interesses particulares. Nisso reside a natureza do interesse.

De acordo com Hirschman (2002), o interesse é capaz de impor estratégia particular à estratégia de um poder mais coletivo ou central. Assim, o poder encontra no interesse as possibilidades de sua extensão. Hirschman (p. 54) afirma ainda que o sentido de interesse proposto, desde o século XVI, denotava um elemento de reflexão e cálculo com respeito à maneira como as aspirações deveriam ser almeçadas. Interesse implicava ação disciplinada necessária para promover o poder de alguém, conforme a ideia desenvolvida por Maquiavel, e que se tornou de uso comum, a partir do século XVII. Mas há objeção à possibilidade de um ganho mútuo surgir de uma situação em que todos da rede política buscavam seus interesses, já que alguns interesses são opostos uns aos outros. A probabilidade de um ganho se tornou fato quando havia equilíbrio e alguma coisa era ganha por ambas as partes em tensão e/ou cooperação (p. 72). Enfim, onde há interesses há conflitos, ganhos e perdas.

A categoria estratégia sinaliza para um plano de ação coordenada de modo a atingir um objetivo proposto. A noção de estratégia se articula ao significado de rede. A estratégia implica seletividade,

ativação de relações entre atores e lugares. Logo, estamos lidando com estratégia-rede. Se as estratégias são promovidas por atores, eles participam de redes territorializadas. Desse modo, as estratégias constituem-se no âmbito de redes sociais (LIMA, 2005 e MAICON e MOINET, 2001). Ivaldo Lima ainda define a estratégia-rede como um recurso político que permite a (des)ativação de pontos da rede territorial e pode sinalizar para um espaço de solidariedade ou um campo de batalha entre atores.

Apesar de haver um esforço teórico em torno das noções de agente, sujeitos constituídos e em constituição, bem como de classe social, ainda assim a opção deste estudo se deu pelo retorno do ator, nos termos de Alain Touraine (1984), ou seja, do destaque ao papel dos atores (indivíduos) na dinâmica das estruturas socioeconômicas, políticas e ideológicas.

Desse modo, vale umas rápidas palavras sobre ator-rede. Na Teoria do Ator-Rede de John Law (1992), atores e organizações mobilizam, justapõem e mantêm unidas as partes de que se compõem. Em alguns momentos, eles são capazes de evitar que essas partes sigam suas próprias tendências; e, em outros, eles controlam os resultados de forma a ocultar as partes heterogêneas e transformá-las em algo que se assemelha a uma unidade compacta. Na análise sociológica de John Law, um ator é uma rede de certos padrões de relações heterogêneas, ou um efeito produzido por uma rede. Daí o termo ator-rede, pois um ator é também, e sempre, uma rede.

Quanto à rede, o que está em jogo são os valores e intencionalidades contidos nos fixos e nos fluxos; e as multiplicidades de conexões em uma rede que não pode ser definida por seus limites externos. Dessa forma, o foco da análise da rede reside nas alianças entre atores heterogêneos (indivíduos e objetos). Mas não só a ideia de aliança e vínculos. O que importa ao estudo da rede não seriam os efeitos, conforme defenderia Latour (1997), mas os processos e valores que respondem pelo resultado da ação.

Quando se pensa a rede política através dos vínculos e alianças que os atores constituem entre si, destaca-se a importância de investigar a produção de fatos, diferenças, os efeitos e os rastros deixados pelos atores. A própria rede já seria um ator, já que ela produz efeitos

e rastros. A análise recai, então, na capacidade que as redes têm em redefinir ou transformar seus sistemas de ações e de objetos e as conexões daí derivadas. Por fim, o par ator-rede não pode ser confundido com o par indivíduo-sociedade (FREIRE, 2006), uma vez que este tem como intuito traçar a conexão entre o micro e o macro. Já o ator e a rede são compreendidos como duas faces do mesmo fenômeno.

Por fim, a categoria conflito se refere às divergências antagônicas ou não antagônicas de interesses numa situação política. De acordo com Abreu (2008, p. 17), uma situação de conflito antagônico ocorre quando dois interesses de naturezas distintas não podem continuar coexistindo. Os interesses não antagônicos são negociáveis, e utilizam-se contratos para legitimá-los. Os interessados numa forma específica de reprodução do capital assumem acordos, estratégias e discursos, a fim de viabilizar a rede política constituída.

Definidos conflito e interesse e estratégias, agora vale destacar o significado de rede política empregado neste estudo. Numa primeira definição, rede política seria uma trama de relacionamentos interdependentes, conectando atores que compartilham interesses e trocam recursos de modo a atingir objetivos comuns (BORZEL, 2008). Apesar das relações horizontais entre os atores, no âmbito da rede política, há relações de poder que se traduzem numa distribuição assimétrica dos recursos de poder (informação, leis, capital, tecnologia, privilégios etc.) e na representação de interesses (PAULILLO, 2000). De acordo com Dowling (1995), o poder entre os atores da rede política depende de outros atores fora da rede, e o tipo de relações entre eles deve anunciar interdependência daqueles recursos.

A rede política não nasce só por contrato entre indivíduos; mas ao contrário, ela assimila e submete os indivíduos isolados a partir do gregário. Se a política se institui, normas e estratégias se revelam na trama por interesses comuns. Não há política sem normatização de práticas sociais.

Diferentes indivíduos e grupos podem ser submetidos ou definir as redes de interesses inerentes a um padrão normativo de reprodução social qualquer. A política reflete e é condicionada por redes de interesses constitutivas de formas determinadas de reprodução e regulação social. No caso da acumulação capitalista, é a reprodução

do capital que estabelece redes políticas entre diferentes grupos sociais e/ou indivíduos.

Ao longo de sua constituição, a rede política busca conservar sua identidade e sua unidade num determinado espaço de atuação. A identidade se dá através de uma formação discursiva apoiada no espaço de trocas de bens materiais ou simbólicos que a rede veicula. A invenção de uma identidade da rede política se apropria de um discurso que legitima determinado olhar (visibilidade) sobre o espaço de trocas materiais, definindo valores simbólicos inseridos numa dizibilidade, isto é, naquilo que se diz diferente dos interesses das ações. A identidade é interna aos grupos que dela fazem parte, mas se cria na relação com os de fora. Além disso, ela precisa se projetar para fora a fim de incorporar externalidades e estabelecer estratégias de defesa de interesses coletivos e individuais.

Os atores que dela fazem parte podem estar ligados por sentimento de pertencimento, diferenciando-se internamente e externamente. A rede política se organiza também contra riscos internos (desordens, dissensões etc.) ou ameaças externas (competição). Para tanto, o que chamamos de política deve ser reconhecido por meio de normatização (leis, proibições) e representações sociais diversas. É preciso que haja poder; não basta definir a política. Conforme Wolff (2007, p. 61-3), a política tem duas faces indissociáveis: a comunidade e a instância de poder.

Em outras palavras, podemos afirmar que o homem é um campo de relações entre diferentes, cuja existência requer a criação de regras, acordos e leis que se dão no âmbito da política. No bojo das regras e acordos, escamoteiam-se relações de poder, que possibilitam a criação e manutenção de uma determinada ordem territorial, pois é no território que grupos sociais exercem domínio e controle socioespacial. Se o exercício do poder ocorre através de redes, por ser relacional, o território anuncia conexões, fluxos e fixos. Assim, o poder tem uma concepção relacional e quando ele se transmuta em prática, tem-se o poder político (LIMA, 2005).

Na geografia política, o poder é visto como ato, ação (LIMA, 2005). De acordo com Russel (1979:24), “o poder pode ser definido como a produção de resultados pretendidos”. É a capacidade

de estabelecer decisões e mantê-las na área de interesse de outros. Todavia, conforme Foucault (1999, p. 90), “onde há poder, há resistências”. Para ele, a resistência já está contida na própria noção de poder. A resistência é uma possibilidade de criar espaços de luta e de transformação social. Sendo também poder, a resistência deve ser inventiva, móvel e produtiva; vir “de baixo” e se distribuir estrategicamente, conforme assinala Foucault (2004, p. 240-2). De fato, é sempre possível modificar a dominação em determinadas condições a que ficam submetidos certos grupos sociais.

Há sempre forças que desafiam e reconfiguram relações de poder, definindo novas estratégias e normatizações desejadas. Enfim, o poder é um fenômeno instaurador de normas e de capacidade de agir e produzir efeitos (STOPPINO, 1992, p. 33).

Destarte, é preciso investigar a rede que o poder desenha e seus efeitos num território determinado. Nesse caso, os atores políticos estão conformados em rede, isto é, em redes de poder territorial. Tal poder se revela na disposição de meios para atingir objetivos desejados, que se impõem sobre a vontade de grupos sociais, caracterizando-se por relações assimétricas (LIMA, 2005, p. 116).

Tal processo sugere conflitos entre arenas políticas forjadas e controladas por determinados atores com interesses divergentes. Desse modo, as redes, que Lima (2005) adjetiva de políticas, emergem da dinâmica de um poder territorial. As redes políticas são constituídas por um fluxo significativo de recursos políticos ativados por uma pertinência territorial. De acordo com a proposição teórica de Lima (2005, p. 128), “rede política territorial é uma estratégia de coordenação de fluxos de comandos e decisões, capaz de formar uma arena política e de lhe conferir visibilidade, requalificando um dado território”.

A recomposição do território constitui uma dinâmica de rearticulações contínuas das práticas sociais, o que implica impactos na organização do espaço. Assim definida, a rede política, como rede de interesses e estratégias entre diferentes atores, revela disposições, regulamentos, valores e direção. Quando os interesses se encontram dispersos em distintos atores, públicos e privados, as articulações levam à conformação de redes que permitem intercambiar informação e estratégias, negociar os interesses em jogo

e distribuir benefícios compartilhados por todos, conforme alerta Lechner (1996, p. 51).

Constituída a rede política, o poder é, geralmente, controlado por uma parcela da comunidade, mas, de qualquer modo, o exercício do poder se afirma e representa um interesse maior dos indivíduos e visa a assegurar a continuidade da rede como um todo.

Em síntese, a partir de tais contribuições teóricas, desloca-se para a definição de rede política territorial que incorpora em boa parte a proposta de Lima, a saber (SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, 2011, p. 25):

Rede Política Territorial é uma trama de atores-redes que promove troca de recursos de poder através de vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, recompondo-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências entre os atores. A resistência é parte integrante do sentido da rede política, pois sinaliza para o poder e contraposição a outras redes políticas. Na rede, todos trocam recursos de poder e projetam corporeidades espaciais e são afetados por territorialidades distintas. Assim definida a *rede política territorial*, o atual arranjo capitalista do espaço anuncia tensões entre valores éticos, ideológicos, simbólicos e culturais entre os diferentes atores que buscam se afirmar na diferença diante de processos hegemônicos de reprodução de capital.

A operacionalização desse conceito sinaliza para os princípios:

- 1 - A rede política é contingencial e temporária, pois a sua duração depende dos interesses dos atores em jogo;
- 2 - Na rede política nem sempre há uma nítida hierarquia de poder entre os atores, mas isso não implica a inexistência de um centro de decisões do poder;
- 3 - A rede política territorial é dialética (dialógica?), pois a rede política pode definir o território e ser definida por ele;
- 4 - Na rede política há uma assimetria de poderes, por conta dos diferentes recursos de poder de que os atores dispõem;
- 5 - A rede política pode ser territorial, conforme Lima (2005); se for territorial, ela se reconfigura em função dos interesses

e estratégias, resistências e conflitos de territorialidade que dela decorrem;

- 6 - Há ausência de visibilidade ou uma visibilidade parcial para os de fora da rede política; a natureza da rede política não se revela para todos, e essa é uma estratégia de defesa dos interesses e das ações pretendidas; a rede política é visível naquilo que se quer fazer ver;
- 7 - A rede política legitima um discurso de poder de caráter ético, simbólico, ideológico, político, cultural e econômico, e o discurso veiculado na rede pode revelar uma dizibilidade que afirma aquilo que se quer fazer ver diferente do que se diz;
- 8 - A rede política é rizomática, já que: a) qualquer ator da rede pode ser conectado a outros fora dela; b) a rede se alimenta de determinações que mudam a sua natureza; c) a unidade da rede está na dimensão movediça da tomada de poder; d) e há um princípio de ruptura em que a rede pode ser rompida e retornar segundo outros interesses em jogo, abrindo novos recortes territoriais; e) é um sistema aberto não hierárquico de múltiplas entradas e saídas e linhas de fuga, mas unida por um arranjo de interesses e estratégias;
- 9 - De acordo com o princípio da diferença, a rede política está sempre no devir; está sempre se diferenciando; logo, a diferença não é de chofre reconhecível, mas seus efeitos territoriais anunciam a diversidade dos arranjos espaciais, conforme contribuição teórica de Gilles Deleuze (2009);
- 10 - Por fim, todos os atores da rede política possuem recursos de poder; a troca de recursos entre os atores é estratégica para atingir os objetivos pretendidos; os recursos de poder podem ser constitucionais, financeiros, territoriais, tecnológicos, organizacionais, jurídicos e simbólicos (PAULILLO, 2000).

A rede política pode assumir, portanto, o sentido de uma rede de decisão acionada pelo Estado, corporações ou determinado grupo social, de modo a configurar redes de interesses estratégicos onde circulam informações, valores e ordens, conforme definição clássica

de Jean-Marie Miossec (1976). Aydalot (1986) e Maillat (1995) aproximam a noção de rede à interdependência e cooperação entre agentes econômicos, configurando agrupamentos territoriais dispersos e ordenados por regras específicas no território. Aqui a rede territorial constitui um importante recurso de poder normatizador de interações entre indivíduos e de difusão de meios inovadores.

Ralfo Matos (2013) observa a rede a partir da sociabilidade e integração dos indivíduos de modo a configurar um sentido de comunidade e de organização territorial. Assim, ele define a rede social como:

Um conjunto de relações resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo. A rede pode se desdobrar por localidades contíguas ou distantes e aglutinar outras redes sociais (p.174-5).

A organização espacial em rede impõe a formação de rede com níveis hierárquicos relacionados à importância dos lugares e de seus vínculos na rede. A rede permite integração funcional e espacial de atores, ações e de objetos (KAFKALA, 1985). Portanto, a rede também pode denotar gestão territorial, conforme Dupuy (1988, p. 19).

A rede política também pode resultar numa “rede de múltiplos circuitos”, conforme assegura Correa (1997). Ademais, a rede política pode constituir redes geográficas, ou seja, um espaço móvel e integrado, fluido, liso ou rugoso e com densidade variável em função da rapidez dos fluxos e das trocas, tal como assinala Ruy Moreira (2007). Já Rogério Haesbaert teoriza a rede como elemento que anima o território através das conexões dela decorrentes (2004). A rede fortalece certos territórios ou desestrutura outros, aponta Rogério. Por fim, pode-se afirmar que a rede política desvela poder. Por isso Claude Raffestin (1993, p. 213) destaca que: “controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga”. Essa nova ordem pode ser entendida como uma nova territorialização em rede de práticas sociais.

Para Raffestin, o território em rede se constitui um espaço político de um ou mais atores mediado por relações de poder. Aqui o

território se define pelo exercício do poder. O resultado das relações de poder assimétricas se verifica nos processos de recomposição territorial. Paul Claval (1999) já chamara a atenção do sentido de território a partir de três eixos de investigação: o poder, a realidade social e as representações e simbologias. Haesbaert (2004) assinala a natureza cultural, simbólica, natural, econômica e política do território. Em síntese, sob a influência de Henri Lefebvre e de Michel Foucault, para Haesbaert (2002, p. 121), “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico e sua apropriação simbólica”.

Milton Santos (2007) destaca ainda o território como fundamento do trabalho, do pertencimento e do exercício da vida. Marcelo Lopes de Souza reconhece todas as dimensões possíveis do sentido e valor do território, mas destaca o exercício do poder como instância política privilegiada. Assim, ele identifica o território “como um campo de forças, ou mais precisamente, relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (1995, p. 97). Se o poder é uma relação social, o território seria a expressão espacial correspondente, conclui Souza.

No estudo em tela, pode-se afirmar que a política é a dimensão privilegiada do território. Assim, não se pode negar que os atores que determinam a política definem os processos de recomposição territorial e a dimensão do espaço vivido do território.

Na sociedade capitalista, o termo recomposição territorial remete às mudanças de qualidade dos territórios, sobretudo nas escalas espaciais de atuação dos atores articulados em rede. Recomposição é reestruturação em novas bases socioprodutivas, ideológicas, culturais, simbólicas e éticas. Para tanto, novas estratégias e interesses se afirmam. Assim, a recomposição revela novas bases materiais e imateriais e novos arranjos institucionais que anunciam valores determinantes dos requisitos impostos pelas políticas de escalas dos atores em jogo. A reconfiguração institucional sinaliza para a relação dos atores privados com o Estado e seus impactos territoriais, a partir de compartilhamentos de ações e conflitos internos. A recomposição mobiliza o território, mas nem sempre altera significativamente as bases sociais e materiais preexistentes. Isso porque os atores locais po-

dem resistir a processos de reterritorialização que lhe são impostos. Às vezes, ocorrem apenas remarcações seletivas de interesses capitalistas sobre parcelas dos territórios (MORE, 2005; DEPRAZ, 2005; TEISSERENC, ETIEN et YVES CHICOT, 2011).

Vale lembrar ainda que os processos de recomposição territorial decorrentes da rede política capitalista promovem, por assim dizer, o que Edward Soja (1993) denominou de “reestruturação espacial”, quando ele pensou na desconstrução e reconstituição da dialética do tempo-espaço e suas práticas sociais. A reestruturação, portanto, sinaliza para ruptura de tendências seculares, e de mudança em direção à nova ordem e configuração espacial. A reestruturação é reativa a interesses e estratégias e desencadeadora de lutas competitivas e de conflitos entre forças sociais antagônicas. O resultado pode ser uma reforma parcial da ordem dominante ou a transformação revolucionária dela.

A recomposição territorial implica, além disso, uma territorialização enquanto resultado de esforços políticos e decisões feitas em um contexto das condições tecnológicas e político-econômicas (HARVEY, 2004). A territorialização pode ser entendida através da sua construção por grupos sociais e atores em conexões flexíveis de território-rede multifuncional e multi-gestionário, conforme destaca Rogério Haesbaert (2007). A indissociabilidade entre rede e território, em que a dinâmica da rede revela um espaço vivido, nos termos de Lefebvre (1974), subordinando territórios, é uma das premissas teóricas de Haesbaert. Dentre os objetivos da territorialização, destaca-se o controle de pessoas e espaços; construção e controle de redes, defesa do território como recurso de poder; e identificação de grupos de interesses e dos campos de força entre eles (2007, p. 28).

Desse modo, quando se pensa o território e os processos de territorialização, recomposição territorial ou de reestruturação espacial, está-se no âmbito da política. Iná de Castro (2005, p. 139) assegura que “o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja: é a arena de convivência entre os diferentes, regulada por normas que permitem o controle e o gerenciamento de conflitos de interesses”. É na relação entre política e território “que se encontram os temas e questões do campo da geografia política” (p. 41). As redes que ema-

nam do território desvelam suas dimensões econômica, cultural, simbólica e natural. A política é a dimensão que alicerça a arena das redes de interesses e os conflitos sociais inerentes ao sentido e valor do território.

Assim sendo, a rede política territorial pode ser entendida como metáfora privilegiada para a análise das relações conflituosas entre os diferentes atores organizados em torno dos territórios-redes do agronegócio no cerrado. Essa construção acontece na correlação das escalas globais às escalas locais, em que diferentes grupos sociais participam da luta pelo controle e o estabelecimento de limites de seus interesses, e como forma de projeção de suas intencionalidades e ações concretas nos territórios (SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, 2011).

A projeção sociocultural das redes de resistências acontece no jogo simultâneo entre espacialidades e temporalidades distintas. No processo atual de transformação socioespacial do Cerrado, diferentes formas de organização surgiram em meio às lutas contra a apropriação das terras pelo agronegócio e contra o imperativo de uma racionalidade hegemônica. Destacam-se nessa trajetória conflitante, a emergência de “outras racionalidades” que perceberam que a organização em coletividade potencializa as ações políticas e a conquista dos seus direitos. A organização política dos Povos do Cerrado aconteceu através das resistências por heranças étnicas e culturais, e com a prática comum/singular dos diferentes grupos com o bioma do Cerrado. Nos últimos anos, tais grupos vêm se articulando nos territórios em disputa com o agronegócio por meio de redes políticas não hegemônicas (SILVA, SANTOS e NASCIMENTO, 2011).

Tais considerações se tornam importantes quando se pensa na análise do agronegócio, em que diversos atores com interesses divergentes se articulam em torno de um objetivo comum, que é viabilizar a (re)produção de capital. Veja-se, num quadro sintético, como pensar rede política no âmbito do agronegócio.

2. A rede política territorial agroindustrial

A agricultura brasileira passou, nas últimas quatro décadas, por intensas e rápidas transformações socioespaciais, dentre as quais se

destaca a implantação de complexos agroindustriais em diversas regiões e lugares do país. A noção de complexo agroindustrial (CAI) já anuncia a constituição de um território em rede produtiva, mercantil e financeira. Todavia, a (re)produção de tais recortes espaciais não prescinde de redes políticas formadas por corporações, sindicatos, produtores, centros de pesquisa, prefeituras, cooperativas, governos estadual e federal, dentre outros.

Aqui vale ressaltar que agronegócio é visto, às vezes, como sinônimo de complexo agroindustrial. Agronegócio é um processo social cuja materialização dos princípios da modernidade se dá sobre estruturas socioprodutivas agrárias tradicionais camponesas ou capitalistas, de modo a afirmar um arranjo produtivo marcado por uma urbanidade e uma urbanização sob a égide do modo de reprodução social da acumulação capitalista. O agronegócio é a projeção da modernidade no espaço agrário através da ideologia geográfica da modernização das estruturas produtivas preexistentes ou não, nos termos de Antônio Carlos Robert de Moraes (2005). Em suma, o agronegócio é um fenômeno decorrente da sociedade capitalista que se organiza em redes produtivas, mercantis, financeiras, logísticas, culturais e políticas .

A noção de agronegócio surge na Universidade de Harvard, em 1955, através dos pesquisadores John Davis e Ray Golberg. Na sua origem, agronegócio traduzia a soma de todas as operações do complexo agrícola, tais como produção, distribuição, armazenamento, processamento de produtos agrícolas e dos itens a partir deles. Em linhas gerais, os pesquisadores verificaram que as atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam viver isoladas. Utilizando fundamentos de teoria econômica sobre as cadeias integradas, eles construíram uma metodologia para o estudo da cadeia agroalimentar e cunharam o termo *agribusiness*, que sintetizava sua nova visão (MEGIDO & XAVIER, 1998, p. 35). No Brasil, o conceito de agronegócio foi substituído por complexo agroindustrial. De fato, a ideia de agronegócio gravitava no interesse de tornar a agricultura atrativa aos interesses do capital industrial e financeiro.

Jose Graziano da Silva, no texto “O novo rural brasileiro” (1997), destaca que o processo de industrialização da agricultura terminou

por consolidar os complexos agroindustriais formados por redes de fornecedores, insumos, prestadores de serviços, agroindústrias e empresas de distribuição mercantil. Hoje, o termo agronegócio parece com mais força do que o de complexo agroindustrial.

Em síntese, pode-se afirmar que o agronegócio projeta, a saber: 1) valores (progresso, eficiência técnica, saber científico, desenvolvimento e a tensão entre o moderno *versus* o atraso do outro); 2) discursos (desenvolvimentismo e ausência de alternativa fora do agronegócio); 3) ideologia geográfica da despolitização social via discurso da técnica e da modernização da agricultura; 4) poderes e saberes culturais capazes de recompor territórios rurais capitalistas, destruir/integrar territorialidades campesinas preexistentes e inserir, de modo precário, territorialidades e estruturas socioprodutivas campesinas. Em torno de tais premissas do agronegócio, coloco ainda a necessidade de novas formas e espaços de representação política e de interesses dos atores-rede do agronegócio e a intensa articulação campo-cidade nos esquemas de acumulação produtiva, mercantil e financeira, em diversas escalas geográficas.

O agronegócio acompanha a produção do espaço agrário colonial brasileiro, desde a implantação do complexo canavieiro no período colonial. Naquela época, o agronegócio canavieiro já articulava interesses culturais, mercantis, produtivos e industriais numa rede de cidades dispersas pela Colônia brasileira e a Europa. Há, portanto, uma espaço-temporalidade para cada manifestação do agronegócio.

Na fase atual do capitalismo, o agronegócio demanda uma acumulação urbano-industrial-financeira global, para fins de instalação dos elementos constitutivos do arranjo espacial agroindustrial em rede integrada funcionalmente com objetos e ações delimitadas. Tal rede implica uma rede política territorial com representação dos atores do setor agroindustrial. A velocidade dos fluxos materiais e imateriais e a recomposição rápida dos territórios é o principal dado diferencial da atual temporalidade do agronegócio brasileiro.

A rede política agroindustrial é produto de uma ordem territorial nacional/regional/local/global, que sinaliza uma prática de fragmentação política e estratégica de espaços regionais e/ou locais através de interesses privados nacionais e internacionais. Desse modo, em

sua dinâmica socioespacial, os arranjos e tramas políticas das redes produtivas agroindustriais geram conflitos, já que refletem impactos ambientais, concentração fundiária, sujeição dos produtores aos esquemas de financiamento à produção, em face do padrão produtivo que se instala em determinada área. Além disso, no encontro de culturas diferentes, valores culturais etnocêntricos, a partir da ideologia da modernização, contrapõem-se aos das estruturas socioculturais preexistentes dos lugares afetados por novas verticalidades (escalas geográficas) e horizontalidades (espaço do cotidiano). Tal encontro abre espaço para a emergência dos movimentos sociais em contraposição aos interesses do agronegócio.

Quando se olha para as comunidades tradicionais nos diversos Cerrados e o domínio do agronegócio da cana/grãos/carne/algodão/celulose e os conflitos sociais decorrentes das transformações velozes que são impostas às territorialidades alternativas ao capitalismo, um campo de forças e formas específicas de exercício de poder se revelam na forma de redes políticas hegemônicas, de um lado, e, de outro, de rede de heterotopias não hegemônicas, nos termos dos “*outros espaços*” de Michel Foucault (2001), isto é, espaço de múltiplas camadas sociais de significação, de alteridade, de temporalidades conectadas; ou do “*terceiro espaço*” de Edward Soja (1996), lugar de encontro de possibilidades diversas de vida, ou seja, de uma práxis social emancipatória para além do *primeiro espaço* das formas materiais e do *segundo espaço* das representações mentais; ou os “*espaços alternativos de esperança*” política de David Harvey (2004), que reafirmam o pensamento utópico dialético, pluralista e enraizado na realidade social contemporânea; ou, por fim, *as redes de indignação e esperança* de Manuel Castells (2013).

Apesar das resistências e heterotopias decorrentes dos movimentos sociais, as redes políticas do agronegócio ainda são hegemônicas e não só estabelecem horizontalidades e verticalidades, como também reforçam uma relação cotidiana das empresas com produtores e políticos enquanto estratégia de eficácia política. A rede política constituída fortalece interdependências horizontais (PAULILLO, 2002).

Se a rede política desvela uma instância de poder, tais redes se afirmam na disputa por recursos de poder, como o controle da tec-

nologia, finanças, produção e comercialização. De qualquer modo, apesar das disputas internas e externas, as redes políticas do agronegócio revelam intermediações de interesses e a captura de diversas instâncias de poder das ações coletivas e individuais localizadas em escalas geográficas distintas. Desse modo, o que caracteriza tal rede política territorial são a complementaridade dinâmica e a difusão de formas de poder. A trama de conflitos e interesses coletivos promove mecanismos de integração estratégica especializada das corporações, dos produtores, dos partidos políticos, de governos e da própria população, já que é importante algum nível de comprometimento territorial com os lugares. A coordenação política das redes ratifica especificidades locais e regionais, reforçando a densidade das conexões e uma recomposição do território sob as novas bases de acumulação e regulação.

Em síntese, as redes políticas do agronegócio se configuram territorialmente, inserindo-se em arranjos escalares preexistentes e desvelando outros. Tal constituição de escalas é produto de escolhas e ação orientada dos atores. Se a escala é socialmente produzida, existe uma política para a sua produção, conforme assinala Herod (1991, p. 82). O resultado de referida política de escala revela a rede política e vice-versa. Isso em razão de a política de escala constituir uma estratégia que articula espaço e poder, ampliando a visibilidade de conflitos territoriais e o jogo de interesses diversos. As decisões políticas são direcionadas a lugares específicos, configurando relações assimétricas articuladas por redes que veiculam ordens e comando decorrentes de políticas de escala (LIMA, 2005).

Considerações finais

Apesar de um tema árido, desvelar algumas das redes de representação de interesses dos atores do agronegócio visa contribuir para estratégias de resistências de grupos marginalizados e afetados diretamente pelos interesses dos atores hegemônicos.

Se o capital se utiliza da política para dominar, é preciso fixar novos valores e novas realidades sociais alternativas, isto é, novas formas de poder não hegemônicas e marcadas por heterotopias e multi-

plicidades territoriais de redes políticas singulares em defesa da vida em suas inúmeras possibilidades de existência cultural. Para tanto, é preciso apostar na possibilidade de rupturas das redes políticas hegemônicas, tais como as do agronegócio, de modo a afirmar sujeitos históricos tomados como o atraso. É uma veleidade? Talvez. Mas o sonho revolucionário é um primeiro passo para um agir político transformador da realidade em bases sociais mais justas e libertárias. A transformação da sociedade capitalista começa por um niilismo criativo, que nega valores da modernidade em favor de novas formas de existência plural da vida social. O estudo que acabo de escrever se enquadra nessa perspectiva política e filosófica de luta por novas formas de *re-existir*, nos termos do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, e de existir na diferença, nos termos do filósofo Nietzsche.

Referências

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Conflito e interesse no pensamento republicano. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1988.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- AYDALOT, P. *Millieux innovateurs em Europe*. Paris: Gremi, 1986.
- BÖRZEL, Tanja A. Organizando Babel: rede de políticas públicas. In: DUARTE, Fábio; SOUZA, Queila (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 217-256.
- CABRAL, Juliana Leite Ferreira. A re-significação da política: um diálogo entre Hannah Arendt e os movimentos sociais. Dissertação Programa Pós-Graduação em Direito. Curitiba: UFPR, 2007.
- CASTELLS, M. *A era da informação*. A sociedade em rede. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, Iná de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: NOVAES, Adauto (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 27-54.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: *GEOGRAFIA*, (Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF), ano 1, nº 2, 1999. p. 7-26.

- CORREA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas*. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- CORREA, Roberto Lobato. *Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente*. Grupo de Estudos Urbanos – CIDADES, vol. 9, n. 16, 2013.
- COSTA, Rogério Haesbaert. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, Ano IX, Número 17, 2007.
- COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale or: looking for local politics. In: *Political Geography*, vol. 17, nº 1, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- _____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- DEPRAZ, Samuel. *Recompositions territoriales, d’éveloppement rural et protection de la nature dans les campagnes d’Europe centrale post-socialiste*. Université Paul Valéry – Montpellier III. These Département de Géographie et d’aménagement, U.F.R. III: Sciences Humaines et Sciences de l’Environnement, 2005.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P.C. da Costa; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- DOWDING, K. *Model or metaphor: a critical review of the policy network approach*. Political Studies, XLIII, 1995.
- DUPUY, G. *Réseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. Des espaces autres. In: *Dits e Écrits*, Tome 2: 1976-1988. Paris: Galimard, 2001, pp.1.571-1.581.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FREIRE, Letícia. *Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Comum, vol. 11, n. 26, 2006, 46-65.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 382 p.
- HEROD, A. The production of scale in U.S. labour relations. In: *Area*, vol. 23, n. 1, 1991.
- HIRSCHAM, Albert. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2008.
- KAFKALA, Grigoris. Location of production and forms of spatial integration:

- theoretical considerations and some examples from the non-fuel mineral sector *International Journal of Urban and Regional Research*. London, 9 (2): 233-253, 1985.
- LATOUR, Bruno. Introduction an Actor-Network and After. Workshop. Keele University, 1997. www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1. Acesso em 14/01/2011.
- LAW, John. Notas sobre a teoria do ator-rede, ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Disponível em [www.necso.ufrj.br/notas sobre a teoria ator-rede](http://www.necso.ufrj.br/notas_sobre_a_teor%C3%82a_ator-rede), 1992. Acesso em 13/03/2011.
- LECHNER, N. Reforma do Estado e condução política. *Revista Lua Nova*, n. 37. São Paulo: CEDEC, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de L' Espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LIMA,IVALDO. Redes políticas e recomposição do território. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói: UFF, 2005.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- MAILLAT, D. Milleux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALLET, A; TORRE, A. *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economie, 1995.
- MAICON, C. e MOINET, N. *Estratégia-rede*. Caxias do Sul: EDUSC, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Escala, 2008.
- MATOS, Ralfo. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. *Territorialidades e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2013, p.167-187.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. *Marketing & Agribusiness*. São Paulo: Atlas, 1998.
- MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation dès forces de decisão dans Le monde: esquisse de géographie politique theorique. In: *L'Espace Geographique*. Paris: Doin Editeurs, n. 3, 1976, p.165-75.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *ETC: Espaço, Tempo e Crítica* (Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais). 1º de junho de 2007, nº 1(3), vol. 1. p. 55-70.
- MOREL, Bernard. *Institution et recompositions territoriales, Rives nord-méditerranéennes* [En ligne], 20 | 2005, mis en ligne le 25 juin 2008, consulté le 12 novembre 2017. URL: <http://rives.revues.org/1873>; DOI: 10.4000/rives.1873. Acesso em 13/01/2011.
- NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre política: as ideologias e o aristocratismo*. São Paulo: Loyola, 2007.

- _____. *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra Moral*. São Paulo: Hedra, 2008.
- PAULILLO, Luiz Fernando. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Carlos: Rima Editora, 2000.
- PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco; ALVES, Barros. *Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: EduFSCAR, 2002, p.109-149.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- RUSSEL, L. *O poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.13-21.
- SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. In: BOBBIO, Norberto. *Curso de introdução à Ciência Política*. Brasília: UNB, 1984, p. 29-35.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. Redes políticas no agronegócio da soja na Amazônia. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da; NASCIMENTO, Luciano Bonfim. (Org.). *Redes políticas do agronegócio da soja: interesse, estratégia e resistências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010, p. 45-102.
- SILVA, Carlos Alberto F. da; SANTOS, A. P.; NASCIMENTO, L. B. Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In: SILVA, C. A. F. (Org.). *Redes políticas territoriais: estratégias, conflitos e violência*. 1. ed., Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011, p.25-32.
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. <http://www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em 12/11/2017.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places*. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1996.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*, vol. 2. Brasília: UNB, 1992.
- TEISSERENC, Pierre; ETIEN, Robert; YVES CHICOT, Pierre. *La recomposition territoriale: un définition pour la Guadeloupe*. <http://www.publibook.com>. 2011. Acesso em 21/02/2015.
- TOURAINÉ, Alain. *O retorno do actor: ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- TZU, Sun. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Ideia Jurídica, 2013.
- WOLFF, Francis. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas. In: NOVAES, Adauto (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 55-82.

O mercado das certificações nas regiões produtivas do agronegócio da fruticultura

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo analisar a constituição de serviços modernos associados ao agronegócio da fruticultura no Nordeste brasileiro de modo a ressaltar as transformações na governança da rede agroalimentar. Dessa forma, pretende-se, através do exemplo das certificações internacionais que incidem sobre a produção de frutas, evidenciar os mecanismos de controle e regulação da produção estabelecidos pelas principais redes de supermercados.

O recorte espacial considerado é o das regiões produtivas do agronegócio da fruticultura. O debate sobre a existência de tais regiões surgiu a partir das pesquisas conduzidas por Denise Elias, que defende que a difusão do agronegócio globalizado no Brasil, nas últimas décadas, é responsável por processos, entre outros, de regionalização. Estas expressam as transformações socioeconômicas e territoriais propiciadas pelo agronegócio considerando a relação entre diferentes escalas geográficas e contextos socioespaciais; a reconfiguração urbana e regional; as novas relações cidade e campo; as estratégias corporativas; e a regionalização dos fluxos materiais e imateriais envolvendo atividades industriais, comerciais e de serviços associadas à (re)produção do agronegócio globalizado.

As regiões produtivas do agronegócio¹ podem ser entendidas como verdadeiros híbridos compostos por espaços agrícolas modernos e espaços urbanos de diferentes portes (ELIAS, 2015; 2013a) que informam um dado novo na organização do território, qual seja: o poder de articulação regional propiciado pelo agronegócio porquan-

¹ Visando evitar a repetição excessiva do termo região produtiva do agronegócio, por vezes utilizaremos RPA.

to sua característica atual de comando e de gestão urbanos. Nesse sentido, Elias (2015, p. 27) destaca ainda que a oposição clássica entre cidade e campo torna-se relativizada em favor da noção de complementaridade. É também nessas regiões onde se formam nós de redes agroindustriais mediante a concentração de atividades de apoio à consecução do agronegócio.

O Brasil exibe um quadro complexo de situações regionais no qual o agronegócio está associado com o que existe de mais moderno em termos de expressão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) no território. Ao mesmo tempo em que é diretamente responsável pela reprodução de relações não capitalistas de produção no campo e pela vivacidade de práticas retrógradas ligadas, por exemplo, à continuidade do trabalho escravo.

No Nordeste brasileiro podemos identificar exatamente tal conciliação entre o velho e o novo ao destacar o caráter dinâmico de importantes regiões produtivas cuja atuação do agronegócio confere um grau de conectividade de tais regiões às redes de produção global.

Entre muitos exemplos possíveis, destacam-se as regiões produtivas do agronegócio da fruticultura formadas por recortes regionais que ora se sobrepõem às microrregiões do IBGE, ora são expressas pela atuação específica de agentes do agronegócio, conformando um arranjo regional particular, a exemplo da região formada por municípios polarizados por Petrolina/PE e Juazeiro/BA no Vale do São Francisco, como também por municípios que compõem a microrregião do Baixo Jaguaribe e Litoral do Aracati no Ceará e as microrregiões de Mossoró e Vale do Açu no Rio Grande do Norte. A definição exata do que se pode chamar de RPA da fruticultura é um exercício que demanda ainda muitos estudos de ordem teórica e metodológica (ELIAS, 2013b).

É fato que o agronegócio da fruticultura no Nordeste ampara-se em alguns elementos-chave, a saber:

- a) disponibilidade de terras agricultáveis, seja através da utilização dos perímetros irrigados públicos, seja pelo investimento em áreas próximas aos principais rios;

- b) tecnologia de irrigação e todos os sistemas técnicos de apoio para a realização da atividade;
- c) existência de instituições de ensino e pesquisa, bem como uma série de bens e serviços voltados para ao agronegócio;
- d) presença de grandes, médias e pequenas empresas com relação muito próxima entre si e também dos pequenos produtores localizados em áreas de perímetros irrigados e/ou assentamentos de reforma agrária;
- e) participação nos fluxos de exportação multilocalizados; presença de empresas de comercialização que atuam como fornecedores para as redes de supermercados no Brasil e no exterior;
- f) acesso à uma ampla oferta de mão de obra barata e precarizada, com pouca ou nenhuma representação sindical;
- g) forte atuação do Estado não somente no suporte de infraestrutura como também na normatização e regulação da atividade do agronegócio cuja ação volta-se em grande parte para permitir a consecução do uso corporativo do território² pelos agentes hegemônicos, entre outros.

O enfoque do presente capítulo centra-se na questão específica das certificações internacionais voltadas para a produção de frutas como uma atividade pouco explorada no Brasil, mas que nos últimos anos vem demonstrando seu poder de influência frente às demandas associados ao consumo globalizado de frutas tropicais. Depois de refletir teoricamente e apresentar o quadro processual no qual se insere a dinâmica das certificações, objetiva-se analisar como a utilização de certificações passou a demandar serviços específicos do interior da rede de produção de frutas. Ao mesmo tempo, será abordado um conjunto de exemplos que demonstram o grau de interação entre as RPA's da fruticultura no Nordeste e sua representatividade no mercado de certificações.

² Sobre o uso corporativo do território, pode ser visto Santos, 1979.

1. Governança da rede agroalimentar em questão

Nas reflexões que desenvolvemos a partir da realização de trabalhos de campo nas regiões produtivas do agronegócio da fruticultura no Nordeste optamos por perscrutar a rede de produção global de frutas a partir de considerações sobre a governança empreendida pelas redes de supermercados. Ou seja, um enfoque que prioriza também a discussão sobre o poder envolvendo os diferentes atores que agem na rede de produção da fruticultura.

Cientes da complexidade do significado de poder, tentamos nos aproximar de tal debate a partir da discussão pela via da lógica econômica e material, sobretudo devido ao caráter oligopólico do setor. Contudo, percebemos também que está em curso um jogo multifacetado e multiescalar no qual as grandes redes de supermercados também adentram a arena do poder discursivo. Ou, se preferirmos, a perspectiva que se associa ao sentido mais tradicional de poder como sendo a capacidade de conseguir o que queremos, de ter influência, valimento, autoridade. No caso dos supermercados esse poder cada vez mais não advém ou é exercido apenas pelo aspecto econômico.

Para ajudar a reflexão sobre o tema escolhemos dois autores que por caminhos diversos e muitas vezes antagônicos falam sobre o “futuro do poder” (NYE JR., 2012) e sobre o “fim do poder” (NAÍM, 2013). Antes de focarmos nas divergências, iniciamos pelos pontos em comum. Ambos os autores parecem concordar na leitura sobre a “difusão e/ou fragmentação do poder”. Nye Jr (2012, p.16) afirma que: “Dois grandes deslocamentos de poder estão ocorrendo neste século: uma transição de poder entre os estados e uma difusão de poder espalhando-se de todos os estados para os atores não estatais”.

Ao ampliar o contexto de difusão do poder, Naím (2013, p. 26) complementa identificando o quadro geral como sendo de “...um poder fragmentado entre um número crescente de atores novos e menores, de origem diversificada e inesperada”. O autor vai além quando indica que não se trata apenas de um deslocamento de poder de um círculo de atores influentes para outro, envolvendo um país, região ou mesmo uma empresa. Na verdade, trata-se de uma operação mais

complexa, pois entende-se que o poder se tornou mais disponível e que as pessoas hoje têm mais poder.

Mas então se hoje as pessoas têm mais poder e o poder é mais difuso envolvendo uma pletera de atores sociais e agentes econômicos, por que inferir proposições tais como a do fim do poder? Para Naím (2013), vislumbrar o fim do poder ou discutir sobre sua degradação representa a constatação de que vivemos um momento no qual diferente daquilo que significou uma enorme concentração de poder presente na força política de ditadores e no monopólio do capital empresarial, hodiernamente a fragmentação do poder entre diversos atores explicita uma situação indesejável. Já que:

... um mundo no qual todos têm poder suficiente para impedir as iniciativas de todos os demais, mas ninguém tem poder para impor uma linha de atuação, é um mundo no qual as decisões não são tomadas, ou são tomadas tarde demais ou se diluem ao ponto da ineficácia (NAÍM, 2013, p. 38).

A fragmentação do poder pode desencadear uma paralisia incapacitante. Mesmo assim, o que devemos reter como elemento central é justamente a diluição do poder em si e o compartilhamento do poder entre diversos atores. Isso, por sua vez, traz novos desafios no que diz respeito ao entendimento da governança no seu sentido mais amplo.

As propostas de estudos que envolvem a discussão sobre o tema da governança esbarram atualmente numa limitação estabelecida pela própria vulgarização do termo e por sua atribuição quase que automática ao léxico neoliberal. O termo governança se presta a uma infinidade de definições e usos. O fato de o próprio termo ser uma derivação da palavra “governo” faz com que seu sentido esteja inexoravelmente associado à ideia de Estado que, como sabemos, é muitas vezes sinônimo de “governo”. No entanto, cabe aqui fazer alguns esclarecimentos iniciais. A palavra “governo”, de acordo com o dicionário, pode significar a ação ou resultado de governar, administrar, dirigir e controlar.

Outra definição encontrada remete à noção de Estado, relacionada à palavra “governo”, descrevendo-a como poder Executivo de

uma Nação. Ou seja, fica patente, mediante a consulta ao dicionário, que a palavra “governo” traz em alguma medida a ideia de controle, mando, direção. Logo, levando em consideração as formas de controle presente na sociedade, há uma correlação quase que imediata ao Estado sempre entendido como órgão máximo que controla, comanda e dirige uma importante gama de Nações (territórios).

Contudo, baseado numa série de proposições de autores tais como Rhodes (1996, 2007), Stolker (2005), Hubbard et al. (2002), Oosterveer (2007) e Gonçalves (2005), não podemos associar a governança como exclusivamente o exercício do governo por parte do Estado.

Para Rhodes (1996) o termo governança é popular, mas impreciso, podendo-se distinguir diferentes concepções. Na literatura encontram-se abordagens que ora enfatizam a governança como Estado Mínimo como reflexo da influência de formas de governo inspiradas no mundo corporativo. Ora enaltecem a tese do “descentramento” do poder a partir da existência de redes de auto-organização que estabelecem um novo modelo de *co-ordenação* social e administração interorganizacional. Desse modo, torna-se possível inclusive a discussão sobre o autogoverno envolvendo atores não ligados exclusivamente ao Estado.

As diversas definições associadas à ideia de governança revelam o caráter polissêmico do termo. Todavia, se podemos admitir a existência de aspectos-chave na discussão sobre governança, chamamos a atenção para o fato de que a governança não pode ser confundida como um mero conjunto de ferramentas gerenciais (STOLKER, 2005) vinculadas exclusivamente ao domínio do Estado e do mercado.

De acordo com Hubbard et al. (2002), podemos verificar uma importante transição nos estudos sobre o tema das relações de poder envolvendo o Estado, o mercado e a sociedade civil. Essa mudança consiste fundamentalmente na transição de um enfoque voltado para a análise do papel do Estado na regulação do mercado e da sociedade civil para uma visão mais ampla, na qual interessa perscrutar as formas nas quais os interesses públicos e privados estão envolvidos na manutenção da ordem social.

Outra mudança comentada pelos autores diz respeito ao desta-

que do termo governança no lugar de governo, como expressão da existência de formas mais flexíveis de interação entre representantes de governo, empresários e demais agentes não governamentais. Nesse sentido, a confusão existente entre a aludida semelhança entre governo e governança tende a ser suplantada. Nesse quadro analítico é importante ressaltar as observações de Bob Jessop (apud Hubbard et al., 2002, p. 175) quando o autor avalia a premissa de que “o Estado já não é mais a âncora principal da regulação política”. Portanto, a fronteira entre a esfera do Estado, do mercado e da sociedade civil, anteriormente claramente demarcada, é rompida para dar lugar a uma intrincada rede de governança.

Como vimos, muito esforço tem sido realizado por autores de diferentes matizes no intuito de dissociar a noção de governo e de governança apenas da esfera estatal. Para Miller e Rose (2012), o governo pode ser definido como

... um campo de estratégias, técnicas e procedimentos dos quais forças diferentes procuram tornar programas operáveis, e por meio dos quais uma multidão de conexões são estabilizadas entre as aspirações das autoridades e as atividades de indivíduos e grupos. A esses mecanismos heterogêneos denominamos tecnologia de governo (MILLER; ROSE, 2012, p. 81-82).

No sentido que queremos destacar, os estudos sobre a governança revelam as distintas formas de controle exercidas por agentes públicos e/ou privados com repercussões diretas na coordenação social, política e econômica da sociedade.

Ao destacarmos o enfoque na organização da economia em rede, particularmente na criação de uma nova rede agroalimentar, queremos enfatizar a importância de ampliar o debate sobre as formas de poder e controle presentes na produção econômica dos territórios no período da globalização. Dito de outro modo, intentamos conhecer com maior nível de detalhe como o capital vem se apoderando de diversos mecanismos de regulação e controle para a realização de suas atividades e quais são os agentes que têm reconfigurado a dinâmica da rede agroalimentar.

O exemplo mais eloquente da participação do capital, especifi-

camente o comercial, na proposição de novas formas de controle e regulação dessa rede se expressa através da criação de um conjunto de certificações e sistemas de auditoria. Tais ferramentas visam estandardizar modelos de produção, comercialização e consumo de alimentos a partir da criação de normas, preceitos, códigos e práticas que sintetizam diferentes proposições e tendências emanadas por diferentes agentes sociais e econômicos.

Ponte et al (2011) definem *standards* como sendo:

norms selected as a model by which people, objects or actions (including governments regulations itself) can be judged and compared and which provide a common language to evaluators, the evaluated and their audiences (PONTE et al, 2011, p. 1).

Os autores lembram ainda que antigamente a criação de normas e padrões compareciam apenas como uma forma de estandardizar questões técnicas, metrológicas e de compatibilidade visando simplificar, uniformizar e especificar objetos e processos. No momento atual tais normas possibilitam meios para governar a conduta de pessoas e instituições (inclusive governos) no contexto da economia e da sociedade contemporânea. Mais uma vez recorre-se aos autores Miller e Rose (2012) quando argumentam que:

Um ator, agente ou instituição poderosos são aqueles que, na circunstância particular prevalecente em determinado momento, são exitosamente capazes de arregimentar, e de mobilizar pessoas, métodos e artefatos na busca de suas metas (...) Quando cada um consegue traduzir os valores dos outros em seus próprios termos, a ponto de eles apresentarem normas e padrões para suas próprias ambições, juízos e conduta, compôs-se uma rede que possibilita governar 'a distância' (MILLER; ROSE, 2012, p.82-83)

Mais do que criar constrangimentos, o estabelecimento de normas também permite interações através da criação de uma linguagem comum e da promoção de meios de comunicação. O resultado é a assunção de um sistema de normas, valores e convenções que são revisáveis e negociáveis, ao contrário de absolutos (PONTE et al, 2011).

A definição de normas como uma forma de controle ajudou a

consolidar uma perspectiva de governança entendida como normalização. Teoricamente tal compreensão dialoga com a chamada teoria da convenção³. De acordo com Wilkinson (2002):

O grande mérito da teoria das convenções é tornar visível o mundo de valores escondido por trás das normas e técnicas e identificar os foros de debate em torno de *standards* como o lócus privilegiado de negociação de interesses e valores. Assim, num primeiro momento, esse enfoque desloca a discussão da simples identificação de ‘interesses’ em jogo para a justificação de ação em termos de valores. Num segundo momento, identifica um conjunto heterogêneo de sistemas coerentes de valores, cada um com a sua legitimidade e irredutibilidade (WILKINSON, 2002, p. 818).

A definição de padrões passa a ser uma agenda fundamental na condução de qualquer negócio que envolva uma ampla rede de produtores, importadores, distribuidores e consumidores operando em diferentes escalas geográficas. Evidente que no caso dos alimentos o longo histórico de comercialização na economia mundo constitui-se como uma realidade desde o início das grandes navegações no século XV mediante o impulso da comercialização das especiarias. No entanto, se as trocas comerciais de alimentos entre diferentes nações não representam uma novidade enquanto evento econômico, o dado novo existente nas relações comerciais no período atual é que passam a existir novos mecanismos de controle e regulação do comércio de alimentos provenientes de acordos e estratégias de atores não estatais ajudando a configurar um sistema de valores, normas e códigos em paralelo às transações comerciais entre os países.

A síntese desse processo pode ser definida a partir da criação de um sistema de auditoria e certificação dos alimentos, comandado majoritariamente pelo capital privado das redes varejistas cujo poder de regulação torna-se definitivo ao tratar da atuação dos diferentes agentes envolvidos na rede agroalimentar. Os exemplos são abundantes em muitos setores. Todavia, analisamos exclusivamente o setor da fruticultura.

³ Em termos mais simplórios, a teoria da convenção surgiu como fruto da inspiração da chamada sociologia pragmática francesa (CORRÉA, 2014; PONTE, 2016).

2. Vigilância da produção: a importância da certificação GLOBALG.A.P.

A partir do aprofundamento da pesquisa foi possível perceber a crescente multiescalaridade da rede de produção da fruticultura e, nesse contexto, o papel de destaque do mercado europeu não somente nos fluxos de exportação e no aumento do consumo de frutas, mas também na organização das redes de governança.

Desse modo, são nos principais países consumidores das frutas produzidas no Brasil, tais como Alemanha, Reino Unido, França e Holanda, onde podemos encontrar a centralização das decisões que envolvem as formas de governança exercidas por um conjunto de agentes (supermercados, fornecedores, importadores). Eles passam a exercer maior relação de poder no interior da rede de produção, sobretudo quando consideramos a crescente regulação realizada pelo setor privado mediante a adoção de esquemas de auditoria e certificação.

Tais iniciativas configuram-se como estratégias dos supermercados no intuito de garantir o maior controle do processo produtivo e atender às expectativas de um novo perfil de consumidor, muito mais propenso a escolher produtos que respeitem o meio ambiente e as questões trabalhistas nas regiões onde as frutas são produzidas.

O papel dos supermercados nessa nova configuração econômica da rede agroalimentar supera a simples comercialização e distribuição de alimentos e passa a influenciar diretamente os padrões de produção e de consumo e, portanto, conduzem a decisão do que será produzido, onde e qual padrão será adotado (LAWRENCE; BURCH, 2007). No caso das frutas, os supermercados criaram um sistema de certificação baseado em auditorias para assegurar que seus fornecedores sigam as principais normativas das Boas Práticas Agrícolas (DORR, 2010).

A preocupação com a sanidade dos alimentos e a redução/eliminação gradativa da quantidade abusiva de produtos agroquímicos criou nichos de mercados, sendo que os consumidores adotaram novos hábitos de consumo, exigindo produtos mais saudáveis. E quem pode garantir que os alimentos consumidos pela população sejam, de

fato, saudáveis? Para isso, foi necessária a regulamentação da produção de alimentos e o estabelecimento de normas e critérios que determinassem a segurança e a qualidade dos produtos. Assim, tanto o Estado como a iniciativa privada foram convocados a criar estratégias para a fiscalização da produção.

O que seria uma atribuição de caráter exclusivamente dos governos, passou a ser capitaneado por lideranças do próprio setor varejista, a partir da difusão de certificações privadas ou de terceira parte⁴ (HAVINGA, 2006; FUCHS & KALFAGIANNI, 2010; HENSON, 2008). O resultado foi a criação de um mercado de auditorias e certificações, ou seja, a certificação como um negócio (HATANAKA; BUSH, 2008) na rede agroalimentar, cuja extensão, hoje, envolve um conjunto de empresas transnacionais. De acordo com Campbell, Lawrence e Smith:

O surgimento de novas culturas de auditoria que atuam como uma forma híbrida de governança – operando através de capital do varejo, movimentos sociais e os órgãos reguladores – reforçou, consideravelmente, a posição oligopolista de supermercados como compradores de frutas e legumes (CAMPBELL; LAWRENCE; SMITH, 2006, p. 69, tradução nossa).

Quando os supermercados adentram, definitivamente, na arena da regulação via profusão de certificações privadas, testemunham-se novas formas de governança e de governamentalidade. De acordo com Huxley (2008, p. 1.635), o termo governamentalidade cunhado por Foucault leva em consideração dois aspectos: uma análise histórica das lógicas de governo por parte do Estado e a investigação sobre as formas de autogoverno e governo dos outros.

De uma forma geral, a governamentalidade atua na ação de outras pessoas com o objetivo de criar comportamentos específicos, hábitos e subjetividades. Lee Pegler (2011, p. 27) destaca a governamentalidade como quadro teórico importante para compreender como as mensagens, regras e normas são estabelecidas, transmitidas

⁴ Para Hatanaka e Bush (2008, p. 73), “certificação de terceira parte é um mecanismo de verificação da segurança e qualidade dos produtos no qual uma terceira parte avalia, julga e certifica reivindicações de segurança e qualidade contra um determinado conjunto de normas e procedimentos de conformidade” (Tradução nossa).

e contestadas através das redes de produção, mormente após a utilização de padrões de qualidade. Os supermercados têm adotado os padrões de qualidade para reforçar sua política de relação com os fornecedores. Por sua vez, estes últimos incorporam um novo repertório de práticas e ações de modo a atender as normas impostas pelas redes varejistas.

Fuchs e Kalfagianni (2010) apontam as causas da emergência das regulações privadas no setor dos alimentos. Para as autoras, o surgimento e a difusão da regulamentação privada dos alimentos dão-se em função do poder estrutural (material) dos supermercados, como também do poder das redes varejistas em criar uma legitimidade entre os consumidores. É dessa forma, segundo as autoras, que os supermercados se tornam atores políticos prontos para disputar sua efetividade na sociedade.

A efetividade dos supermercados como um “parceiro social” foi construída pelo medo e insegurança dos consumidores, associado ao crescimento das políticas neoliberais que permitiram o enfraquecimento do papel do Estado. Para Henson (2008, p. 66) o aumento no temor dos consumidores quanto à segurança e à qualidade dos alimentos, sobretudo após o escândalo da “vaca louca” e da proliferação de alimentos transgênicos, contribuiu para erodir a confiança na fiscalização por parte do poder público. Portanto, as grandes redes de supermercados começaram a competir entre si no mercado nacional e internacional utilizando estratégias de diferenciação das mercadorias com o foco na segurança e qualidade.

O fortalecimento das certificações privadas permitiu, então, a criação de normas, padrões e regras, muitas vezes tidos como mais rígidos do que o dos órgãos públicos. Embora saibamos que as normas, de maneira geral, seguem os preceitos e orientações da Codex Alimentarius, criada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

A partir da contestação quanto à credibilidade dos órgãos fiscalizadores da esfera pública, e paralelamente, a maior cobrança por parte dos consumidores organizados em torno de associações, ONG’s e movimentos sociais, as certificações privadas começaram a se difundir e estabelecer seus próprios códigos de conduta, particularmente

no que se refere ao tema da segurança alimentar. Para Henson e Humphrey (2011, p. 151) a criação desses padrões necessariamente envolve o estabelecimento de uma base para reivindicações sobre as práticas a serem adotadas com relação ao modo como o alimento deve ser produzido, transportado e processado. Igualmente, abrange também formas de monitoramento e aplicação, realizadas por uma segunda e cada vez mais terceira parte. Em suma, os autores destacam que:

...os padrões privados envolvem não somente a especificação de quais resultados serão alcançados, mas também estabelecem um conjunto de regras para mostrar como devem ser realizados, uma estrutura de governança da certificação e aplicação, bem como um sistema de geração e aprovação de mudanças em cada um dos elementos como o padrão de evolução ao longo do tempo (HENSON, HUMPHREY, 2011, p. 151, tradução nossa).

Foi nesse contexto que, a partir da década de 1990, surgiram inúmeras certificações privadas. Henson e Humphrey (2011, p. 154) citam exemplos de três tipos de certificação privada nas redes agroalimentares, quais sejam: a) certificações de empresas individuais: Tesco Nature's Choice; Garantia de Origem Carrefour; Field to fork Marks & Spencer; Albert Heijn BV; b) certificações coletivas nacionais: Assured Food Standards (UK); British Retail Consortium Global Standard; Freedom Food (UK); c) certificações coletivas internacionais: International Food Standard; Safe Quality Food e; GLOBALG.A.P.

Podemos mencionar, ainda, o crescimento da comercialização pelas grandes redes de supermercado de produtos certificados com o selo do Comércio Justo (*Fair Trade*) e também de produtos orgânicos (OOSTERVEER; GUIVANT; SPPARGAREN, 2010). Como alerta Hughes (2007, 2005), as redes de supermercados também já se apropriaram de novos nichos de mercado mesmo entre os produtos considerados “alternativos” por empreender uma nova forma de comercialização que protege os pequenos produtores e que garante maior responsabilidade social. Porém, é preciso lembrar que existem alternativas que estão sendo pensadas de modo a romper com os sistemas de certificação privada. No Brasil, temos o exemplo da Rede Ecovida de

Agroecologia⁵ que cada vez mais tem inspirado o surgimento de práticas alternativas associadas aos sistemas de certificação.

A partir da constatação do crescimento das certificações privadas, a União Europeia elaborou um relatório no qual foi realizado um levantamento da quantidade de sistemas de certificação presentes na Europa no setor de alimentos. Foi identificado um total de 440, em sua grande maioria criados na última década.

O documento também estabeleceu as principais orientações acerca das melhores práticas para o funcionamento dos sistemas voluntários de certificação dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios. Para a União Europeia (2010) existem vantagens e desvantagens no uso de certificações voluntárias, fato esse que justificaria sua utilização.

Retiramos do documento os pontos nos quais são destacados os benefícios e os possíveis inconvenientes da utilização das certificações voluntárias, leia-se certificações privadas.

Os sistemas de certificação podem trazer benefícios:

- aos operadores intermédios da cadeia alimentar, ao garantir o cumprimento de normas, protegendo assim a responsabilidade e a reputação dos produtos e das alegações dos rótulos;
- aos produtores, uma vez que aumentam o acesso ao mercado, a quota de mercado e as margens do produto para os produtos certificados; potencialmente, também, uma vez que aumentam a eficiência e reduzem os custos de transação;
- aos consumidores, uma vez que fornecem informações fiáveis sobre as características dos produtos e processos.

Algumas partes interessadas chamaram a atenção para os possíveis inconvenientes dos sistemas de certificação:

- o risco de representarem uma ameaça para o mercado único;

⁵ A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, em Santa Catarina. Ela é fruto da discussão sobre a produção e o comércio de produtos orgânicos. Os agricultores que se posicionaram contra a regulamentação da certificação da produção orgânica, realizada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento em 1999, decidiram se unir numa rede com o intuito de criar as bases de uma certificação participativa, controlada e gestada pelos próprios agricultores de forma a garantir a qualidade e origem da produção de forma autônoma (ISAGUIRRE-TORRES, 2012).

- dúvidas no que respeita à transparência dos requisitos previstos no sistema e à credibilidade das alegações, em particular no caso dos sistemas que certificam a conformidade dos requisitos de base;
- possibilidade de induzir ao erro os consumidores;
- custos e encargos para os agricultores, especialmente se tiverem de aderir a vários sistemas para satisfazer as exigências dos compradores;
- risco de rejeição, por parte do mercado, dos produtores que não participem dos principais sistemas de certificação;
- impacto no comércio internacional, em particular com os países em desenvolvimento.

Embora a União Europeia tenha criado regras para a utilização das certificações em seu território, a crescente internacionalização de determinados esquemas de certificação traz o desafio de entender os possíveis impactos em diferentes mercados e condições sociais de produção. É o que procuraremos ressaltar a partir da análise do GLOBALG.A.P. e sua utilização nas áreas de produção de frutas no Nordeste brasileiro.

Como vimos, foram criadas, nos últimos anos, um conjunto bastante heterogêneo de sistemas de certificação privados. De todas as certificações hoje existentes, aquela que obteve maior difusão foi, sem dúvida, a GLOBALG.A.P. (anteriormente denominada Eurep-Gap). GLOBALG.A.P. é uma organização privada, formada em 1997 por um grupo de redes varejistas na Europa com o objetivo de criar normas voluntárias para a certificação de produtos agrícolas e garantir credibilidade e segurança ao público consumidor, assegurando a comercialização de produtos saudáveis.

A certificação GLOBALG.A.P. surgiu com o objetivo de simplificar o atendimento às normas regulamentadoras por parte dos fornecedores. Ao invés da criação de vários selos, com diferentes metodologias e práticas e a avaliação acerca da origem de cada produtor e/ou fornecedor, foi pensada uma forma de harmonizar todas as práticas agrícolas e em comum acordo acatar a emissão da certificação via auditoria como uma forma fidedigna de controle da produção.

Na prática, os supermercados transferiram a responsabilidade e os custos da comprovação sobre a sanidade dos alimentos e o respeito a determinadas práticas sociais e ambientais aos produtores e fornecedores. Porém, todo o corpo de regras foi criado pelos supermercados, mesmo que, atualmente, a organização GLOBALG.A.P. tenha correspondido às exigências legais da União Europeia para que haja maior abertura dos demais envolvidos da rede de produção agroalimentar, tais como produtores e fornecedores (KALFAGIANNI; FUCHS, 2011).

Hoje, as normas estabelecidas pela certificação são criadas em parceria entre produtores (grandes grupos empresariais no setor da produção) e retalhistas (grupos de comercialização no varejo) com o intuito de harmonizar os requisitos de produção conforme as orientações adotadas pelo código de Boas Práticas Agrícolas.

A certificação GLOBALG.A.P. é a certificação privada com maior difusão internacional, sendo considerada pelos produtores como um requisito fundamental para o acesso ao mercado europeu. De acordo com informações disponíveis no relatório anual da organização, em 2011, o número total de produtores com a certificação GLOBALG.A.P. cresceu 9,5% com relação a 2010. Em números absolutos esse resultado significou um aumento de 102.300 para 112.600 produtores. Sua abrangência geográfica também chama atenção, pois os produtores certificados estão distribuídos em 113 países. A grande maioria desses (74%) encontra-se na Europa; 11% nas Américas; 9% na Ásia; 4% na África e 2% na Oceania. Os países que apresentam a maior quantidade de produtores certificados são a Espanha, a Itália e a Grécia.

A emissão do certificado GLOBALG.A.P. é realizada por empresas certificadoras, cadastradas pela organização mediante auditorias e visitas de inspeção nas fazendas produtoras, de modo a certificar o atendimento a todas as regras contidas nos pontos de controle presentes no *checklist* adotado pela organização.

Os auditores, ao realizarem a inspeção para emitir a certificação GLOBALG.A.P., devem seguir uma ampla lista de exigências contidas nos pontos de controle. Do total de 234 pontos de controle utilizados nas auditorias do GLOBALG.A.P., 117 são vinculados à segurança alimentar, 50 ao meio ambiente e à biodiversidade, 46 ao controle da rastreabilidade e 21 relacionam-se diretamente ao bem-estar dos trabalhadores.

Na prática, o cumprimento às regras do GLOBALG.A.P. significa a necessidade de realizar investimentos vultosos nas fazendas para adequar toda a infraestrutura de *packing house*, o treinamento dos trabalhadores, o controle de pesticidas, entre outros. É justamente por esses critérios que começamos a identificar as primeiras contradições que envolvem a adoção de certificações privadas, pois os produtores, sobretudo os pequenos, não possuem as condições necessárias para se adequarem às normas da certificação⁶.

Ao conhecermos mais sobre a realidade da adoção do GLOBALG.A.P. percebemos que, apesar de ser uma certificação voluntária e de caráter privada – ou seja, não se trata de uma certificação exigida legalmente por nenhum país –, também não é oriunda de nenhum acordo comercial, muito menos o GLOBALG.A.P. é um selo destinado ao consumidor final. Trata-se de uma certificação voluntariamente aplicada a pedido dos produtores num modelo *business to business*. Porém, na prática e no cotidiano do mercado de comercialização de frutas no mundo, as certificações privadas, a exemplo do GLOBALG.A.P. têm se tornado de fato mandatórias, seguindo uma tendência mundial. Tal fato traduz-se numa ampliação ainda maior do poder das redes de supermercados.

A determinação mais evidente nas regiões produtivas do agronegócio da fruticultura do Nordeste tem sido a criação de um novo nicho de mercado até então inexistente. A exigência das certificações de qualidade significou uma maior profissionalização entre as empresas do agronegócio que comercializam com as grandes redes de supermercado. A partir de nossas entrevistas com produtores de pequeno, médio e grande porte que participam da exportação de frutas, ficou patente que a certificação GLOBALG.A.P. representa o primeiro passo para aqueles produtores que desejam participar da exportação de frutas para o mais importante mercado desses produtos tropicais, ou seja, a Europa. A não existência da certificação GLOBALG.A.P. representa uma primeira barreira à exportação.

A importância dada ao GLOBALG.A.P. advém do próprio con-

⁶ Foi desenvolvida no Quênia uma experiência de implantação do chamado LocalGAP voltado exclusivamente para pequenos produtores. Para o conhecimento sobre a utilização da certificação GLOBALG.A.P. entre os pequenos produtores, ver o texto de Margret Will (2011).

texto no qual as frutas são comercializadas. As empresas que realizam a compra desses alimentos junto aos produtores já têm como orientação comprar apenas de estabelecimentos que possuam a certificação GLOBALG.A.P., já que é com a certificação que os compradores e, por sua vez, os supermercados, têm a “garantia” de que o produtor segue critérios básicos de produção, estando de acordo com as Boas Práticas Agrícolas.

Para a obtenção da certificação os produtores recebem inspeção de empresas de auditoria, ou seja, os órgãos de certificação, tais como GLOBALG.A.P. e/ou redes de supermercados, a exemplo da rede Tesco, contratam terceiros (empresas de auditorias) para que elas possam aplicar os respectivos códigos e normas para a emissão dos certificados.

3. Interações espaciais entre as regiões produtivas do agronegócio da fruticultura

As exigências das certificações no interior da rede agroalimentar permitiram o surgimento de um verdadeiro mercado envolvendo a regulação. Nesse ínterim, várias empresas passaram a atuar numa gama de serviços que nos ramos dos alimentos compreendem a gestão de garantias, auditorias e certificações, serviços de teste e análise, verificação, inspeção, soluções técnicas, consultoria e treinamento. Muitos grupos defendem a ampliação de uma “cultura de segurança” fundamental na emergência de um mercado regulado com foco na qualidade e no chamado desenvolvimento sustentável.

Ao considerar apenas as certificações voltadas para a fruticultura é importante lembrar que as certificações existentes, na sua maioria, atendem, sobretudo, às exigências das grandes redes de supermercados envolvendo a exportação de frutas *in natura*. Tal como supramencionado, a certificação GLOBALG.A.P. é a mais difundida no que concerne à aplicação de boas práticas agrícolas no setor de frutas e legumes.

Em pesquisa realizada nas principais regiões produtivas do agronegócio da fruticultura no Nordeste (BEZERRA, 2012), verificamos a existência de 286 produtores de frutas e legumes certificados pelo GLOBALG.A.P. no Brasil no ano de 2011. Do total apresentado, 71% dos produtores estavam situados na região Nordeste, com destaque

para as microrregiões com maior produção de frutas para exportação. O município de Petrolina/PE individualmente foi responsável por concentrar um terço (33%) de todos os produtores certificados pelo GLOBALG.A.P. no Brasil.

São diversas as empresas que lidam com a aplicação do protocolo GLOBALG.A.P., como também outros esquemas de auditoria e certificação voltados para o setor alimentar. A presença de multinacionais no setor é mais um indicativo do grau de internacionalização da rede de produção da fruticultura. Numa análise das empresas certificadoras do protocolo GLOBALG.A.P. que operam no Brasil é possível encontrar grupos que atuam em mercados globais (Quadro 1).

Quadro 1.
Empresas certificadoras do Protocolo GLOBALG.A.P. que operam no Brasil.

EMPRESA	ORIGEM	ATUAÇÃO NA PRODUÇÃO
PRIMUSLAB	Estados Unidos	Uva, manga, melão, melancia, mamão, banana
CONTROL UNION	Países Baixos	Melão, melancia, banana
TÜV RHEILAND	Alemanha	Melão, manga, melancia, banana
SATIVA	Portugal	Uva, manga, melão, melancia
DNV GL	Noruega	Uva
OIA	Argentina	Manga
AENOR	Brasil	Melão, melancia
WQS	Brasil	Banana, uva, mamão
LSQA S.A	Uruguai/Áustria	Banana

Fonte: Database GLOBALG.A.P./2016. Org.: Juscelino E. Bezerra.

A demanda pela obtenção de certificações entre os produtores deu origem também a empresas nacionais entre as quais podemos destacar a paulista WQS e as pernambucanas SANTEC e Consest. A empresa SANTEC praticamente domina o mercado de certificações no Brasil considerando os produtores/empresas da fruticultura.

A SANTEC foi fundada em 29 de março de 2000 no bojo do crescimento da exportação de frutas e da ampliação das demandas por certificação, especialmente no que estamos aqui chamando de região produtiva do agronegócio da fruticultura, que tem Petrolina

como cidade principal. Com escritório em Petrolina, Recife e também no Chile, a empresa trabalha especificamente com a certificação nos protocolos: GLOBALG.A.P., Ranch Audit Usagap, Tesco Nurture Scheme, Packing-House Gmp/HAACCP, Primus gfs (Global Food Safety in.). É representante exclusiva da Primuslabs, Qscert, Lsqa-latu system quality Áustria e Food Safety em todo o Brasil.

A Consest foi criada em 2014 por iniciativa de um dos proprietários para atender à demanda por certificações de qualidade no setor da fruticultura. A empresa atua no desenvolvimento de atividades para auxiliar e capacitar os profissionais das empresas de produção agrícola e industrial no melhoramento contínuo do sistema de gestão da qualidade, para manter a credibilidade das certificações, com base em protocolos e normas nacionais e internacionais. A Consest trabalha com as seguintes certificações: Produção Integrada de Frutas (PIF), GLOBALG.A.P., Tesco Nurture, Selo origem Carrefour, ORGÂNICO, BPF/GMP, APPCC/HACCP, GRASP, ETI/SMETA, entre outras.

As empresas de certificação são responsáveis pela contratação de uma equipe de auditores que têm como função percorrer as principais regiões de produção de frutas no país realizando auditorias de vários esquemas de certificação com destaque para o GLOBALG.A.P. O principal mercado para a realização de auditorias e certificações é a região Nordeste, devido à grande concentração de produtores de frutas frescas que exportam para o mercado internacional.

A partir de entrevistas realizadas, foi possível perceber a abrangência da certificação GLOBALG.A.P. nas principais regiões produtivas do agronegócio (RPA's) da fruticultura no Nordeste. Tal fato pode ser constatado a partir da análise do banco de dados disponibilizados pelo GLOBALG.A.P. para as principais culturas de exportação (Quadro 2). A partir dos dados levantados denota-se a predominância da região Nordeste, especialmente em municípios que estão diretamente associados às mencionadas regiões produtivas.

Ao analisar determinados cultivos em particular percebe-se que no do cultivo da uva, por exemplo, houve um maior número de produtores/empresas certificados. Chama atenção ainda para a exacerbada concentração em poucos municípios (5) localizados em

sua grande maioria na região produtiva sob influência de Petrolina/PE. Vale destacar que, de acordo com o detalhamento dos dados, somente o município de Petrolina foi responsável por 70% do total de produtores/empresas certificados no cultivo da uva.

Essa região produtiva também deteve a maioria dos produtores/empresas certificados no cultivo da manga. Não obstante, foi a única cultura para a qual verificou-se uma maior dispersão geográfica entre os certificados estando eles presentes em 19 municípios de sete unidades federativas. Mais uma vez o município de Petrolina aparece em destaque com 34% do total.

Quadro 2:

Número de produtores/empresas certificados pelo GLOBALG.A.P. no Brasil, segundo tipo de produto e municípios - 2016

Produto	Número de Produtores / Empresas Certificados	Municípios
Uva	93	Petrolina/PE, Juazeiro/BA, Casa Nova/BA, Lagoa Grande/PE, Ipanguaçu/RN
Manga	66	Beberibe/CE, Belém de São Francisco/PE, Cabrobó/PE, Casa Nova/BA, Curaçá/BA, Iaçú/BA, Ipanguaçu/RN, Itaberaba/BA, Jaíba/MG, Janaúba/MG, Juazeiro/BA, Matias Cardoso/MG, Mauriti/CE, Mogi Guaçu/SP, Petrolina/PE, Santa Adélia/SP, Santa Teresinha/PB, Sento Sé/BA, Sobradinho/BA
Melão	39	Alfonso Bezerra/RN, Aracati/CE, Baraúna/RN, Canto dos Buritis/PI, Casa Nova/BA, Governador Dix-Sept Rosado/RN, Icapuí/CE, Jaguaruana/CE, Mossoró/RN, Natal/RN, Quixeré/CE, Ribeira do Amparo/BA, Upanema/RN
Melancia	26	Afonso Bezerra/RN, Baraúna/RN, Canto dos Buritis/PI, Governador Dix-Sept Rosado/RN, Icapuí/CE, Jaguaruana/CE, Mossoró/RN, Quixeré/CE, Ribeira do Amparo/BA, Upanema/RN
Mamão	21	Barreiras/BA, Ibirapua/BA, Icapuí/CE, Itaberaba/BA, Jaguaruana/CE, Jaíba/MG, Linhares/ES, Mamanaguape/PB, Mossoró/RN, Mucuri/BA, São Mateus/ES, Sooretama/ES
Banana	17	Jaíba/MG, Limoeiro do Norte/CE, Matias Cardoso/MG, Montes Claros/MG, Porteirinha/MG; Russas/CE; Verdelândia/MG

Fonte: Database GLOBALG.A.P./2016. Org.: Juscelino E. Bezerra.

Assim como na uva, os produtores/empresas certificados na cultura do melão são todos da região Nordeste, em especial dos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, que também formam o que estamos aqui chamando de região produtiva do agronegócio. Vale destacar que tal região tem em Mossoró/RN sua sede principal de gestão. Esse município foi responsável por 30% (12) do total de certificados. Concentrou também a maior parte dos produtores/empresas certificados no cultivo da melancia, com 38 % (10) do total.

O cultivo da banana foi o único caso no qual a maioria dos produtores/empresas certificados com o GLOBALG.A.P. não estava localizada na região Nordeste, ficando o destaque para o Estado de Minas Gerais.

Sobre a dominância da empresa SANTEC no mercado de certificações, nas RPA's da fruticultura no Nordeste foi levantado, junto ao banco de dados GLOBALG.A.P., que entre os produtores/empresas certificados nas culturas supracitadas, a referida empresa foi responsável por 83% das certificações da uva, 90% da manga e 61% de melancia. Nas culturas do melão e do mamão, mesmo individualmente sendo a que mais aplicou certificação, participando com 46% em ambas as culturas, a SANTEC não obteve mais da metade das certificações. Por fim, nas certificações envolvendo os produtores de banana, houve um domínio quase que absoluto da empresa WQS, sendo que a SANTEC foi responsável por apenas 11% das certificações. No total dos 262 produtores/empresas certificados nas culturas da uva, manga, melão, mamão, melancia e banana, a SANTEC participou com 77% (203).

Considerações finais

A constituição de um mercado de certificações alimentares é consequência direta das transformações na governança da rede agroalimentar e do papel de proeminência das redes de supermercado. No Brasil, as regiões produtivas do agronegócio da fruticultura localizadas no Nordeste brasileiro têm se destacado nesse mercado por serem o grande foco de produção para exportação. Logo, o nível de interação com as redes de produção global permite a participação de diferentes agentes econômicos que atuam num contexto multiescalar.

A complexidade de tal processo é perceptível quando se observa a constituição de novas atividades oriundas do poder normativo de uma gama de agentes hegemônicos, sejam eles estatais e/ou não estatais. Esses agentes compreendem desde os mais poderosos grupos do varejo alimentar do mundo, fornecedores especializados, empresas de inspeção e auditoria até a participação de assentados da reforma agrária e/ou trabalhadores rurais nas fazendas espraiadas pelo sertão nordestino. Como resultado, observa-se um jogo escalar no qual na arena local verifica-se uma maior densidade normativa do território cujo controle pode ocorrer tanto na produção como no próprio mercado de trabalho local e regional mediante a assunção de novas práticas e comportamentos ligados ao cotidiano no trabalho. Na escala internacional, assiste-se ao que muitos denominam de “*control at distance*”, “vigilância da produção”, ou seja, o controle de agentes externos através da criação de instrumentos de governança a exemplo das próprias certificações.

A certificação GLOBALG.A.P., pelo seu grau de difusão, aceitabilidade e exigência tem se transformado numa norma a princípio voluntária por parte dos fornecedores e produtores, mas de fato mandatória. Já que sua exigência é um dado básico para quem almeja participar dos fluxos de exportação para o competitivo mercado europeu.

A Geografia tem dado uma grande contribuição ao destacar as dinâmicas territoriais envolvidas na constituição de redes de produção que conectam territórios e regiões ao funcionamento da economia global. O padrão de interação espacial resultante de tais processos constitui um grande desafio para a pesquisa. Nesse sentido, faz-se imprescindível que os estudos sobre as regiões produtivas do agronegócio incorporem na sua análise a multiescalaridade e a multifuncionalidade dos agentes econômicos.

Referências

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. *A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho*. 2012. 376p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2012.

CAMPBELL, Hugh; LAWRENCE, Geoffrey; SMITH, Kiah. *Audit Cultures*

and the Antipodes: The Implications of EurepGAP for New Zealand and Australian Agri-food Industries. In: MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan (Orgs.) *Between the Local and the Global* (Research in Rural Sociology and Development), v. 12, Emerald Group Publishing Limited, p. 69-93, 2006.

CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Política & Trabalho* (UFPB. Impresso), v. 40, p. 35-62, 2014.

DORR, Andrea Cristina; GROTE, U. The role of certification in the Brazilian fruit sector. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, p. 539-571, 2010.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí e leste de Tocantins*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 25-44.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *Acta Geográfica* (UFRR), v. 1, p. 13-32, 2013a.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). *Espaço e energia*. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b, p. 201-220.

FUCHS, D.; KALFAGIANNI, A. The Causes and Consequences of Private Food Governance. *Business and Politics*, 12 (3), p. 145-181, 2010.

GONÇALVES, A. F. O conceito de governança. In: *Anais do XIV Congresso Nacional CONPEDI*, Fortaleza, 2005.

HATANAKA, Maki; BUSCH, Lawrence. Third-Party Certification in the Global Agrifood System: an Objective or Socially Mediated Governance Mechanism? *Sociologia Ruralis*, v. 48, p. 73-91, 2008.

HAVINGA, Tetty. Private regulation of food safety by supermarkets. *Law & policy* 28(4), p. 515-533, 2006.

HENSON, Spencer. The role of public and private standards in regulating international food markets. *Journal of International Agriculture Trade and Development*. n. 4, v.1, p. 63-81, 2008.

HENSON, Spencer; HUMPHREY, John. Codex Alimentarius and private Standards. In: MEULEN, Bernd van der (Org.). *Private food law: governing food chains through contract law, self-regulation, private standards, audits and certification schemes*. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, p. 149-174, 2011.

HUBBARD, P.; KITCHIN, R.; BARTLEY, B.; FULLER, D. *Thinking geographically: space, theory, and contemporary human geography*. London: Continuum, 2002.

HUGHES, Alex. Supermarkets and the ethical trade/fair trade movement: making spaces for alternatives food authorities In: LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.). *Supermarkets and Agri-food Supply Chains: transformations in the production and consumption of foods*. London: Edward Elgar, p.173-191, 2007.

HUGHES, Alex. Geographies of exchange and circulation: alternative trading spaces. *Progress in Human Geography*, 29(4), p. 496-504, 2005.

HUXLEY, Margo. Space and government: governmentality and geography. *Geography Compass*, n. 5, v. 2, p. 1.635-1.658, 2008.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya, R. *Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental*. 270p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. Comunicado da Comissão: orientações da UE sobre as melhores práticas para o funcionamento dos sistemas voluntários de certificação dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios. *UNIÃO EUROPEIA*, p. 5-11, 2010.

KALFAGIANNI, Agni; FUCHS, Doris. Global Gap. In: *Business Regulation, Non-State Actors and Development*. REED, Darryl; UTTING, Peter; MUKHERJEE-REED, Ananya. New York: Routledge, 2011.

LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. Understanding supermarkets and agri-food supply chains. In: LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.). *Supermarkets and Agri-food Supply Chains: transformations in the production and consumption of foods*. London: Edward Elgar, p.1-28, 2007.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governando o presente*. São Paulo: Paulus, 2012.

MIRANDA, Edson. *Chapéu de palha: o segundo governo Arraes*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1991.

NAIM, Moisés. *O fim do poder: nas salas de diretoria ou nos campos de batalha, em Igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?* São Paulo: Leya, 2013.

NYE JR., Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

OOSTERVEER, P; GUIVANT, J. S.; SPPARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (Org.). *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, p. 13-58.

OOSTERVEER, Peter. *Global governance of food production and consumption: issues and challenges*. London: Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

PEGLER, L. J. Sustainable value chains and labour – linking chain and “inner drivers” – from concepts to practice. *ISS Working Papers Series*. n. 525, p. 1-42, 2011.

PONTE, Stefano. Convention theory in the Anglophone agro-food literature: past, present and future. *Journal of Rural Studies* 44: 12-23, 2016.

PONTE, Stefano; GIBBON, Peter; VESTERGAARD, Jakob. *Governing through standards: origins, drivers and limits*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

RHODES, R. A. W. Understanding governance: ten years on. *Organization Studies*, v. 28, n. 8, p. 1.243-1.264, 2007.

_____. The new governance: governing without government. *Political Studies*, 44 (5), p. 652-667, 1996.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

STOKER, Gerry. Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*, 50(155), p. 17-28, 1998.

WILL, Margret. In: MEULEN, Bernd van der (Org.). *Private food law: governing food chains through contract law, self-regulation, private standards, audits and certification schemes*, Wageningen: Wageningen Academic Publishers, p. 203-228, 2011.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o fortalecimento dos mercados. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

Rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura¹

Maria Lucenir Jerônimo Chaves

Introdução

O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país (MENDONÇA, 2013), guarda correspondência com a noção de *agribusiness*², criada pelos professores estadunidenses John Davis e Ray Goldberg, nos anos 1950, no âmbito da área de Administração e *Marketing* (DAVIS; GOLDBERG, 1957, apud MEDONÇA, 2013). O *agribusiness* foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados nas esferas industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços.

O modelo do agronegócio importado dos EUA para a América Latina, incluindo o Brasil, ganhou base política e ideológica por meio da criação da Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD), que exercia o papel de fortalecer empresas privadas³ do agronegócio (MENDONÇA, 2013). No Brasil, a palavra agronegócio é empregada para justificar a criação das cadeias produtivas que visam

¹ Este texto é parte da tese de doutorado denominada “Agronegócio e urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN-CE)”, que teve a orientação da professora Denise Elias, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE.

² O termo *agribusiness* foi utilizado pela primeira vez em 1955, durante a palestra de John H. Davis na conferência do Retail Trade Board, em Boston/EUA. Na introdução do livro *A Concept of Agribusiness*, o vocábulo é descrito como “[...] as operações que envolvem manufatura e distribuição de suprimentos agrícolas, operações produtivas nas fazendas, armazenamento e processamento, distribuição de *commodities* agrícola e produtos gerados a partir destas” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, apud MEDONÇA, 2013, p. 2).

³ Cargil, Monsanto, Borden Inc., Caterpillar Tractor Company, CPC Internacional, Dow Chemical entre outras, além dos bancos Rabobank, Nederland S.A., Bank of America, Girard Bank etc. (MENDONÇA, 2013).

agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais à agricultura. As cadeias produtivas são descritas por Castro (2002) como subsistemas de um sistema mais amplo denominado agronegócio.

São características do agronegócio: a crescente interdependência em relação aos demais setores econômicos e ao crescimento geral da economia; o funcionamento regulado pela economia do mercado; a integração de capitais com suporte na centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc. Para atender a essas diversas atribuições, surgiram as redes agroindustriais que, para Elias (2011, p. 155),

[...] associam-se a todas as atividades inerentes ao agronegócio, seja a agropecuária propriamente dita, sejam as atividades que antecedem essa produção e lhe são fundamentais (pesquisa agropecuária, produção de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, fertilizantes etc.), sejam as atividades de transformação industrial cuja matéria-prima provém da atividade agropecuária, seja de distribuição dos alimentos prontos etc.

As redes agroindustriais que atendem ao agronegócio respondem às novas demandas e padrões do “consumo produtivo agrícola” (ELIAS, 2006; 2011, 2013) que se relaciona, entre outros aspectos, aos comércios de sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas, serviços de consultorias, assistência técnica, crédito etc. A consolidação desse consumo traz influxos à cidade e à rede urbana. Assevera Elias (2011), a importância de reconhecer a especificidade nas formas de produção e de apropriação do espaço urbano nas distintas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA), (ELIAS, 2013). Esses espaços, segundo a autora, são “territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber expressivos investimentos inerentes ao agronegócio globalizado” (ELIAS, 2011, p. 153). Com efeito, as novas funções urbanas, a especialização funcional, a divisão interurbana do trabalho surgidas no contexto do agronegócio globalizado são de fundamental importância para entender as cidades e sua rede urbana.

A rede urbana, na compreensão de Corrêa (1989), é reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho. Isso acontece, ainda com base no autor, à medida que a lógica capitalista diferencia os centros urbanos ou quando os agentes locais, na intenção de reduzir custos e

maximizar lucros, criam vantagens locacionais diferenciadas que produzem diferenciação espacial e especialização funcional dos centros.

Neste capítulo, propõe-se compreender o modo como se configura a rede urbana em função do agronegócio da fruticultura em região produtiva polarizada pela cidade de Mossoró, com suporte nas áreas agrícolas modernas do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Esse processo foi possibilitado pela instalação de empresas agrícolas e das redes agroindustriais, por um mercado de trabalho agrícola e pelo apoio do estado por via de suas políticas públicas de incentivos fiscais e melhoramento de estradas e de sistemas de comunicação, tornando as áreas da fruticultura para exportação do Rio Grande do Norte e do Ceará um espaço articulado pela lógica do modelo do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011). A integração espacial com base na produção de mercadorias, nos variados processos de trabalho, na mobilidade da mão de obra entre distintos lugares, torna-se uma necessidade circunscrita do capital (BRANDÃO, 2007), portanto, a integração possui um papel crucial para a mobilidade de capital e de trabalho (HARVEY, 2005). Esse autor ainda esclarece que “a integração espacial no capitalismo amplia a escala do desenvolvimento geográfico desigual, em sua tendência de unificar os fatores produtivos sob a lógica de mercado” (p. 110).

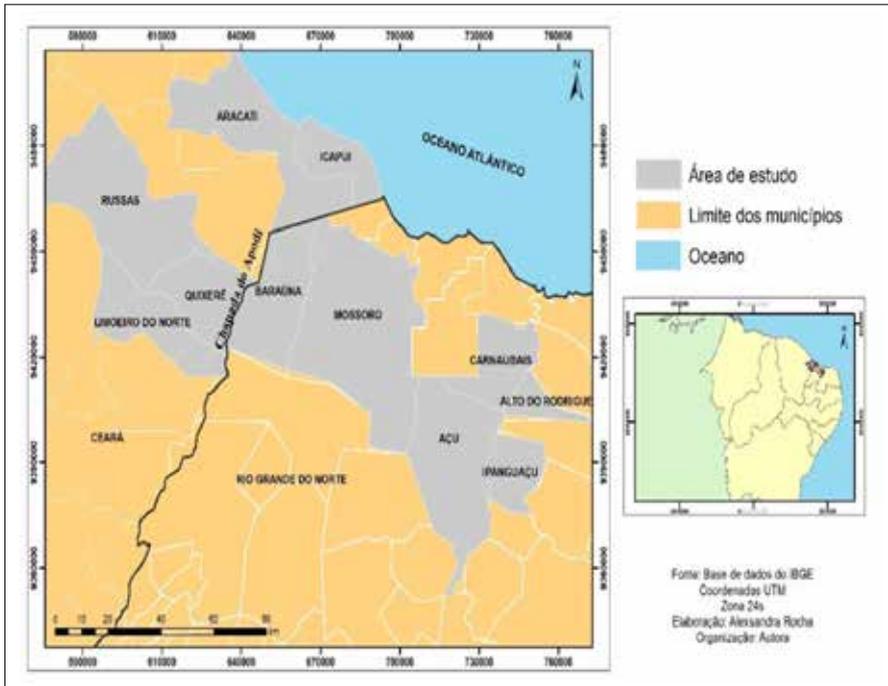
Segundo Elias (2006, 2011, 2012, 2013), a difusão do agronegócio no Brasil como um todo, incluindo o Nordeste, é responsável por novas regionalizações, a exemplo da Região Produtiva da Agronegócio da Fruticultura, composta por municípios na fronteira entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará (Figura 1), que compreende municípios das Mesorregiões do Vale do Jaguaribe/CE⁴ e do Oeste Potiguar/RN⁵, principalmente Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Aracati e Icapuí, no Ceará, e Mossoró, Baraúna, Ipanguaçu, Carnau-

⁴ Para o IBGE (2002) compreende quatro microrregiões. Destas, a do Baixo Jaguaribe (municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte), e a do Litoral de Aracati (Aracati, Fortim, Icapuí, Itaiçaba) têm municípios que compõem a região delimitada para o estudo.

⁵ Para o IBGE (2002) compreende sete microrregiões. Destas, a de Açu (municípios de Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael) e a de Mossoró ou Alto Oeste (Mossoró, Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel e Tibau) têm municípios que compõem a região delimitada para o estudo.

bais, Açu e Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte. O motivo da escolha desses municípios para estudo decorre da difusão do agronegócio de frutas (especialmente melão e banana) para exportação sob o domínio de empresas agrícolas nacionais e multinacionais.

Figura 1
Região Produtiva do Agronegócio da Fruticultura (RN-CE)



A intensificação do capital no campo com a difusão do agronegócio da fruticultura diversifica e faz crescer o consumo produtivo agrícola, que incrementa a urbanização, as cidades, e impõe mudanças na configuração da rede urbana. Esse tipo de consumo, na opinião de Elias (2013), é um dos elementos estruturantes da economia urbana nas regiões produtivas do agronegócio. As cidades que passam a atender às novas demandas da agricultura modernizada, desde os fixos das redes agroindustriais nelas sediadas, exercem novos papéis urbanos de grande significância na escala local e regional.

Santos (1996, p. 67) chama atenção para o fato de que, nas re-

giões agrícolas modernas, as cidades, pelo fato de “abrigarem atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas... não exclui uma hierarquia de respostas ao sistema urbano regional”, uma vez que em uma cidade, quando inserida nas redes do agronegócio globalizado, a articulação com lugares distantes pode chegar a ser mais intensa do que com as demais de sua rede urbana.

A rede urbana de atendimento ao agronegócio da fruticultura não difere de uma lógica maior de organização do espaço. Desse modo, não está dissociada de uma construção histórica permeada por mudanças aliadas a determinantes de ordem econômica, política e cultural em que os agentes sociais defendem interesses diferenciados. Corrêa (2001, p. 94) chama atenção que a rede urbana se refere a um

[...] conjunto de centros funcionalmente articulados, constituem-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais, tornando-as mais complexas com as transformações socioespaciais e econômicas na sucessão dos diferentes períodos históricos determinados.

Para a análise da rede urbana polarizada por Mossoró em função do agronegócio da fruticultura, considerou-se a noção de região produtiva do agronegócio que vem sendo trabalhada por Denise Elias (2006, 2011, 2013), assim como as pesquisas realizadas pelo IBGE sobre a área de influência da cidade.

A observação da paisagem (fixos) e do movimento (fluxos) associados ao agronegócio da fruticultura durante os trabalhos de campo realizados na região estudada (Figura 1), tanto nas áreas agrícolas quanto nas cidades, especialmente durante os anos de 2013 e 2014, foram de fundamental importância para melhor entender a dinâmica urbana e regional geradoras de interações das cidades. Por ocasião desses trabalhos de campo, realizamos entrevistas com agentes responsáveis pelas empresas agrícolas (gerentes), agroquímicas e agromecânicas (gerentes e técnicos de venda), assim como alunos universitários, trabalhadores agrícolas e administrativos das empresas agrícolas e representantes de entidades públicas.

1. A centralidade de Mossoró e suas interações espaciais não evidenciadas pelas Regics/IBGE

O processo histórico de uma sociedade reflete e condiciona a gênese e a dinâmica de uma rede urbana. Ambas (gênese e a dinâmica) conferem a essa rede uma natureza social, torna-a uma dimensão socioespacial da sociedade, refletindo e condicionando a sociedade que a engendrou (FRESCA, 2004).

A matriz da rede urbana potiguar organizou-se com base na economia agroexportadora, tornando-se mais consolidada com o surgimento das indústrias de beneficiamento de produtos regionais. Com relação a esse tema, Clementino (1995, p. 91) chama atenção para o fato de que

[...] somente com a industrialização é que sofrerá modificações adequadas a um desenvolvimento voltado para dentro... **por outro lado**, as transformações produtivas, a partir dos anos 1970, não contribuem para o maior equilíbrio da rede urbana; reforçam o caráter polarizador da urbanização.

No sertão do Rio Grande do Norte, sobressaiam as cidades de Caicó, Macau, Açú, Mossoró, Pau dos Ferros e Apodi. Os papéis dessas cidades variavam entre centros coletores e de redistribuição da produção regional (couro, algodão, fruta de oiticica, cera de carnaúba⁶ etc.) e centros de beneficiamento de produtos agrícolas. A cidade de Mossoró, historicamente destacou-se na rede urbana do estado, mantendo interações espaciais com cidades de sua hinterlândia que formam sua região de influência.

No início do século XX, Mossoró era importante centro de comércio e de administração do beneficiamento do algodão e de cera de carnaúba do sertão, como também da produção salineira. Nos anos 1920, com base em Rocha (2009), das cinco mais importantes firmas comerciais do Rio Grande do Norte, três estavam sediadas em Mossoró. Mariz e Suassuna (2002) chamam atenção para o fato

⁶ Cascudo (1984) comenta que, nos anos 1940, a extração da cera de carnaúba foi destaque na economia do estado, especialmente no Vale do Açú. Os carnaubais eram encontrados nos municípios de Pau dos Ferros, Mossoró, Apodi, Augusto Severo, Caraúbas, Angicos e Macau.

de que nos anos citados, as mais importantes empresas comerciais de Mossoró foram Felinto Elysio (algodão), M.F. Fonte e Cia. (algodão e sal), Tertuliano Fernandes e Cia. (sal), Jerônimo Rosado (mármore e gipsita).

Essas atividades estão na base da organização do espaço, da reprodução econômica e ascensão política de um grupo familiar que vem se reproduzindo no poder na esfera municipal de Mossoró e no âmbito estadual – a família Rosado. Sua permanência no panorama econômico e político, de acordo com Felipe (2001), advém tanto pela boa situação financeira adquirida com o sucesso dos negócios na perspectiva empresarial, sobretudo com a extração da gipsita, como também pela imagem instituída de homens preparados para a política. Aquelas atividades também contribuíram para que Mossoró se tornasse um polo centralizador de decisões sobre a exportação do algodão, sal e cera de carnaúba, advinda de sua região de influência e para uma posição destacada na rede urbana do Rio Grande do Norte.

Nos anos 1970, durante a ditadura militar, quando o governo brasileiro lançou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), estava imbuída a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que delineava, no âmbito das microrregiões brasileiras, as estratégias concernentes aos centros urbanos de porte médio previstas no Programa Cidades Médias, criado em 1975. Para Corrêa (2007), essas cidades tornaram-se uma referência para o direcionamento de políticas de planejamento com interesse em incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais.

No caso de Mossoró, consoante Rocha (2009), o programa favoreceu a aquisição de investimentos no seu espaço intraurbano voltados à pavimentação de ruas e avenidas, à implantação de importantes equipamentos urbanos, como conjuntos habitacionais e terminal rodoviário, bem como para a ampliação da oferta de serviços especializados (estética, lazer, bancário, saúde, educação, hotelaria). Esses investimentos trouxeram melhorias ao seu conteúdo urbano e contribuíram para melhorar o atendimento à demanda de sua área de influência.

Esses investimentos tornam a cidade de Mossoró mais atrativa a outros capitais, sejam ligados às empresas agroquímicas e agromecânicas, à pesquisa agropecuária, seja como o lugar mais adequado aos escritórios das empresas agrícolas sediadas no campo.

A região de Mossoró, conforme informação de Santos (2010), baseada numa publicação da década de 1980 (BRITO, 1987), já se apresentava eminentemente agropecuária nesse período. A cidade de Mossoró destacava-se na comercialização de insumos agrícolas monopolizada pela Companhia de Fomento Agrícola Norte-Rio-Grandense (COFAN) que redistribuía para sua área de influência, dentro do seu estado, Rio Grande do Norte:

[...] naquela época, as máquinas agrícolas demandadas pelo setor agrícola já eram compradas em Mossoró... a área das vendas de Mossoró abrangia cerca de 22 municípios. Mossoró não comprava insumos nem em Fortaleza nem em Natal para revender, isto indica que naquele momento já havia trocas entre Mossoró e os estados do Sudeste, sem passar pela intermediação de outras cidades (SANTOS, 2010, p, 129).

No estudo denominado Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, realizado pelo IBGE (1972), baseado na definição da classificação das hierarquias dos centros urbanos, assim como na demarcação de suas áreas de influência, a cidade de Mossoró apareceu no segundo nível, categoria b⁷, realizando relacionamentos com municípios contíguos a sua área de influência dentro do Rio Grande do Norte (Figura 2).

No estudo das REGICs seguintes (IBGE, 1987) que define as centralidades urbanas decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população, Mossoró foi considerada capital regional. Esta, em linhas gerais, corresponde aos centros que expressam em comum o fato de se situarem no âmbito de uma determinada rede urbana regional de distribuição, em posição imediatamente inferior à da metrópole regional. Esse documento mostrou a exis-

⁷ As cidades foram classificadas como centros de relações, com suporte no conjunto de vínculos mantidos com um espaço que, conforme sua dimensão, seria fundamentada com o uso de determinados critérios, como a soma de pontos para os tipos de relações econômicas e certos fluxos econômicos (REGIC, 1972).

tência de interações espaciais de Mossoró com as cidades de Souza e Cajazeiras, na Paraíba (Figura 2).

Nas referidas REGICs aparecem interações espaciais de Mossoró com vários municípios que constituem a sua área de influência dentro do seu estado, inclusive referente ao atendimento ao consumo produtivo agrícola. Embora não seja mencionada nenhuma ligação comercial com cidades da Mesorregião do Vale do Jaguaribe, no Ceará, ela existia em função de bens vinculados ao consumo consumptivo (SANTOS, 1996) – tais como de produtos alimentícios, agrícolas, vestuários – e do serviço de educação, como veremos a seguir.

Ao buscar vestígios de interações espaciais de Mossoró com cidades da região de estudo no Ceará, antes da difusão do agronegócio da fruticultura, encontramos o artigo de Silva (2009) que relata a existência de comerciantes daquela cidade que compravam algodão em Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Russas. Ademais, Soares (1999) adverte haver um comércio de frutas (pomares/pequenas propriedades) na região do Baixo Jaguaribe com a cidade de Mossoró, em especial com Limoeiro do Norte.

No ano de 1962, iniciava a linha de transporte Limoeiro do Norte-Tabuleiro do Norte-Mossoró via Chapada do Apodi⁸ (DIÁRIO DO NORDESTE, 2008), durante três a quatro dias por semana. Era comum a venda de produtos do campo na cidade de Mossoró e a compra de produtos industrializados de consumo das famílias na referida cidade pelos passageiros cearenses.

Rocha (2009) ressalta que, em 1967, foi criada a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) e, em 1968, foi instituída a Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte, transformada em Universidade Estadual, a UERN, o que fez ampliar a oferta do serviço de educação superior no oeste potiguar⁹ e gerar um fluxo de alunos da Mesorregião do Vale do Jaguaribe. Essas interações espaciais foram favorecidas, entre outros as-

⁸ Ainda no ano de 2014, do século XXI, essa linha permanece.

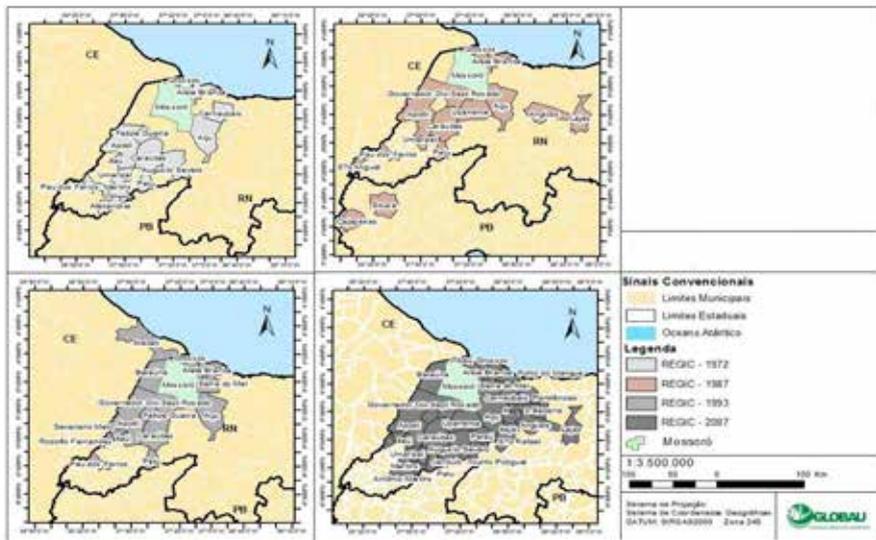
⁹ É formada pela união de 62 municípios agrupados em sete microrregiões. Os municípios mais importantes dessa mesorregião são: Mossoró, Açu, Areia Branca, Apodi, Pau dos Ferros, São Rafael, Caraúbas, Patu, Tibau, São Miguel, Umarizal e Alexandria (IBGE, 1993).

pectos, segundo Silva (1978), devido à distância dos municípios cearenses em relação a Fortaleza (cerca de 200 km), a precariedade das vias de acesso e a proximidade geográfica com o Rio Grande do Norte.

Assim como nas REGICs anteriores, nas publicadas em 1993 e 2007 não aparecem as cidades cearenses destacadas em nosso estudo, com exceção de Aracati, que em 1993 aparece como polarizada por Mossoró. Nessa REGIC foi considerado um conjunto de funções centrais que permitissem refletir níveis de centralidades das cidades brasileiras, por meio dos censos de comércio e de serviços, bem como outros trabalhos que acrescentassem informações complementares à estrutura funcional das cidades (REGIC, 1993). Identificados os níveis de centralidade, buscava-se conhecer em primeiro lugar, os municípios de procedência das pessoas que ordinariamente procuravam a sede municipal para comprar produtos e utilizar serviços relacionados as suas necessidades. Em segundo lugar, as cidades onde os moradores do referido município iam normalmente comprar produtos e procurar serviços que poderiam ser encontrados onde moravam. Mossoró apareceu como centro regional, classificado com uma centralidade de “forte para média”, estando entre 108 cidades denominadas de centros sub-regionais.

Na REGIC de 2007, foi levado em conta o aprofundamento da globalização na economia brasileira e da revolução tecnológica, sendo privilegiada a função da gestão do território, definidora de hierarquias urbanas. A introdução de novas tecnologias, as alterações nas redes técnicas e o avanço da fronteira do capital sob o domínio de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais infundiram modificações marcantes no território. Isso criou a necessidade de atualizar o estudo das REGICs para dar conta da nova realidade socioespacial e econômica brasileira. Tais mudanças, associadas ao avanço da divisão técnica e territorial do trabalho, estimularam a organização em redes – de produção e distribuição, de prestação de serviços, gestão política e econômica – cujos nós se constituem pelas cidades.

Figura 2
Região de influência de Mossoró segundo as REGICs/IBGE (1972, 1987,1993, 2007)



Fonte: CHAVES, 2014.

Naquela REGIC, Mossoró é classificada como Capital Regional C¹⁰, estando entre os centros que têm um padrão de localização regionalizado (REGIC, 2007). Mossoró apresentava, então, uma área de influência que compreendia aproximadamente 650 mil habitantes, distribuídos por 39 municípios, todos no seu estado. Esse contingente populacional representava mais de 21% do total da população potiguar. Os municípios de sua área de influência contemplavam três níveis hierárquicos: Subcentro Regional (Açu), Centros de Zona (Patu, Umarizal, Apodi) e Centros Locais¹¹ (Figura 2). Ressalta-se que nem os bens e nem os serviços associados ao consumo produtivo agrícola e ao consumo consumptivo, tampouco os fluxos relacionados ao atendimento a esses consumos que possibilitavam relações espaciais de Mossoró com cidades como Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré foram identificados pelo IBGE nos seus estudos.

¹⁰ Centros que se relacionam com o estrato superior da rede urbana, com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior aos das metrópoles.

¹¹ Cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites de seus municípios, servindo apenas aos seus habitantes (IBGE, 2007, p. 7).

Santos (2010) chamou atenção para o raio de alcance do comércio e serviços agrícolas das empresas instaladas em Mossoró, em virtude da difusão do agronegócio de frutas tropicais, chegando aos municípios de Quixeré, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas e, ainda, para alguns municípios da Paraíba (Região do Seridó). Elias, Pequeno e Romcy (2012) chamaram atenção para outros municípios da Mesorregião do Vale do Jaguaribe inseridos nas relações de cunho comercial e de prestação de serviços, como é o caso de Aracati, em função do agronegócio, e de Icapuí, pela extração de petróleo.

2. Configuração da rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN-CE)

Neste item iremos nos deter na configuração de uma rede urbana polarizada por Mossoró, dando ênfase às interações espaciais que passaram a ocorrer em função da demanda gerada pela expansão do agronegócio da fruticultura, o que veio ampliar as suas interações com cidades cearenses cujos municípios se destacam pela produção de frutas para exportação. Refere-se aqui a uma rede urbana que amplia sua escala de atuação para atender a um consumo produtivo gerado no processo de modernização da agricultura regional.

As vendas de insumos e maquinários agrícolas (fertilizantes, agrotóxicos, tratores, peças de reparo de máquinas, entre outros) em Mossoró ocorrem da seguinte maneira: a grande empresa agrícola (campo) vai até a empresa comercial de insumos sediada na cidade de Mossoró para realizar a compra. Quando são multinacionais, como a Del Monte Fresh Produce, a Fyffes Pineapples Limited, as compras em Mossoró ocorrem com menor frequência, pois costumam ser feitas diretamente nas matrizes das multinacionais no Sul e Sudeste do Brasil, ou diretamente na matriz no exterior. Quando fazem compras em Mossoró, as empresas comerciais mediam a venda, ficando acordados o valor da compra, as condições de pagamento, o dia e o modo de entrega. Também ocorre venda do estoque próprio das empresas comerciais para empresas agrícolas nacionais e de origem da própria região.

Malgrado, existe um acordo, considerando também a notificação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), entre as empresas agroquímicas e agromecânicas para não ultrapassarem com suas vendas de insumos agrícolas os seus territórios delimitados para vendas, ou seja, não ultrapassarem a fronteira do estado no qual estão sediadas. Isso ocorre quando uma empresa, como a Agrícola Famosa, que tem fazendas nos dois estados, compra seus insumos em Mossoró e leva para suas fazendas no Ceará. A Del Monte, que se apropriou de grandes extensões de terra na região produtiva do agronegócio da fruticultura, compra insumos agrícolas em Mossoró para atender às demandas urgentes e os transporta para suas fazendas no Ceará. A W. G. Fruticultura compra insumos nessa última cidade citada e os transporta para suas fazendas nos municípios de Quixeré e Aracati (no Ceará)¹².

Na Figura 3, as linhas mais espessas representam, ao mesmo tempo, maiores quantidades de insumos solicitados por compra durante o ano e visitas técnicas às empresas agrícolas, objetivando fazer o marketing de um produto e/ou prestar uma assistência técnica sobre o seu uso. Os deslocamentos de entrada e saída de insumos e técnicos de Mossoró ocorrem com maior frequência para os municípios de maior concentração de produção de frutas para exportação: Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Açu, Baraúna, no Rio Grande do Norte; e Quixeré, Limoeiro do Norte, Russas, Aracati, Icapuí, no Ceará, onde se encontram as fazendas, cooperativas e associações. Nas entrevistas nas empresas comerciais de Mossoró, tanto com gerentes quanto com técnicos responsáveis pelas compras, foram salientadas vendas para outros municípios fora da região produtiva estudada, como Serra do Mel, Caraúbas, Governador Dix Sept Rosado, Apodi e outros, todos no Rio Grande do Norte.

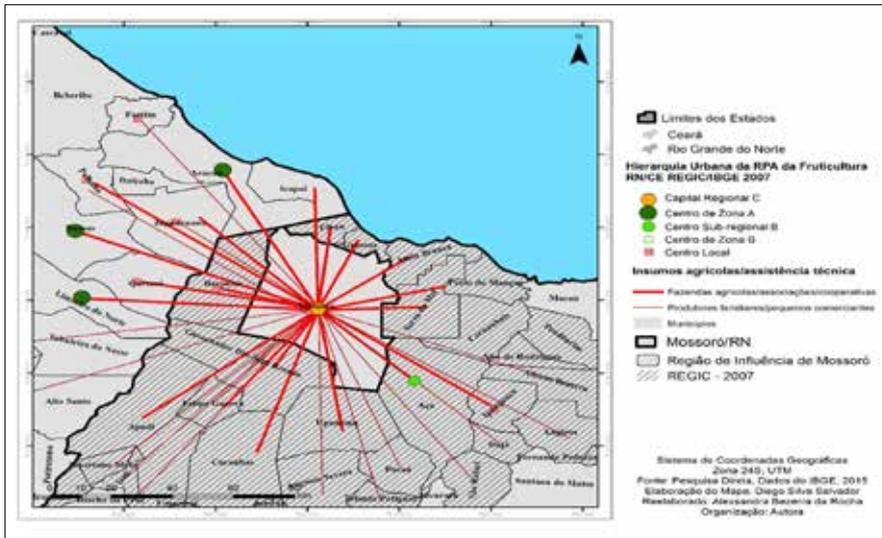
Os médios e pequenos produtores de frutas que fazem parceria com as grandes empresas agrícolas também compram insumos na cidade de Mossoró. Está incluso nessa parceria a compra de tais insumos por parte das referidas empresas.

¹² De acordo com entrevista realizada com gerente da empresa W.G. Fruticultura no dia 15/03/2013.

As linhas com menor espessura na Figura 3 representam menor volume de vendas por compra, realizado pelos produtores familiares e pequenos comerciantes. Quantitativamente, cada compra efetuada é inferior a das empresas agrícolas, mas, quando considerado o grande contingente de produtores familiares e de pequenas casas comerciais que revendem insumos das empresas comerciais de Mossoró, não é um volume pequeno, chegando a gerar uma margem de lucro significativa para as empresas da referida cidade¹³. Pode-se perceber, na Figura 3, um grande número de pequenos municípios do Rio Grande do Norte, e também do Ceará, que mantêm interação espacial com Mossoró.

Os pequenos produtores familiares são induzidos a comprar os insumos agrícolas por via dos custeios agrícolas oferecidos pelo estado, o que só vem favorecer mais o lucro das empresas que vendem os agrotóxicos. Na região produtiva do agronegócio, e fora dela, esses produtores são maioria. Geralmente, eles se deslocam de automóvel até as lojas de revenda de seus municípios.

Figura 3
Mossoró: a venda de insumos agrícolas e assistência técnica associada ao uso do produto



¹³ Informações obtidas durante os trabalhos de campo em Mossoró realizados no ano de 2014.

De acordo com Kageyama (1990), o crescimento do uso de agrotóxicos, máquinas agrícolas, entre outros, tem ligações com as políticas adotadas pelo país, que remontam aos anos 1960, em especial ao ano de 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos e mecânicos, o que veio contribuir para consolidar o modelo de agricultura baseado no uso de sementes melhoradas, forte mecanização, adubação química. Desde então, a pesquisa, o ensino, o crédito e a assistência técnica oficial voltaram-se para a promoção dessa agricultura.

A disseminação dos agrotóxicos foi favorecida pelo Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (1975), que fazia parte do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o qual previa recursos financeiros para a instalação de empresas nacionais e de multinacionais representantes das redes agroindustriais de insumos agrícolas. Também não podemos esquecer as isenções fiscais e tributárias concedidas, até hoje, ao comércio de agrotóxicos dentro dos estados brasileiros.

O uso dos agrotóxicos tem gerado muita polêmica no mundo e no Brasil. De acordo com reportagem da revista *Carta Capital* (2015), o Brasil ainda utiliza agrotóxicos proibidos em países da Europa e nos Estados Unidos, como as substâncias acefato e fosmete, mantidos no mercado nacional. Não diferente, na região produtiva do agronegócio da fruticultura, a luta contra o uso indiscriminado dos agrotóxicos agrega representantes dos movimentos sociais, da Igreja Católica, da universidade e dos camponeses.

A difusão do agronegócio da fruticultura gera uma demanda não apenas de insumos agrícolas, mas também de um atrativo mercado de trabalho numa região de abundante mão de obra barata composta por produtores sem terra, pequenos proprietários de terra, e mão de obra especializada que compreende os trabalhadores envolvidos na gestão político/administrativa e no acompanhamento do processo produtivo das frutas; os que trabalham nos escritórios na cidade e no campo (secretaria, técnicos em marketing, em contabilidade, em vendas, advogados); no acompanhamento

direto ao processo de produção, propriamente dito, nas fazendas (gerentes, técnicos agrícolas, agrônomos, técnicos em irrigação); e nos seus refeitórios (nutricionistas, tecnólogos em alimentos). Esses técnicos realizam um movimento pendular de Mossoró para os demais municípios da região produtiva do agronegócio da fruticultura (RN-CE).

Para fora da região, esse movimento não tinha a mesma expressividade no cotidiano no período em que a pesquisa foi realizada. Os fluxos de mão de obra especializada são para Quixeré, Limoeiro do Norte, Russas e Aracati/CE e Baraúna, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Carnaubais/RN, que se deslocam em transportes próprios e/ou das empresas onde trabalham.

Como o agronegócio exige mão de obra qualificada, os governos estadual e federal e a iniciativa privada investem na formação de mão de obra e instalam unidades de ensino superior em cidades estratégicas como Mossoró/RN e Limoeiro do Norte/CE. Muitos alunos procuram cursos que proporcionem um emprego na região e, por motivos diversos, não conseguem ir para Fortaleza ou Natal, ou optam por fazer uma universidade mais próxima de suas famílias, deslocando-se diariamente para Mossoró ou ficando a semana na cidade e retornando para suas casas no final de semana.

A cidade de Limoeiro do Norte é um ponto de concentração de alunos que vêm de cidades vizinhas para pegar transporte que os levam até Mossoró. Esse não é o único ponto de saída de alunos, uma vez que, de todas as cidades da região produtiva do agronegócio da fruticultura saem alunos para a cidade potiguar. O fluxo dos que fazem cursos de nível superior em Mossoró, entre eles os que optaram por profissões para as distintas atividades que envolvem o agronegócio, vai além dos municípios não identificados para a pesquisa.

Tudo isso revela a criação de horizontalidades (SANTOS, 1996) definidas pelos fluxos de produtores, trabalhadores, atividades de comércio e de serviços, reflexos da especialização produtiva da agricultura, o que proporciona uma ligação entre as cidades sem descontinuidade no espaço regional.

3. Complementaridade, cooperação e competição com Limoeiro do Norte (CE)

Limoeiro do Norte ganhou destaque na Mesorregião do Vale do Jaguaribe desde meados dos anos 1940, quando a cidade passou a ser sede de diocese. Nesse período, surgiram os serviços de educação e saúde, criados com o prestígio político do bispo Dom Aureliano Matos, para atender principalmente às famílias mais abastadas da vasta região. Atualmente, esses serviços ainda ensejam uma dinâmica que permite à cidade usufruir dessa antiga centralidade, atraindo um fluxo cotidiano de pessoas das cidades da mesorregião citada, o que muito contribuiu para a cidade de Limoeiro do Norte representar um importante centro regional. Este, para o IBGE (2007), possui uma influência restrita em relação à capital regional, podendo estar subordinado a essa capital e exercendo influência sobre núcleos urbanos menores.

Na REGIC (IBGE, 1972), Limoeiro do Norte, classificada como “Centro de Quarto Nível A”¹⁴, apresentava uma área de influência bastante reduzida no Vale do Jaguaribe, não sendo considerado o alcance dos serviços surgidos com a criação da diocese. Ressalta-se o de ensino superior, oferecido pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (1968), Unidade da Universidade Estadual do Ceará, e o de saúde por meio do Centro Executivo Regional de Saúde do Ceará (1969). A mesma área de influência continua sendo mostrada na pesquisa da REGIC (IBGE, 1987), quando ocupava a posição de “Centro de Zona”¹⁵, conquanto já existiam o serviço bancário, com a instalação de agência do Banco do Nordeste (1975), e o de atendimento à modernização agrícola por intermédio do Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (PROMOVALE), durante os anos de 1980.

Na REGIC de 1993, Limoeiro do Norte apareceu com uma área de influência bem maior (Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte,

¹⁴ Centros locais que se encontram diretamente vinculados aos centros regionais ou às metrópoles dentro de sua atuação direta (IBGE, 1972).

¹⁵ Considerado pelo IBGE como centros de menor porte, de atuação restrita a sua área imediata e que exercem funções de gestão elementares (IBGE, 1987).

São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Iracema, Potiretama, Ererê), embora essa área ainda fosse maior quando considerado o fluxo que chegava para o ensino superior e ensino técnico de nível médio – este, oferecido pelo Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Acrescentamos, ainda, os demais serviços públicos sediados na cidade: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), que atua no Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outros.

É importante considerar o fato de que, no final dos anos 1980 até os primeiros anos do século XXI, durante os governos de Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1998 e 1999-2002) e seus sucessores, sob a ideologia do desenvolvimentismo, foram pensadas políticas públicas para inserir o espaço cearense no mercado globalizado, tendo em vista favorecer a entrada de empresas multinacionais nesse espaço. As políticas públicas implementadas por esse governo visavam à interiorização do chamado desenvolvimento econômico com ações voltadas para o campo, o litoral e as cidades de porte médio¹⁶.

Segundo Shachar (2002), o governo privilegiava nessa política o segundo nível do sistema urbano cearense – as cidades intermediárias –, que têm o papel de “acolher população para reduzir a migração para Fortaleza, acolher atividades urbanas capazes de ser catalisadores regionais e acelerar a difusão geográfica do desenvolvimento” (SHACHAR, 2002, p. 55). Ressalta-se que, na rede urbana cearense, Limoeiro do Norte está entre as cidades intermediárias.

Mesmo com toda fragilidade que essa política apresentou e apresenta, alguns investimentos foram direcionados a essa última cidade, destinados à instalação de novos fixos – cita-se, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) –, e a refuncionalização dos já existentes – a Secretaria de Agricultura e Abastecimento Rural (SAAB), onde funciona uma unidade da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI), que cobre ações contra pragas, inspeção¹⁷ de produtos de origem

¹⁶ Como Sobral, Limoeiro do Norte, Russas, Iguatu, Juazeiro do Norte e Barbalha (SHACHAR, 2002).

¹⁷ Inspeção realizada via o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

vegetal, condutas em postos de vigilância zoofitossanitárias etc. Esses serviços conseguidos via política pública vieram beneficiar o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura nos municípios da Mesorregião do Vale do Jaguaribe. São também reflexos da difusão do agronegócio a existência, entre os anos de 1994 a 2006, de nove empresas comerciais de insumos agrícolas que vendiam agrotóxicos e implementos agrícolas para vários municípios da Microrregião do Baixo Jaguaribe¹⁸.

Parece estranho, mas, na REGIC de 2007 (IBGE, 2007), Limoeiro do Norte voltou a ter a mesma área de influência da REGIC de 1987 (IBGE, 1987). Porém, nesse ínterim, pelo que se tem mostrado em relação aos serviços e ao comércio voltados ao consumo produtivo agrícola, a cidade tinha uma área de influência bem maior. Assim, como no caso de Mossoró, a área de influência de Limoeiro do Norte com base nos serviços mencionados é muito maior do que tem sido mostrada nos estudos do IBGE.

Atividades ligadas à demanda do agronegócio da fruticultura, tanto em Limoeiro do Norte quanto em Mossoró, proporcionaram relações de complementariedade, cooperação e competição na rede urbana polarizada pela última cidade. Contribuem com essas relações os atributos técnicos e econômicos que a região oferece, entre outros, localização das cidades citadas e polarização espacial que as mesmas exercem, sistemas técnicos que proporcionam rápida circulação de pessoas, bens, informação e dinheiro, mão de obra especializada e braçal, interesses econômico-políticos dos agentes econômicos locais que se beneficiam com o conjunto de atividades demandadas pelo agronegócio da fruticultura.

O modelo do agronegócio gera especializações e complementaridades de todas as naturezas. A propagação do agronegócio na região produtiva do agronegócio da fruticultura (RN-CE) gera uma complementaridade próxima entre as cidades de Mossoró/RN e de Limoeiro do Norte/CE, a partir das empresas agrícolas, agrome-

- SISB-POA. Disponível em: <www.adagri.ce.gov.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

¹⁸ Compreende os municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte (IBGE, 2002).

cânicas, agroquímicas, instituições de ensino e trabalhadores que fazem parte dos circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1988) de frutas na região.

A complementaridade ocorre quando as mesmas empresas que se encontram, seja no campo (empresas agrícolas), seja na cidade (de insumos agrícolas e instituições de ensino), distribuem suas atividades para atender aos interesses do agronegócio da fruticultura. Elias (2013) fala de uma dispersão espacial da produção, tendo como consequências especializações e complementaridades de todas as naturezas.

Relata-se aqui o caso das empresas Terra Fértil e SC TEC, associadas ao consumo produtivo agrícola. A primeira tem matriz em Limoeiro do Norte e filial em Mossoró, havendo uma relação muito próxima na distribuição e comercialização de produtos e no intercâmbio de profissionais. A segunda tem filiais em Limoeiro do Norte e Mossoró e matriz na cidade do Recife/PE. A empresa SC TEC tem uma equipe técnica completamente integrada, com presença de funcionários que temporariamente já trabalharam em ambas as cidades, e a formação técnica de seus funcionários ocorre conjuntamente, quando oferecida pela matriz. Associam-se nesse caso, ações de natureza técnico-política e formativa que perpassam o contexto da venda e uso dos insumos.

Há complementaridade, mas também cooperação. Segundo Corrêa (2004, p. 68), “a cooperação tende a se dar entre centros nos quais há empresas com funções complementares e interdependentes entre si”. A interdependência das empresas, enfatiza o autor, enseja uma crescente cooperação entre os centros urbanos, resultando numa situação convergente, que, em síntese, privilegia interações complementares e a interdependência funcional. Nesse aspecto, a cooperação no âmbito da rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN-CE) não se constitui apenas de natureza estritamente econômica, a exemplo das empresas de insumos, mas também, do ponto de vista da formação de mão de obra, com origem nos institutos federais e universidades.

A cooperação/colaboração entre as empresas de insumos agrícolas é muito próxima da noção de complementaridade, porque

ocorrem com base na mesma atividade econômica e seus respectivos agentes. Ilustra-se a cooperação entre as cidades de Limoeiro do Norte e Mossoró por meio dos serviços de educação tecnológica oferecidos pela Universidade Federal do Semiárido (UFERSA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Referida cooperação favorecida pelas instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior que oferecem cursos voltados a diferentes atividades demandadas pelo agronegócio da fruticultura, deve ser compreendida num cenário mais amplo de propagação de uma política pública de criação de institutos federais¹⁹ e universidades particulares, pela elite política brasileira, com o propósito de responder às demandas de mão de obra para o mercado e apoio tecnológico às atividades econômicas estratégicas para alavancar o chamado desenvolvimento regional.

A UFERSA tem significativa atuação na oferta de cursos de graduação e pós-graduação voltados à formação de mão de obra especializada para o agronegócio regional, criando, assim, uma real possibilidade para alunos de cursos de nível médio e superior do IFCE de Limoeiro do Norte adquirirem uma graduação e pós-graduação. O que ocorre na região produtiva do agronegócio da fruticultura (RN-CE) é uma demanda por profissionais para a produção, o armazenamento, a certificação e comercialização de frutas. Podemos ainda dizer de um trabalhador que se insere e contribui no processo de reprodução de diferentes capitais associados ao modelo do agronegócio.

O estado contribui com uma cooperação na rede urbana regional não somente com os fixos educacionais, mas também, quando promove eventos sistemáticos, reunindo órgãos e entidades de serviços públicos e privados, envolvendo um grande número de agentes sociais que participam e defendem ações voltadas ao agronegócio. Um *workshop* sobre comercialização e uso legal de agrotóxicos realizado em Limoeiro do Norte, por exemplo, é de total interesse dos fruticultores e das empresas representantes das redes agroindustriais

¹⁹ Em Aracati e Ipanguaçu existem IFCE e IFRN respectivamente, mas não oferecem cursos para formação de mão de obra voltada ao agronegócio da fruticultura.

associadas às multinacionais agroquímicas dos municípios dos dois estados que compõem a região produtiva do agronegócio da fruticultura²⁰.

Em eventos dessa natureza, e outros mais que têm à frente o estado, são pensadas as condições materiais, técnicas, políticas e normativas para adequar o espaço regional à aquisição de novos investimentos, tornando-o atraente às empresas nacionais e internacionais que queiram investir no campo e na cidade.

Assim como existe complementaridade e cooperação, também ocorre competição na rede urbana, conforme analisado. O nível de competitividade de uma cidade depende da localização, dos fluxos de investimentos e da natureza de suas conexões com outras cidades (FIGUEREIDO; WALL, 2013). Isso faz parte de uma lógica mais ampla da qual os governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará participam e disputam, a “guerra dos lugares” como chamava Milton Santos (1996) – expressão utilizada para falar das especialidades dos municípios ao vender seu território como mercadoria às grandes empresas multinacionais.

Esse fenômeno ocorre tanto entre estados quanto entre cidades de uma rede urbana. Fala-se muito da guerra fiscal quando se refere à disputa de estados e municípios pela presença e busca de empresas para que possam se instalar lucrativamente, sobretudo nos aspectos fiscais. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 296), do ponto de vista da empresa, o mais importante é a guerra que elas “[...] desempenham para fazer com que os lugares, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista... uma busca de lugares produtivos”.

A competição entre aglomerações urbanas ocorre quando produtores em lugares diferentes operam no mesmo mercado (SCOTT; STORPERT, 2003 *apud* FIGUEIREDO; WALL, 2013). Na escala rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN-CE) existe uma competição interna das cidades de Mossoró e Limoeiro do Norte e en-

²⁰ Como o ocorrido em 2011, que teve o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a política estadual dos agrotóxicos e seu uso, conforme disposto na Lei Estadual nº 12.228/93, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 23.705/95.

tre elas. A competição interna inclui antigos comerciantes de insumos agrícolas e os novos representantes das multinacionais. Os primeiros, na sua maioria, não conseguem competir com aqueles que ofereceram um preço mais acessível na região, vendem em maior quantidade e disputam produtores, principalmente, os pequenos, sua principal clientela. A estratégia dos novos comerciantes é oferecer um *portfólio* da mais recente linha de insumos e assistência técnica associada ao seu uso, o que desbanca o mercado local e regional dos comerciantes mais antigos de insumos.

Os que resistem na cidade de Mossoró demonstram suas insatisfações, como pudemos perceber em entrevista quando nos foi dito que “[...] depois que as multinacionais chegaram (empresas que vendem marcas de diferentes multinacionais e as suas concessionárias) impactou no nosso mercado, deixando-nos com dificuldades de venda e de sobreviver...” (informação verbal)²¹.

A competição entre cidades existe, embora disfarçada. Ela aparece quando as cidades de Mossoró e Limoeiro do Norte dividem parte de sua área de influência na venda de insumos agrícolas. É o que acontece com as cidades de Aracati, Itaiçaba, Icapuí e Jaguaruana, todas no Ceará, que, embora estejam dentro da área delimitada de uma concessionária e/ou outra empresa sediada em Limoeiro do Norte, empresas comerciais de Mossoró também vendem para esses municípios, mediante solicitações de empresas agrícolas sediadas nos municípios daquelas cidades. A localização geográfica é um fator importante, enquanto de Limoeiro a Aracati a distância é de 110 quilômetros, dessa última cidade para Mossoró é de apenas 75 quilômetros.

Esses processos de complementaridade, cooperação e competição que têm ligação com a difusão do agronegócio da fruticultura na região proporcionam interações espaciais não hierárquicas na rede urbana, entre cidades que estabelecem papéis semelhantes, em virtude de haver os mesmos agentes com suas respectivas atividades e interesses comuns.

²¹ Entrevista realizada com um comerciante de insumo agrícola durante trabalho de campo em setembro de 2013.

Considerações finais

Os principais destaques mostrados com relação à rede urbana de Mossoró é que esta já incluía municípios da Mesorregião do Vale do Jaguaribe/CE, como Aracati, Limoeiro do Norte e Russas, não evidenciados pelo estudo do IBGE, mesmo antes da integração das áreas agrícolas modernas do Ceará e do Rio Grande do Norte, nos primeiros anos do século XXI.

A difusão do agronegócio da fruticultura fez com que passasse a predominar a lógica da produção e consumo globalizados, gerando, como já destacamos, um arranjo territorial que Elias (2006, 2011, 2013) denominou de região produtiva do agronegócio formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essa região compreende um conjunto de cidades articuladas em função de atender à demanda desse agronegócio. A principal cidade dessa região é Mossoró, no ápice da rede urbana regional, onde está a maior concentração dos fixos associados à gestão das empresas agrícolas e das redes agroindustriais que atendem ao referido agronegócio.

Em patamares inferiores na hierarquia urbana regional, destaca-se Limoeiro do Norte/CE que expressa papéis urbanos semelhantes aos de Mossoró, sendo considerada também como um dos nós das redes agroindustriais que atendem ao agronegócio da fruticultura. A cidade divide com Mossoró a regulação e gestão regional do agronegócio, ensejando assim, complementaridade, cooperação, competição, entre ambas. As ligações diretas entre as duas cidades demonstram interações espaciais “horizontais e não-hierárquicas”, como advertem Camagni e Salone (1993, *apud* IBGE, 2007).

A cidade de Açu/RN, apesar de não apresentar um destaque no atendimento ao agronegócio, como no caso de Limoeiro do Norte, é um centro que oferece um importante serviço de hospedagem para diferentes segmentos sociais ligados do agronegócio. As cidades de Aracati e de Russas/CE, apesar de produzirem frutas para exportação, tem suas influências na hinterlândia próxima voltadas ao atendimento de bens e serviços para a população.

Em patamares inferiores às cidades até agora citadas, estão as pequenas cidades de Quixeré, Icapuí/CE, Baraúna, Ipinguaçu, Alto

do Rodrigues/RN que abrigam um contingente significativo dos agrícolas não rurais (ELIAS, 2003) e mantêm interações espaciais com Mossoró

Por fim, a análise mostra que a área polarizada por Mossoró, em função do agronegócio da fruticultura, é bem maior do que o recorte espacial delimitado para a pesquisa. Isso ocorre porque as redes agroindustriais, principalmente as ligadas às corporações mundiais de insumos que têm suas representantes agroquímicas e agromecânicas sediadas em Mossoró, atendem a um crescente processo de modernização da agricultura que atinge a produtores de variados portes do espaço agrícola cearense e rio-grandense. Por outro lado, não resta dúvida sobre a importância da rede urbana para o agronegócio da fruticultura, constituindo meio e condição essencial para a reprodução dos capitais envolvidos nesse agronegócio.

Referências

AGÊNCIA DE DEFESA DO ESTADO DO CEARÁ (ADAGRI). Serviço de Inspeção Estadual. Fortaleza. Disponível em: www.adagri.ce.gov.br. Acesso em: 20 de nov. 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

BRITO, Raimundo Soares de. *Modernização industrial e estrutura urbana: o caso de Mossoró/RN*. Mossoró: Coleção ESAM, v. 9, ano XX, 1987.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1984.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. *SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*. Salvador/BA, nov. de 2002.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal/RN: UFRN, CCHLA, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23- 33.

_____. Rede urbana: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema negligenciado. In: *Revista Cidades*. v. 1, n. 1. Presidente Prudente/SP: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 65-78.

_____. *Trajetórias geográficas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Catia Antonia da; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. (Orgs.). *Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013.

_____. PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila de Oliveira. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. *Revista GeoTextos*. Salvador, v. 8, n. 1, p. 121-145, 2012.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2. p.153-167, 2011.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza/CE: BNB, 2006.

FELIPE, José Lacerda Alves. A reinvenção do lugar: os Rosado e o “País de Mossoró”. In: *Os Rosado em tese*. v. 2. Mossoró/RN: Coleção Mossoroense, 2001.

FIGUEIREDO, Carolina Vilela; WALL, Ronald. São Paulo além das fronteiras: uma leitura geográfica dos fluxos de investimentos da metrópole na rede de cidades da América Latina. In: *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE-Ceará). *Mapa político administrativo do Ceará*. Fortaleza/CE: IBGE, 2002.

_____. *Regiões de influências das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. *Regiões de influências das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. *Regiões de influências das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

_____. *Regiões de influências das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. *Motorista ganha fama com misto de caminhão*. Caderno Regional. Fortaleza, 13 set. 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/motorista-ganha-fama-com-misto-de-caminhao-1.341873>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KAGEYAMA, Angela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: Sebo vermelho, 2002.

MEDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. *Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004*. Natal/RN: EDUFRRN Editora, 2009.

SANTOS, Camila Dutra dos. *Difusão do consumo produtivo: reflexos na econo-*

mia urbana de Mossoró/RN. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHACHAR, Arie. Reestruturação do espaço urbano. In: BAR-EL, Raphael (Org.). *Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará*. Fortaleza/CE: Iplance, 2002, p. 55-87.

SILVA, José Borzacchiello da. *O Baixo Jaguaribe: uma região em processo de mudança*. Fortaleza, 1978, (mimeo).

SILVA, José Francisco Lima. O uso do território e a dinâmica do lugar: o serviço de transporte rodoviário de cargas e as transformações socioespaciais urbanas em Tabuleiro do Norte/CE. In: *Anais Encontro Nacional e I Encontro Internacional com o Pensamento de Milton Santos*. Natal/RN, 2009.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. *A agricultura e a reorganização do espaço: a rizicultura irrigada em Limoeiro Norte/CE*. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

WELLE, Deutsc. Brasil ainda usa agrotóxicos já proibidos em outros países. In: *Revista Carta Capital*. 19/11/2015. Consultar: www.cartacapital.com.br/.../brasil-ainda-usa-agrotoxicos-ja-proibidos-em-outros-paises/a-18837.

Expansão do agronegócio e sujeição camponesa nas relações de comercialização de frutas

Érica Maria Bezerra Pinheiro

Introdução

No contexto de globalização, a expansão do capitalismo no campo têm acarretado um processo de reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2000; 2002; 2003; 2006a; 2006b), atingindo a agropecuária brasileira. Esse processo tem ocasionado algumas transformações no espaço rural, tais como: mudanças na base técnica, industrialização da agricultura e integração de capitais (ELIAS, 2002).

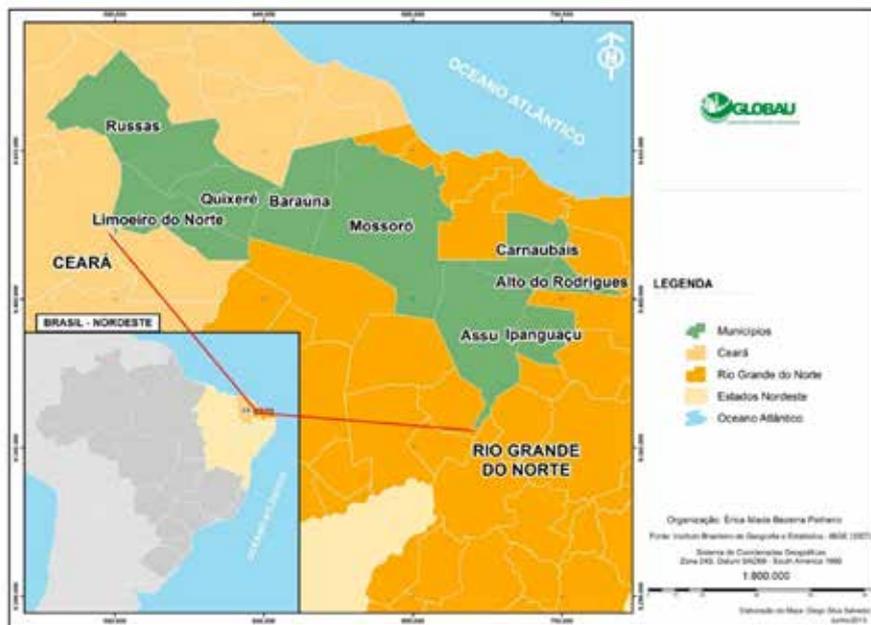
Além do caráter desigual, a expansão do sistema capitalista no espaço rural brasileiro tem causado impactos por não considerar as particularidades locais, impondo alterações na agropecuária e adequando relações de produção para a expansão do capital. Dos impactos na agricultura camponesa, podemos destacar a expropriação do camponês de suas terras, o que configura o processo de sujeição real ou formal (MARTINS, 1981), e a subordinação aos capitais industrial, comercial e financeiro (BOMBARDI, 2004), o que Martins (1981) denominou de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Sobre essa questão, Oliveira (1986) destaca que o capitalismo subordina a agricultura camponesa ao seu interesse de acumulação de riquezas, ficando a produção do camponês dependente das leis de mercado.

Nesse contexto, em nível mundial e de Nordeste brasileiro, uma das áreas que vêm passando por fortes transformações socioespaciais com a inserção do agronegócio é a região produtora de fruticultura, compreendida entre a microrregião (IBGE) do Baixo Jaguaribe, no Ceará, e as microrregiões de Mossoró e do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. As relações estabelecidas entre esses dois estados, no que concerne às dinâmicas inerentes ao setor da agricultura moderna, se configuram em novas regionalizações, as quais Elias (2006c; 2011, 2013) vem denominando

de “Região produtiva do agronegócio”¹, resultado do processo de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira. Essa região apresenta uma produção intensiva de frutas e uma dinâmica proveniente da agricultura nos padrões modernos, produção essa especialmente voltada para exportação.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a delimitação da região (Figura 1) se deu pela seleção de alguns municípios, levando em consideração a própria dinâmica na produção de frutas que a região apresenta, e a existência dos contratos de produção presentes nos municípios identificados a partir de visitas de campo. Assim sendo, a região estudada foi composta pelos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, no Ceará, e Baraúna, Mossoró, Açu, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues e Carnaubais, no Rio Grande do Norte.

Figura 1
Localização da área de estudo



¹ A presente “Região produtiva do agronegócio” se configura por apresentar fortes relações no que se refere à chegada de empresas agrícolas do ramo da fruticultura, tanto em termos de construção histórica, por intermédio das ações do Estado, das políticas e dos programas, como pela diferenciação da região enquanto produtora de frutas. A região é marcada também pela dinâmica de fluxos de capital, de trabalho e de mercadoria entre os dois estados e a instalação de fixos para atender as demandas das empresas, fortalecendo o agronegócio na região.

Nessa região é também onde ocorre um processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital (MARTINS, 1981), sobretudo por intermédio de contratos de produção, estabelecidos por empresas agrícolas do ramo da fruticultura, que compram e comercializam a produção de frutas cultivadas por camponeses da região.

Os contratos de produção são acordos verbais nos quais camponeses, produtores rurais e pequenas empresas repassam sua produção para uma empresa que possui hegemonia na comercialização, que vende a produção dos seus fornecedores juntamente com sua própria produção, aumentando seus lucros e sua consolidação no mercado, assemelhando-se à agricultura desenvolvida em sistema de integração.

Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa foi apresentar os diferentes vínculos e formas de comercialização de frutas na região através dos contratos de produção estabelecidos por empresas agrícolas, destacando as repercussões e impactos desses contratos para a agricultura camponesa.

A pesquisa aqui apresentada faz parte dos resultados de uma pesquisa maior desenvolvida no âmbito de mestrado acadêmico, com objetivo de analisar as dinâmicas do campesinato perante o avanço do agronegócio na região em estudo, tendo como foco o processo de comercialização de frutas produzidas pelos camponeses².

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de algumas etapas de pesquisa, sendo elas: (i) levantamento bibliográfico e de dados e revisão bibliográfica, com pesquisa e leitura de livros, teses, dissertações e artigos científicos nas bibliotecas das instituições; (ii) trabalho de campo, com o objetivo de reforçar e estabelecer contatos com os sujeitos sociais, realizar entrevistas e coletar informações, dados, fotografias, documentos e bibliografias específicas; (iii) organização do banco de dados a partir da disposição dos materiais coletados; (iv) redação do texto a partir das informações sistematizadas.

² A dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE, sob a orientação da professora Denise Elias.

1. Estratégias capitalistas e impactos no campesinato

As mudanças no modelo econômico, técnico e social do sistema capitalista de produção são promovidas pela introdução da ciência, da tecnologia e da informação no processo produtivo. Nessa perspectiva, essas transformações repercutem na agropecuária, acarretando um processo de reestruturação produtiva no setor (ELIAS, 2002; 2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2011).

Para a presente pesquisa, o entendimento da reestruturação econômica e suas implicações na agropecuária parte da perspectiva teórica de que o capitalismo se desenvolve de maneira contraditória, ou melhor, expandem-se relações capitalistas de produção no campo, mas ao mesmo tempo são estabelecidas relações não capitalistas de produção necessárias para o desenvolvimento do capital (MARTINS, 1981; 1990; OLIVEIRA, 1986; 2001; 2007).

Nessa perspectiva, identificamos que a região investigada, além de ser atingida fortemente pela expansão do capital no campo, sobretudo pelo desenvolvimento da fruticultura voltada para exportação, é também marcada pelas contradições do capitalismo, uma vez que também se desenvolvem nessa região relações não capitalistas de produção, tais como a permanência da agricultura camponesa caracterizada pelo trabalho familiar. Sobre essa questão, Elias (2007, p. 454), apontando especificamente para o Ceará, afirma que “[...] se engana quem imagina que cessou a expansão das formas não capitalistas que, contraditoriamente, continuam se reproduzindo”.

Nesse sentido, as relações não capitalistas de produção permanecem existindo pelo próprio interesse do capitalismo de se fortalecer, pois, como afirma Martins (1990, p. 19), “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

Uma das formas de o capitalismo redefinir relações aos seus ditames é pela renda da terra. Assim, conforme demonstra o mesmo autor acima citado, a terra, por ser um fator natural, e não o resultado do trabalho humano, não deveria ter preço. No entanto, antes mesmo do advento do capitalismo, o uso da terra já estava sujeito

ao pagamento de um tributo, em forma de trabalho, em espécie ou em dinheiro para algumas pessoas que possuíam o monopólio da terra. É, por exemplo, o que ocorria no sistema feudal, sendo, por conseguinte, uma forma pré-capitalista de renda da terra. Com o advento do capitalismo, o pagamento da renda da terra continua a existir, mas agora “[...] não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra” (MARTINS, 1990, p. 19).

Pensando nas estratégias capitalistas em seu processo de expansão, a região estudada tem sido palco de dois processos de expansão do capitalismo no campo, destacados por Oliveira (1986; 2001; 2007): a territorialização do capital monopolista (quando observamos a difusão de empresas agrícolas que efetivamente realizam a produção de frutas com relações tipicamente capitalistas através do trabalho assalariado), e a monopolização do território ao capital (quando o capitalismo subordina a agricultura camponesa a utilizar os novos processos técnicos na produção).

O primeiro processo tem repercutido em forte expropriação do campesinato, pois as empresas expulsam os camponeses, comprando suas terras, e o segundo processo pode ser identificado a partir da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, ou seja, quando o capital se apropria de parte da renda da terra que ficaria com o campesinato por intermédio de imposições do capital industrial, financeiro ou comercial (BOMBARDI, 2004; MARTINS, 1981; 1990; OLIVEIRA, 1986; 2001; 2007; PAULINO, 2004; SANTOS, 2012).

Partimos, pois, do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo no campo “[...] antes, é composto pela alternância de frações camponesas com frações tipicamente capitalistas, respectivamente marcadas pelo trabalho familiar camponês e pelo trabalho assalariado” (PAULINO, 2004, p. 7). Assim, tal combinação entre setores capitalistas e não capitalistas de produção, longe de ser uma debilidade do processo de acumulação, pode ser analisada como a forma própria de realizar a reprodução ampliada do capital (SANTOS, 1981). Nesse sentido, o capital se apropria de relações não ca-

pitalistas para se reproduzir, e essa apropriação ocorre, entre outras formas, pela sujeição da renda da terra camponesa ao capital.

Particularmente para o presente artigo, abordamos a sujeição no âmbito da comercialização de frutas realizada através de contratos de produção estabelecidos entre empresas agrícolas do ramo da fruticultura que compram ou comercializam a produção de camponeses. Nessa perspectiva, verificamos na região analisada as estratégias do capital em subordinar a agricultura camponesa a fim de apropriar-se da renda da terra.

Diante do contexto em que determinada classe, ou fração dela, detém a posse da terra, ela passa a ser apropriada enquanto monopólio, já que dessa forma há a possibilidade de extrair a renda, pois a classe que possui o monopólio “[...] pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o ‘pior solo’ (que não deveria pagar renda) possa também auferi-la, a renda da terra absoluta” (OLIVEIRA, 2007, p. 55). Nesse sentido, tendo o monopólio de grandes parcelas de terra, uma determinada classe tem o poder de subjugar aqueles que não possuem parcelas de terras ou possuem apenas uma pequena porção.

A sociedade capitalista é composta pela classe dos trabalhadores, dos capitalistas e dos proprietários de terras. Diante disso, o campesinato se constitui por uma particularidade, pois possui a propriedade da terra e a família é a própria força de trabalho presente na unidade de produção. Assim sendo, podemos diferenciar os proprietários de terras latifundiários e os camponeses. Os primeiros possuem o monopólio de grandes parcelas de terras, portanto têm a possibilidade de extrair a renda da terra. Já os camponeses possuem apenas a *terra de trabalho*³. Há uma grande diferença entre esses dois tipos de proprietários de terras, conforme destacado a seguir:

Para os agentes que detêm o monopólio, a terra é um importante instrumento de poder voltado para a acumulação de capital via obtenção da renda da terra e de seu uso exclusivo em função do controle de parte dos elementos materializados na produção, na

³ Noção abordada por Martins (1991, p. 55) como a terra que o trabalhador se apossa para o trabalho. A *terra de trabalho* se opõe à *terra de negócio*, que se constitui em terra de exploração do trabalho alheio.

circulação, na distribuição e no consumo no modo capitalista de produção. Já para os camponeses, a terra é um instrumento de relação social, pois a terra está enraizada na dinâmica familiar de construção da sobrevivência por meio de relações não capitalistas de produção (SANTOS, 2012, p. 37).

Nesse sentido, dentro da discussão daqueles que possuem a posse da terra, o camponês extrai a renda da terra para seu sustento e de sua família, quer dizer, “[...] a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha” (MARTINS, 1991, p. 54), diferente do capitalista, que tem como objetivo a acumulação de capital, e “[...] é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração” (Ibid., p. 54).

Pode haver ainda a sujeição da renda da terra camponesa ao capital, como ocorre com a agricultura em sistema de integração, e no caso estudado, nos contratos de comercialização da produção, em que a produção camponesa é fornecida para empresas ou agroindústrias, e parte da renda, que ficaria para o camponês, será passada para o capital, representado pelas empresas que controlam o sistema de integração. Nesse sentido, o capital subordina o camponês para que ele produza dentro dos parâmetros do mercado capitalista, de modo a possibilitar a extração da renda da terra camponesa. Diante desse contexto,

[...] a extração da renda da terra é, na verdade, apropriação, pelos proprietários fundiários e agentes capitalistas que controlam a produção, de parte do trabalho exercido em determinada porção do espaço. Este trabalho é geralmente executado pelos agricultores camponeses, arrendatários e outros (SANTOS, 2012, p. 39).

Assim, a renda da terra é proveniente do trabalho excedente; em outras palavras, é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários a sua subsistência (OLIVEIRA, 2007; SANTOS, 2012).

Quando nos referimos à produção camponesa, podemos destacar que, por intermédio de relações não capitalistas de produção, o capital se apropria da produção camponesa para extrair a renda da terra, ou seja, é a sujeição da renda da terra (MARTINS, 1981; 1990).

A sujeição da renda da terra ao capital refere-se ao controle da “[...] comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção [...]” (MARTINS, 1990, p. 173). Nesse caso,

[...] dá-se uma apropriação do sobre-trabalho cristalizado no produto da unidade produtiva camponesa, seja na forma de alimentos, seja na forma de matérias-primas, apropriação que se dá por intermédio das relações de mercado (SANTOS, 1981, p. 111).

O camponês não necessariamente sai da terra, mas fica subjuga-do a adotar procedimentos no âmbito do capitalismo, como ocorre com os vários exemplos de agricultura desenvolvida em sistemas de integração, como a produção de fumo, vinho, frango, porco, entre outros produtos. E como temos observado, é a situação que acontece com a produção de frutas na área estudada, por intermédio de contratos de compra e de comercialização da produção estabelecidos entre empresas agrícolas e camponeses. Nos contratos, as empresas exercem certo controle do processo produtivo ao determinar um padrão de qualidade das frutas conforme as exigências do mercado. Esses dois processos de sujeição foram apontados por Santos (1981, p. 110), quando destaca:

No caso da agricultura brasileira, a reprodução ampliada do capital realiza-se, por um lado, mediante a expropriação do produtor direto e a consequente penetração de relações capitalistas de produção na agricultura. Por outro lado, o movimento da acumulação desenvolve-se através da dominação do capital sobre processos de trabalho não-capitalistas, resultando na reprodução subordinada do campesinato.

No caso da sujeição da renda da terra camponesa, estamos diante de uma das formas de monopolização de território pelo capital,

já que essa forma não expropria totalmente o camponês da terra, mas utiliza-se de outros modos para sujeitá-lo, tais como o domínio da produção e da comercialização (MARTINS, 1981; 1990; OLIVEIRA, 2001). Nesse caso, essa monopolização ocorre de tal forma que amplia e redefine o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, estabelecendo as bases para transformação em renda capitalizada, sem necessariamente expropriar o camponês da terra (OLIVEIRA, 2007).

O sistema capitalista estabelece estratégias para se apropriar dessa renda da terra camponesa, por intermédio do capital industrial, do financeiro e do comercial, exemplificados a seguir: o capital industrial, conforme apresentou Bombardi (2004), apropria-se da renda da terra camponesa “[...] através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens [...]” (Ibid., p. 253); o capital financeiro apropria-se da renda camponesa “[...] por meio dos empréstimos que fazem para a aquisição de adubos, herbicidas, mourões etc.” (Ibid., p. 257); o capital comercial estabelece o controle de mercado, controlando os preços dos produtos, permanentemente baixos.

Essas formas de extrair a renda da terra camponesa parecem se apresentar de forma oculta, conforme destacaram Almeida e Paulino (2000, p. 122), quando afirmam que elas estão evidenciadas “[...] na circulação das mercadorias, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas, através da produção de alimentos a baixo custo”.

Nessa lógica, um camponês que compra uma máquina retira parte de sua renda camponesa para pagar uma mercadoria que já teve um valor estipulado pelo capitalista industrial. Portanto, nessa compra, parte da renda da terra camponesa foi convergida para o capital industrial.

O mesmo ocorre com o capital financeiro, em que parte da renda da terra é direcionada para os bancos, por intermédio dos juros bancários. Já com o capital comercial, parte da renda ficará com os atravessadores ou com empresas agrícolas que realizam contratos de produção, por meio do controle dos preços (BOMBARDI, 2004). A partir desses três exemplos, pode-se afirmar que o capital

[...] está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Identificamos, nesta pesquisa, que os camponeses inclusos nos contratos de produção da fruticultura com as empresas agrícolas da região sob investigação se encontram em uma relação contraditória, uma vez que, conforme destaca Paulino (2004), os camponeses procuram meios para melhorar as condições de vida da família, diferentemente das empresas capitalistas, que têm como objetivo a obtenção de lucro, pois, “[...] considera o emprego de capital variável ou constante, adiantamento de capital” (MARX, 1974, p. 791).

2. As relações de comercialização como forma de sujeição camponesa

A partir da segunda metade do século XX, acompanhando as demandas provenientes da reestruturação da agropecuária brasileira, a região sob investigação passa a desenvolver uma produção agrícola moderna, com foco na fruticultura, consolidando-se, sobretudo, na década de 1990, com forte atuação do agronegócio (ALBANO, 2008; ELIAS, 2002; 2006b; 2006c; 2007; ELIAS e PEQUENO, 2010; SOARES, 2002). Essa consolidação ocorre através das políticas de modernização, sobretudo com a instalação dos perímetros irrigados e a chegada de empresas agrícolas nacionais e multinacionais na região.

Com o desenvolvimento da fruticultura, a região expressa algumas características inerentes ao desenvolvimento do agronegócio, que, segundo Elias (2011, p. 158) seriam, em especial, a

[...] substituição dos sistemas técnicos agrícolas, que passam a ter alta densidade de capital e tecnologia; a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities*, com a implantação de monoculturas, substituindo vocações naturais pelas imposições econômicas, difundindo especializações produtivas.

Nesse sentido, o funcionamento da região vai de acordo com o exposto por Elias e Pequeno (2010), pois está regulada, sobretudo, pela economia de mercado e pelas demandas urbanas e industriais.

Assim sendo, na região considerada para análise, desenvolvem-se diferentes estratégias de produção, e como consequência, distintas formas de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, a exemplo dos contratos de produção na fruticultura entre empresas agrícolas e camponeses.

Os contratos de produção são relações estabelecidas entre empresas agrícolas e agricultores camponeses, pequenos produtores ou pequenas empresas. Nessas relações, as empresas compram a produção desses produtores exigindo-lhes uma “fidelidade” para que eles se mantenham como fornecedores. Assim, os agricultores que submeterem sua produção nessas relações deverão adequar as culturas produzidas às exigências das empresas.

Para a presente pesquisa, analisamos as relações estabelecidas por quatro empresas que atuam na região: Frutacor, Doce Mel, Novo Horizonte e Finobrasa. De modo geral, cada empresa estabelece um tipo de contrato específico com seus fornecedores.

Os contratos se dão em toda a extensão da região sob análise, no entanto, mesmo apresentando grande dinâmica, sem que haja uma permanência nos contratos, cada empresa atua mais especificamente em uma área. Nos perímetros irrigados públicos, como o Jaguaribe-Apodi e o Tabuleiro de Russas, ambos no Ceará, existe forte atuação da Frutacor, principalmente com a produção da banana; nos municípios de Baraúna e Mossoró/RN a significativa atuação é das empresas Doce Mel e Novo Horizonte, sobretudo com a produção do mamão e do melão; e na área que compreende o Vale do Açu/RN a presença mais atuante é da Finobrasa, especificamente com a produção de manga. Assim, a aderência a esses contratos muito tem se dado pela dificuldade que permanece na região para comercializar a produção.

De forma geral, constatamos três diferentes tipos de contratos existentes na região: i) os contratos de comercialização da produção, em que a empresa hegemônica do processo se responsabiliza somente pela venda (Frutacor); ii) os contratos apenas da compra da produção

(Doce Mel e Finobrasa); iii) os contratos de compra e financiamento da produção, em que a empresa estabelece adiantamento de serviços, dinheiro e produtos necessários ao fornecedor (Novo Horizonte).

Os contratos por nós estudados são desenvolvidos por quatro diferentes grupos de sujeitos diretamente envolvidos, a saber: as empresas que controlam os contratos; os camponeses submetidos aos processos; as empresas agrícolas de menor porte; os produtores do ramo da fruticultura. Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida com base em informações disponibilizadas por sujeitos dos quatro grupos, com enfoque mais específico nos camponeses, na medida em que o objetivo da análise é entender o processo de sujeição da renda da terra camponesa.

A partir dessa distinção necessária entre os sujeitos, procuramos entender as particularidades dos três diferentes tipos de contratos, como são desenvolvidos e como os camponeses são inseridos nessas relações.

Uma das empresas que se destaca na adoção de contratos na região é a Frutacor. Atuando especialmente na produção de banana e mamão, instalou-se inicialmente em 1997 no município de Quixeré/CE, expandindo sua produção para outras unidades, conforme evidenciado por Freitas (2010), em Quixeré/CE, e no Perímetro Tabuleiro de Russas/CE, e no Perímetro Jaguaribe Apodi, Limoeiro do Norte/CE⁴.

Segundo informações de Freitas (2010), a empresa manteve contratos com 49 fornecedores no ano de 2009. Atualmente, não sabemos ao certo a quantidade exata de fornecedores, pois não conseguimos contato direto com a empresa. O que sabemos, por intermédio de dois antigos fornecedores entrevistados na Comunidade do Tomé, é que alguns permanecem e outros desistiram, e ainda outros novatos entraram na relação.

Importante observar que embora o agricultor possua uma pequena propriedade é exigido dele um padrão de produção coerente com os parâmetros de mercado, fato evidenciado na fala do funcio-

⁴ As informações referentes à Frutacor foram obtidas através do trabalho de Freitas (2010) e de entrevista realizada com funcionário da empresa, em agosto de 2009, cedida para nós pela referida autora, porquanto a empresa não nos concedeu visita durante as pesquisas de campo.

nário da empresa⁵, quando diz que “[...] nós levamos em consideração que, embora sendo uma área pequena, ele leve aquela área de produção como um negócio, ou seja, com a capacidade de empreendedorismo que ele tem né, [...]” (informação verbal). Logo, do camponês que se submeter a esse tipo de contrato é exigida a percepção da agricultura como um negócio, e não como um modo de vida.

Os contratos realizados pela empresa são estabelecidos informalmente e se propõem à comercialização da produção dos fornecedores. A empresa se disponibiliza a vender as culturas dos agricultores juntamente com a produção dela própria. Para isso, a Frutacor ajuda os fornecedores na realização do controle de doenças nas culturas produzidas, na compra conjunta de insumos e, em alguns casos, na aquisição de mudas. Todos esses serviços são descontados na hora da prestação de contas; em outras palavras, a empresa vende a produção e presta esses serviços auxiliares, mas na hora da prestação de contas fica com uma porcentagem do produto comercializado. Ademais, a Frutacor não se responsabiliza pelas culturas que não forem vendidas, devolvendo-as para o fornecedor. Em resumo, a empresa não compra o que lhe é entregue, mas apenas se compromete a realizar a comercialização, ficando com parte do lucro que seria do fornecedor.

Observamos, portanto, que o agricultor submetido a esse tipo de processo fica totalmente sujeito às demandas de mercado, já que a empresa não compra a produção, mas somente fornece um serviço de comercialização. Esse processo demonstra que a empresa está extraindo parte da renda que ficaria com seus fornecedores caso os mesmos realizassem a venda direta, ou melhor, a empresa está extraindo parte da renda da terra, mesmo não sendo a proprietária das terras.

A Frutacor também exige uma “fidelidade” dos fornecedores, obrigando-os a adotar um padrão na produção e a repassar sua produção para a empresa a partir do momento em que ela lhes entrega o pacote tecnológico, como bem coloca Freitas (2010):

Parte dos parceiros recebe as mudas produzidas em laboratório, para atender as exigências do padrão produtivo da empresa. Aqueles que não têm viveiro recebem as mudas prontas dos vivei-

⁵ Entrevista realizada com funcionário da empresa Frutacor em agosto de 2009 por Freitas (2010), e cedida pela autora para a presente pesquisa.

ristas, ampliando o valor de custo da produção. Os parceiros têm de adaptar-se ao sistema produtivo da empresa, o que demonstra uma relação de subordinação. Há agricultores familiares, contudo, que produzem de forma tradicional, ou seja, tiram os filhos da bananeira e transportam para outro plantio, sem a clonagem, possuindo uma produtividade inferior, porém natural. A parceria da empresa, na verdade, atende aos interesses do proprietário capitalista, que subjuga os pequenos e médios produtores da região (FREITAS, 2010, p. 122).

Em campo, realizamos entrevistas com agricultores da Comunidade do Tomé que estabeleceram contratos com a empresa e que nos informaram que a experiência não foi satisfatória, pois tinha começado bem, mas nos últimos anos não estava sendo um bom negócio. Afirmaram ainda que houve casos de agricultores que começaram a comercializar para a empresa, mas desistiram. Um agricultor⁶ confessa que

[...] não foi bom não, por quê? Porque ele planta muito. Ele se comprometia não deixar perder a banana da gente, mas quando chegava a época da enchente, ele ia deixar de tirar a dele pra tirar a da gente? Tirava na da gente se não tivesse na dele, né. E classificação muito pesada né [...] já chegou a perder da gente, está com a colheita marcada pra colher, e vim colher com 10 dias depois, 12 dias depois, aí dá perca né. Chegou já, da gente plantar e se comprometer, e ele comprar, mas ele iniciar e comprar só a um certo tempo e depois parar (informação verbal).

Esse agricultor entrevistado afirmou que o contrato exigia a “fidelidade” do agricultor, ou seja, ele não podia vender aquela produção para outra empresa: “[...] você não pode tirar pra outra pessoa, eles não querem que tire para outra pessoa. Só querem que tire só pra eles [...]” (informação verbal). No entanto, no período em que o mercado apresentava grande demanda e a empresa não conseguia venda, o agricultor arcava com os prejuízos.

Outro agricultor entrevistado⁷ que também manteve relação de

⁶ Entrevista realizada com L., agricultor da Comunidade do Tomé, em Limoeiro do Norte, em agosto de 2013.

⁷ Entrevista realizada com A., agricultor da Comunidade do Tomé, em Quixeré, em agos-

comercialização com a Frutacor no ano de 2011, com a produção de banana, informou que quando a empresa não conseguia vender a produção do fornecedor ela trazia de volta e a produção era destinada para os animais, pois as frutas são muito perecíveis e já não serviam mais para fins comerciais. No entanto, houve casos de a empresa apenas informar que não comercializou as frutas, mas não devolvê-las ao agricultor. Esse fato desgastou a relação, já que o agricultor não tinha o controle e o real conhecimento se a sua produção havia sido vendida ou não (informação verbal).

Os dois agricultores aos quais acabamos de nos referir comercializavam com a Frutacor apenas a fruta de melhor qualidade, e as demais frutas eram comercializadas com atravessadores. Quando deixaram de fornecer para empresa, passaram a vender somente para os atravessadores, o que tem sido melhor, segundo os mesmos, por não haver muita exigência. Assim, esses agricultores conseguem vender toda a produção, mesmo aquelas frutas que não são de primeira, e se o atravessador não conseguir comercializar o agricultor não tem mais responsabilidade no processo, pois não está em jogo a devolução da mercadoria.

Outro tipo de contrato identificado na região em foco é o contrato de compra da produção, em que determinadas empresas agrícolas estabelecem essa relação de compra dos produtos dos fornecedores e os vende juntamente com a sua própria produção. Esse caso se diferencia dos contratos de comercialização da Frutacor porque não há devolução para o agricultor da mercadoria não vendida. Caso não ocorra comercialização da produção comprada, o prejuízo é da própria empresa.

Como exemplo dessa relação identificamos as empresas Doce Mel, em Baraúna, Rio Grande do Norte, principalmente com a produção do melão e mamão, e a empresa Finobrasa Agroindustrial S/A, localizada em Ipanguaçu, Rio Grande do Norte, com a produção de manga.

No caso da primeira empresa, toda a produção dos fornecedores comprada pela referida empresa passa a ser reconhecida como produção da Doce Mel, não havendo distinção entre as culturas produzidas

to de 2013.

na fazenda da empresa e as culturas produzidas nas fazendas dos fornecedores. Não existe uma distinção, por exemplo, nos selos das frutas dos fornecedores, passando a ser vendidas com o selo da Doce Mel.

Como já ressaltamos, uma vez comprada a produção não há acordo de devolução das frutas no caso de não comercialização. No entanto, essa relação não “liberta” o agricultor das demandas do mercado, conforme observado em campo⁸, onde foi destacado que “[...] contrato de fruta funciona da seguinte forma, tanto faz você fazer de boca como no papel, quem manda é o mercado” (informação verbal). Se houver período de pequena demanda no mercado a empresa poderá não comprar aquela quantidade prevista. Confirmando essa questão, o funcionário entrevistado⁹ da Doce Mel apontou:

[...] a nossa responsabilidade é ter venda pela mão dele, entendeu? Se ele produzir lá dez mil quilos, a gente ter venda para aqueles dez mil quilos. Caso nós não proceda a venda desses dez mil quilos, você vai até ele e diz: oh, você deixa dois mil quilos pra alguém aí, nos vamos querer só oito, entendeu? (Informação verbal).

Essa passagem explica que não há uma quantidade fixa de frutas comprada pela Doce Mel. Nesse caso, os fornecedores têm que procurar venda para aquela produção que foi cancelada pela empresa. Foi o que destacou o entrevistado, sócio de pequena empresa que fornece para Doce Mel, ao afirmar que,

Quando o mercado está absorvendo bem, o contrato funciona bem, quando o mercado enche, está cheio, você tem que desovar de qualquer forma, porque fruta se você não desovar você perde né. [...] muito perecível, aí o contrato ele funciona dessa forma. (Informação verbal).

Fora as dificuldades encontradas quando o mercado está cheio, a relação estabelecida com a empresa é avaliada entre os fornecedores fixos como vantajosa, já que oferece uma certeza maior de comer-

⁸ Entrevista realizada com E., sócio de pequena empresa fornecedora da Doce Mel, em Baraúna, em março de 2013.

⁹ Entrevista com S., funcionário da Doce Mel, realizada em Baraúna (RN), em agosto de 2013.

cialização. No entanto, a empresa também realiza um vínculo em que requer do fornecedor a fidelidade da venda para ela, como já comentado. Na visão do sócio entrevistado, essa exigência de fidelidade não é boa, “[...] porque você não pode viver só na mão de um, também não sabe, às vezes acontece aquela questão que eu disse, o mercado está cheio [...]” (informação verbal).

Além da fidelidade, averiguamos que a empresa estabelece outras exigências, como o controle da produção dos fornecedores. Segundo o funcionário da Doce Mel, esse controle é realizado a partir das exigências do mercado, sobretudo o externo. Assim,

[...] temos três pessoas no campo, fazendo isso. Temos gerente de campo e temos mais dois encarregados do setor de melão e mamão, fiscalizando as colheitas, o plantio, essas áreas que vão entrar, materiais autorizados, agrotóxicos autorizados [...] (Informação verbal).

Outra das empresas analisadas nesta pesquisa que trabalha com a compra da produção de terceiros é a Finobrasa Agroindustrial S/A, pertencente ao Grupo Vicunha, proprietária de fazendas no Vale do Açu, com sede no município de Ipanguaçu/RN. Na sede, a empresa está desde 1986 com a produção de fruticultura. Além da sede em terras próprias, a empresa também atua com terras arrendadas nos municípios de Baraúna, Mossoró e Rio do Fogo, no Rio Grande do Norte, e em Petrolina, no Pernambuco.

No caso da Finobrasa, a empresa recebe as frutas dos fornecedores, realiza uma análise de qualidade, e aquelas que estiverem no padrão de exportação são embaladas e adicionadas à produção da própria Finobrasa. Nesse processo, a empresa só paga ao fornecedor as frutas que forem embaladas dentro do padrão de qualidade para exportação. As frutas que não passarem pela qualidade exigida são devolvidas ao produtor. Esse processo foi destacado em campo por um integrante da Associação de Produtores de Manga do Vale do Açu (Asprom)¹⁰, a qual possui produtores que fornecem para a Finobrasa; inclusive o produtor por nós entrevistado, destacou:

¹⁰ Entrevista com P., integrante da Asprom, realizada em Açu/RN, em março de 2013.

“[...] quando nós levamos essa manga para Finobrasa, é em torno de 20%; 10% que retorna de manga, dentro da seleção [...] que não passa no padrão [...] aí nós temos que vender aqui pro mercado interno [...] (Informação verbal).

Sobre a questão do pagamento, um fornecedor da empresa¹¹ declarou o seguinte, em entrevista:

[...] anteriormente, quando nós vendíamos em consignação, ele [a empresa] fornecia fungicida, inseticida, adubo químico, tudo que precisasse. Em compensação, acho que ele descontava depois, tudo isso, em preço dobrado, então a gente preferiu colocar preço fixo, e ele deixou de fornecer todos esses produtos (Informação verbal).

Esse produtor entrevistado vem procurando direcionar sua produção para outros mercados, que não seja para a Finobrasa, pelo fato de a referida empresa realizar o pagamento por consignação, isto é, a empresa pagava ao fornecedor somente após o fechamento da exportação. Segundo afirma o fornecedor,

[...] tivemos dois anos de divergência de preços, não batia, aquela confusão toda, aí eu preferi colocar lá como preço pré-fixado [...] a Finobrasa trabalhou esses cinco anos com a gente, e eu trabalhei com preço consignado, tudo consignado, preço, frete, tudo, tudo consignado [...] mas não tínhamos outra opção naquele momento, acatamos esse. Hoje não, ela trabalha com preço pré-fixado (Informação verbal).

O preço pré-fixado a que o produtor se refere é definido antes de a empresa vender para o mercado, ocasião em que ela procura um fornecedor para comprar a sua produção, ou que um fornecedor procura a Finobrasa, a qual já estabelece o preço.

Em relação à manga na região que abrange o Vale do Açu, a Finobrasa possui o monopólio da exportação, já que somente a empresa possui *packing house* credenciada para exportar. Hoje, fora a Finobrasa, existe o projeto para a criação de um *packing house* na

¹¹ Entrevista com J., produtor de frutas no município de Ipanguaçu, e fornecedor da Finobrasa, realizada em Ipanguaçu/RN, em março de 2013.

Asprom. Em entrevista com o integrante da associação, foi destacada a relação com a empresa:

[...] nós pegamos a nossa manga, entregamos à Finobrasa [...] e ela faz o trabalho de exportar. Claro que ela exporta como se fosse dela a manga, mas na realidade são de vários pequenos produtores. Ao longo do tempo, nós observamos que existe somente essa empresa para fazer esse trabalho de exportação, a Finobrasa. Então, quando você é dono de uma coisa só, você abre a porta na hora que você quiser, você fecha na hora que você quiser, você dá o preço que você quiser. Por quê? Porque só existe você (Informação verbal).

A partir da fala do entrevistado, identificamos claramente o processo de monopolização da empresa, visualizando o que Oliveira (2010) denomina de monopólio da comercialização. Nesse caso, temos a empresa Finobrasa exercendo o monopólio da comercialização de manga no Baixo Açu e, por consequência, extraindo a renda da terra de seus fornecedores na forma de capital comercial.

A Frutas Novo Horizonte é outra empresa analisada e que mantém contrato de produção com produtores na região analisada. A empresa, segundo o responsável entrevistado¹², está instalada em Baraúna desde 2006, como pessoa jurídica, mas o proprietário já atuava como pessoa física desde 2004.

O proprietário responsável afirmou que, na experiência com os contratos de compra e financiamento da produção, a empresa fornece alguns produtos necessários para produção, tais como adubos, sementes e mudas, máquinas, pulverizador, assistência técnica, e, em alguns casos, adiantamento em dinheiro para o gasto que for necessário na produção do agricultor, ficando para esse agricultor a responsabilidade de repassar a produção para a empresa, que desconta os gastos dos produtos fornecidos na hora do pagamento da produção, subtraído do total da venda do agricultor para a empresa.

Consoante o entrevistado, a empresa atua com a relação de compra e financiamento da produção há apenas um ano, somente na cultura do mamão, e semanalmente cerca de 10% do volume co-

¹² Entrevista com G., proprietário da empresa Frutas Novo Horizonte, realizada em Baraúna/RN, em agosto de 2013.

mercializado do mamão é proveniente dos fornecedores. Porém foi informado que a meta da empresa é aumentar a produção vinda dos fornecedores. O entrevistado explica como ocorre o processo:

[...] a gente diz, não é um volume 100% não, a gente faz um volume e diz – eu preciso de tantas caixas por semana, mesmo porque se for, tipo assim, se ele tem lá um crédito, se eu tenho crédito com ele de 10.000,00 reais para mim tirar em mercadoria, aí eu vou tirando só mil, mil, mil... ele vai ficando, ele vende pra mim, e vende alguma coisa por fora também. Porque o meu quando vem eu não desconto todo, e o dele ele vai tendo um capitalzinho de giro com essa venda. Não é a safra 100% dele não, é uma parte da safra dele [...] quando não está no padrão de qualidade, a gente dá uma parada, também, mas logo volta [...] eu tenho a minha equipe de colheita, aí já vem pré-selecionada do campo [...] eu boto trator, caminhão barriga. Na verdade, a mão de obra dele é o operacional lá, de condução de lavoura, de irrigação, de adubação (Informação verbal).

Atualmente a empresa possui três fornecedores, mas desde que começaram suas atividades houve troca de pessoas, que entram e saem do processo. Desses três fornecedores, um é o próprio agrônomo da empresa, que possui terras na região, planta e comercializa para a Novo Horizonte. Os outros dois fornecedores são camponezes da região que, de acordo com entrevista realizada, só plantam o mamão por causa da parceria com a empresa, já que o custo da produção é muito alto e a empresa financia grande parte da produção. Nessa relação também não é realizado contrato formal.

Os agricultores têm que cumprir um padrão de qualidade e de quantidade a ser entregue para a empresa, conforme indicado pelo entrevistado proprietário da empresa:

[...] tem que assumir o compromisso, se a gente marca uma programação de colheita, ele não pode vender pra outro, porque a gente já conta com aquela fruta, não pode desviar a fruta, e o meu compromisso é de comprar e pagar [...] eles já sabem qual é o padrão de frutas, o que pode vender, e a gente tem os encarregados que visitam as lavouras toda semana (Informação verbal).

O proprietário afirma que essa relação traz grandes benefícios para a empresa, ao afirmar que:

[...] para o meu negócio, se eu tivesse uma parceria interessante, eu plantaria, do que eu tenho hoje, só metade [...] eles, sendo pequeno, eles têm um custo de alguns produtos menor que o nosso, principalmente a mão de obra né, que a mão de obra deles, ele tem a mão de obra familiar, e consegue trabalho avulso, diarista, né, no dia que tem serviço, contrata. Mas aqui a gente não pode; a gente só trabalha com carteira assinada, e fica todo tempo, uma coisa fixa. E os insumos que a gente compra para eles é o mesmo valor que a gente compra, a gente não bota nenhuma margem de lucro em cima; a gente bota margem em cima da compra. Se ele fosse comprar um adubo no comércio que eu compro por 1 real, ele compraria por 1,10 1,20. A gente compra de volume maior aí a gente já repassa para ele o preço, não o preço de mercado, o preço que eu compro, e ajuda eles também (Informação verbal).

Podemos observar, por conseguinte, que as empresas que compram a produção de fornecedores, sejam eles camponeses, pequenas empresas ou produtores rurais, extraem parte da renda da terra deles, aumentando o lucro das organizações e diminuindo os riscos de prejuízos com perda da produção. No caso da Frutas Novo Horizonte, entre as quatro empresas analisadas, ela é a de menor porte, todavia apresenta-se consolidada no processo de comercialização, fato que parece assegurar todas as empresas a realizarem compras e contratos de comercialização de demais produtores.

De maneira geral, todas as empresas analisadas estabelecem contratos não formalizados, firmados apenas verbalmente. Acreditamos que esse processo livra as empresas de qualquer demanda e responsabilidade que venham a surgir no decorrer do processo, tais como a não comercialização. Nesse caso, ou a empresa faz a devolução para o fornecedor, caso observado com a Frutacor, ou cancela a compra, como observado em casos com a Doce Mel e a Novo Horizonte.

É comum a todos os contratos a exigência de “fidelidade” para com as empresas, além da exigência em qualidade, uma vez que as empresas ficam somente com as melhores frutas. Para os fornecedores, a venda de suas produções para as empresas agrícolas

é uma possibilidade de comercialização, porém eles sofrem com a instabilidade, pois muitas vezes as empresas deixam de comprar ou comercializar a produção por não encontrarem demanda de mercado. Das problemáticas apresentadas pelos fornecedores nessas relações, está justamente o controle de qualidade e a exigência de fidelidade, visto que pode ocorrer a situação em que eles deixam de vender para outra fonte e a empresa compradora acaba desistindo da compra, o que implica prejuízo.

Assim, ressaltamos o que já havia destacado Arana (2002) no que concerne à produção integrada: “[...] as funções básicas do produtor dentro da integração permanecem as mesmas (produzir matéria-prima sob determinadas condições de qualidade e quantidade e vendê-las com exclusividade para a agroindústria) [...]” (ARANA, 2002, p. 158). Essas funções assemelham-se aos casos estudados para as empresas agrícolas. Foi também o que destacou Maia e Costa (2008) estudando a região de Baraúna, onde “[...] o papel dos agricultores no processo de integração é: disponibilizar a terra e mão de obra; realizar o plantio, o trato e a colheita das frutas conforme as orientações da empresa” (MAIA; COSTA, 2008, p. 8).

Esse caso foi destacado pelas autoras na época quando ainda atuava na região a empresa Maisa. Logo, observamos que essa é uma relação que vem permanecendo desde a atuação dessas empresas, mas apresentando particularidades de cada empresa e de cada época. Assim, notamos que, em geral, os contratos atuam como estratégia das empresas para a garantia da produção e, conseqüentemente, para a obtenção de lucro.

Assim, a maior vantagem, conforme podemos verificar em campo, é a diminuição dos custos e o aumento do lucro para as empresas, que já havia sido apontado por Silva, Neto e Moura (1997, p. 11) quando asseveraram que “[...] a partir da contratação destes produtores as empresas vêm diminuindo sua área plantada embora tenha aumentado o volume comercializado do melão, [...]”. Esse parece ser o objetivo atual das empresas quando realizam os contratos com os fornecedores.

Entendemos que os fornecedores são essenciais para as empresas, pois tendo os gastos diminuídos e o volume comercializado aumentado, conseguem se manter em evidência no mercado. Como conseqüência,

os camponeses envolvidos nos contratos da fruticultura estão cada vez mais subordinados a essas empresas e sofrem grandes transformações em sua autonomia e forma de produzir, conforme verificado em campo.

Considerações finais

A região em análise apresenta uma realidade complexa, que abrange o avanço do agronegócio e as formas de resistências estabelecidas. Assim como também permanecem formas e estratégias utilizadas pelas empresas para sujeitar o campesinato aos ditames de uma agricultura de mercado. Desse modo, a região vem desenvolvendo ao longo do tempo condições favoráveis para a instalação do agronegócio e para a implementação de empresas agrícolas, e as estratégias desenvolvidas pelas empresas agrícolas fortalecem ainda mais o processo de sujeição da renda da terra camponesa, o qual se intensifica com os contratos de produção na fruticultura por nós apresentados.

Essas relações de contratos impõem à agricultura camponesa várias mudanças, tais como: no tipo de cultura produzida, priorizando a fruticultura em detrimento das culturas para autoconsumo; no modo de produzir, com adoção de novas técnicas e produtos referentes a um pacote tecnológico que fortalecem o capital industrial e financeiro; na substituição da mão de obra familiar pelo trabalho assalariado; no destino da produção, pois grande parte das culturas para autoconsumo é direcionada para o mercado, inclusive o internacional, por intermédio das exportações.

No entanto, apesar de adotar alguns parâmetros de uma agricultura empresarial ou de mercado, a agricultura camponesa permanece com características próprias, tais como: resistência na produção de culturas para autoconsumo paralelamente à produção voltada para o mercado; utilização de mão de obra familiar em consonância com o trabalho assalariado; prestação de ajuda a outros agricultores, mesmo com a inserção em um mercado que exige cada vez mais a competitividade.

Silva, Neto e Moura (1997) apresentam que o avanço do capitalismo no campo promoveu mudanças tecnológicas, mas também mudanças na ordem das relações sociais, como a organização e gestão do trabalho, relações características da área de expansão do agronegócio

da fruticultura no Ceará e no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, essas mudanças têm contribuído para as transformações socioespaciais, pois atingem a estrutura e as relações produtivas na agricultura.

Um questionamento a ser pensado seria a respeito da condição das famílias camponesas nesse contexto. As mesmas estariam se subordinando a esse tipo de relação, ou o contexto em que estão inseridas as subordinam a essas relações? Pensamos nesses questionamentos na medida em que escutamos de camponeses na região que a grande dificuldade, para aqueles que ainda mantêm a propriedade da terra, bem mais que o produzir, é o processo de comercialização. Com essa dificuldade, pensamos que muitas vezes os camponeses se veem subordinados a essas relações. No entanto, não descartamos também as diversas alternativas criadas e recriadas pelos mesmos.

Sobre as estratégias que os camponeses estabelecem para não perderem totalmente o controle do processo produtivo, Bombardi (2004, p. 271) declara o seguinte: “Quanto ao processo de subordinação da renda da terra ao capital, o camponês não o vivencia de forma estática, procura formas de diminuir a subordinação à qual está sujeito”.

Em suma, mesmo que o principal objetivo da empresa capitalista seja obter controle da propriedade camponesa, isso não ocorre totalmente, visto que o agricultor camponês, mesmo produzindo parte de suas culturas no âmbito regido pela empresa, ainda possui um controle de sua propriedade, produzindo outras culturas, além da fruticultura, direcionando parte da produção para autoconsumo, empregando o trabalho familiar e estabelecendo seu próprio horário de trabalho.

Percebemos que existem na região muitos conflitos e contradições, resultado da atuação de diferentes sujeitos sociais movidos por interesses distintos. Assim, da mesma forma que há uma inserção e consolidação do agronegócio da fruticultura, sobretudo com a inclusão de agentes exógenos, essa inserção não ocorre de forma pacífica pelos sujeitos sociais que já constituíam a região, como os camponeses.

Referências

- ALBANO, Gleydson Pinheiro. *Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu/RN*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- ARANA, Alba Regina Azevedo. *Os avicultores integrados no Brasil: estratégias*

e adaptações – o caso da Coperguaçu Descalvado/SP. *Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

ELIAS, Denise. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. *Geonordeste*, ano 11, n. 2, 2000.

_____. Integração competitiva do semiárido. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

_____. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. *Mercator*, ano 2, n. 3, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*, v. 10, n. 218, 2006a.

_____. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D. e PEQUENO, R. (Org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Nera*, ano 9, n. 8, 2006c.

_____. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 12, p. 153-179, nov. 2011.

_____. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. (Orgs.). *Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013, p. 201-220.

ELIAS, Denise. PEQUENO, Renato. Mossoró: O novo espaço da produção globalizada e aprofundamentos das desigualdades socioespaciais. p. 101 – 273. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, PropGeo, Universidade Estadual do Ceará, 2010.

MACIEL, Regina Heloísa Mattei; RIGOTTO, Raquel Maria; ALVES, Pablo Araújo. Como está a saúde destes trabalhadores? In: RIGOTTO, R. (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Ed. UFC, Coedição Expressão Popular, 2011.

MAIA, Ana Cristina Nogueira; COSTA, Genivalda Cordeiro da. A fruticultura irrigada em áreas de assentamento no município de Baraúna/RN: análise do processo de produção e comercialização. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008, Rio Branco. *Anais...* Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro terceiro. O processo global da produção capitalista. Volume VI. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 182.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas, v. 1, n. 1, 2004.

_____. *Por uma geografia dos camponeses*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SANTOS, José Antônio Lobo. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê/BA. São Paulo, 2012. 262p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1981.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. *Nera*, v. 8, n. 7, jul./dez. 2005.

SILVA, José Nunes da; NETO, José Ambrósio Ferreira; MOURA, Olga N. S. Terceirização da fruticultura no polo Açu-Mossoró/RN: uma alternativa para a pequena produção. In: *Encontro Regional da Associação Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*. Recife: 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2010.

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs.). *Modernização excludente*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

**A dialética entre a (agri)cultura e o (agro)negócio
sob a ótica das mulheres: repercussões da
modernização agrícola sobre o trabalho, o ambiente
e a saúde das mulheres da Chapada do Apodi (CE)**

**Maria de Lourdes Vicente da Silva
Raquel Maria Rigotto
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo**

Introdução

O estudo acerca das trajetórias de vida das mulheres camponesas que vivem na região da Chapada do Apodi/CE, e seus diferentes olhares sobre o trabalho e o ambiente, se inserem na busca pela análise da chegada da modernização agrícola e como esta tem repercutido nos diferentes modos de vida de mulheres camponesas em territórios marcados por conflitos ambientais.

Parte-se da compreensão de que as mulheres campesinas participantes de movimentos sociais têm ampliado o debate das relações sociais de gênero de maneira significativa, incorporando na sua análise cada vez mais o tema do trabalho e as discussões relacionadas às questões ambientais e territoriais. Ademais, ainda são poucos os estudos sobre os impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais na vida das mulheres camponesas com a chegada de empresas transnacionais na agricultura.

No caso do Ceará, o potencial econômico da fruticultura irrigada tem sido um dos “motores do desenvolvimento” das atividades produtivas do Estado, com a instalação de um grande polo de fruticultura para exportação na região do Baixo Jaguaribe. A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi faz parte desse modelo que se instaurou com a bandeira da geração de emprego e renda para a população que vivia nas comunidades da agricultura familiar/camponesa.

Os estudos de Freitas (2010) e Rigotto (2011) assinalam o processo de des-reterritorialização em curso na Chapada do Apodi, sobretudo a partir dos anos 2000, momento que teve como característica marcante a chegada de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura para exportação. Esses estudos referem que as transformações nos modos de vida das comunidades camponesas geram impactos na saúde, trabalho e ambiente em níveis crescentes, com a reorganização produtiva do território.

Do ponto de vista teórico-metodológico, considera-se que o estudo dialoga com a construção do conhecimento em contexto ao articular diferentes categorias de análise, de relação com os sujeitos envolvidos, do campo empírico e seus saberes, a partir do movimento do real vivido nos territórios.

Partindo da concepção epistemológica de análise das mulheres como sujeito do conhecimento, ou seja, do conhecimento situado (SARDENBERG, 2002), temos como referência o reconhecimento de que, historicamente, as mulheres desenvolveram um vasto saber sobre a agricultura, o meio ambiente, a conservação da biodiversidade e a soberania alimentar das famílias (SILIPRANDI, 2006; NOBRE, 1999).

Outra referência importante é a de que o trabalho produtivo das mulheres, não reconhecido e pouco valorizado na economia clássica, nos reporta à ideia de que transformações radicais na ordem social não ocorrem sem o questionamento sobre os processos de produção e reprodução das desigualdades.

Especialmente no que se refere às transformações ocorridas no mundo do trabalho e os desafios que a humanidade enfrenta em relação às questões ambientais, cabe-nos analisar as diferentes situações que envolvem ganhos e perdas, em que visões distintas são diferentemente apropriadas e valoradas, de um lado, pelo capital e pela cultura hegemônica, e de outro, pelas próprias mulheres. Essa compreensão remete à discussão feita por Juliana Malerba sobre a tendência do pensamento hegemônico de considerar o meio ambiente como um todo indiferenciado, que nos ensina:

Como se o ambiente fosse algo uno – composto de mares, rios, florestas, animais etc. –, quando na verdade, os sentidos dados aos recursos que compõem o meio ambiente são diversos, pois são culturais e históricos. O que significa dizer que, por exemplo, a biodiversidade que é cultivada pelas agricultoras e agricultores tem um valor simbólico muito diferente da biodiversidade valorizada pelas empresas farmacêuticas (MALERBA, 2012, p. 15).

Essas visões distintas trazem elementos significativos ao entendimento sobre a produção das desigualdades e a vulnerabilização e exploração a que as mulheres estão submetidas, assim como formas de resistências/rupturas.

O trabalho foca na contextualização do problema de estudos geográficos e históricos feitos sobre a região, apresenta a Chapada do Apodi, seus sujeitos e suas histórias e as transformações que vêm ocorrendo a partir da implantação, por parte do Estado e do capital, de projetos de desenvolvimento. Expõe problemas relacionados à chegada da modernização da agricultura com a implantação dos perímetros irrigados, de grandes empresas transnacionais e nacionais e os conflitos decorrentes desse modelo que atinge as comunidades camponesas. Por fim, situa o desejo em dar continuidade às pesquisas na região a partir do enfoque de gênero sobre a experiência das mulheres e seus olhares sobre os conflitos e suas formas de resistência.

Nos estudos já realizados na região do Baixo Jaguaribe pelo Núcleo Tramas/UFC – que resultaram em monografias, dissertações, tese e livro – encontramos expressões das questões de gênero no território. Torna-se evidente perceber pelos mapas sociais, ambientais e de saúde feitos pela *Pesquisa Agrotóxicos*¹ as evidências de questões relativas à violência contra a mulher; prostituição; insegurança alimentar; condições de trabalho; insegurança relacionada ao consumo de água contaminada; problemas de saúde; aumento do alcoolismo e uso de drogas; gravidez precoce e outros elementos de relevância para a compreensão das transformações ocorridas após a implantação do projeto de modernização agrícola na região.

¹ Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe expostas à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, com o apoio do MCT-CNPQ-MS realizado pelo Núcleo Tramas da UFC no período de 2007 a 2010.

1. Reestruturação produtiva: antagonismos de um modelo produtor de riqueza a custo de exploração e contaminação humana e ambiental

A estratégia geopolítica do agronegócio no Nordeste brasileiro – de expansão das fronteiras agrícolas para produção de *commodities* – tem imposto um processo de desterritorialização de comunidades camponesas.

Por sua vez, o processo decorrente dessa disputa territorial entre setores empresariais aliados ao Estado e comunidades camponesas tem gerado um conflito que apresenta, em sua essência, a disputa pelos bens naturais e as formas de viver e produzir no campo. Terra e água, por exemplo, passaram a compor esse cenário de disputa gerando um fluxo de apropriação dos territórios camponeses e uma ameaça de dominação crescente desses territórios pelo capital.

A partir da década de 1960, a região do Baixo Jaguaribe também passou a ser palco dos interesses do capital para o desenvolvimento da agricultura com aplicação do pacote tecnológico, por meio do processo mecânico e químico da “Revolução Verde”, e ainda, aliado ao discurso de resolução dos problemas de escassez e fome com a implantação dos perímetros irrigados, tendo o Estado como principal aliado.

Na Chapada do Apodi, a partir do aprofundamento do modelo neoliberal de agricultura do “Governo das Mudanças” em 1990, se intensifica a expansão agrícola da fruticultura irrigada, voltada à exportação. Paralelamente, ocorre o processo de desterritorialização de famílias e comunidades (FREITAS, 2010), que construíram na Chapada seu território de vida.

Especialmente a partir do ano 2000, a reconfiguração do mundo do trabalho fez com que a indústria parasse de crescer e, de modo inverso, o agronegócio foi ganhando força, mediante os investimentos na economia voltada para a produção de produtos primários para exportação. O governo começa a investir em obras de infraestrutura objetivando o aumento na produção e comercialização de *commodities* agrícolas para exportação.

Destaca-se a região como uma evidência de que, no mercado glo-

balizado, os investidores econômicos têm desenvolvido estratégias de competitividade, as quais envolvem expansão territorial para os empreendimentos aliada à incorporação de novas tecnologias e novas (velhas) ordens de organização do trabalho no campo.

Essa reestruturação produtiva se reflete em profundas mudanças no mundo do trabalho e no ambiente, que trazem importantes implicações para a saúde e para o modo de vida das comunidades, tais como a perda da soberania alimentar dos camponeses, as condições precárias de trabalho, os agravos na saúde ambiental dos trabalhadores e os problemas sociais, como o aumento da violência, do uso de drogas e da prostituição.

Sob o véu do discurso do desenvolvimento econômico associado às promessas de geração de emprego e de melhoria de vida, se ocultam as contradições da imposição dessa lógica de desenvolvimento nos diversos territórios, gerando profundas transformações ambientais, culturais e sociais que, na maioria das vezes, impactam negativamente sobre o trabalho, o meio ambiente e a saúde da população.

Um dos reflexos contraditórios desse modelo é produzir riqueza para poucos a custo de muita exploração e contaminação humana e ambiental para a maioria da população que vive na região, como constatou o estudo sobre os agrotóxicos na região realizado pelo Núcleo Tramas/UFC. Isso nos faz perceber que na região da Chapada do Apodi coexistem realidades antagônicas e complexas nos mais variados estágios, naquilo que se refere às formas de desterritorialização e reapropriação desse território. Inaugurado pelo processo de desapropriação das terras, passando pela implantação dos perímetros irrigados até a expansão do capital com a chegada das empresas, projetos antagônicos de agricultura disputam esse espaço, tendo, de um lado, a forte atuação do agronegócio de fruticultura irrigada apoiado pelo Estado, e, de outro, as comunidades camponesas de produção familiar.

A região também é marcada por um contexto de mobilização social de denúncias, pressão social e resistência, em que as comunidades atingidas e os movimentos sociais desencadeiam ações pela reapropriação do território, seja por meio da conquista de assentamentos de reforma agrária, seja em forma de resistência e consolidação

de outros processos produtivos, como é o caso da agroecologia e da agricultura familiar/camponesa.

Por outro lado, várias denúncias envolvendo as temáticas da contaminação ambiental por agrotóxicos e seus efeitos na saúde, dos problemas sociais, das condições de trabalho e das questões fundiárias têm gerado um contexto de conflitos socioambientais entre comunidades camponesas e empresas produtoras de frutas nessa região.

Além dos problemas ambientais desse modelo de produção, baseado na monocultura e utilização de agrotóxicos, as transformações nos modos de vida camponesa foram se tornando evidentes. Do mesmo modo, ocorreram mudanças nas relações de trabalho, passando a terra a ser vista, por um lado, como trabalho, e por outro, como negócio.

Por conseguinte, compreender a “territorialidade camponesa” *versus* a “territorialidade do capital”, apontada por Marques (1994), se configura fundamental, uma vez que a busca pela apropriação do espaço se dá, conforme afirma Martins (1994), entre a luta camponesa pela “terra de trabalho” e a luta do capital pela “terra de negócio”.

Nessa perspectiva, o “processo desigual e combinado da expansão do capital” – preceituado por Oliveira (2007) – nos chama a atenção para as alterações na base de produção e o processo produtivo no campo.

Nossa compreensão se estabelece sob o prisma da chamada Justiça Ambiental, conceito que nasce no interior dos movimentos socioambientais em luta – a partir dos anos 1980³ – e que questiona os mecanismos da desigualdade no acesso aos bens naturais e a destinação desigual dos impactos de grandes empreendimentos, pautados em um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente no qual pobres, negros, quilombolas, índios, trabalhadores e moradores

³ Na década de 1980, o movimento negro norte-americano trouxe para a agenda política o debate ambiental, a partir de denúncias de que os depósitos de lixo tóxico e de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se nas áreas habitadas pela população negra. Ao relatar que estavam sendo vítimas de um *racismo ambiental*, esse movimento dava visibilidade à articulação existente entre degradação ambiental e injustiça ambiental. Esse processo dá início então ao conceito de Justiça Ambiental em que compreende os recursos naturais como bens coletivos, e reafirma os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção equânime contra a discriminação e a desigualdade ambiental (MALERBA, In: SOS CORPO, 2012, p. 16).

de periferias das grandes cidades recebem a maior carga dos danos ambientais, além dos impactos significativos em sua saúde, seu modo de vida e de trabalho (ACSELRAD, 2009).

Complementarmente ao olhar sobre a destinação desigual dos impactos ambientais, Murphy (1994) aponta que as sociedades estão se organizando em “classes ambientais”: umas ganham com a degradação e outras pagam os respectivos custos ambientais.

Esse aspecto é tratado também no movimento da luta por justiça ambiental que, segundo Acselrad (2010), descreve o modo como se organizam as condições materiais e espaciais de produção e reprodução da sociedade, isto é, como distintas formas de apropriação dos recursos ambientais se distribuem no espaço.

Ou seja, como para a expansão da monocultura do eucalipto, perdem os *quilombolas* suas terras e fontes de água; como, para a expansão da soja transgênica, são inviabilizadas as atividades dos pequenos agricultores orgânicos; como, por causa da produção de energia barata para as multinacionais do alumínio, perdem os pescadores e ribeirinhos do Tocantins sua capacidade de pescar; como, para a produção de petroquímicos, perdem os trabalhadores sua saúde pela contaminação por poluentes orgânicos persistentes. Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos (ACSELRAD, 2010, p. 111)

Além do mais, o autor considera que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz e, portanto, uma saída seria alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais, e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos (ACSELRAD, 2010).

Outrossim, a partir da concepção de um pensamento contra-hegemônico sobre relações desiguais entre os seres humanos entre si e com a natureza, consideramos as dimensões sociológicas dos problemas ambientais e de gênero.

Ponderamos, ainda, que o modelo do capital, marcado por uma cultura de produção destrutiva (THOMAZ JUNIOR, 2009), se apropria cada vez mais da natureza e da exploração do trabalho para se-

guir a lógica da acumulação, gerando impactos para trabalhadores(as) e ao ambiente.

Esses impactos recaem de forma desproporcional sobre determinadas populações e grupos étnicos (HERCULANO & PACHECO, 2006), provocando desigualdades e injustiças, e estão interligados e carregam em seu cerne a lógica da opressão de classe, raça e gênero.

Os problemas desse modelo de desenvolvimento socialmente excludente e ecologicamente predatório (SACHS, 1986) são a expressão de um modelo de (in)sustentabilidade do capital em escala global, como argumenta Boff:

Hoje, pela unificação do espaço econômico mundial nos moldes capitalistas, o saque sistemático do processo industrialista contra a natureza e contra a humanidade torna o capitalismo claramente incompatível com a vida. A aventura da espécie *homo sapiens* e *demens* é posta em sério risco. Portanto, o arqui-inimigo da humanidade, da vida e do futuro é o sistema do capital com a cultura que o acompanha (BOFF, 2000, p. 34).

É importante acrescentar a essa afirmação da incompatibilidade do modelo capitalista com a vida, o que alguns estudos apontam da convivência com os problemas de saúde, a perda do território, as transformações nos modos de vida, as formas de convivência comunitária e os problemas sociais que, historicamente, atingem de diferentes formas mais diretamente as mulheres. É o que indica o estudo de Campos (2009) sobre pobreza feminina no Brasil, no qual mostra as mulheres como as mais atingidas pela pobreza, a exclusão social e a precarização do trabalho.

Compreender o movimento dialético das transformações territoriais tendo por base a perspectiva dos diferentes interesses e disputas envolvidos explicita o paradoxo das contradições das desigualdades, as quais envolvem processos de destruição e recriação das relações sociais de seus sujeitos. Isso deve ser evidenciado com a necessidade do debate permanente nos planos teórico e prático a respeito do processo de territorialização e desreterritorialização (HAESBAERT, 2004), presentes na realidade camponesa na atualidade.

Diante de conflitos instalados e dos diálogos possíveis entre visões distintas, buscamos aprofundar, à luz da realidade das mulheres camponesas e da teoria feminista, a compreensão dos processos da lógica econômica capitalista e as mudanças que homens e mulheres sofrem direta ou indiretamente em seu meio cultural, social e ambiental na região, entendendo que eles e elas se inserem em um processo dinâmico e dialético. Vão resistir e criar formas de se relacionar com o universo complexo do trabalho e do ambiente em que vivem, mediante a chegada de empreendimentos estrangeiros, impostos pela lógica de expansão do capital ao campesinato, tendo por base a lógica de mercantilização da natureza. Ademais, esse processo de expansão vem combinado à lógica da exploração da força de trabalho, mediante a proletarização do campesinato e a precarização das relações de trabalho. Para compreender melhor tal sistema, Harvey (2004, p. 123) elucida que “foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação”. O autor aponta duas situações para ilustrar o processo de acumulação por espoliação, que são: o processo de desterritorialização de comunidades camponesas e indígenas para produção de monoculturas tipo exportação, e o processo de subalternidade dos territórios, onde se mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e mercado (HARVEY, 2004).

As contradições envolvidas na expansão das atividades do agronegócio se edificam pela lógica da expropriação de territórios, acumulação por meio da espoliação da terra e saque das riquezas do solo, água e subsolo, sendo resultantes de um pacto estratégico entre o grande capital agroindustrial, o financiamento público, o latifúndio e o Estado.

A atração de empresas de grande porte e todo o seu pacote tecnológico (insumos, máquinas, equipamentos etc.) está alicerçada no discurso da promessa de emprego e desenvolvimento reforçando a visão de que o campo é atrasado e precisa se desenvolver. Assim, vai se constituindo um processo combinado de expansão da fronteira agrícola para atender às demandas do mercado globalizado, gerando conflitos nas comunidades camponesas de base familiar com produção de subsistência para atender mercados locais.

Finalmente, julgamos fundamental ressaltar que nossa escolha em aprofundar a inter-relação entre gênero, trabalho e ambiente estabelece concordância com o conceito amplo de que as dimensões ambientais e do trabalho não estão separadas das demais dinâmicas de vida do campesinato. É sob essa base que discorremos a respeito dos olhares e das experiências das mulheres em relação à terra, produção e cultura; o trabalho, o ambiente; as relações familiares e transformações sociais e de saúde. E o fazemos ancoradas no conceito de experiência, mesmo que ainda em construção, mas que auxilia na produção de conhecimento das mulheres como sujeitos do processo. Isso porque entendemos como Scott que

Precisamos dar conta dos processos históricos que, através dos discursos, posicionam sujeitos que produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiências, mas os sujeitos são constituídos através da experiência. A experiência torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (1999, p. 27)

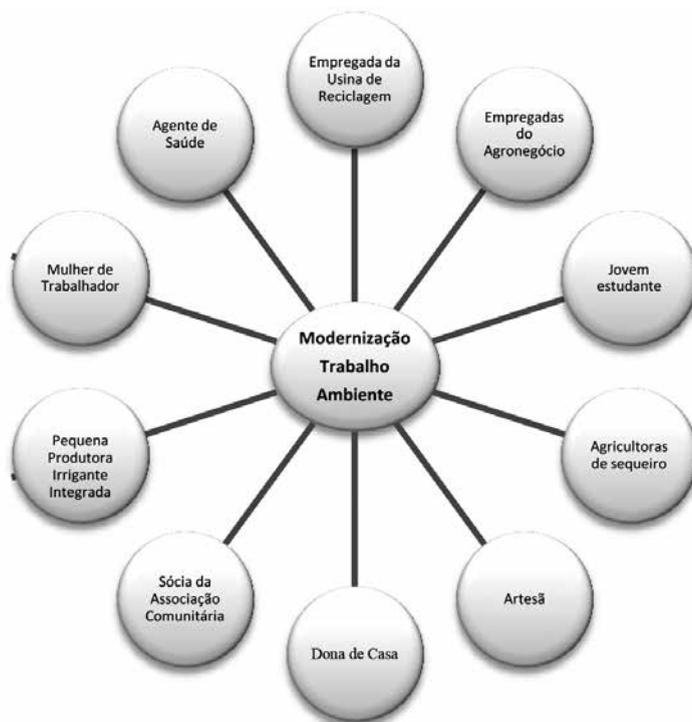
Com base nessa afirmativa, apresentamos então as dinâmicas que as mulheres tecem a partir de suas histórias, vivências e sentidos dados na sua relação com a terra, o ambiente, o trabalho e seus modos de viver e produzir no campo, bem como as interferências pautadas pela modernização agrícola no território da Chapada do Apodi.

Para construir o marco teórico-metodológico da compreensão sobre a relação entre modernização agrícola, mulheres camponesas, trabalho e ambiente organizamos um método de investigação que levou em conta o diálogo de saberes acadêmico e empírico para a construção dos olhares de ambiente e de trabalho das mulheres camponesas. Por isso, optamos por uma perspectiva metodológica de natureza dialética e histórica, considerando o permanente processo de transformação do saber, da dinâmica e dialética da vida. A construção desse entendimento se deu em diálogo com os conhecimentos trazidos pelas mulheres como sujeitos do processo, saberes construídos em seu cotidiano e nas inter-relações produzidas na vivência camponesa, ou seja, um conhecimento produzido *sobre e pelas* mulheres

enquanto sujeitos da pesquisa. Igualmente, nossa pesquisa opta por um “fazer ciência” com consciência de seu papel, potencialidades, limites e incertezas.

São quatro comunidades envolvidas na pesquisa: Tomé, Ipú/Maracajá, Carnaúbas, Macacos pertencentes a dois municípios do Baixo Jaguaribe – Quixeré e Limoeiro do Norte. Escolhemos para a pesquisa diferentes sujeitos que contemplem a diversidade dessas mulheres. A escolha se deu por eles significativos em relação às diferentes formas de trabalho conforme a Figura 2 a seguir:

Figura 2.
Mandala de mulheres envolvidas na pesquisa⁴



⁴ Escolhemos a *mandala* como significado de círculo, ou “aquilo que circunda um centro”, inspirada nos círculos de cultura do Paulo Freire, mas também por outros significados, como espaço de integração, elo de encontros com histórias, memórias, sentidos, fazeres, como espaço de criação e recriação dos sentidos sobre o trabalho e o ambiente a partir dos olhares das mulheres.

A escolha por essa diversidade é para mostrar que não existe de forma homogênea a mulher camponesa, mas as mulheres com suas diversidades e multiplicidades de identidades sociais, suas diferentes formas de serem sujeitos políticos e suas diferentes identidades culturais, de trabalho e de relação com o ambiente. Essas mulheres têm em comum o trabalho ligado à agricultura; vivem no campo e, de diferentes lugares, percebem e problematizam a relação de conflito entre a cultura camponesa e o agronegócio em seus territórios.

O exercício de síntese desse problema, em sua totalidade e a partir de inter-relações permite-nos compreender e apontar a complexidade da questão, em especial porque as transformações ocorridas no mundo do trabalho no campo são elementos significativos para o entendimento sobre a produção das desigualdades; o processo de vulnerabilização e exploração ao qual as mulheres estão submetidas, bem como as formas de resistência. Nesse intuito, elencamos alguns aspectos aqui explicitados em forma de *gritos, silêncios e sementes* dessa dialética entre (agri)cultura e (agro)negócio sob a ótica das mulheres.

2. Gritos: repercussões / expressões e contradições da modernização agrícola na Chapada do Apodi na perspectiva das mulheres

A primeira expressão/repercussão da modernização agrícola vista na Chapada do Apodi e apontada pelas mulheres diz respeito à disputa territorial entre campesinato e agronegócio em relação à monopolização da terra e da água e ao sistema agroalimentar proposto. Aqui, percebemos que o processo de desterritorialização da terra e também da produção conta com o forte aparato do Estado, cumpre um papel estratégico na expansão do capital.

O que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) chama de desapropriação para fins de interesse público, entretanto, as famílias chamam de expulsão e violação de direitos. Dona Judite, por exemplo, assistiu a duas situações des-

sas violações, que tiveram como consequência não só a perda da terra e as transformações na identidade cultural, mas também o comprometimento da dignidade humana, conforme observamos no relato:

O projeto ali aonde eles implantaram a Federação das Associações do Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi (Fapija), eu assisti um senhor no dia que um trator veio derrubar a casinha dele, eu assisti o senhor chorando. Mas é triste, ele não queria sair do que era dele, não queria de jeito nenhum (Dona Judite).

Além disso, constatamos que a acumulação através da exploração e destruição da natureza bem como da exploração e vulnerabilização dos/das trabalhadores/as se constitui como contradição do modelo exposto.

Dentro desse novo cenário, as mulheres tecem a trama dos agrotóxicos em relação à contaminação ambiental e aos impactos à saúde. Nesse sentido, apresentam o caráter predatório do modelo no que tange à questão ambiental e à exposição e à vulnerabilização que fazem parte da lógica e da racionalidade econômica da produção intensiva do capital. Do mesmo modo, destacam que esse caráter também gera a desigualdade no que diz respeito ao acesso e à qualidade da água. Em suas falas, exemplificam essa questão evidenciando que o contexto descrito causa a morte de animais; compromete a qualidade dos alimentos; desencadeia transformações na paisagem, no ar e no solo e, consequentemente, impacta negativamente na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Alguns dos elementos são apontados pelas mulheres como reflexos de suas interpretações sobre o problema ambiental. Situação em que em nome do progresso forja-se processo de destruição do ambiente através da exploração da natureza e dos/as trabalhadores/as conforme a Figura 3:

Figura 3.
Diagrama da problemática ambiental na Chapada do Apodi.



Nesse contexto, a contaminação da água se constitui como uma das maiores expressões de violência desse modelo na vida das mulheres da Chapada. Isso ocorre porque, na compreensão das mulheres, a água tem um importante significado para suas vidas no cotidiano.

O alarme dado pelas famílias no que tange ao problema da contaminação das pessoas por agrotóxicos se relaciona ao modo como os(as) camponeses(as), em seu devir histórico, desenvolvem conhecimentos tecidos na relação com o ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, 2006). Revela, também, uma concepção de ambiente que não se separa da sociedade.

O fio da meada foi a constatação de uma grande quantidade de pessoas com coceiras na pele no mesmo período da mortandade de peixes no canal de irrigação que abastecia também as comunidades e a relação de um “acidente” envolvendo a lavagem do trator com tanque de veneno que derramou no canal em 2004.

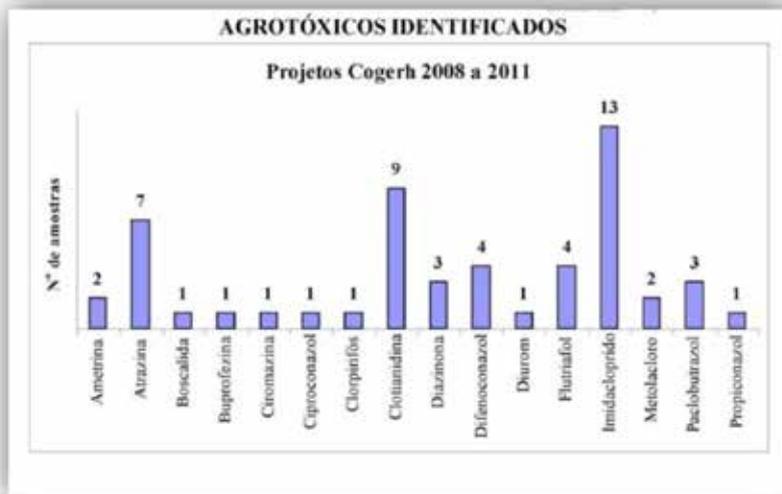
Dessa maneira, as mulheres, atentas aos sinais do corpo adoecido, fizeram “pontes” com o uso da água e alertaram para as possíveis reações que uma água de má qualidade pode trazer ao organismo,

especialmente, de crianças. Foi a experiência prática que as levou ao nexo entre adoecimento e contaminação, mesmo desconhecendo, até então, os impactos dos agrotóxicos à saúde.

Assim, percebemos que a ameaça à soberania hídrica é uma das marcas da modernização agrícola na Chapada do Apodi, visto que, lá, o agronegócio passou a controlar não só o fluxo da água, mas instituiu a contaminação por produtos químicos. Nesse sentido, ver na Figura 4 pesquisa feita pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH) entre os anos de 2008 a 2011, a partir do monitoramento de poços profundos.

Figura 4.

Agrotóxicos identificados nas amostras de água subterrânea entre os anos de 2008 a 2011.



Fonte: Cogerh, 2013.

Os dados mostram a contaminação como resultado desse modelo que passa a impor às comunidades uma “alternativa infernal”: conviver com a água contaminada, adentrar na lógica da mercantilização e pagar pela água mineral de qualidade duvidosa ou se contentar com a falta dela. O que passa no imaginário dessas mulheres ao ter que obrigatoriamente “conviver com a ideia de beber, cozinhar, comer, banhar e lavar” com essa água contaminada?

A incerteza passa a reger o imaginário das mulheres sobre aquilo que é considerado como um bem para a sustentabilidade da vida, a água. A água representa a facilitação das atividades no seu cotidiano e o medo da ameaça de viver sem ela é desafiante. O sonho passa a ser, então, a possibilidade de poder ter acesso a uma água de qualidade. Nesse sentido, a luta pela adutora tem sido uma das grandes bandeiras das comunidades da Chapada. As mulheres, mais uma vez, estão à frente desse processo pressionando e debatendo com os órgãos públicos essa questão.

Outra faceta do modelo que elas expressam se encontra, ainda, nas condições precárias do emprego: obrigação no cumprimento de metas de produção; controle do tempo de trabalho; dupla jornada de trabalho; incerteza sobre a garantia do emprego; relação entre o emprego que adoce e as transformações na forma de se alimentar; exposição e riscos no ambiente de trabalho; cansaços; dores; angústias...

Nesse ponto, cumpre-nos lembrar que as mulheres olham, especialmente para o emprego, sem um laço de identidade e sem um vínculo afetivo, visto que não têm autonomia sobre o processo produtivo. Por isso, a negação a esse emprego por parte de algumas delas passa a se constituir, também, em uma forma de resistência ao modelo.

As transformações sociais e familiares são vistas e analisadas pelos olhares sobre o tempo. A Chapada de Ontem com o direito de ir e vir; em que todos se conheciam: “o nosso lugar”; os laços de partilha e solidariedade. E uma espécie de aferimento da realidade com a Chapada de Hoje: com pessoas desconhecidas; com perda da Identidade – “Teve que começar uma nova cultura”; com várias transformações no ambiente social.

Além disso, ao analisarem vantagens e desvantagens de tal modelo, mostram o preço do desenvolvimento e apontam os problemas sociais como os principais desafios a serem enfrentados. Esclarecem que o desenvolvimento traz, em seu bojo, um “pacote social” em que, no preço do “desenvolvimento”, estão inclusos os problemas sociais e ambientais. Especificam, ainda, que as comunidades arcam com os custos sociais: drogas, violência, prostituição, gravidez precoce, rompimento dos laços familiares, aumento de doenças etc.

Sendo assim, se vemos, por um lado, as empresas e o Estado apontando a fruticultura irrigada como um dos motores do desenvolvimento e da economia, por outro, as mulheres avaliam e problematizam os impactos desse modelo, demonstrando preocupações frente à natureza e buscando maneiras variadas de agir sobre os problemas. Assim, produzem formas, sentidos e apropriações materiais e simbólicas do território que permeiam, de diferentes maneiras, a recriação e a reafirmação da cultura, da organização produtiva e da relação com o trabalho.

3. Os silêncios: as expressões “naturalizadas” de violência do capital – um “movimento silencioso e silenciado” em relação à dialética da vida

Questões não ditas – mas sentidas e presenciadas – também fizeram parte do processo de estudo sobre a modernização agrícola da Chapada do Apodi, assim como da forma como ele foi vivenciado pelas mulheres. Nessas questões podemos observar as expressões “naturalizadas” de violência do capital e de violência doméstica.

Isso acontece quando percebemos a sensação de “impotência” mediante o “tamanho do problema” em relação aos agrotóxicos e ao modelo de produção. Paralelamente, também é constatado quando observamos a ideia de (não)futuro apontada como expressão de um “movimento silencioso e silenciado” em relação à dialética da vida.

Assim, ao mesmo tempo em que as empresas impõem outro ritmo de produção e trabalho, as famílias apontam as dores, o cansaço e as angústias de conviverem com os problemas sociais intensificados e de verem modificadas as relações familiares e, especialmente, a educação dos filhos.

Os silêncios também são regados por diferentes tipos de medos que perpassam o cotidiano das pessoas que vivem na Chapada: o consumo da água contaminada, a incerteza sobre a garantia do emprego, a exposição aos agrotóxicos nos diferentes ambientes e, principalmente, o aumento dos adoecimentos, em especial, dos casos de cânceres.

As transformações familiares refletem a dificuldade apontada pe-

las mulheres da relação entre o emprego e a perda do vínculo familiar e cuidados com os filhos. Paralelamente, as mulheres demonstram uma sensibilidade com a realidade das crianças, vistas como o que podemos chamar de “os filhos esquecidos do agronegócio”, pois estes convivem com o afastamento do vínculo com os pais e as mães, que têm a maior parte do seu tempo dedicado às empresas. Gerando uma espécie de ruptura no modelo padrão de família camponesa.

No aspecto da saúde refletimos na pesquisa sobre o debate a temática da Saúde Ambiental e Saúde do(a) Trabalhador(a), o conceito de saúde do MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST) e a produção social da doença. As mulheres refletiram sobre a saúde a partir da comparação entre os problemas de saúde vislumbrados antes e depois da chegada das empresas do agronegócio em seu território. Em suas análises, a saúde é problematizada e pensada a partir da articulação entre produção de riqueza e adoecimento. E a utilização dos agrotóxicos é um dos marcos das transformações, pois eles modificaram as formas de produzir e, também, os hábitos alimentares. Elas atribuem ao uso intensivo de agrotóxicos a responsabilidade pelo aparecimento de doenças, especialmente, o surgimento dos casos de cânceres entre mulheres. Ao descrever as transformações ocorridas, uma das entrevistadas, indica claramente a relação entre agrotóxicos e adoecimento.

Antigamente era melhor, todo mundo era sadio. Agora é uma riqueza medonha e todo mundo é doente. A maioria do pessoal é doente, aí vem, o que está mais acabando com o pessoal é esse câncer. E é prejudicado mais por causa do veneno. Você já pensou que hoje em dia tudo o que a gente vai comer, é com veneno? [...] E antigamente todo mundo comia e todo mundo bebia e não tinha esse negócio de veneno. [...] Mas hoje está tudo mudado! Eu estou falando, tudo mudou, tudo é diferente. Aí quando apareceram esses projetos de irrigação, apareceu esse doençal (Dona Luana).

Em sua experiência, Dona Luana relaciona o ser saudável às condições que se tinha, como o acesso à terra e à produção de alimento sadio. Ao mesmo tempo, ao apresentar a noção de riqueza associada à doença, demonstra que as novas formas de produção introduzidas no território vão na contramão do tempo de produção da natureza.

Assim, apresenta uma ruptura nas formas de produzir em nome de uma forma brusca de intervenção no espaço, fato que ocorre através da utilização de agrotóxicos.

As transformações mais fortemente percebidas pelas mulheres são justamente aquelas que dizem respeito aos impactos sobre a saúde. Como podemos ver:

Ah! Agora falar em doença, não tinha muitas doenças perigosas como tem hoje. E, aliás, muitos morriam e não sabiam de que. [...] Agora dizer que hoje valorizou mais [no sentido de aumentar], abrangeu mais? Abrangeu. Devido o que? Desses agrotóxicos. Dessas coisas, desses venenos, dessas comidas que a gente tá comendo só coisa que não é permitido. Antigamente não tinha isso. [...] a gente comia e nem adoecia! Como hoje tão facilmente a gente adoce (Rita Maria).

O relato apresenta e aponta o desafio, para os camponeses, de relacionar as doenças aos agrotóxicos e de lidar com elas, principalmente por estarem desprovidos de informações sobre os contextos de riscos. Assim, o modelo produtivo que introduz novas tecnologias produtivas e impacta, de forma negativa, a saúde e a existência das famílias leva as mulheres a fazerem o nexos entre o aparecimento dos casos de câncer e a exposição aos agrotóxicos no trabalho. Apontar essa relação de causalidade tem sido uma tarefa difícil na medicina, mas a experiência vai ensinando às mulheres a desenvolverem formas de acompanhamento dessas transformações.

Assim, as mulheres expressam e materializam os problemas com os quais convivem, bem como o processo de vulnerabilização social ao qual estão submetidas. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), esse processo se refere a grupos expostos e fragilizados em sua capacidade de enfrentar os riscos. No caso em análise, as empresas chegaram, trouxeram a monocultura, as “pragas”, os venenos e, conseqüentemente, o adoecimento. Essa situação nos revela as novas cercas que o agronegócio impõe. Elas extrapolam seus muros e interferem, de forma direta, na produção camponesa ameaçando a autonomia de seus sujeitos, as culturas destes e a própria gestão do território.

Outro aspecto trazido pelas mulheres durante a pesquisa foi a

dificuldade de alterar o modo de distribuição desigual dos danos ambientais. Isso corrobora com a ideia de Acselrad (2010) no sentido de que existe uma imposição dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. A fala da Dona Judite retrata essa questão com muita lucidez quando evidencia o problema da insegurança alimentar, dos danos e dos riscos à saúde:

As vantagens só porque a produção é grande e nós temos muito milho, tem muito feijão, tem muito melão, tem muita melancia, mas que é gente comendo e morrendo. É comendo e morrendo. Antigamente quando a gente plantava e colhia, comia pra viver, hoje ele trabalha pra comer e come pra morrer. É assim que eu vejo. [...] Porque a gente podia comer no nosso tempo, no nosso inverno sem medo algum, hoje a gente vai comer o melão, tem muitas pessoas que nem pode, quando termina já é correndo com o intestino. O milho, esse é que é ofensivo! Eu não posso comer o milho verde do projeto. É comer e passar mal do intestino, me dá febre, me dá dor de cabeça, eu sei lá o que é? E sabendo! (Dona Judite).

Outros elementos são problematizados como a retirada da autonomia dos camponeses sobre o território (de produção e de cultura), a memória do alimento com “sabor” (produtos envenenados que adoecem), o trabalho que sustenta e o trabalho que adocece. E as mulheres apontam elementos em que a comunidade cria mecanismos de desocultamento e publicização das doenças e suas relações com os agrotóxicos como a expressão da fala de uma das entrevistas: “Meu Deus, ela está trabalhando para que, para se sustentar ou para se matar? Porque se você está trabalhando e chega em casa toda intoxicada, é porque o seu trabalho não está lhe fazendo bem” (Mirian). São situações que apontam, a nosso ver, novas necessidades de saúde e a relação desse contexto com o desafio de implantação da Política Nacional e Integral dos Povos do Campo e da Floresta (PNIPCF).

Todos esses fatores são, em nossa opinião, expressões de uma violência silenciosa do capital. Ao mesmo tempo, simbolizam uma violência silenciada dentro do espaço doméstico e, ainda, uma violência silenciadora do futuro. Simultaneamente, porém, também são sinais de um silêncio germinador de possíveis rupturas.

4. Sementes: bases para a análise da r-existência camponesa

A experiência das mulheres permitiu-nos vislumbrar que existe um processo de afirmação camponesa vivenciado por elas através do vínculo com a terra, o trabalho, a produção e o território.

No que tange às formas de apropriação dos territórios pelos(as) camponeses(as) na Chapada do Apodi, temos a terra como eixo estruturador da história das comunidades a partir da chegada das famílias que adentraram as matas fechadas (entre 1930 e 1950) e construíram ali, conforme descreveu Silva (2011), processos de cooperação simples, convivência coletiva e práticas agroecológicas.

Com efeito, através da relação com o ambiente, das formas de produzir, das relações sociais construídas dentro de uma vivência coletiva entre famílias (no interior das comunidades), constituíram-se – conforme descreveremos ao longo das categorias a que nos referimos – formas de apropriação do território que foram (e vão) compondo os modos de vida e a organização social dessas comunidades.

Nas memórias de infância, além da relação com a terra, aparecem o trabalho coletivo e a solidariedade como elementos que constituem o ser camponês e as suas sociabilidades. Nesse sentido, evidenciamos o relato a seguir:

Porque assim, no tempo do inverno, todos os vizinhos se juntavam, faziam aquela roda e iam debulhar feijão, iam contar histórias, as histórias antigas, sempre tinha muito isso. [...] E foi uma época muito difícil de trabalho, difícil de dinheiro, mas a gente sempre estava muito unido. Os vizinhos sempre ajudavam uns aos outros, você nunca trabalhava um dia de serviço. Um dia eu estava na sua roça, outro dia você trabalhava na minha e assim iam levando a vida. Hoje em dia não, se você quiser alguma coisinha, tem que ser pago. Se não for pago, ninguém faz mais favor. Infelizmente fazer um favor hoje é difícil (Mirian).

A construção de espaços coletivos para socialização (debulhas) de histórias pautadas na união para a partilha do trabalho, da produção e das memórias (essa forma de convivência) define uma das faces do modo de vida camponês. Nele, as famílias cultivam traços e

valores que constituem sua identidade cultural, produtiva e social no território de vida.

Nesse caso, “o território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes” (DIEGUES, 2008, p. 85, grifos do autor). Essas relações sociais que atribuem vínculos de vida e produção com a terra vão sendo passadas entre gerações como herança cultural através de formas de participação na vida comunitária e familiar. Elas também vão constituindo a identidade das mulheres que integram esta pesquisa.

Ao descreverem suas histórias e seus percursos de trabalho, essas mulheres refletem sobre sua própria identidade recriando sentidos e valores que se fazem do/no trabalho. Seu ser camponesa está condicionado a sua relação com a terra, ao trabalho, à cultura e à história. Essa formação da identidade com a terra faz parte, como descreve Thompson (1987), do processo pelo qual camponeses e camponesas se fazem como sujeitos do campo em um caminho permanente da ação/reflexão humana. Nesse sentido, ele diz, ao se referir à construção da identidade de classe, que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (1987, p. 9). Aliada a esse exercício de reflexão sobre a constituição da identidade, cabe também a contribuição da análise de Scott (1999) sobre a experiência como constituinte dos sujeitos e, enquanto tal, como produtora de conhecimentos.

No caso do nosso estudo, a paráfrase sobre a identidade das mulheres como camponesas é de que sua gênese e sua constituição são processos contínuos de ser/fazer-se na relação com e na terra e com o trabalho. Nessa acepção, a terra é, ao mesmo tempo, o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver e de morrer. É através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si que constituem o processo de produção material de sua existência.

Assim, os modos de vida são produzidos e cultivados pelo jeito de ser, viver, produzir e reproduzir a vida. No caso das mulheres camponesas, elas aprendem a fazer e aprendem a ser em processos mediados pelas e nas relações com seus pares, na família, na relação com a terra, com a natureza. Dona Luana, por exemplo, afirma-se como agricultora nessa condição:

Ave Maria! Eu tenho um amor muito grande pelo verde. Eu gosto de planta, gosto de criar, eu sou agricultora forte mesmo, planto horta: cebola, coentro, eu não posso ver um caroço de pé de árvore que eu planto, agora veio uma planta, um sobrinho meu trouxe um caroço de uma planta, foi de longe, não sei se foi do Pará e eu plantei e até hoje não sei que planta é essa, mas só o gosto de plantar e ver tudo crescer bem bonito me faz bem (Dona Luana).

Dentro dos elementos de resistência e reapropriação, lembramos, ainda, que as mulheres participam do processo produtivo e da organização familiar da produção, situações nas quais percebemos, a partir do protagonismo feminino, a constituição de diferentes dinâmicas produtivas e a garantia da soberania alimentar.

Ressaltamos, também, que, muitas vezes, elas negam o pacote tecnológico; criam diferentes maneiras de averiguação dos processos de saúde e de adoecimento e constroem mecanismos de superação dos problemas postos no seio do trabalho, da família e das relações comunitárias.

Portanto, como parte fundante da práxis feminista, a experiência dessas mulheres sobre o ambiente, o trabalho e o território pode apontar algumas das bases para a análise de um novo feminismo: o camponês-ambiental. Ele surge das experiências e é também resultante da dinâmica geradora dos conflitos ambientais.

A partir dessas configurações, novos elementos desafiam o feminismo a repensar sua práxis entevendo a reconfiguração do campesinato, a questão ambiental e os impactos disso na vida das mulheres camponesas. Nesse sentido, o surgimento de conflitos e a coexistência entre hegemonias e conflitualidades nas fases de dominação do território pelo capital e de reafirmação do campesinato na Chapada do Apodi nos permitem atualizar o debate do feminismo a partir de uma releitura das fases de dominação do capital sobre a natureza e o ser humano. Nesse sentido, percebemos um movimento que se recria permanentemente na dialética entre cultura e negócio.

A reunião e a inter-relação das características descritas evidenciam, ainda, que as identidades coletivas reconhecidas pelas mulheres no campesinato também contribuíram para articulações que, ao longo de nossa pesquisa, foram se ampliando na Chapada do Apodi.

Uma das concretizações desse processo foi vislumbrada através da ocupação de parte do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, espaço em que a presença de mulheres participantes de nossa pesquisa deu margem para fortalecer o processo de reestruturação na vida de outras mulheres que passaram a construir um novo território, denominado “Acampamento Zé Maria do Tomé”.

Para algumas delas – que têm participado desse processo de retomada da terra – a ocupação mantém viva a chama do novo, da recriação, da esperança que ressurgiu com a luta coletiva. Assim, o medo se transformou em esperança; a união, em unidade; a incerteza, em conquista. Tudo isso está em andamento e tem ocorrido no enfrentamento direto ao modelo de expansão do capital no campo.

Paralelamente, propõe, de maneira potencializadora, rupturas que se iniciam com a organização e a instituição de novas formas de dizer, de poder e de incidir politicamente. Percebemos, desse modo, que o acampamento simboliza uma disputa direta do território e dos sentidos dados a ele. Logo, a luta tem se colocado como forma de R-EXISTÊNCIA a partir de um “caldo” de experiências. E as mulheres demonstram de diferentes maneiras resistências e rupturas no seu ser/fazer cotidiano.

Diante desses aspectos, consideramos a importância de reconstruir a história do campesinato, especialmente quando se percebe que a agricultura camponesa sofre um processo de invisibilização e, no caso da Chapada, vem sendo disputada por distintos interesses postos em conflito.

Essas são algumas das conclusões de nossa pesquisa no que tange às *sementes* que estão fecundando no território em estudo. Tais questões, por sua vez, também estão intrinsecamente interligadas ao sentido e à vivência que essas mulheres dão a sua própria prática cotidiana na relação com a terra e ao trabalho. Logo, estão intrinsecamente interligadas, ainda, ao que se chama de construção do território. Assim, as experiências semeadas e frutificadas traduzem um modo de ver o mundo. Nele, as mulheres percebem a economia como produção de vida e interpretam as transformações radicais na ordem social com questionamentos sobre os processos de reprodução das desigualdades que se efetivam nos campos: produtivo, econômico, político e cultural.

Concluindo o inconcluso

A construção do conhecimento em contexto permitiu-nos entrecruzar alguns pontos relacionados à produção social da vida camponesa frente aos desafios de sua coexistência e r-existência ao modelo de produção agrícola em curso na Chapada do Apodi. *Pôras lentas* sob os olhares de gênero nesse território marcado por conflitos e diferentes formas de resistências também nos permitiu fazer o entrecruzamento de elementos acerca das relações sociais de gênero e questões socioambientais e territoriais. Todos esses fatores possibilitaram a chegada a algumas conclusões no que diz respeito à reorganização do trabalho no campo e da vida das mulheres camponesas.

A partir desse foco o território foi ressignificado para nós. Se antes conhecíamos a Chapada divulgada pelos graves problemas dos agrotóxicos, da imposição e do domínio das empresas de fruticultura irrigada sobre os territórios e os/as trabalhadores/as, a denominada “Chapada do Agronegócio”, as mulheres apresentaram-na como um território camponês reapropriado e recriado – um território onde coexistem hegemonia, contra-hegemonia e conflitualidades.

O processo de desterritorialização em curso evidencia que as transformações nos modos de vida das comunidades camponesas geram impactos à saúde, ao trabalho e ao ambiente em níveis crescentes, o que ocorre com a reorganização produtiva do território em estudo.

Isso se dá porque a chegada de empreendimentos externos à vida das comunidades traz consigo novas situações/problemas que não faziam parte do seu modo de vida. A partir daí, inicia-se um processo de vulnerabilização socioambiental dessas comunidades e, especialmente, das mulheres.

Assim, se, por um lado, elas afirmam as vantagens de que o emprego ofertado nas empresas de fruticultura garante uma renda fixa para a família, contribui para sua autonomia e permite o acesso a bens de consumo, por outro, esse trabalho aponta para um processo de submissão às condições de um emprego precarizado, em condi-

ções sub-humanas, que invisibiliza e desvaloriza o seu labor; impacta diretamente, de forma negativa, o ambiente, a saúde e as relações familiares e leva à situação de perda da soberania alimentar, da terra e do território. Logo, podemos afirmar que o capital e o Estado coagem, pela imposição, um processo de dominação, onde o camponato se (re)cria e se (re)afirma através de processos de resistência e de r-existência.

Assim, embora seja preciso reconhecer que o Estado e o capital impuseram uma lógica de apropriação material e simbólica do território da Chapada porque ocuparam terras, difundiram mitos, proletarizaram parte dos camponeses e das camponesas e subalternizaram os integrados, também é preciso perceber que essa situação não sufocou todo o modo de vida. Nesse sentido, os depoimentos das mulheres mostram que o camponato recriou formas de reafirmação da sua cultura, da sua organização produtiva, da sua relação com o trabalho e da sua identidade.

E cumprem, assim, um papel determinante de compreender as dinâmicas e as lógicas de reorganização do capital no campo para subvertê-las. Com seus protagonismos na produção e na garantia da soberania alimentar de suas famílias, dinamizam, de forma peculiar, as disputas no território.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. *Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos avançados, vol. 24, n. 68, São Paulo, 2010.

BOFF, L. O ecocídio e o biocídio. In: SADER, E. (Org.). *7 Pecados do Capital*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMPOS, Christiane S. S. *Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio - o caso de Cruz Alta/RS*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

DIEGUES, A. Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 6 ed. Ampliada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2008.

FREITAS, B. M. C. *Marcas da modernização agrícola no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação de mestrado em Geografia. UECE, 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Racismo Ambiental. In: *I Seminário Contra Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático: Fase, 2006.

MALERBA, Juliana. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera (Orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

MARQUES, M. I. M. *Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira/PB*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

MURPHY, R. *Rationality and nature*. Boulder, Co: Westview Press, 1994.

NOBRE, Miriam (Org.) Gênero e agricultura familiar. *Cadernos Sempreviva*. São Paulo: 1999. Sempreviva Organização Feminista.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PESSOA, V. M. *Tecendo atenção integral em saúde ambiental e saúde do trabalhador na estratégia saúde da família em Quixeré, Ceará*. Dissertação de mestrado em Saúde Pública/UFC, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 151-197.

RIGOTTO, R. M. et al. *Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará*. 1ª ed. Fortaleza: Editora UFC e Coedição Expressão Popular, 2011.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. In: COSTA, Ana Aline Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. Coleção Bahianas; 8.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, A. (Org.) *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis/SC: Editora das Mulheres, 1999.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Segurança alimentar, nutricional e gênero.

In: *Gênero, agroecologia e segurança alimentar: interfaces temáticas na prática das organizações sociais*. Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Rede Economia e Feminismo – SOF, 2005.

SILVA, José Ricardo Basílio da. *No leito e nas margens: histórias, conflitos e resistências no Rio Jaguaribe (1990-2010)*. João Pessoa: UFPB, 2011 (mimeo).

THOMAZ JUNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*. Vol. 01. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Os Autores

CARLOS ALBERTO FRANCO DA SILVA. Geógrafo pela UERJ, Mestre e Doutor em Geografia pela UFRJ e Pós-Doutor pela USP. Professor Titular do curso de Geografia da UFF. *Email: carlosfds1963@gmail.com*

DENISE ELIAS. Geógrafa e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, 1996). Pós-Doutora em Geografia pela Unesp (*campus* Presidente Prudente, 2007) e UFRJ / Ladys/ Paris 8, 2015. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau), vice-líder da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (Reagri) e pesquisadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e da Rede Observatório das Metrôpoles. *Email: deniseliasgeo@gmail.com*

EDILSON PEREIRA JÚNIOR. Geógrafo e Mestre em Geografia pela UECE. Doutor em Geografia pela UNESP (Presidente Prudente). Professor Adjunto do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE. *Email: edilsonapjr@hotmail.com.*

EDNA MARIA JUCÁ COUTO AMORIN. Geógrafa e Mestra em Geografia pela UECE. Doutora em Geografia pela Unesp (Presidente Prudente, SP). Professora substituta do Colegiado de Geografia da UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). *Email: ednacouto@gmail.com*

ÉRICA MARIA BEZERRA PINHEIRO. Licenciada e Mestra em Geografia pela UECE. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Fortaleza. *Email: ericamaria_bp@yahoo.com.br*

ESTER LIMONAD. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Mackenzie, Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela USP e Pós-Doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona. Professora Titular do curso de graduação e pós-graduação em geografia da UFF (Niterói/RJ) e coordenadora do Grupo de Estudos Cidade, Espaço e Lugar. *Email: ester_limonad@yahoo.com*

GEMA GALGANI SILVEIRA LEITE ESMERALDO. Doutora em Sociologia pela UFC. Professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) e Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da UFC. Coordenadora do Programa Residência Agrária do Centro de Ciências Agrárias (UFC), do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (Neepa/CCA/UFC) e membro do Núcleo de Estudos de Gênero, Idade e Família (Negif/UFC). *E-mail: gemaesmeraldo@gmail.com*

JACOB BINSZTOK. Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor Titular dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Sistemas de Gestão Sustentáveis da UFF (Niterói/RJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) Núcleo de Estudos e Pesquisas Agro-Ambientais (Nepam). *Email: jacob.binsztok@gmail.com*

JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA. Geógrafo e Mestre em Geografia pela UECE. Doutor em Geografia pela UNESP (Presidente Prudente - SP). Professor Adjunto do Departamento de Geografia, graduação e pós-graduação, da UnB. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Governança, Agronegócio e Redes de Produção Global e pesquisador dos grupos de pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau), GPVASF (UPE/Petrolina) e da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (Reagri). *Email: jebgeo@unb.br*

MARIA DE LOURDES VICENTE DA SILVA. Licenciada em Pedagogia pela UFPA e Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela

UFC. Colaboradora do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto e pesquisadora do Núcleo Tramas (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde), UFC, e membro da Clacso no GT Cuerpos, Territorios y Resistencias. *Email: lourdesmst@gmail.com*

MARIA LUCENIR JERÔNIMO CHAVES. Licenciada, Mestra e Doutora em Geografia pela UECE. Professora do curso de Geografia da UECE / Fafidam (campus Limoeiro do Norte). *Email: luceniruece@yahoo.com.br*

RAQUEL MARIA RIGOTTO. Médica pela UFMG (1979), Especialista em Medicina do Trabalho pela Fundacentro (1980), Mestra em Educação pela UFMG (1992), Doutora em Sociologia pela UFC (2004) e Pós-Doutora em Sociologia pela UFMA (2016). Professora Titular da graduação e pós-graduação do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC. Coordenadora do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Tramas/UFC). Membro do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. *Email: raquelrigotto@gmail.com*

RENATO PEQUENO. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP, 1991), Mestre em Planejamento de Infraestruturas pela Universitaet Stuttgart (1995), Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (2002) e Pós-Doutor pela PUC-SP (2008). Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, graduação e Mestrado, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC. Coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB / UFC), vice-líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (Globau) e pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e da Rede Observatório das Metrôpoles. *E-mail: renatopequeno@gmail.com*

